



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1144

Sexta-feira - 21 de Dezembro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	1
Antônio Carlos	7
Arroio Trinta	8
Ascurra	9
Biguaçu	9
Braço do Trombudo	16
Caçador	23
Campo Alegre	24
Campos Novos	35
Canoinhas	38
Capinzal	45
Catanduvas	45
Chapadão do Lageado	47
Concórdia	49
Cordilheira Alta	50
Coronel Martins	51
Corupá	51
Curitibanos	65
Ermo	69
Forquilha	69
Fraiburgo	73
Garuva	92
Gaspar	92
Governador Celso Ramos	97
Guaramirim	98
Herval d'Oeste	98
Ibiam	114
Imbituba	116
Ipumirim	118
Irineópolis	121
Itaiópolis	122
Itapoá	123
Joaçaba	127
José Boiteux	130
Lages	135
Lauro Muller	136
Leoberto Leal	147
Lindóia do Sul	148
Luzerna	152
Massaranduba	168
Morro da Fumaça	175
Navegantes	180
Palhoça	181
Paulo Lopes	182
Porto Belo	182
Porto União	188
Rio do Sul	192
São Bento do Sul	194
São Lourenço do Oeste	197

São Pedro de Alcântara	198
Schroeder	198
Timbó	205
Videira	218
Vitor Meireles	221

Associações

AMOSC	227
-------------	-----

Consórcios

AGIR	228
ARIS	231
CIDEMA	233
CIMVI	233
CINCO	234
CIS/AMOSC	339
CIS/AMUREL	339

Água Doce

PREFEITURA

Lei N° 2.164/2012

LEI N° 2.164/2012 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei n° 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.701,22 (oito mil duzentos e um reais e vinte e dois centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação de recursos dos Convênios Transporte Escolar Estado, COSIP e Manutenção da Educação Infantil.

Art. 2º. Ficam suplementados, no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPTO. DE ENSINO

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

12.365.0033.1.011 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.0.1.0001.0/71 Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

12.361.0025.2.023 TRANSPORTE ESCOLAR CONVÊNIO ESTADO - S.E.E.

3.3.90.00.0.1.0022.0/56 Aplicações Diretas R\$ 30,93

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPTO. DE URBANISMO

15.452.2.0047.2.041 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3.3.90.00.0.1.0017.0/106 Aplicações Diretas R\$ 8.170,29

TOTAL R\$ 16.701,22

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos Imposto Educação, Convênio Estado Transporte Escolar e Taxa Iluminação Pública COSIP.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de dezembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Lei Nº 2.165/2012

LEI Nº 2.165/2012 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.807,00 (quatorze mil e oitocentos e sete reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção das atividades do Fundo Municipal e aplicação de recursos vinculados.

Art. 2º. Fica suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS

3.1.90.00.0.1.0064.0/15 Aplicações Diretas R\$ 14.807,00

TOTAL R\$ 14.807,00

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado nas rubricas: 0.1.0064 - Recursos PACS - Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de dezembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Lei Nº 2.166/2012

LEI Nº 2.166/2012 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025 de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$17.457,26 (dezesete mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas a seguir especificados, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F

4.4.90.00.0.1.0002.0/1 Aplicações Diretas R\$ 10.985,72

4.4.90.00.0.1.0064.0/40 Aplicações Diretas R\$ 6.471,54

TOTAL R\$ 17.457,26

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular parcialmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.0.1.0002.0/5 Aplicações Diretas R\$ 10.985,72

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS

3.3.90.00.0.1.0064.0/17 Aplicações Diretas R\$ 6.471,54

TOTAL R\$ 17.457,26

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de dezembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 174/2012

DECRETO Nº 174/2012 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica através do presente Decreto homologada a Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, que ESTIMOU A RECEITA E FIXOU A DESPESA PARA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC), no valor de R\$ 18.453.489,00 (dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e oitenta e nove reais), para o exercício de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 175/2012

DECRETO Nº 175/2012 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.164, de 20 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.701,22 (oito mil duzentos e um reais e vinte e dois centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aplicação de recursos dos Convênios Transporte Escolar Estado, COSIP e Manutenção da Educação Infantil.

Art. 2º. Ficam suplementados, no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPTO. DE ENSINO
12.365.0033.1.011 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.00.0.1.0001.0/71 Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

12.361.0025.2.023 TRANSPORTE ESCOLAR CONVÊNIO ESTADO - S.E.E.
3.3.90.00.0.1.0022.0/56 Aplicações Diretas R\$ 30,93

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPTO. DE URBANISMO
15.452.2.0047.2.041 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.00.0.1.0017.0/106 Aplicações Diretas R\$ 8.170,29
TOTAL R\$ 16.701,22

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos Imposto Educação, Convênio Estado Transporte Escolar e Taxa Iluminação Pública COSIP.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de dezembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 176/2012

DECRETO Nº 176/2012 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade

com a Lei nº 2.165, de 20 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.807,00 (quatorze mil e oitocentos e sete reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção das atividades do Fundo Municipal e aplicação de recursos vinculados.

Art. 2º. Fica suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.1.90.00.0.1.0064.0/15 Aplicações Diretas R\$ 14.807,00
TOTAL R\$ 14.807,00

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado nas rubricas: 0.1.0064 - Recursos PACS - Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de dezembro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 177/2012

DECRETO Nº 177/2012 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.166, de 20 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025 de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$17.457,26 (dezessete mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas a seguir especificados, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F
4.4.90.00.0.1.0002.0/1 Aplicações Diretas R\$ 10.985,72
4.4.90.00.0.1.0064.0/40 Aplicações Diretas R\$ 6.471,54
TOTAL R\$ 17.457,26

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados parcialmente os recursos das

seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.1.0002.0/5 Aplicações Diretas R\$ 10.985,72

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.3.90.00.0.1.0064.0/17 Aplicações Diretas R\$ 6.471,54
TOTAL R\$ 17.457,26

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de dezembro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Balancete Financeiro FMAS - Novembro 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	7.872,64	Despesa Orçamentária	28.626,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.872,64	Despesas exceto Intra-orçamentárias	28.626,46
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.416,96
		INVESTIMENTOS	18.209,50
Receita Extra - Orçamentária	39.626,46	Despesa Extra - Orçamentária	38.909,21
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	28.626,46	DEPOSITOS	117,15
OBRIGACOES A PAGAR	28.626,46	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	117,15
FORNECEDORES	28.413,46	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	117,15
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	213,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	38.792,06
INTERFERENCIAS ATIVAS	11.000,00	OBRIGACOES A PAGAR	38.792,06
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	11.000,00	FORNECEDORES	38.579,06
REPASSE RECEBIDO	11.000,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	213,00
Saldos anteriores	67.492,54	Saldos atuais	47.455,97
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	30.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	67.492,54	BANCO C/ MOVIMENTO	17.455,97
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	114.991,64	Total	114.991,64

AGUA DOCE , 19/12/2012

NILZE BALESTRIN SARI
Titular da Unidade

NEUSA M.C.S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC020388/O-0



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Balancete Financeiro FMS - Novembro 2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	128.424,31	Despesa Orçamentária	388.300,43
RECEITA TRIBUTARIA	199,93	Despesas exceto Intra-orçamentárias	387.436,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	128.143,85	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	268.193,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80,53	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	94.072,66
		INVESTIMENTOS	25.170,11
		Despesas Intra-orçamentárias	863,69
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	863,69
Receita Extra - Orçamentária	598.146,37	Despesa Extra - Orçamentária	365.392,52
DEPOSITOS	48.955,06	DEPOSITOS	31.239,48
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	48.955,06	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	31.239,48
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	48.955,06	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	31.239,48
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	389.226,81	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	334.153,04
OBRIGACOES A PAGAR	389.226,81	OBRIGACOES A PAGAR	334.153,04
FORNECEDORES	119.351,55	FORNECEDORES	142.628,86
PESSOAL A PAGAR	204.727,39	PESSOAL A PAGAR	155.469,10
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	63.466,58	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	34.373,79
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	817,60	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	817,60
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	863,69	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	863,69
INTERFERENCIAS ATIVAS	159.964,50		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	159.964,50		
REPASSE RECEBIDO	159.964,50		
Saldos anteriores	260.741,99	Saldos atuais	233.619,72
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	260.741,99	BANCO C/ MOVIMENTO	233.619,72
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	987.312,67	Total	987.312,67

AGUA DOCE , 19/12/2012

ELIAS VIECELI
Titular da Unidade

NEUSA M.C.S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC020388/O-0

Balancete Financeiro SIMA - Novembro 2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	21.153,15	Despesa Orçamentária	18.581,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.007,91	Despesas exceto Intra-orçamentárias	18.581,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.137,33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.581,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.007,91		
Receita Extra - Orçamentária	18.649,53	Despesa Extra - Orçamentária	19.700,91
DEPOSITOS	68,06	DEPOSITOS	68,06
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	68,06	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	68,06
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	68,06	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	68,06
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	18.581,47	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	19.632,85
OBRIGACOES A PAGAR	18.581,47	OBRIGACOES A PAGAR	19.632,85
FORNECEDORES	18.581,47	FORNECEDORES	18.757,89
		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	874,96
Saldos anteriores	1.344.864,69	Saldos atuais	1.346.384,99
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.330.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.325.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	14.864,69	BANCO C/ MOVIMENTO	21.384,99
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.384.667,37	Total	1.384.667,37

AGUA DOCE , 19/12/2012

MARIA TERESA MACCAGNAN
PRESIDENTE DO SIMA

NEUSA M.C.S.BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

Errata do Decreto N° 140/2012

ERRATA

No Decreto n.º 140/2012; Publicado no DOM/SC de 20 de Dezembro de 2012, Edição nº 1143:

Onde se lê: Decreto n.º 140/2012 - Abre Crédito Adicional Suplementar - Reserva de Contingência no Orçamento Programa de 2012;

Leia-se: Decreto n.º 143/2012 - Abre Crédito Adicional Suplementar - Reserva de Contingência no Orçamento Programa de 2012.

As demais disposições contidas no referido Decreto permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 20 de Dezembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria N° 537/2012.

PORTARIA N° 537/2012.

Concede Férias a servidor.

Geraldo Pauli - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias a NELSON RONALD DE ALMEIDA CARDOSO, ocupante do Cargo temporário de MEDICO PSIQUIATRA, a partir de 02 de janeiro de 2013, referente ao período aquisitivo de 16/06/2011 a 15/06/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 20 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 20 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 538/2012.

PORTARIA N° 538/2012.

Concede Licença sem Vencimento.

Geraldo Pauli - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA SEM VENCIMENTO, por 02 anos, a JOSE NILTON JUNKES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 02 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 20 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 20 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 539/2012.

PORTARIA N° 539/2012.

Concede Férias a servidor.

Geraldo Pauli - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a LUIZ CLAUDIO DOS REIS, ocupante do Cargo efetivo de ODONTOLOGO - 20H, a partir de 02 de janeiro de 2013, relativo ao período aquisitivo de 04/05/2011 a 03/05/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 20 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 20 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 540/2012.

PORTARIA N° 540/2012.

Concede Férias a servidor.

Geraldo Pauli - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a MARIZE TEREZINHA PRIM MULLER, ocupante do Cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 02 de janeiro de 2013, relativo ao período aquisitivo de 27/01/2011 a 28/01/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 20 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 20 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1511, de 12 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 1511, de 12 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.555 de 24/10/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 109.958,18 (Cento e nove mil novecentos e cinquenta e oito reais e dezoito centavos), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

02.02.04.122.0402.2003 MANUT. DA SEC. DE ADMIN. E FINANÇAS

335000000-0100-000	Aplicações Diretas	R\$ 552,00
339000000-0100-000	Aplicações Diretas	R\$ 12.500,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 13.052,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.361.1201.2032 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

319000000-0101-000	Aplicações Diretas	R\$ 4.523,00
319000000-0119-000	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
319000000-0122-055	Aplicações Diretas	R\$ 44.040,18
319100000-0101-000	Aplicações Diretas	R\$ 7.500,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 58.063,18

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.365.1201.2038 MANUT. DO ENSINO INFANTIL

319000000-0119-000	Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00
319100000-0101-000	Aplicações Diretas	R\$ 200,00
449000000-0101-000	Aplicações Diretas	R\$ 3.442,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 16.642,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.361.1201.2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

319100000-0101-000	Aplicações Diretas	R\$ 201,00
339000000-0119-000	Aplicações Diretas	R\$ 16.000,00
339000000-0122-055	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 17.201,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.362.1201.2034 APOIO AO ENSINO MÉDIO

339000000-0122-055	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 5.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 50.040,18 (Cinquenta mil quarenta reais e dezoito centavos), por conta do Excesso de Arrecadação, da Prefeitura Municipal

de Arroio Trinta, na Fonte 00022-Transferência de Convênios Educação, destinação de Recursos 055 - Transferência de Convênios do Estado.

§2º. R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), por conta do Excesso de Arrecadação, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na Fonte 00019 - Transferência do FUNDEB, Destinação de Recursos 000 - Sem detalhamento de destinação de recursos.

§3º. R\$ 43.918,00 (Quarenta e três mil novecentos e dezoito reais) por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

02.02.04.122.0402.2003 MANUT. DA SEC. DE ADMIN. E FINANÇAS

319000000-0100-000	Aplicações Diretas	R\$ 12.500,00
339000000-0100-000	Aplicações Diretas	R\$ 552,00
TOTAL ANULADO		R\$ 13.052,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.361.1201.2032 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

319000000-0101-000	Aplicações Diretas	R\$ 7.500,00
339000000-0101-000	Aplicações Diretas	R\$ 4.523,00
339000000-0119-000	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 14.023,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.365.1201.2038 MANUT. DO ENSINO INFANTIL

319000000-0101-000	Aplicações Diretas	R\$ 200,00
319100000-0101-000	Aplicações Diretas	R\$ 3.442,00
339000000-0119-000	Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 16.642,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.361.1201.2033 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

339000000-0101-000	Aplicações Diretas	R\$ 201,00
TOTAL ANULADO		R\$ 201,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 12 de dezembro de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 12 de dezembro de 2012.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1512, de 19 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 1512, de 19 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.502 de 08/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 21.090,00 (vinte e um mil e noventa reais), na

dotação orçamentária a seguir discriminada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.01.10.301.1001.2019 MAN. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

31900000-0102-000 Aplicações Diretas R\$ 8.700,00

31910000-0102-000 Aplicações Diretas R\$ 830,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 9.530,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.01.10.301.1001.2021 MAN. DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA

31900000-0164-012 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

31900000-0164-000 Aplicações Diretas R\$ 3.560,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 11.560,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), por conta do excesso de arrecadação, na Fonte 00064- Atenção Básica, Destinação dos Recursos 012 - Agentes Comunitários de Saúde.

§2º. R\$ 3.560,00 (Três mil, quinhentos e sessenta reais), por conta do excesso de arrecadação do exercício de 2012, na Fonte 00064 - Atenção Básica, Destinação dos Recursos 000 - Sem destinação de recursos.

§ 3º. R\$ 9.530,00 (Nove mil, quinhentos e trinta reais) por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.01.10.301.1001.2019 MAN. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

33900000-0102-000 Aplicações Diretas R\$ 8.700,00

31900000-0102-000 Aplicações Diretas R\$ 830,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 9.530,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 19 de dezembro de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 19 de dezembro de 2012.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Pregão 03/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

EDITAL DE PREGÃO N. 03/2013

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 18/01/2013, PREGÃO PRESENCIAL, PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 21 de dezembro de 2012.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Edital de Pregão 04-2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

EDITAL DE PREGÃO N. 04/2013

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 17/01/2013, PREGÃO PRESENCIAL, PARA AQUISIÇÃO DE ETANOL, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 21 de dezembro de 2012.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Lei N 3335/2012

LEI Nº 3335/2012 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM PAINEL DIGITAL INFORMATIVO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a colocar um painel informativo cultural do município na frente do Casarão Born.

Parágrafo Único - Este painel deve ser atrativo e digital para facilitar a troca de informações.

Art. 2º - No painel deve conter todas as informações sobre os eventos culturais a serem realizados no município.

Art. 3º - O painel deve ser atualizado diariamente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3335/2012, de 19/12/2012
Sancionada em 19/12/2012
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto Nº 301/2012

DECRETO Nº 301/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
PRORROGA A DATA FINAL PARA REQUERER A ADESÃO AO PPEX - PROGRAMA DE PAGAMENTO EXTRAORDINÁRIO - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 20/2009, fica prorrogada para 30/03/2013 (trinta de março de dois mil e treze) a data final para requerer a adesão ao PPEX.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Portaria Nº 3017 de 17 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3017 de 17 de dezembro de 2012
Admitir o (a) Servidor (a) KENIA DE SOUZA ROZA ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KENIA DE SOUZA ROZA ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/12/2012 a 06/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/12/2012.

Biguaçu, 17 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3018 de 17 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3018 de 17 de dezembro de 2012
Admitir o (a) Servidor (a) DJOSI VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DJOSI VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/12/2012 a 17/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3019 de 17 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3019 de 17 de dezembro de 2012
Admitir o (a) Servidor (a) AURÉLIO LAZZARONI SPÓSITO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) AURÉLIO LAZZARONI SPÓSITO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/12/2012 a 03/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/12/2012.

Biguaçu, 17 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3020 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3020 de 19 de dezembro de 2012
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRA REGINA COELHO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SANDRA REGINA COELHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 20 horas semanais, no período de 07/12/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/12/2012.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3021 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3021 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCO AURÉLIO ABDENAGO MACHADO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARCO AURÉLIO ABDENAGO MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ALMOXARIFE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 31/03/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3022 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3022 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUIZ DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse LUIZ DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 10/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3023 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3023 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ NILTON GOEDERT, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSÉ NILTON GOEDERT, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3024 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3024 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOÃO MANOEL ALEXANDRE, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOÃO MANOEL ALEXANDRE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 12/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3025 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3025 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de

natureza temporária, do (a) funcionário (a), MODESTINO PEDRO MARTINS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MODESTINO PEDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3027 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3027 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PEDRO JOÃO DE ANDRADE, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse PEDRO JOÃO DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3028 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3028 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ MEDEIROS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSÉ MEDEIROS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3029 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3029 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SEBASTIÃO CORREIA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SEBASTIÃO CORREIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de COVEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 10/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3030 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3030 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCISCO ANTONIO DALPRÁ, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FRANCISCO ANTONIO DALPRÁ, para desempenhar as funções do cargo não

provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3031 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3031 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MANOEL IDALINO PATRICIO FILHO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MANOEL IDALINO PATRICIO FILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 30/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3032 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3032 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSEIAS MORAIS INACIO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse OSEIAS MORAIS INACIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3033 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3033 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIDNEI SAUL DE AMORIM, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SIDNEI SAUL DE AMORIM, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 30/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3034 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3034 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RONEI JOSÉ DE ANDRADE, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse RONEI JOSÉ DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 29/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3035 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3035 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EMERSON JOSÉ PAULI, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse EMERSON JOSÉ PAULI, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3036 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3036 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EMERSON JOSÉ PAULI, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse EMERSON JOSÉ PAULI, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3037 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3037 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUIZ HENRIQUE DALPRÁ, e

dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse LUIZ HENRIQUE DALPRÁ, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3038 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3038 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSINEI JOSÉ CUNHA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ROSINEI JOSÉ CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA (TRATOR AGRÍCOLA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3039 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3039 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSLI ROBERTO DA CUNHA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse OSLI ROBERTO DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA (TRATOR AGRÍCOLA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3040 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3040 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRO JOSÉ DA SILVA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SANDRO JOSÉ DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3041 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3041 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NIVALDO CARMELINO ADRIANO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse NIVALDO CARMELINO ADRIANO, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA (TRATOR AGRÍCOLA),

do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 3042 de 19 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 3042 de 19 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HAMILTON REIS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse HAMILTON REIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA (TRATOR AGRÍCOLA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 01/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/01/2013.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Aditivo 01 - Renovação do Contrato Nº 10.023/2012 - II 55/2012-FMS

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS EM FISIOTERAPIA SEJAM PÚBLICOS, PRIVADOS OU FILANTRÓPICOS, VISANDO À AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, USANDO COMO REFERÊNCIA OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I DO EDITAL.

Aditivo 01 - Renovação do Contrato nº 10.023/2012 - IL 55/2012-FMS

Fornecedor: CLÍNICA MÉDICA BIGUAÇU LTDA EPP
Vigência: 01/01/2013 a 31/12/2013

Aditivo 05 - Renovação do Contrato Nº 35/2011- PP Nº 12/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM PARA

ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Aditivo 05 - Renovação do Contrato nº 35/2011- PP Nº 12/2011 - FMS

Fornecedor: CLÍNICA MÉDICA BIGUAÇU LTDA.

Vigência: 01/01/2013 a 31/12/2013.

Edital Nº 01/2012 - CMDCA

Edital nº. 01/2012

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Biguaçu- SC, no uso de suas atribuições e competências, em conformidade com a Lei Federal número 8.069 de 13 de Julho de 1990, conferidas pela Lei Municipal número 2.906 de 26 de abril de 2010, faz publicar o presente Edital de Convocação, para tornar público o Fórum Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente, o qual fará à eleição de entidades da Sociedade Civil, que mantenham programas de atendimento à criança e ao adolescente e de entidades que tenham por objetivo a defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente, especificadamente, ou do cidadão de modo geral, em cumprimento ao artigo 8º da Lei 2.906 de 26 de abril de 2010, para compor a gestão 2013/2015, que se realizará no dia (14) quatorze de fevereiro de 2013, às 14hs, na sala da secretaria dos conselhos, sito a Rua Lúcio Born, nº 12 - Edifício São João Evangelista, sala 209, Centro, Biguaçu - SC.

Biguaçu, 13 de dezembro de 2012.

MAXIMILIANO DE FARIA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2011
CONVITE N. 002/2011

OBJETO: Contratação de Assessoria e Consultoria nas áreas de contabilidade pública, planejamento governamental e controle interno para o PREVBIGUAÇU.

CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU

CONTRATADA: BRASIL ASSESSORIA CONTÁBIL GOVERNANMENTAL LTDA. ME

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2013 e término em 31/12/2013, podendo ser prorrogado a critério das partes.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2012.

MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA

Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2012
PREGÃO PRESENCIAL 001/2012

OBJETO: Contratação de Assessoria na Área de Investimentos Financeiros

CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU

CONTRATADA: SOMMA INVESTIMENTOS S/A

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2013 e término em 31/12/2013, podendo ser prorrogado a critério das partes.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Biguaçu, 18 de dezembro de 2012.

MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA

Diretora-Executiva do PREVBIGUAÇU

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Extrato 1º Aditivo Referente ao Contrato Nº 32/2012

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 32/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Quark Engenharia Ltda. ME

CNPJ sob o nº 12.496.490/0001-48, Sito a Rua XV de Novembro, 3.227,

Cidade de Joiville - SC

Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Engenharia Elétrica Para Manutenção de Iluminação Pública.

Vigência até 31.12.2013

Data da assinatura: 20.12.2012

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Ata de Registro de Preço 22/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2012****Número do Registro de Preços: 22/2012****Data do Registro: 24/09/2012****Válido até: 24/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de tubos de concreto para manutenção das ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo de concreto 20cm (8007)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	dconcreto	0	13,0000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	fronza	0	13,5000	2
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	PRÉVALE	0	14,0000	3
2	TUBO CONCRETO Ø 30CM (3770)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	dconcreto	0	14,9900	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	fronza	0	15,0000	2
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	PRÉVALE	0	17,5000	3
3	TUBO CONCRETO Ø 40CM (3771)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	dconcreto	0	22,5000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	fronza	0	23,5000	2
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	PRÉVALE	0	26,0000	3
4	TUBO CONCRETO Ø 50CM (3772)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	dconcreto	0	32,5900	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	fronza	0	32,6000	2
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	PRÉVALE	0	36,0000	3
5	TUBO DE CONCRETO Ø 60 (3441)	UND	DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)	dconcreto	0	40,5000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	fronza	0	41,0000	2
			PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	PRÉVALE	0	46,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2012**Número do Registro de Preços: 22/2012****Data do Registro: 24/09/2012****Válido até: 24/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de tubos de concreto para manutenção das ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	TUBO CONCRETO Ø 60CM PA1 (6133)	UND	PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA (8262)	PRÉVALE	0	70,0000	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2012****PROCESSO Nº 43/2012**

(6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

(8262) - PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA

(8765) - DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO

BRACO DO TROMBUDO , 24 de Setembro de 2012.

Ata de Registro de Preço 25/2011**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2011****Número do Registro de Preços: 25/2011****Data do Registro: 21/12/2011****Válido até: 21/12/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de óleo diesel para abastecer frota Secretaria de Obras e Agricultura, com fornecimento de bomba e com abastecimento no pátio da Secretaria de Obras, Estr. Serv. Urb. a Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	OLEO DIESEL (16)	L	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2,0700	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2011****PROCESSO Nº 56/2011**

(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 21 de Dezembro de 2011.

Ata de Registro de Preço 30/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2012

Número do Registro de Preços: 30/2012 **Data do Registro: 20/12/2012** **Válido até: 31/12/2013**

Objeto da Compra: Aquisição de óleo diesel para abastecimento na bomba da Secretaria de obras (setor agricultura).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	OLEO DIESEL (16)	L	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2,1200	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2012****PROCESSO Nº 56/2012**

(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 20 de Dezembro de 2012.

Ata de Registro Preço 5/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**Número do Registro de Preços: 5/2012****Data do Registro: 22/03/2012****Válido até: 22/03/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de tubos de concreto para construção de rede pluvial na Rua Duque de Caxias e Rua Dom Pedro e manutenção de redes pluviais da sede do município e na área rural.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo de concreto com diâmetro de 80 cm classe PA1 (8990)	UND	DONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO (8765)		0	134,0000	1



PEGASO 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**Número do Registro de Preços: 5/2012****Data do Registro: 22/03/2012****Válido até: 22/03/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de tubos de concreto para construção de rede pluvial na Rua Duque de Caxias e Rua Dom Pedro e manutenção de redes pluviais da sede do município e na área rural.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)		0	135,0000	2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2012****PROCESSO Nº 15/2012**

(6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

(8765) - DCONCRETO INDÚSTRIA E COM. DE ARTEF. DE CIMENTO

BRACO DO TROMBUDO , 22 de Março de 2012.

Extrato 1º Aditivo Referente ao Convênio Nº 001/2012

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 001/2012
 Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Hospital de Trombudo Central.
 CNPJ sob o nº 86.404.597/0001-55, Sito a Rua Paulo Skowasch, Centro
 Cidade de Trombudo Central - SC

Objeto: Custear Consultas e Serviços de urgência e emergência a serem realizados no Pronto Atendimento do Hospital de Trombudo Central.

Vigência até 31.12.2013

Data da assinatura: 20.12.2012

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.424

DECRETO Nº 5.424, de 19 de dezembro de 2012.
 Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 2.957,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador na importância total de R\$ 4.900.800,00 (Quatro milhões, novecentos mil e oitocentos reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO.

06.182.0002.2.156 - Manutenção da Defesa Civil
 3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.800,00
 04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município
 3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 59.500,00
 3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas Operação Intra-Orçamentárias R\$ 2.200,00
 Soma R\$ 63.500,00

02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda
 3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 316.000,00
 Soma R\$ 316.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
 3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 511.000,00
 3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas Operação Intra-Orçamentárias R\$ 13.000,00
 15.452.0021.2.079 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública
 3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 231.000,00
 Soma R\$ 755.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.182.0004.2.017 - Auxílio Financeiro a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador
 3.3.50.00.0000 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos
 R\$ 48.000,00
 06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador
 3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 80.800,00
 Soma R\$ 128.800,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.046 - Aplicação de Recursos do Fundeb 60%
 3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.928.000,00
 3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas Operação Intra-Orçamentárias R\$ 111.600,00
 12.361.0011.2.047 - Aplicação dos Recursos do Fundeb 40%
 3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 784.000,00
 3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas Operação Intra-Orçamentárias R\$ 76.900,00
 12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 455.000,00
 3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas Operação Intra-Orçamentárias R\$ 57.000,00
 12.365.0011.2.056 - Manutenção do Convênio com ACEIAS
 3.3.50.00.0019 - Transferências a Instituições Privadas R\$ 200.000,00
 Soma R\$ 3.612.500,00

02.08 - GABINETE DO VICE-PREFEITO.

04.122.0002.2.156 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito
 3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 Soma R\$ 25.000,00
 Total R\$ 4.900.800,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes Anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 4.900.800,00 (Quatro milhões, novecentos mil e oitocentos reais):

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas Operação Intra-Orçamentárias R\$ 100.000,00
 04.122.0002.2.003 - Manutenção da Assessoria de Imprensa
 4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.600,00
 04.122.0002.2.004 - Manutenção do Procon
 3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
 04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município
 4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.142,80
 04.122.0003.2.015 - Manutenção do Controle Interno
 4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.600,00
 06.182.0002.2.157 - Manutenção da Intendência de Taquara Verde
 3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 118.788,14
 3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 41.000,00
 04.122.0002.2.162 - Contribuições Financeiras a Entidades
 3.3.90.00.0000 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.. R\$ 6.300,00
 Soma R\$ 392.430,94

02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda
 3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas Operações Intra-Orçamentárias R\$ 29.000,00
 3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00



Soma R\$ 179.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 700.000,00
15.452.0021.2.076 - Manutenção do Cemitério Municipal
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
15.452.0021.2.077 - Manutenção do Terminal Rodoviário Municipal
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
15.452.0021.2.078 - Manutenção do Aeroporto Municipal
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
26.782.0020.2.108 - Manutenção da Malha Viária Municipal
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Soma R\$ 990.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 26.500,00
Soma R\$ 26.500,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 112.500,00
12.361.0011.1.031 - Construção e Reformas de Quadras de Esportes
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
12.365.0011.1.036 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 55.600,00
12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 340.000,00
3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas Operações Intra-Orçamentárias R\$ 57.000,00
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.877,18
12.364.0011.2.063 - Auxílio Financeiro a Estudantes Bolsas de Estudo
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 37.411,88
Soma R\$ 2.757.389,06

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.1.078 - Ampliação e Revitalização da Feira do Produtor
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.400,00
20.606.0026.1.088 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 7.004,00
20.606.0026.1.180 - Construção de Poços Artesianos na Área Rural
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 22.200,00
20.606.0026.2.051 - Manutenção da Pista de Arremate e Mangueira
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.200,00
20.606.0026.2.058 - Manutenção do Plano Diretor Agrícola
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00
20.606.0026.2.059 - Edificação Rural
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 16.700,00
20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas Operações Intra-Orçamentárias R\$ 17.000,00
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 233.000,00
20.606.0026.2.092 - Assistência Técnica ao Produtor Rural

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 39476,00

Soma R\$ 555.480,00

Total R\$ 4.900.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de dezembro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal de Caçador.

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.415 de 19 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº 7.415 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL EM CARÁTER DE URGÊNCIA E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo ao contido no Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, considerando de interesse público,

DECRETA:

Art.1º) Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de terra medindo 1.686,31m² (um mil, seiscentos e oitenta e seis metros e trinta e um décimetro quadrados), Matriculada sob n. 26.538 no C.R.I. de São Bento do Sul/SC, (com 1.700m² na matrícula - a retificar), localizada à Rua Jorge Lacerda (antiga rua Marechal Floriano Peixoto), s/n., no Centro deste Município, confrontando com área do Cemitério Público Municipal, conforme levantamento planimétrico anexo ao presente decreto.

Parágrafo único - A área descrita no caput deste artigo está registrada sob titularidade de EMÍLIA CARDOSO CORRÊA, já falecida.

Art.2º) Fica declarada a urgência da desapropriação aludida no presente decreto, especialmente para fins de imissão provisória de posse no imóvel descrito no caput do artigo anterior.

Art.3º) A área a ser desapropriada será integrada ao patrimônio público municipal com status de "bem de uso especial", destinando-se à ampliação do Cemitério Público Municipal.

Parágrafo único - A presente desapropriação destina-se a criar mais túmulos no Cemitério Público Municipal de Campo Alegre, localizado na Rua Jorge Lacerda, nº Centro, neste Município, na da justificativa que integra este decreto.

Art.4º) O expropriante, por suas Secretarias Municipais, fica autorizado a ingressar na área expropriada afim de adotar as medidas necessárias à sua perfeita individualização, podendo recorrer em caso de oposição, ao auxílio de força policial, prerrogativa assegurada por lei.

Art.5º) As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias existentes.

Parágrafo único - O valor correspondente à indenização ao expropriado, correspondente ao valor médio aferido pelas 03 (três)



avaliações imobiliárias que integram o presente decreto, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art.6º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.416 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.416 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. ALINE DOS SANTOS MACHADO, no Cargo Público de Professor II, na função de Professor de Educação Física, Registro no Sistema sob o nº 955047, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.417 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.417 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. ANA CAROLINE KROL, no Cargo Público de Professor IV, na função de Professor de Inglês, Registro no Sistema sob o nº 955113, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.418 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.418 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. BIANCA KESTERING GREIPEL, no Cargo Público de Professor III, na função de Professor de Arte, Registro no Sistema sob o nº 954997, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.419 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.419 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. CAROLINE NEUMANN, no Cargo Público de Professor IV, na função de Professor de Inglês, Registro no Sistema sob o nº 955131, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.420 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.420 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. ELAINE MARTINS, no Cargo Público de Professor III, na função de Professor de Arte, Registro no Sistema sob o nº 955027, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.421 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. EROTIDES URBANEK PETROCEKSKI, no Cargo Público de Professor III, na função de Professor de Arte, Registro no Sistema sob o nº 955042, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.422 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.422 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. FABIANA OLIVEIRA CAMARGO, no Cargo Público de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955038, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.423 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.423 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. INEZ SILVANE NEPPL LISCZKOVSKI, no Cargo Público de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955097, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.424 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.424 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS, no Cargo Público de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob o nº 955095, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.425 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.425 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19

de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. JULIANA MARIA PRAZMOSKI, no Cargo Público de Professor III, na função de Professor de Arte, Registro no Sistema sob o nº 955025, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.426 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.426 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. LILIAN DA CRUZ KUHNEN, no Cargo Público de Professor III, na função de Professor de Arte, Registro no Sistema sob o nº 954993, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.427 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.427 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao

Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. MONICA AUGUSTIN DRANKA, no Cargo Público de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob o nº 955114, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.428 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.428 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. REGIANE MALINOVSKI HORTZ, no Cargo Público de Professor III, na função de Professor de Arte, Registro no Sistema sob o nº 955112, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.429 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.429 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa

Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ, no Cargo Público de Professor III, na função de Professor de Arte, Registro no Sistema sob o nº 955086, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.430 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.430 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003;

Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEVICZ, no Cargo Público de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob o nº 955018, a partir de 20 de dezembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.431 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.431 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DECLARA A VACÂNCIA DO

CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA SILVIA PASDA UHLIG.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 005/2012 e nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 23 de dezembro de 2003 combinado com o artigo 79-C, da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001, que rege a Previdência Municipal, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município e Anexo III da Lei Complementar Municipal 088 de 15 de março de 2012, que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Magistério, a servidora SILVIA PASDA UHLIG, detentora da Matrícula Funcional nº 000173, Registro no Sistema sob nº 299980, Pis/Pasep nº 18013119160, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor I, Função Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, nos termos do § 1º do artigo 17, da Lei Municipal nº 2.537, perfazendo o montante bruto de R\$ 2.671,39 (dois mil, seiscentos e setenta e um reais, trinta e nove centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE.
Prefeito Municipal Diretora Executiva - IPRECAL

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.723 de 19 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.723 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012
CANCELA AS FÉRIAS DA SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando que o as garantias do Sistema Único de Saúde previstas na Constituição Federal do Brasil especialmente em seu Art. 196 diz: "A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal, igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

RESOLVE:

Art.1º) Cancelar as Férias da Servidora Pública Municipal, função Técnica de Enfermagem - DANIELE COELHO, Matrícula Funcional nº 000585, Registro no Sistema Sob nº 954793, Portaria nº 9.659 de 14 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: O cancelamento de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista de que esta Municipalidade não logrou êxito na contratação de profissionais médicos para atender os usuários do SUS no período das férias coletivas, cujo o atendimento seria prestado junto às instalações do Hospital Salvatoriano São Luiz.

Art. 2º) O pagamento de um terço das férias fica mantido tendo em vista que já foi pago e creditado na conta corrente da servidora pública municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPCKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.724 de 19 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.724 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012
CANCELA AS FÉRIAS DO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando que o as garantias do Sistema Único de Saúde previstas na Constituição Federal do Brasil especialmente em seu Art. 196 diz: "A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal, igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

RESOLVE:

Art.1º) Cancelar as Férias do Servidor Público Municipal, função Médico - ERONCLEITON CARNEIRO RIBAS, Matrícula Funcional nº 000697, Registro no Sistema Sob nº 955140, Portaria nº 9.662 de 14 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: O cancelamento de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista de que esta Municipalidade não logrou êxito na contratação de profissionais médicos para atender os usuários do SUS no período das férias coletivas, cujo o atendimento seria prestado junto às instalações do Hospital Salvatoriano São Luiz.

Art. 2º) O pagamento de um terço das férias fica mantido tendo em vista que já foi pago e creditado na conta corrente do servidor público municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPCKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.725 de 19 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.725 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

CANCELA AS FÉRIAS DO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando que o as garantias do Sistema Único de Saúde previstas na Constituição Federal do Brasil especialmente em seu Art. 196 diz: "A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal, igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

RESOLVE:

Art.1º) Cancelar as Férias do Servidor Público Municipal, função Médico - GIOVANI CRISTIANO MATTIOLA, Matrícula Funcional nº 000688, Registro no Sistema Sob nº 955127, Portaria nº 9.663 de 14 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: O cancelamento de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista de que esta Municipalidade não logrou êxito na contratação de profissionais médicos para atender os usuários do SUS no período das férias coletivas, cujo o atendimento seria prestado junto às instalações do Hospital Salvatoriano São Luiz.

Art. 2º) O pagamento de um terço das férias fica mantido tendo em vista que já foi pago e creditado na conta corrente do servidor público municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPCKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.726 de 19 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.726 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

CANCELA AS FÉRIAS DO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando que o as garantias do Sistema Único de Saúde previstas na Constituição Federal do Brasil especialmente em seu Art. 196 diz: "A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal, igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

RESOLVE:

Art.1º) Cancelar as Férias do Servidor Público Municipal, função Médico - HAROLD RAETSCH, Matrícula Funcional nº 370, Registro no Sistema Sob nº 315500, Portaria nº 9.664 de 14 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: O cancelamento de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista de que esta Municipalidade não logrou êxito na contratação de profissionais médicos para atender os usuários do SUS no período das férias coletivas, cujo o atendimento seria prestado junto às instalações do Hospital Salvatoriano São Luiz.

Art. 2º) O pagamento de um terço das férias fica mantido tendo em vista que já foi pago e creditado na conta corrente do servidor público municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPCKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.727 de 19 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.727 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

CANCELA AS FÉRIAS DO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando que o as garantias do Sistema Único de Saúde previstas na Constituição Federal do Brasil especialmente em seu Art. 196 diz: "A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal,

igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

RESOLVE:

Art.1º) Cancelar as Férias do Servidor Público Municipal, função Técnico em Nível Médio - JOSÉ ADEMIR RIBEIRO, Matrícula Funcional nº 000689, Registro no Sistema Sob nº 955128, Portaria nº 9.670 de 14 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: O cancelamento de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista de que esta Municipalidade não logrou êxito na contratação de profissionais médicos para atender os usuários do SUS no período das férias coletivas, cujo o atendimento seria prestado junto às instalações do Hospital Salvatoriano São Luiz.

Art. 2º) O pagamento de um terço das férias fica mantido tendo em vista que já foi pago e creditado na conta corrente do servidor público municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPCKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.728 de 19 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.728 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012
CANCELA AS FÉRIAS DA SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando que o as garantias do Sistema Único de Saúde previstas na Constituição Federal do Brasil especialmente em seu Art. 196 diz: “A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal, igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

RESOLVE:

Art.1º) Cancelar as Férias da Servidora Pública Municipal, função Auxiliar de Enfermagem - MARILENA PISKE, Matrícula Funcional nº 000051, Registro no Sistema Sob nº 293270, Portaria nº 9.681 de 14 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: O cancelamento de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista de que esta Municipalidade não logrou êxito na contratação de profissionais médicos para atender os usuários do SUS no período das férias coletivas, cujo o atendimento seria prestado junto às instalações do Hospital Salvatoriano São Luiz.

Art. 2º) O pagamento de um terço das férias fica mantido tendo

em vista que já foi pago e creditado na conta corrente da servidora pública municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPCKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.729 de 19 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.729 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012
CANCELA AS FÉRIAS DA SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando que o as garantias do Sistema Único de Saúde previstas na Constituição Federal do Brasil especialmente em seu Art. 196 diz: “A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal, igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

RESOLVE:

Art.1º) Cancelar as Férias da Servidora Pública Municipal, função de Enfermeira - MARILENE DE FÁTIMA BENANCIO PAUL, Matrícula Funcional nº 000683, Registro no Sistema Sob nº 955122, Portaria nº 9.682 de 14 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: O cancelamento de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista de que esta Municipalidade não logrou êxito na contratação de profissionais médicos para atender os usuários do SUS no período das férias coletivas, cujo o atendimento seria prestado junto às instalações do Hospital Salvatoriano São Luiz.

Art. 2º) O pagamento de um terço das férias fica mantido tendo em vista que já foi pago e creditado na conta corrente da servidora pública municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPCKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.730 de 19 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.730 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012
CANCELA AS FÉRIAS DA SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando que o as garantias do Sistema Único de Saúde previstas na Constituição Federal do Brasil especialmente em seu Art. 196 diz: "A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal, igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

RESOLVE:

Art.1º) Cancelar as Férias da Servidora Pública Municipal, função de Agente Operacional I - MARLI LÚCIA MICHALSKY CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000251, Registro no Sistema Sob nº 726900, Portaria nº 9.685 de 14 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: O cancelamento de que trata o caput deste Artigo, tendo em vista de que esta Municipalidade não logrou êxito na contratação de profissionais médicos para atender os usuários do SUS no período das férias coletivas, cujo o atendimento seria prestado junto às instalações do Hospital Salvatoriano São Luiz.

Art. 2º) O pagamento de um terço das férias fica mantido tendo em vista que já foi pago e creditado na conta corrente da servidora pública municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPCKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.731 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.731 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Chefe do Serviço

Ambiental, CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema sob nº 313130, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011, e pagamento de um terço referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2012 à 08 de janeiro de 2013.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.732 de 20 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.732 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR
DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, Matrícula Funcional nº 000188, Registro no Sistema sob nº 302010, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código 2, Nível de Vencimento P2, Referência C, para o Código 2, Nível de Vencimento P2, Referência D, no valor de R\$ 2.283,19 (dois mil, duzentos e oitenta e três reais, dezenove centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de novembro de 2012.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de janeiro de 2013, será pago o valor de R\$ 118,37 (cento e dezoito reais, trinta e sete centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de novembro de 2012. Fica retido o valor de R\$ 14,63 (quatorze reais, sessenta e três centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL, o valor de R\$ 29,26 (vinte e nove reais, vinte e seis centavos), refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 01 de novembro de 2012.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

1ª Alteração ao Edital do Processo Licitatório Nº 143/2012 - Pregão (Presencial)

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

1ª ALTERAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2012 - PREGÃO (Presencial)

ALTERA-SE o edital do processo licitatório epigrafo, conforme segue:

- O item 2.1.3 passará a vigorar da seguinte forma:

"2.1.3 – Critério para julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL (soma de todos os itens), com FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO UNITÁRIO de:

- R\$ 1,991 o litro do óleo diesel S500; e
- R\$ 2,07 o litro do óleo diesel - Biodiesel - S- 10.

- O item 2.1.3 passará a vigorar da seguinte forma:

9.1.6 - Classificação das propostas de menor preço GLOBAL (soma de todos os itens), com observância ao valor máximo unitário fixado, e daquelas que contenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas comerciais escritas nas condições definidas nesta alínea, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

- O Anexo I passará a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I

MODELO DE PLANILHA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2012
MODALIDADE PREGÃO (presencial) – Registro de Preços

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Máximo fixado (unitário) R\$	Valor Unitário	Valor Total
01	250.000,00	litros	Óleo diesel S500		R\$ 1,991		
02	200.000,00	litros	Óleo Biodiesel S10		R\$ 2,07		
VALOR GLOBAL (soma dos itens)							

Validade da proposta: _____ dias (não inferior a 60 dias)

CARIMBO E ASSINATURA:

As demais disposições do edital do processo licitatório epigrafo permanecem inalterados e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br. Publique-se ainda, o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Ratificação Processo de Dispensa de Licitação Nº 88/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

RATIFICAÇÃO

(Processo de Dispensa de Licitação nº 88/2012)

Na qualidade de Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações no Processo de Dispensa de Licitação n.º 88/2012, que concluiu pela contratação da empresa RAIZ Soluções Inteligente Ltda, tendo em vista a solicitação, a justificativa, o orçamento e parecer jurídico favorável, às fls. 03 a 29, com vigência de 5 (cinco) meses, para os seguintes serviços:

Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
05	Mês	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO COMERCIAL E OPERACIONAL	1.200,00	6.000,00
05	Mês	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LEITURA E EMISSÃO SIMULTANEA DE FATURA DE AGUA, consistindo em: - 01 COLETOR DE DADOS, contendo: 01 bateria recarregável, 01 carregador cabo carga rápida, 01 capa protetora e 01 placa GPRS 4 band/EDGE; - 01 IMPRESSORA RW 420, contendo: 01 bateria recarregavel de litio ion, 01 carregador carga rápida e 01 capa protetora; - 01 BATERIA adicional para IMPRESSORA RW420; - LICENÇA WINDOWS MOBILE 6.1 PROFESSIONAL; e - LICENÇA SOFTWARE gerenciamento remoto do COLETOR.	500,00	2.500,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO				8.500,00

Publique-se.

Campo Alegre, 06 de junho de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Ratificação Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 30/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
RATIFICAÇÃO
(Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 30/2012)

Na qualidade de Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 30/2012, tendo a escolha recaído sobre o laboratório "LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTOS E RUCKL SS", por ser o único instalado no Município. O valor (unitário por exames) a ser praticado consta da Tabela de preços, tendo como previsão de gastos o valor de R\$ 3.000,00.

Publique-se,

Campo Alegre, 19 de dezembro de 2012.

ROSANA EMÍLIA GREIPEL

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 06/2012

Portaria nº 06, de 14 de Dezembro de 2012.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Assessor Jurídico, Sr. ANTONIO DREVEK, referente período aquisitivo de 02 de janeiro de 2012 a 01 de janeiro de 2013 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º) O assessor gozará férias no período de 17 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 14 de dezembro de 2012.

FRANCISCO KOHLER

Presidente da Mesa

Portaria Nº 07/2012

Portaria nº 07, de 20 de Dezembro de 2012.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR DA CÂMARA MUNICIPAL.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Assessora Parlamentar, Sra. SABRINA IDALÊNCIO, referente período aquisitivo de 09 de abril de 2012 a 08 de abril de 2013 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º) O assessor gozará férias no período de 21 de dezembro de 2012 a 30 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de dezembro de 2012.

FRANCISCO KOHLER

Presidente da Mesa

Portaria Nº 08/2012

PORTARIA Nº 08 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURIDICO.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009 e suas alterações.

RESOLVE:

Art.1º) Exonerar do quadro de Pessoal o Sr. ANTONIO DREVEK, contratado para exercer o cargo de Assessor Jurídico, conforme Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009, lotado na Câmara Municipal de Campo Alegre, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de Dezembro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 21 de Dezembro de 2012.

FRANCISCO KOHLER

Presidente da Mesa

Portaria Nº 09/2012

PORTARIA Nº 09 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009 e suas alterações.

RESOLVE:

Art.1º) Exonerar do quadro de Pessoal o Sra. SABRINA IDALÊNCIO, contratada para exercer o cargo de Assessora Parlamentar, conforme Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009, lotado na Câmara Municipal de Campo Alegre, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de Dezembro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 21 de Dezembro de 2012.

FRANCISCO KOHLER

Presidente da Mesa

Portaria Nº 10/2012

Portaria nº 10, de 21 de Dezembro de 2012.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE FUNÇÃO GRATIFICADA - ASSESSORA GERAL

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009 e suas alterações;

RESOLVE:

Art.1º) Exonerar do Quadro de Cargos de Função Gratificada - FG-2 Legislativo - Cargo Assessora Geral a Sra. BETINA MOREIRA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0026, a partir de 31 de Dezembro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de Dezembro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 21 de Dezembro de 2012.

FRANCISCO KOHLER

Presidente da Mesa

Portaria Nº 11/2012

Portaria nº 11, de 21 de Dezembro de 2012.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE FUNÇÃO GRATIFICADA - ASSESSOR CONTÁBIL E RH

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009 e suas alterações;

RESOLVE:

Art.1º) Exonerar do Quadro de Cargos de Função Gratificada - FG-1 Legislativo - Cargo Assessor Contábil e RH o Sr. FERNANDO GROSSKOPF, Matrícula Funcional nº 0027, a partir de 31 de Dezembro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de Dezembro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 21 de Dezembro de 2012.

FRANCISCO KOHLER

Presidente da Mesa

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 15/12 de 18/12/12

LEI COMPLEMENTAR Nº 15/12 DE 18/12/12

cria e denomina bairro no perímetro urbano da cidade e dá outras providências.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica criado no perímetro urbano da cidade o Bairro denominado São Cristóvão.

Art. 2º. O perímetro do bairro São Cristóvão, inicia-se na Rua Vergílio Antunes de Souza, esquina com a Rua Irineu Faedo, deste seguindo pela Rua Irineu Faedo na distância de 816 metros até a Rua Rio do Sul, confrontando neste trecho ao norte com o Bairro

Jardim Bela Vista e Bairro Nossa Senhora Aparecida; deste seguindo pela Rua Rio do Sul na distância de 177 metros, chega-se na Rua João Petry na distância de 725 metros até a Rua Vergílio Antunes de Souza, confrontando neste trecho ao sul com a Rodovia BR 470, e desta seguindo pela Rua Vergílio Antunes de Souza na distância de 357 metros até a esquina da Rua Irineu Faedo, confrontando neste trecho a oeste com o bairro jardim Bela Vista, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º. Integra esta Lei Complementar o memorial descritivo e mapa anexo.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei,

em 18 de dezembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.804/12 de 18/12/2012

LEI Nº 3.804/12 DE 18/12/2012

AUTORIZA CEDER EM COMODATO BENS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO A ENTIDADE QUE MENCIONA.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o poder executivo autorizado a ceder em Comodato à Cooperativa de Crédito Rural com Integração Solidária de Frei Rogerio - CRESOL Frei Rogerio - CNPJ - 06.890.201/0001-98, os seguintes bens pertencentes ao patrimônio do município:

- 02 Impressora HP J4660
- 01 LENOVO ThinkCentre DC, 2GB, 320GB, DVDRW, WIND7PR;
- 01 LENOVO Teclado;
- 01 LENOVO Mouse;
- 01 LENOVO Monitor LCD 18.5;
- 01 LENOVO ThinkCentre, DC, 2GB, DVDRW, WIND7R;
- 01 LENOVO ThinkCentre, AMD, 4GB, 500GB, DVDRW, WIND7P;
- 01 LENOVO Notebook Z460 I3 380, 3GB, 320GB, WIN7

Art. 2º. O comodato será por 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período se for do interesse do poder executivo.

Art. 3º. Ao término da vigência do comodato o comodatário restituirá os bens descritos no artigo 1º, em igual condição de uso que recebeu.

Art. 4º. O comodatário deverá afixar em local visível ao público cartaz contendo a seguinte expressão: " esta agência tem o apoio logístico do município de Campos Novos.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei,

em 27 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.805/12 de 19/12/2012

LEI Nº 3.805/12 DE 19/12/2012

INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E A ESCRITA FISCAL ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS

NOVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do município de Campos Novos a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) o documento emitido e armazenado por intermédio de sistema informatizado do município, conforme definido em decreto do Poder Executivo, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços de interesse fazendário em meio exclusivamente digital, com validade jurídica plena garantida e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 2º. No prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente lei, o Poder Executivo regulamentará mediante decreto as normas relativas ao uso e emissão da NFS-E em todos os aspectos pertinentes, fixando cronograma para início de sua utilização, podendo estipular prazos diversos em face da natureza dos serviços e das circunstâncias locais que envolvem o exercício da respectiva atividade econômica.

§1º. No prazo máximo de um ano a contar da publicação da regulamentação tratada no caput estará vedado o controle físico de normas fiscais no âmbito do município de Campos Novos, cabendo ao Poder Executivo adotar as providências necessárias ao cumprimento desta lei.

§ 2º. Ficam as ME (Micro Empresas) e os MEI (Micro Empreendedores Individuais) com tratamento diferenciado na obrigatoriedade de implantação da emissão de Nota Fiscal Eletrônica e o Livro Eletrônico, com tabela progressiva a ser regulamentada por projeto de Lei. Sendo que os contribuintes não obrigados à emissão de NFS-e que optarem espontaneamente pela emissão da nota nesta espécie, ficarão sujeitos aos dispositivos desta lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irrevogável, nos termos da regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo.

Art. 3º. Fica instituído o Livro Eletrônico de declaração mensal para lançamentos das bases tributáveis dos serviços prestados e tomados, com fim de apuração do ISSQN mensal do município, ficando as empresas com apuração do ISSQN fixo anual desobrigadas a apresentação do Livro Eletrônico.

§1º. Considera-se Livro Eletrônico o meio informatizado e disponibilizado ao público pelo Município para escrituração fiscal e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados, e/ou que sejam de interesse tributário do município, inclusive para fins de fiscalização.

§ 2º. As obrigações derivadas desta lei poderão se estender a terceiros, ainda que não ostentem a condição de tomador ou prestador de serviços, substituto tributário ou responsável pelo recolhimento de tributo.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará, mediante decreto no prazo de trinta dias, as normas relativas ao uso do Livro Eletrônico, com todos os aspectos a ele pertinentes.

Parágrafo único. Sem prejuízo das sanções elencadas nesta lei, o prestador ou tomador de serviços, ainda que imune ou isento, o substituto, responsável ou terceiro a que o regulamento imponha

obrigações, ficará obrigado ao cumprimento das obrigações acessórias previstas no decreto regulamentador e na legislação tributária em vigor, sob pena de incidir nas sanções previstas na legislação vigente, notadamente quando:

I. Deixar de remeter à Secretaria de Finanças do município o Livro Eletrônico no prazo determinado, independente do pagamento do imposto.

II. Escriturar o Livro Eletrônico com omissões, dados incorretos ou inverídicos.

Art. 5º. A geração de NFS Eletrônica constitui declaração de dívida do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN incidente na operação, com apuração mensal.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei,
em 19 de dezembro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.658/2012 de 17/12/2012

DECRETO Nº 6.658/2012 DE 17/12/2012

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Com amparo no artigo 6º Da Lei nº 3.713 de 16 de dezembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente do orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, a seguinte rubrica orçamentária:

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto
3.3.90.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. Por conta das anulações previstas no artigo 1º, fica suplementada a seguinte rubrica orçamentária do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto
3.1.90.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
17 de dezembro de 2012
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.659/2012 de 18/12/2012

DECRETO Nº 6.659 DE 18/12/2012

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do município de Campos Novos, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 38.345;
Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c arts. 55, §2º, 57, inciso III e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor;
Com amparo no artigo 100, incisos VIII - XVIII da Lei Orgânica do Município

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de Josil Cordeiro, CPF - 384.774.679-00 e Márcio Cordeiro, CPF - 029.808.189-09, com a área de 17.050,00 m² (dezessete mil e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos sob nº R-4-23.667.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo 1º possui as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua João Maria Becker em 43,43 metros, e com terrenos de Sebastião França em 74,28 metros lineares;
Sul: com terrenos de Marcos A. Campagnoni em 81,94 metros lineares;

Leste: com Sebastião França, em 66,34 metros, e Antonio Dias, em 126,05 metros;

Oeste: com Ivan Cordeiro em 217,65 metros lineares.

Art. 3º. O desmembramento autorizado por este decreto, dá origem a 3 (três) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes dimensões.

Lote 01 com a área superficial de 347,16 m² e seguintes confrontações:

Norte: com a Rua João Maria Becker em 15,43m;

Sul: com terrenos de Josil Cordeiro e Márcio Cordeiro em 15,53m;

Leste: com terrenos de Sebastião França em 22,05m;

Oeste: com o lote nº 02 em 22,50m.

Lote 02 com a área superficial de 360,00 m² e seguintes confrontações:

Norte: com a Rua João Maria Becker em 16,00m;

Sul: com terrenos de Josil Cordeiro e Marcio Cordeiro em 16,00m

Leste: com o lote nº 01 em 22,50m;

Oeste: com terrenos de Josil Cordeiro e Marcio Cordeiro em 22,50m.

Lote 03 com a área superficial de 16.342,84 m² e seguintes confrontações:

Norte: com a rua João Maria Becker em 12m, com o lote nº 02 em 16,00m e com o lote nº 01 em 15,43m;

Sul: com terrenos de Marcos A. Campagnoni em 81,94m;

Leste: com terrenos de Sebastião França em 40,05m e Antonio Dias em 126,05m;

Oeste: com terrenos de Ivan Cordeiro em 217,65m.

Art. 4º. Ficam aprovadas as plantas e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas e caracterizadas no artigo 3º deste decreto

Art. 5º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro do imóvel, objeto do desmembramento.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

18 de dezembro de 2012

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Nº 20/2012**

DECRETO Nº 20/2012

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS DEPENDÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

O cidadão José Adelar Carpes, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" do dia 24/12/2012 à 31/12/2012 nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos (SC).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC,
em 19 de dezembro de 2012.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

Moção Nº 49/2012

MOÇÃO Nº 49/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a Câmara dos Deputados a seguinte

MOÇÃO DE APOIO

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrito apoio a

"APROVAÇÃO DA REFORMA POLÍTICA "

Neste longo período, o processo político vigente tem permitido a prática de distorções de vários aspectos, resultando numa cultura política que provoca a deterioração da imagem dos Poderes constituídos, especialmente do Legislativo e dificulta a expressão concreta da verdadeira vontade popular, no momento da escolha de seus representantes.

O constante e crescente descrédito em relação aos representantes do povo tem mobilizado vários setores da sociedade civil em defesa de uma reforma política com participação popular. O momento histórico vivido pelo Brasil é extremamente oportuno para a tão necessária transformação política, fortalecendo e aperfeiçoando os mecanismos representativos e reestruturando o sistema eleitoral brasileiro.

Ao implementar uma nova prática política, fundamentada na democracia, resultará num significativo avanço político, cultural e social do país rumo à conquista de uma sociedade igualitária, mais justa e sem as grandes influências do capital nas eleições.

A Reforma Política deve estar baseada na extensão do processo de democratização possibilitando participação popular e a busca de maior legitimidade dos eleitos, a fim de fortalecer a construção da cidadania do povo brasileiro de maneira participativa. Assim, torna-se matéria urgente e necessária, na crença de o povo brasileiro poder, de fato, expressar sua vontade no momento de escolha de

seus Representantes nas próximas eleições.

Sala das Sessões, em 13/12/2012.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIDINEI CORDEIRO
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Canoinhas

PREFEITURA

Lei Nº. 5046 de 07/12/2012

LEI Nº. 5046 DE 07/12/2012

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizada a baixa nas restrições referentes a inalienabilidade e atividade nos termos da Lei Municipal nº 992/71 constantes nas matrículas nº 7.363, 8.329, 9.490 e 23.129, todas registradas no C.R.I. da Comarca de Canoinhas, SC, sendo todos os imóveis de propriedade da Empresa Compensados e Laminados Lavrasul S/A.

Art. 2º Fica condicionado o artigo anterior ao recebimento, através do instituto da doação, dos seguintes:

I - de uma área de terras com 92.000 m² (noventa e dois mil metros quadrados), onde está edificado um complexo residencial de aproximadamente 50 casas, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas sob nº 4.920, pertencente à Empresa Compensados e Laminados Lavrasul S/A, e

II - da área de terras necessária para reabertura da via perimetral Piedade-Parado, entre a Rua Álvaro Soares Machado e Av. Ivo d'Aquino, formando assim a união das Ruas Adão Tiska e Henrique Sorg, sendo a área cedida na mesma largura destas vias públicas. Parágrafo Único: Caberá a Prefeitura Municipal de Canoinhas, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família, providenciar a regularização habitacional das famílias que se encontram em situação irregular na área descrita no caput, sendo que as despesas necessárias para tanto correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento vigente.

Art. 3º - Fica autorizada, nos termos do art. 5º da Lei Municipal 992/71, a destinação de uma área de 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) pertencente a Empresa Compensados e Laminados

Lavrasul S/A, para construção de moradias populares dentro de programas habitacionais do Governo Federal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de dezembro de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07/12/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 240/2012

DECRETO Nº. 240/2012

RETIFICA DECRETO

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº 311/2011, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 647,50m² (seiscentos e quarenta e sete metros e cinqüenta decímetros quadrados), procedido por MARCIA APARECIDA FUZINATO, situado na Rua Carlos Wagner, Bairro Campo da Água Verde nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 21.691 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 04 com área de 416,85m² e lote nº. 07 com área de 230,65m², ambos pertencentes a quadra nº.1153, conforme requerimento protocolado sob nº. 7008/2010."

Art.2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2011.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10/12/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 242/2012

DECRETO Nº. 242/2012

DECRETA LUTO OFICIAL

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art.1º - Fica decretado luto oficial no Município de Canoinhas, por três (03) dias, tendo em vista o falecimento do Sr. ORESTES GOLANOVSKI, ex-Vereador, ocorrido no dia 14 de dezembro do corrente, em Curitiba.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de dezembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 17/12/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 243/2012

DECRETO Nº. 243/2012

DETERMINA A U.F.M. (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO)
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 66, inciso VI, a Lei Orgânica Municipal, da Constituição Federal, e nos termos do Art. 429 da Lei Complementar Municipal nº 0008/2005 de 26/12/2005, resolve:

DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em 2,365 (dois inteiros e trezentos e sessenta e cinco milésimos) o valor da U.F.M., a partir do dia 1º de janeiro de 2013, para cada Unidade Fiscal do Município, tendo por base a variação acumulada do INPC/IBGE de 5,96% (cinco inteiros e noventa e seis centésimos por cento), correspondente ao período de dezembro de 2011 a novembro de 2012.

Art. 2º - Os cálculos de todos os serviços e tributos municipais, terão por base o valor fixado no artigo 1º, sendo transformado em moeda corrente para possibilitar o pagamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de dezembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 17/12/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 799/2012

PORTARIA Nº 799/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas em, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 006/SMS/2012

Art. 1º- Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SMS/2012, visando à contratação temporária de profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, com poderes para apreciar recursos e demais atos necessários.

- Ângela Cristina Damaso da Silveira;

- Luiz Anselmo Chagas;
- Edson Radunz.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de novembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07/11/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 835/2012

PORTARIA Nº. 835/2012

HOMOLOGA POSSE

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

HOMOLOGAR POSSE

Art.1º - Fica homologada a posse para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF - Campo da Água Verde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, preenchendo as exigências para investidura do referido cargo, a profissional SIBELE DE FÁTIMA DE ANDRADE FRAGOSO, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital nº. 001/2012, inscrita sob nº. 471, e convocada através do edital nº. 060/2012, a partir de 03/12/2012.

Art.2º - Fica homologada a posse para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, preenchendo as exigências para investidura do referido cargo, a profissional DÉBORA ALVES DA CRUZ, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital nº. 001/2012, inscrita sob nº. 2505, e convocada através do edital nº. 060/2012, a partir de 03/12/2012.

Art.3º - Fica homologada a posse para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF - Alto das Palmeiras, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, preenchendo as exigências para investidura do referido cargo, a profissional KARLU APARECIDA ROHRBACHER NUNES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital nº. 001/2012, inscrita sob nº. 2447, e convocada através do edital nº. 060/2012, a partir de 03/12/2012.

Art.4º - Fica homologada a posse para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF - Alto das Palmeiras, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, preenchendo as exigências para investidura do referido cargo, a profissional DANIELE MARTINS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital nº. 001/2012, inscrita sob nº. 1790, e convocada através do edital nº. 060/2012, a partir de 04/12/2012.

Art.5º - Fica homologada a posse para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF - Alto das Palmeiras, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, preenchendo as exigências para investidura do referido cargo, a profissional JANAINA DE FÁTIMA GONÇALVES JUNGLES, aprovada em hábil e competente concurso

público previsto no edital nº. 001/2012, inscrita sob nº. 2422, e convocada através do edital nº. 060/2012, a partir de 04/12/2012.

Art.6º - A efetiva posse dos aprovados será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art.7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de dezembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 03/12/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 844/2012

PORTARIA Nº. 844/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, resolve:

"HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE REMOÇÃO DO EDITAL Nº006/2012/SME"

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições para o processo de remoção do edital 006/2012/SME, conforme relação dos candidatos inscritos (anexo).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de dezembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 07/12/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDUCAÇÃO INFANTIL

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME - EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSO
ROSANA GRACHESKI DA ROCHA	09 ANOS, 04 MESES E 28 DIAS	11/05/1975	40 HORAS	REMOÇÃO
FRANCISCA CARLIM	08 ANOS, 04 MESES E 26 DIAS	10/01/1967	40 HORAS	REMOÇÃO

NILCELIA CRISTINA TRISNOSKI TODT	08 ANOS, 04 MESES E 26 DIAS	13/09/1976	40 HORAS	REMOÇÃO
ROSIMARI APARECIDA DOS SANTOS GODOY	08 ANOS, 04 MESES E 26 DIAS	02/06/1978	40 HORAS	REMOÇÃO
DANIELA SOARES FRAGOSO DE SOUZA E SILVA	08 ANOS, 04 MESES E 26 DIAS	02/10/1981	40 HORAS	REMOÇÃO
ANDRÉA NIEDZIELSKI	02 ANOS, 03 MESES E 11 DIAS	26/10/1979	40 HORAS	REMOÇÃO
CRISTIANE APARECIDA DE PAULA GRAVI	02 ANOS, 03 MESES E 11 DIAS	20/06/1982	40 HORAS	REMOÇÃO
SUZANI BRANDL GUDAS	02 ANOS, 03 MESES E 11 DIAS	29/02/1984	40 HORAS	REMOÇÃO
JOSEANA MARCELA GRAF	02 ANOS, 03 MESES E 11 DIAS	24/03/1986	40 HORAS	REMOÇÃO
CIUMARA CORRÊA DOS SANTOS	02 ANOS, 01 MÊS E 27 DIAS	28/02/1964	40 HORAS	REMOÇÃO
MARISTELA CORDEIRO RODRIGUES	02 ANOS, 01 MÊS E 27 DIAS	15/01/1968	40 HORAS	REMOÇÃO

ANOS INICIAIS

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME - ANOS INICIAIS				
NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSO
SOLANGE DAMASO SCHREIBER	24 ANOS, 07 MÊSES E 22 DIAS	31/10/1959	40 HORAS	REMOÇÃO
ANA LEONI RISKE MARCOS	24 ANOS, 07 MÊSES E 22 DIAS	17/10/1961	40 HORAS	REMOÇÃO
MARILENE ALVES SOARES	24 ANOS, 07 MÊSES E 22 DIAS	21/03/1964	40 HORAS	REMOÇÃO
MARILI POSTOL FROEHNER	22 ANOS, 02 MESES E 01 DIA	05/09/1958	40 HORAS	REMOÇÃO
LUCIMARA SALOMON MACHADO MASSANEIRO	22 ANOS, 02 MESES E 01 DIA	21/04/1968	40 HORAS	REMOÇÃO
MARA RUBIA PEREIRA DO VALE SELENKO	22 ANOS, 02 MESES E 01 DIA	10/09/1971	40 HORAS	REMOÇÃO
ANA CRISTINA KRAUSS WILLE	20 ANOS, 04 MESES E 01 DIA	23/08/1969	40 HORAS	REMOÇÃO
CRISTIANE MATTESEN WEINFURTER	09 ANOS, 04 MÊSES E 28 DIAS	21/10/1973	40 HORAS	REMOÇÃO
DIRCE POKYVIECKI HESSE	08 ANOS, 04 MESES E 27 DIAS	08/11/1964	40 HORAS	REMOÇÃO

NEUSI APARECIDA PAULUK KIESKI	08 ANOS, 04 MESES E 27 DIAS	19/05/1968	40 HORAS	REMOÇÃO
CLAUDIA SIMONE BECHEL	08 ANOS, 04 MESES E 27 DIAS	20/07/1972	40 HORAS	REMOÇÃO
MARILSE DE FÁTIMA AGOSTINHO	08 ANOS, 04 MESES E 27 DIAS	24/06/1974	20 HORAS	REMOÇÃO

PEDAGOGO

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME -		PEDAGOGO		
NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSO
SONIA TEREZINHA SACHETI	09 ANOS, 04 MESES E 27 DIAS	16/03/1964	40 HORAS	REMOÇÃO
CARLA SIMONE C. SCHUHMA-CHER GASDA	03 ANOS, 03 MESES E 01 DIA	24/06/1972	40 HORAS	REMOÇÃO

ORIENTADOR EDUCACIONAL

PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME -		ORIENTADOR EDUCACIONAL		
NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSO
CLAUDIA MARA PAN-GRATZ GON-DIM TOGAMI	12 ANOS, 04 MESES E 24 DIAS	20/02/1968	40 HORAS	REMOÇÃO
REGIANE ANDREA SUCKOW	09 ANOS, 03 MESES E 27 DIAS	09/08/1966	40 HORAS	REMOÇÃO
GIOVANA ELIZABETE BONA-SARTOR	09 ANOS, 03 MESES E 27 DIAS	07/10/1975	40 HORAS	REMOÇÃO
DILCÉA APARECIDA BONETE	09 ANOS, 02 MESES E 25 DIAS	27/09/1966	40 HORAS	REMOÇÃO

EDUCAÇÃO FÍSICA

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME					
NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSO
JAIR BAUER	10 ANOS, 04 MESES E 17 DIAS	13/11/1976	30 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
EDUARDO CARVALHO DO PRADO	04 ANOS E 02 MESES	10/04/1976	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
DOUGLAS KREILING	04 ANOS E 02 MESES	18/04/1980	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
VIVIAN KRÜGER	04 ANOS E 02 MESES	14/04/1981	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
GISLAINE DOS SANTOS CORRÊA	04 ANOS E 02 MESES	18/02/1982	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
DANIEL LAURENTINO PINTO	04 ANOS E 02 MESES	06/12/1982	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
CARLA REGINA FIGURA	04 ANOS E 02 MESES	31/07/1983	20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
GILBERTO DE PAULA ROSA	03 ANOS, 04 MESES E 21 DIAS	08/07/1976	20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
MARCIA RAQUEL SCHROEDER	03 ANOS, 04 MESES E 21 DIAS	21/03/1982	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
EDNA ALMERINDA BUSKO	03 ANOS E 15 DIAS	19/05/1974	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO

CIÊNCIAS

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME					
NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSO
PETRONILA GURZINSKI OLISKO-WSKI	10 ANOS E 04 MESES	30/05/1958	40 HORAS	CIÊNCIAS	REMOÇÃO
LUCIMARA DA SILVA MOREIRA BUENO	08 ANOS, 05 MESES E 24 DIAS	11/02/1976	20 HORAS	CIÊNCIAS	REMOÇÃO

MATEMÁTICA

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME					
NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSO
LUIS PAULO MAJESKI	09 ANOS, 04 MESES E 28 DIAS	07/07/1973	40 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
SUELEN SCHWED	08 ANOS, 04 MESES E 26 DIAS	03/10/1983	30 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
MAURO EDSON JUNGLES	04 ANOS E 10 MESES	18/09/1963	20 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
TANIA CRISTINA PORFÍRIO IGNASZEVSKI	03 ANOS, 10 MESES E 03 DIAS	06/08/1975	10 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
SABRINA SCHWED LINZMEIER	03 ANOS, 10 MESES E 03 DIAS	13/05/1986	20 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
JOELMA ZIELINSKI	02 ANOS, 03 MESES E 18 DIAS	28/08/1982	20 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO

Portaria Nº. 850/2012

PORTARIA Nº. 850/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, resolve:

"HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO DE REMOÇÃO DO EDITAL Nº006/2012/SME"

Art. 1º - Fica homologada a classificação dos inscritos para o processo de remoção do edital 006/2012/SME, conforme relação dos candidatos inscritos (anexo).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de dezembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 07/12/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDUCAÇÃO INFANTIL

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME - EDUCAÇÃO INFANTIL					
CLASSIFICAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSO
01	ROSANA GRACHESKI DA ROCHA	09 ANOS, 04 MESES E 28 DIAS	11/05/1975	40 HORAS	REMOÇÃO
02	FRANCISCA CARLIM	08 ANOS, 04 MESES E 26 DIAS	10/01/1967	40 HORAS	REMOÇÃO
03	NILCELIA CRISTINA TRISNOSKI TODT	08 ANOS, 04 MESES E 26 DIAS	13/09/1976	40 HORAS	REMOÇÃO
04	ROSIMARI APARECIDA DOS SANTOS GODOY	08 ANOS, 04 MESES E 26 DIAS	02/06/1978	40 HORAS	REMOÇÃO
05	DANIELA SOARES FRAGOSO DE SOUZA E SILVA	08 ANOS, 04 MESES E 26 DIAS	02/10/1981	40 HORAS	REMOÇÃO
06	ANDRÉA NIEDZIELSKI	02 ANOS, 03 MESES E 11 DIAS	26/10/1979	40 HORAS	REMOÇÃO
07	CRISTIANE APARECIDA DE PAULA GRAVI	02 ANOS, 03 MESES E 11 DIAS	20/06/1982	40 HORAS	REMOÇÃO
08	SUZANI BRANDL GUDAS	02 ANOS, 03 MESES E 11 DIAS	29/02/1984	40 HORAS	REMOÇÃO
09	JOSEANA MARCELA GRAF	02 ANOS, 03 MESES E 11 DIAS	24/03/1986	40 HORAS	REMOÇÃO
10	CIUMARA CORRÊA DOS SANTOS	02 ANOS, 01 MÊS E 27 DIAS	28/02/1964	40 HORAS	REMOÇÃO
11	MARISTELA CORDEIRO RODRIGUES	02 ANOS, 01 MÊS E 27 DIAS	15/01/1968	40 HORAS	REMOÇÃO

ANOS INICIAIS

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME - ANOS INICIAIS					
CLASSIFICAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSO
01	SOLANGE DAMASO SCHREIBER	24 ANOS, 07 MÊSES E 22 DIAS	31/10/1959	40 HORAS	REMOÇÃO
02	ANA LEONI RISKE MARCOS	24 ANOS, 07 MÊSES E 22 DIAS	17/10/1961	40 HORAS	REMOÇÃO

03	MARILENE ALVES SOARES	24 ANOS, 07 MÊSES E 22 DIAS	21/03/1964	40 HORAS	REMOÇÃO
04	MARILI POSTOL FROEHNER	22 ANOS, 02 MESES E 01 DIA	05/09/1958	40 HORAS	REMOÇÃO
05	LUCIMARA SALOMON MACHADO MASSANEIRO	22 ANOS, 02 MESES E 01 DIA	21/04/1968	40 HORAS	REMOÇÃO
06	MARA RUBIA PEREIRA DO VALE SELENKO	22 ANOS, 02 MESES E 01 DIA	10/09/1971	40 HORAS	REMOÇÃO
07	ANA CRISTINA KRAUSS WILLE	20 ANOS, 04 MESES E 01 DIA	23/08/1969	40 HORAS	REMOÇÃO
08	CRISTIANE MATTESEN WEINFURTER	09 ANOS, 04 MÊSES E 28 DIAS	21/10/1973	40 HORAS	REMOÇÃO
09	DIRCE POKYVIECKI HESSE	08 ANOS, 04 MESES E 27 DIAS	08/11/1964	40 HORAS	REMOÇÃO
10	NEUSI APARECIDA PAULUK KIESKI	08 ANOS, 04 MESES E 27 DIAS	19/05/1968	40 HORAS	REMOÇÃO
11	CLAUDIA SIMONE BECHEL	08 ANOS, 04 MESES E 27 DIAS	20/07/1972	40 HORAS	REMOÇÃO
12	MARILSE DE FÁTIMA AGOSTINHO	08 ANOS, 04 MESES E 27 DIAS	24/06/1974	20 HORAS	REMOÇÃO

PEDAGOGO

	PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME -			PEDAGOGO	
CLASSIFICAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSO
01	SONIA TEREZINHA SACHETI	09 ANOS, 04 MESES E 27 DIAS	16/03/1964	40 HORAS	REMOÇÃO
02	CARLA SIMONE C. SCHUMACHER GASDA	03 ANOS, 03 MESES E 01 DIA	24/06/1972	40 HORAS	REMOÇÃO

ORIENTADOR EDUCACIONAL

	PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME -			ORIENTADOR EDUCACIONAL	
CLASSIFICAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSO

01	CLAUDIA MARA PANGRATZ GONDIM TOGAMI	12 ANOS, 04 MESES E 24 DIAS	20/02/1968	40 HORAS	REMOÇÃO
02	REGIANE ANDREA SUCKOW	09 ANOS, 03 MESES E 27 DIAS	09/08/1966	40 HORAS	REMOÇÃO
03	GIOVANA ELIZABETE BONA SARTOR	09 ANOS, 03 MESES E 27 DIAS	07/10/1975	40 HORAS	REMOÇÃO
04	DILCÉA APARECIDA BONETE	09 ANOS, 02 MESES E 25 DIAS	27/09/1966	40 HORAS	REMOÇÃO

EDUCAÇÃO FÍSICA

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME						
CLASSIFICAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSO
01	JAIR BAUER	10 ANOS, 04 MESES E 17 DIAS	13/11/1976	30 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
02	EDUARDO CARVALHO DO PRADO	04 ANOS E 02 MESES	10/04/1976	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
03	DOUGLAS KREILING	04 ANOS E 02 MESES	18/04/1980	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
04	VIVIAN KRÜGER	04 ANOS E 02 MESES	14/04/1981	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
05	GISLAINE DOS SANTOS CORRÊA	04 ANOS E 02 MESES	18/02/1982	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
06	DANIEL LAURENTINO PINTO	04 ANOS E 02 MESES	06/12/1982	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
07	CARLA REGINA FIGURA	04 ANOS E 02 MESES	31/07/1983	20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
08	GILBERTO DE PAULA ROSA	03 ANOS, 04 MESES E 21 DIAS	08/07/1976	20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
09	MARCIA RAQUEL SCHROEDER	03 ANOS, 04 MESES E 21 DIAS	21/03/1982	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
10	EDNA ALMERINDA BUSKO	03 ANOS E 15 DIAS	19/05/1974	40 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO

CIÊNCIAS

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME						
CLASSIFICAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSO
01	PETRONILA GURZINSKI OLISKOWSKI	10 ANOS E 04 MESES	30/05/1958	40 HORAS	CIÊNCIAS	REMOÇÃO
02	LUCIMARA DA SILVEIRA MOREIRA BUENO	08 ANOS, 05 MESES E 24 DIAS	11/02/1976	20 HORAS	CIÊNCIAS	REMOÇÃO

MATEMÁTICA

PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 006/2012/SME						
	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSO
01	LUIS PAULO MAJESKI	09 ANOS, 04 MESES E 28 DIAS	07/07/1973	40 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
02	SUELEN SCHWED	08 ANOS, 04 MESES E 26 DIAS	03/10/1983	30 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
03	MAURO EDSON JUNGLES	04 ANOS E 10 MESES	18/09/1963	20 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
04	TANIA CRISTINA PORFÍRIO IGNASZEVSKI	03 ANOS, 10 MESES E 03 DIAS	06/08/1975	10 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
05	SABRINA SCHWED LINZMEIER	03 ANOS, 10 MESES E 03 DIAS	13/05/1986	20 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
06	JOELMA ZIELINSKI	02 ANOS, 03 MESES E 18 DIAS	28/08/1982	20 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO

Publicação do Edital de Tomada de Preço Nº 36/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 142/2012

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 36/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15 de janeiro de 2013, às 09h15min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM URBANA DAS RUAS NENE PEREIRA, AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, MIGUEL DAMORUS, JOSÉ LULU VIEIRA E JÃO MARIA DOS SANTOS, LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO VILAS VERDE. Entrega das propostas até às 09h00min. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.



LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Publicação do Edital de Tomada de Preço Nº 37/2012
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 143/2012
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 37/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15 de janeiro de 2013, às 11h15min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM URBANA DAS RUAS HENRIQUE ZUGMANN E FREDERICO KOHLER. Entrega das propostas até às 09h00min. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 127/2012

DECRETO Nº 127, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.
Altera o Decreto nº 119 de 07 de dezembro de 2012.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso XVIII, do artigo 58 da Lei Orgânica do Município, pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO o disposto no § 5º do artigo 2º da Instrução Normativa nº 01 de 24 de agosto de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 4º do Decreto nº 119 de 07 de dezembro de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 14 de dezembro de 2012.

LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Contrato Nº 002/2012 - FUNREBOM

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 002/2012 - FUNREBOM
Pregão Eletrônico Nº 000004/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal
CONTRATADA: DICAWE GARTNER DIST CATARINENSE DE VEICU

OBJETO: Aquisição de um caminhão 4x2, 0km, para uso do Corpo de Bombeiros de Capinzal.

VALOR R\$: 182.000,00

VIGÊNCIA: 13/12/2012 ate 31/12/2012

SIMAE

Portaria N º 0084/2012/SIMAE-Cao

PORTARIA N º 84/2012/SIMAE-CAO, de 19 de dezembro de 2012. Nomeia Servidor para o quadro funcional da Autarquia, que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de LEI.

RESOLVE:

Nomear a Sra. LEONIR APARECIDA MACHADO, nascida em 02/03/1976, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão 1.0, Nível 01, Referencia A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor

Catanduvras

PREFEITURA

Lei Nº 2.388/2012 de 18 de Dezembro de 2012.

LEI Nº 2.388/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	482	HABITAÇÃO URBANA		
	1040	Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares		
13	100	DESPESAS DE CAPITAL – Recursos Próprios	R\$	75.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado

a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	08	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	0801	SANEAMENTO BÁSICO		
	512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
	1081	Construção, Ampliação de Galerias Pluviais		
		DESPESAS DE CAPITAL – Recursos Próprios	R\$	75.000,00
24	100			

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 18 de Dezembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 18/12/2012

Decreto Nº 1.869/2012 de 18 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 1.869/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

“AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA.”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.388/12 de 18 de Dezembro de 2012, e Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	482	HABITAÇÃO URBANA		
	1040	Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares		
		DESPESAS DE CAPITAL – Recursos Próprios	R\$	75.000,00
13	100			

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro, fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	08	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	0801	SANEAMENTO BÁSICO		
	512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
	1081	Construção, Ampliação de Galerias Pluviais		
		DESPESAS DE CAPITAL – Recursos Próprios	R\$	75.000,00
24	100			

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 18 de Dezembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 18/12/2012.

Decreto Nº 1.868, de 17 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 1.868, de 17 de dezembro de 2012.

“PRORROGA PARA MAIS UM (1) ANO, A VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012, EDITAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal; e item 12.1 cc 1.3 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2012, publicado através do Edital nº 001/2012, de 02 de janeiro de 2012,

CONSIDERANDO que, estando a ultimar o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2012, publicado pelo Edital nº 001/2012, de 02 de janeiro de 2012, constata-se significativo aumento da demanda de servidores, por parte da Administração Municipal, em todas as áreas de abrangência do Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, que esta demanda é derivada, dentre outros, pelo aumento da população do município, traduzindo em incremento nos serviços públicos municipais prestados à população, principalmente com a construção de ESF, Creches, e outros serviços de interesse público de Catanduvas-SC;

CONSIDERANDO, que a realização de novo Processo Seletivo para contratação de servidores para ocupar os cargos na Administração Municipal importa em elevados custos para a Administração, além da curial demora para sua realização;

CONSIDERANDO, que, como já é do conhecimento público, o Município de Catanduvas-SC, enfrenta atualmente severas dificuldades financeiras, proporcionadas principalmente pelo Déficit nos repasses do FPM ao Município, chegando para esse exercício no patamar de menos (-) 1 milhão de reais;

CONSIDERANDO, que, novo processo seletivo, neste momento mostra-se inviável diante da exiguidade do tempo disponível;

CONSIDERANDO, que o Processo Seletivo 001/2012, se encontra em plena validade, sendo que sua prorrogação para preenchimento de vagas existentes, nos termos acima, é previsão legal e atende suficientemente os princípios norteadores da Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, e eficiência; e

CONSIDERANDO, que o quadro acima apresentado atende aos fundamentais requisitos constantes do Processo e demais normas aplicáveis, quanto à possibilidade de prorrogação do prazo de validade, que teve início na data de 15 de fevereiro de 2012, através do Decreto Municipal nº 1.806, de 15 de fevereiro de 2012, que homologou o resultado final do Processo Seletivo;

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para mais um (1) ano, o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2012, constante do Edital de nº 001/2012, a partir do dia 15 de fevereiro de 2012, data da publicação do Decreto Municipal nº 1.806, de 15 de fevereiro de

2012, em conformidade com o disposto no item 12.1 c/c item 1.3 do referido Edital. Portanto, a validade do Processo Seletivo nº 001/2012, se estenderá até 15 de fevereiro de 2014.

Parágrafo único. Ficam mantidos os demais termos constantes do Edital do Processo Seletivo que não conflitem com a prorrogação de que trata este artigo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 17 de dezembro de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 43/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 43/2012 - PM

Nº. do Contrato: 43/2012.
Processo Licitatório: Ata de Registro de Preços da Concorrência Pública nº 01/2011, realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: QUARK ENGENHARIA LTDA ME.
Prazo: até 31/12/2013
Fundamento: art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Oitava do Contrato nº 43/2012, celebrado entre as partes em 18/04/2012.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 59/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 59/2012 - PM

Nº. do Contrato: 59/2012.
Processo Licitatório nº 40/2012 - PM
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: ALEXANDRE SCHAFFER.
Prazo: até 30/06/2013.
Fundamento: art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 59/2012, celebrado entre as partes em 05/06/2012.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Quinto Termo Aditivo do Contrato Nº 36/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 036/2008 - PM

Nº. do Contrato: 036/2008.
Processo Licitatório nº 23/2008 - PM
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: BFGM - CONSULTORIA CONSULTORIA E AUDITORIA GOVERNAMENTAL SS.
Prazo: até 25/03/2013.
Fundamento: art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Sexta do Contrato nº 036/2008, celebrado entre as partes em 25/03/2008.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Quinto Termo Aditivo do Contrato Nº 91/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 91/2012 - PM

Nº. do Contrato: 91/2012.
Processo Licitatório nº 60/2011 - PM
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: JULIO SESAR DA SILVA ME.
Valor: R\$ 6.101,85 (seis mil cento e um reais e oitenta e cinco centavos),
Fundamento: art. 65, inciso I, alínea a da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em decorrência da presença de evento preexistente, mas desconhecido por parte do Município e da Empresa Contratada. Esse evento, segundo disposto no Parecer Técnico, se deu em virtude da presença de lençol freático próximo ao nível do solo, que poderia afetar a condição estrutural da obra, comprometendo-a, por completo.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato Nº 04/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº

04/2011 - PM

Nº. do Contrato: 04/2011.

Processo Licitatório nº 01/2011 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: NEUZELENE FERREIRA RODRIGUES.

Prazo: até 31/12/2013.

Fundamento: art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato nº 04/2011, celebrado entre as partes em 12/01/2011.

DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato Nº 05/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 05/2011 - PM

Nº. do Contrato: 05/2011.

Processo Licitatório nº 03/2011 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ALOISIO SCHMIDT.

Prazo: até 31/12/2013.

Fundamento: art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato nº 07/2011, celebrado entre as partes em 12/01/2011.

DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato Nº 06/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 06/2011 - PM

Nº. do Contrato: 06/2011.

Processo Licitatório nº 04/2011 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JOÃO PEDRO MACHADO.

Prazo: até 31/12/2013.

Fundamento: art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato nº 06/2011, celebrado entre as partes em 12/01/2011.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato Nº 16/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 16/2011 - PM

Nº. do Contrato: 16/2011.

Processo Licitatório nº 08/2011 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: NILTON KLETTENBERG.

Prazo: até 31/12/2013.

Fundamento: art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato nº 016/2011, celebrado entre as partes em 27/01/2011.

DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Termo Aditivo Nº 01/2012

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

RUA GEREMIAS PEDRO DE MEDEIROS, 135 - CENTRO

88-407-000 - CHAPADÃO DO LAGEADO - SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 01/2012

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, inscrita no CNPJ sob o nº02.030.843/0001-66, neste ato representada por seu Presidente Sr. Arlindo Stein, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 002/2012, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2013.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados no mês de Janeiro/2013 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento vigente para o ano de 2013.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Chapadão do Lageado, 18 de dezembro de 2012.

NOME:

CÂMARA DE CHAPADÃO ERNESTO MUNIZ DE SOUZA

DO LAGEADO JUNIOR
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADO

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 18/2012, de 26 de Dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUM-
DEMA
PORTARIA Nº 18/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Am-
biente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178,
de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal
de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto
nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de
julho de 2000.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2012, a Portaria nº
005/2011, de 23 de fevereiro de 2011, que concede gratificação à
servidora IVETE DAHMER ALBIERO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
LEVI ELOI DOS SANTOS
Superintendente da FUMDEMA

Portaria Nº 19/2012, de 26 de Dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
PORTARIA Nº 19/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Am-
biente.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178,
de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal
de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto
nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de
julho de 2000, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar
nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor EDNO GONÇALVES, do cargo de provi-
mento em comissão de Chefe do Departamento Administrativo, a
partir de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
LEVI ELOI DOS SANTOS
Superintendente da FUMDEMA

Portaria Nº 19/2012, de 26 de Dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
PORTARIA Nº 19/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Am-
biente.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178,
de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal
de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto
nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de
julho de 2000, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar
nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor EDNO GONÇALVES, do cargo de provi-
mento em comissão de Chefe do Departamento Administrativo, a
partir de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
LEVI ELOI DOS SANTOS
Superintendente da FUMDEMA

Portaria Nº 20/2012, de 26 de Dezembro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
PORTARIA Nº 20/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Am-
biente.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178,
de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal
de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto
nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de
julho de 2000, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar
nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor MOACIR VALCARENGHI, do cargo de
provimento em comissão de Chefe do Departamento Ambiental, a
partir de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
LEVI ELOI DOS SANTOS
Superintendente da FUMDEMA

Adendo 1 ao Pregão Presencial Nº 119/2012 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC
ADENDO 1 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2012 - PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Mu-
nicipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados
que o Edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação
de empresa especializada em serviços out sourcing de impressão
e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e im-
pressoras p&b a laser, inclusive com fornecimento total de supri-
mentos, exceto papel, na modalidade de atendimento "on site" e
instalação nas dependências da Secretaria Municipal de Finanças,
conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edi-
tal, foi alterado. Ficando para dia 09 de janeiro de 2013 até as

16h00min o prazo para o protocolo dos documentos e a abertura dia 10 de janeiro de 2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital alterado, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0 ** 49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 20 de dezembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 27/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 27/2012- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2013, de gás de cozinha, gás oxigênio, gás para solda MIG e acetileno, descritos no Termo de Referência constante no anexo "A" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 09/01/2013.

Abertura: dia 09/01/2013 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 20 de dezembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 48/2012 - PMC

MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
48/2012 - PMC

O Secretário Municipal Educação, torna público que ratificou o ato da Senhora Neusa Terezinha S. Gugel, Diretora Administrativa, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso I c/c IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para reparos na EBM João Theobaldo Magarinos, devido a danos causados por fenômeno climático, em favor de: PAULO ANTONIO BALBINOT - ME, no valor de R\$ 12.596,94 (doze mil, quinhentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos).

Concórdia, SC, 19 de dezembro de 2012.

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Extrato do Resultado da Classificação das Propostas Tomada de Preços Nº 66/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 66/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão-de-obra), para execução de obra de pavimentação asfáltica nas Ruas dos Pássaros e dos Cardeais, localizadas no Bairro Colibri, neste Município, de acordo com o Projeto Básico e Memorial Descritivo, constantes no Anexo "D" do Edital e Adendo nº 1.

EXTRATO DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA sagrou-se vencedora com o menor valor Global de R\$ 122.450,82 (cento e vinte dois mil quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos), e a licitante BALBINOT TERRA-PLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP, ficou na segunda colocação com o valor Global de R\$ 136.101,00 (cento e trinta e seis mil cento e um reais). De ressaltar que o preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no item 9.1 do adendo 1 do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 20 de dezembro de 2012.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Presidente da CPL

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 88/2012

DECRETO Nº 88/2012, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1.o Fica fixado ponto facultativo aos Servidores Municipais no dia 24/12/2012 e no dia 31/12/2012, em virtude do feriado de Natal e do feriado de Confraternização Universal.

Art. 2.o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.o Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.



Resultado de Licitação - CV 05/2012

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação coforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Convite para obras e serviços de engenharia n . 5/2012.

JULGAMENTO: Menor preço global.

PROCESSO: 66/2012.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para adequação de rede elétrica e instalação de iluminação pública viária.

VALOR: R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

ADJUDICAÇÃO: Considerando aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declarou vencedora do certame a empresa ELETROWATT MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA, adjudicando o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 20 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº.188 de 20 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº.188 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública, Ivete Gaviolli, ocupante do Cargo de Assistente Social enquadrado na estrutura administrativa desta prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 21 de Dezembro de 2012, conforme requerimento protocolado sob nº 217 do dia 07/12/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 20 de Dezembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

VILSON VANDERLEI KIELB

Contador

Corupá

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 038/12 - Anexo XII

ANEXO XII

TAXA PARA SERVIÇOS SINGULARES

SERVIÇO	UFRMs
I – (REVOGADO POR LEI COMPLEMENTAR Nº)	0
II – construção de muro e passeio: valor da obra contratada acrescida de 10%	
III – limpeza de terreno baldio, por m2:	1,5
VI – coleta de entulho, por caçamba com 4 m³:	
para caçamba com 4 m³	30
para caçamba com 10 m³	50
VII – hospedagem de animais apreendidos:	6,5
VIII – remoção e destinação e carcaças de animais	
a) pequeno e médio porte:	9
b) grande porte:	18
IX – Fornecimento de Água Fluvial em Carga	
caminhão com 6 m³	30
caminhão com 12 m²	50

Lei Complementar N.º 038/12 - Anexo Xv

ANEXO XV

TABELA DE VALORES VENAIIS DO METRO QUADRADO URBANO

CODIGO LOGRAD.	TIPO	NOME DO LOGRADOURO	BAIRRO	VALOR UFRMs
57	RUA	07 DE JULHO	SEMINÁRIO	4,63
		07 DE JULHO (do nº 140 até o nº 289)		
57	RUA		SEMINÁRIO	7,94
157	RUA	08 DE MARÇO	CENTRO	7,94
26	RUA	1º DE MAIO	SEMINÁRIO	7,94
76	RUA	21 DE ABRIL	SEMINÁRIO	4,63
25	RUA	25 DE JULHO	SEMINÁRIO	7,94
		ABÍLIO LUNELLI		
112	RUA		ITAPOCU	7,94
		ADA CHILOMER		
68	RUA		CENTRO	7,94
		ADA CHILOMER		
68	RUA		ANO BOM	7,94
		ADELAIDE WASCHER		
150	RUA		BOMPLANDT	4,63
		ADELE HERRMANN		
130	RUA		SEMINÁRIO	7,94
		ADOLPHO MILLNITZ		
117	RUA		SEMINARIO	4,63
		AFONSO ALBERTO MAHNKE		
120	RUA		JOÃO TOZINI	4,63
		AGOSTINHO OLARI		
73	RUA		JOÃO TOZINI	7,94
		ALBERTO BAEUMLE		
46	RUA		XV DE NOVEMBRO	4,63
		ALBERTO BORCHARDT		
139	RUA		ANO BOM	4,63
		ALBERTO BOSSE		
14	RUA		CENTRO	7,94

39	RUA	ALBERTO DARIUS (após o nº 284)	BOMPLANDT	4,63
39	RUA	ALBERTO DARIUS (até n.º 284)	BOMPLANDT	7,94
42	RUA	ALBERTO MAFFEZZOLLI	BOMPLANDT	4,63
132	RUA	ALCIDA MARIA SOARES	SEMINÁRIO	4,63
114	RUA	ALFREDO ADOLFO MILLNITZ	SEMINÁRIO	4,63
9	RUA	ALMIRANTE BARROSO	CENTRO	7,94
59	RUA	ALVIN LINZMEYER	ANO BOM	4,63
49	RUA	ALVINO PFUTZENREUTER	JOÃO TOZINI	4,63
20	RUA	ANO BOM (após o n.º 2.100)	ANO BOM	4,63
20	RUA	ANO BOM (até o n.º 2210)	ANO BOM	7,94
41	RUA	ANTENOR DIAS	BOMPLANDT	4,63
143	RUA	ARTHUR LANGE	RIO NOVO	4,63
80	RUA	ARTUR NEUMANN	ANO BOM	4,63
144	RUA	ARTURO MENISTRINA	ANO BOM	4,63
110	RUA	AUGUSTO BORCHARDT	BOMPLANDT	7,94
122	RODOVIA	BR-280 PREF. ENGELBERT OECHSLER	CAMINHO PEQUENO	4,63
122	RODOVIA	BR-280 PREF. ENGELBERT OECHSLER	XV DE NOVEMBRO	4,63
122	RODOVIA	BR-280 PREF. ENGELBERT OECHSLER	SEMINÁRIO	4,63
122	RODOVIA	BR-280 PREF. ENGELBERT OECHSLER	PEDRA DE AMOLAR	4,63
122	RODOVIA	BR-280 PREF. ENGELBERT OECHSLER	POÇO D'ANTA	4,63
122	RODOVIA	BR-280 PREF. ENGELBERT OECHSLER	JOÃO TOZINI	4,63
122	RODOVIA	BR-280 PREF. ENGELBERT OECHSLER	CENTRO	4,63
153	RUA	CAIMÃO	ITAPOCU	4,63
77	RUA	CARLOS EDUARDO WEBER	ANO BOM	7,94
77	RUA	CARLOS EDUARDO WEBER	ANO BOM	4,63
129	RUA	CARLOS FREDERICO FRANKOVIK	ANO BOM	4,63
141	RUA	CARLOS KREUTZFELD	ANO BOM	4,63

30	RUA	CARLOS LACERDA	SEMINÁRIO	7,94
30	RUA	CARLOS LACERDA	SEMINÁRIO	4,63
133	RUA	CARLOS RUTZEN	VILA IZABEL	4,63
142	RUA	CURT RA-DUENZ	SEMINÁRIO	4,63
22	RUA	D. PEDRO II	CENTRO	7,94
24	RUA	DA SAUDADE (após o nº 60)	SEMINÁRIO	7,94
24	RUA	DA SAUDADE (até o nº 60)	SEMINÁRIO	4,63
55	RUA	DOMINGOS SALVADOR	JOÃO TOZINI	4,63
3	RUA	DUQUE DE CAXIAS	CENTRO	7,94
158	RUA	EDMUNDO KRUGER	BOMPLANDT	4,63
32	RUA	EDUARDO KRIESCH	SEMINÁRIO	7,94
32	RUA	EDUARDO KRIESCH	SEMINÁRIO	4,63
82	RUA	EGÍDIO VOLTOLINI	CENTRO	7,94
105	RUA	ELSE GABLER	SEMINÁRIO	4,63
53	RUA	EMMA SCHMIDT	JOÃO TOZINI	7,94
67	RUA	ERNEST RUCKER	JOÃO TOZINI	7,94
31	RUA	ERNESTO LARSEN	SEMINÁRIO	4,63
107	RUA	ERNESTO POERNER	RIO NOVO	4,63
155	RUA	EUGÊNIO GLOWACKI	ANO BOM	4,63
64	RUA	EUGENIO MORETTI	PEDRA DE AMOLAR	4,63
78	RUA	EXPEDICIONÁRIO	SEMINÁRIO	4,63
96	RUA	EXPEDICIONÁRIO BRUNO BODDENBERG	SEMINÁRIO	4,63
95	RUA	EXPEDICIONÁRIO BRUNO SCHEIBEL	SEMINÁRIO	4,63
113	RUA	FELIPE SCHMIDT	VILA IZABEL	4,63
75	RUA	FÉLIX WERNER	ANO BOM	4,63
90	RUA	FRANÇA VOSGRAU	SEMINÁRIO	7,94
72	RUA	FRANCISCO ANTONIO PICCIONE	SEMINÁRIO	4,63
89	RUA	FRANCISCO BERTOLDI	SEMINÁRIO	4,63
87	RUA	FRANCISCO BORGES	ANO BOM	4,63
51	RUA	FRANCISCO HENRIQUE HOCH	JOÃO TOZINI	4,63
91	RUA	FRANCISCO KOCH	JOÃO TOZINI	4,63
18	RUA	FRANCISCO MEES	CENTRO	7,94

18	RUA	FRANCISCO MEES	RIO NOVO	4,63
18	RUA	FRANCISCO MEES (após o n.º 1.900)	XV DE NO- VEMBRO	4,63
18	RUA	FRANCISCO MEES (até o n.º 1.900)	XV DE NO- VEMBRO	7,94
69	RUA	FRANZ KURT KLOTSCH	ANO BOM	4,63
93	RUA	FREDERICO SCHAUERTE	ANO BOM	4,63
52	RUA	FREDERICO SEVERIEN	JOÃO TOZINI	4,63
146	RUA	FRIDE ALBERTO ANDRE- GHETONI	BOMPLANDT	7,94
146	RUA	FRIDE ALBERTO ANDRE- GHETONI	BOMPLANDT	4,63
16	RUA	GERMANO MAHNKE	JOÃO TOZINI	7,94
1	AVENIDA	GETÚLIO VARGAS	CENTRO	7,94
156	RUA	GUILHERME HAUFFE	ANO BOM	4,63
37	RUA	GUILHERME MELCHERT	SEMINÁRIO	4,63
152	RUA	GUSTAVO DORN	BOMPLANDT	4,63
138	RUA	GUSTAVO WEBER	VILA IZABEL	4,63
81	RUA	HANSA HUMBOLD	POÇO D'ANTA	4,63
33	RUA	HELMUTH ROBERTO RAEDER	SEMINÁRIO	7,94
35	RUA	HENRIQUE FUECK	SEMINÁRIO	4,63
12	RUA	HERCÍLIO LUZ	CENTRO	7,94
56	RUA	HERMANN BUTTGEN	JOÃO TOZINI	4,63
40	RUA	HERMANN GUNTHER	BOMPLANDT	4,63
131	RUA	HUMBERTO GALIZZI	SEMINÁRIO	4,63
83	RUA	HUMBERTO VOIGT	SEMINÁRIO	4,63
8	RUA	INTENDENTE ERNESTO BLUNK	CENTRO	7,94
111	RUA	IZABEL	VILA IZABEL	4,63
7	RUA	JARAGUÁ	CENTRO	7,94
126	RUA	JOACHIM PAREY	PEDRA DE AMOLAR	4,63
140	RUA	JOÃO BANKHARDT	JOÃO TOZINI	7,94
140	RUA	JOÃO BANKHARDT	JOÃO TOZINI	4,63
119	RUA	JOÃO BERNARDINO DE SOUZA	SEMINÁRIO	4,63
118	RUA	JOÃO HENRIQUE	JOÃO TOZINI	4,63

17	RUA	JOÃO TOZINI (após o n.º 1.827)	JOÃO TOZINI	4,63
17	RUA	JOÃO TOZINI (até o n.º 1827)	JOÃO TOZINI	7,94
79	RUA	JOINVILLE	SEMINÁRIO	4,63
5	RUA	JORGE LACERDA	CENTRO	7,94
54	RUA	JORGE PINTER	JOÃO TOZINI	4,63
43	RUA	JORGE WILLE	BOMPLANDT	7,94
58	RUA	JOSÉ BONIFÁCIO	JOÃO TOZINI	4,63
115	RUA	JOSÉ LINK	VILA IZABEL	4,63
74	RUA	JOSÉ PASQUALINI	JOÃO TOZINI	7,94
27	RUA	KLARA HERRMANN	SEMINÁRIO	7,94
86	RUA	KURT HILLBRECHT	BOMPLANDT	4,63
88	RUA	LAUDELINO TREIS	SEMINÁRIO	4,63
97	RUA	LEOPOLDO VIEIRA	BOMPLANDT	4,63
106	RUA	LINO WEIDNER	ANO BOM	4,63
48	RUA	LODOWICO LUDWINSKI	XV DE NO- VEMBRO	4,63
61	RUA	LUDOVICO WEILLER	JOÃO TOZINI	7,94
44	RUA	LUIZ BOSSE	BOMPLANDT	4,63
151	RUA	MANFREDO SCHALDACH	SEMINÁRIO	4,63
63	RUA	MARECHAL CASTELO BRANCO	JOÃO TOZINI	4,63
136	RUA	MARTI JOSÉ HAUCK	VILA IZABEL	4,63
116	RUA	MAX QUENTIN	SEMINÁRIO	4,63
6	RUA	MIGUEL LERNERT	CENTRO	7,94
85	RUA	NELSON SEVERIEN	JOÃO TOZINI	4,63
2	RUA	NEREU RAMOS	CENTRO	7,94
127	RUA	ONDA PAREY	PEDRA DE AMOLAR	4,63
71	RUA	ORQUÍDEA	SEMINÁRIO	4,63
38	RUA	OTTO HILLBRECHT (após o n.º 637)	BOMPLANDT	4,63
38	RUA	OTTO HILLBRECHT (até n.º 637)	BOMPLANDT	7,94
60	RUA	PADRE ANSELMO SCHMITTER	JOÃO TOZINI	4,63
34	RUA	PADRE GABRIEL LUX	SEMINÁRIO	7,94
62	RUA	PASTOR LOTZ	JOÃO TOZINI	4,63
36	RUA	PAULINE SEIDEL	SEMINÁRIO	4,63
10	RUA	PE. VICENTE	CENTRO	7,94
66	RUA	PEDRA DE AMOLAR	PEDRA DE AMOLAR	4,63

94	RUA	PEDRO ALTA-MIR HOFF-MANN	ANO BOM	4,63
19	RUA	PREFEITO WILLY GERMANO GESSNER	ANO BOM	7,94
123	RUA	PROGRESSO	PEDRA DE AMOLAR	7,94
108	RUA	QUIRINO SCHIOCHET	POÇO D'ANTA	4,63
21	RUA	RICARDO JARK	CENTRO	7,94
47	RUA	RICARDO MARQUARDT	XV DE NO-VEMBRO	4,63
70	RUA	RICARDO WULFF	ANO BOM	4,63
4	RUA	ROBERTO SEIDEL	JOÃO TOZINI	7,94
4	RUA	ROBERTO SEIDEL	VILA IZABEL	4,63
4	RUA	ROBERTO SEIDEL (após o nº 2.461)	SEMINÁRIO	4,63
4	RUA	ROBERTO SEIDEL (até o nº 2.461)	SEMINÁRIO	7,94
50	RUA	RODOLFO FRITSCHKE	JOÃO TOZINI	4,63
84	RUA	RUDOLFO AUGUSTO GERMANO QUOST	SEMINÁRIO	7,94
45	RUA	SÃO BENTO	CENTRO	7,94
45	RUA	SÃO BENTO	CAMINHO PEQUENO	7,94
154	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	POÇO D'ANTA	4,63
159	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	CAMINHO PEQUENO	4,63
160	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	ANO BOM	4,63
161	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	JOÃO TOZINI	4,63
162	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	BOMPLANDT	4,63
163	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	BOMPLANDT	4,63
164	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	BOMPLANDT	4,63
165	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	BOMPLANDT	4,63
166	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	BOMPLANDT	4,63
167	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	BOMPLANDT	4,63
168	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	BOMPLANDT	4,63
169	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	BOMPLANDT	4,63
98	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	SEMINÁRIO	4,63
99	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	SEMINÁRIO	4,63
101	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	SEMINÁRIO	4,63

102	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	SEMINÁRIO	4,63
103	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	SEMINÁRIO	4,63
104	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	SEMINÁRIO	4,63
121	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	JOÃO TOZINI	4,63
145	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	JOÃO TOZINI	4,63
92	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	PEDRA DE AMOLAR	4,63
109	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	POÇO D'ANTA	4,63
124	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	XV DE NO-VEMBRO	4,63
125	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	XV DE NO-VEMBRO	4,63
134	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	VILA IZABEL	4,63
135	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	VILA IZABEL	4,63
149	RUA	SEM DENOMINAÇÃO	JOÃO TOZINI	4,63
23	RUA	TOBIAS CARDOSO	CENTRO	7,94
28	RUA	VEREADOR ERVINO EMILIO MOREIRA	SEMINÁRIO	4,63
11	RUA	VICENTE BRUGNETTI	CENTRO	7,94
147	RUA	VICTOR SCHUTZE	ANO BOM	4,63
13	RUA	VIDAL RAMOS	CENTRO	7,94
128	RUA	VLADISLAU CIEPLY	PEDRA DE AMOLAR	4,63
100	RUA	WALDEMAR WERNER	SEMINÁRIO	4,63
148	RUA	WALTER HOFFMANN	BOMPLANDT	4,63
29	RUA	WALTER JARK	SEMINÁRIO	4,63
65	RUA	WERNER WEBER	JOÃO TOZINI	4,63
137	RUA	WILLY JANTSCH	VILA IZABEL	4,63
15	RUA	XV DE NO-VEMBRO	CENTRO	7,94

Decreto N. 534/2012 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

DECRETO N. 534/2012

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO-AMBIENTE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, segundo as normas que seguem, complementadas pelos dispositivos aplicáveis contidos

na legislação municipal, que a este acompanha.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, aos 18 de dezembro de 2012.

CARLOS DIETER WERNER

Prefeito Municipal em exercício

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO-AMBIENTE REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES DO CONSELHO

Art. 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, criado pela Lei Municipal nº 327, de 28 de novembro de 1977, reger-se-á pelas disposições do presente Regimento.

Art. 2º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, Órgão Consultivo, Deliberativo e de Assessoramento, tem a finalidade de orientar, promover e emitir sugestões em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à poluição ambiental, na área do Município de Corupá/SC.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 3º O COMDEMA, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente será composto de 08 (oito) membros, sendo 04 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal e 04 (quatro) representantes da sociedade civil organizada.

Art. 4º Os membros representantes acima declinados serão assim compostos:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

- a) um membro da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, bem como um suplente;
- b) um membro da Secretaria de Administração e Fazenda, bem como um suplente;
- c) um membro da Secretaria da Educação, bem como um suplente;
- d) um membro da Secretaria de Saúde, bem como um suplente.

II - REPRESENTANTES DAS SOCIEDADES CIVIS ORGANIZADAS:

- a) um membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Corupá - C.M.D.R., bem como um suplente;
- b) um membro da Associação Empresarial de Corupá - ACIAC, bem como um suplente;
- c) um membro da Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO, bem como um suplente;
- d) um membro da Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá - PROPLANT, bem como um suplente.

§ 1º O COMDEMA será presidido pelo Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio-Ambiente.

§ 2º O Vice-Presidente será o representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Corupá - C.M.D.R.

§ 3º O Secretário executivo será um representante do Poder executivo.

§ 4º O mandato dos membros do COMDEMA será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 5º Quando ocorrer vaga, o novo membro designado em substituição completará o mandato do substituto.

§ 6º Os representantes do Conselho deverão ser titulares das entidades a que representam, ou indicados por este.

§ 7º O exercício dos Membros será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 5º Compete ao CONDEMA:

I - Incentivar e promover o equilíbrio do meio-ambiente;

II - Estudar e propor à Administração Municipal, medidas de

controle e fiscalização do Meio Ambiente;

III - Promover a divulgação de conhecimentos e providências relativas a preservação do meio ambiente;

IV - Sugerir à Administração Municipal providências que julgar necessárias à deliberação ou redução de poluição do Meio Ambiente;

V - Manter com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com objetivos de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa do meio ambiente;

VI - Propor e analisar a celebração de Convênios, Tratados e Acordo com as entidades públicas e privadas de pesquisa e atividades ligadas à defesa do meio-ambiente;

VII - fazer cumprir as diretrizes da Política Ambiental do Município;

VIII - sugerir e colaborar na elaboração de leis, normas e procedimentos, ações destinadas à recuperação, melhoria ou manutenção da qualidade ambiental, observadas as legislações federal, estadual e municipal;

IX - fiscalizar o cumprimento das leis, normas e procedimentos a que se refere o item anterior;

X - julgar as penalidades previstas em lei, decorrentes de infrações ambientais municipais, respeitando as competências estadual e federal;

XI - informar a comunidade e aos órgãos competentes, federal, estadual e municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação, após urgente análise técnica, propondo medidas para a sua recuperação;

XII - propor e colaborar na execução de programas educativos e culturais que visem à preservação e melhoria da qualidade ambiental;

XIII - deliberar, com base em estudos técnicos, sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo, no que se refere às áreas de interesse ambiental;

XIV - propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação, visando à proteção de sítios de beleza excepcional, dos mananciais, do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, assim como áreas representativas de ecossistemas destinados a realização de pesquisas básicas e aplicadas à ecologia;

XV - realizar e coordenar as audiências públicas, quando regularmente solicitadas, visando garantir a participação da comunidade nas decisões sobre a instalação de atividades que potencialmente causem impactos ambientais;

XVI - acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e inventariar em cadastro os recursos naturais existentes no Município;

XVII - receber denúncias feitas pela população sobre danos infringidos ao meio ambiente, diligenciando pela sua apuração junto aos órgãos competentes;

XVIII - opinar sobre a realização de estudos alternativos, visando aquilatar o impacto ambiental de projetos públicos ou privados, requisitando às entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria;

XIX - elaborar seu Regimento Interno.

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Art. 6º É de competência do Presidente do COMDEMA:

I - Convocar e presidir as reuniões ou sessões do Conselho;

II - Representar o Conselho em toda e qualquer circunstâncias;

III - Assinar as atas das sessões, juntamente com os demais membros;

IV - Cumprir as determinações deste Regimento;

V - Ser voto de Minerva em caso de empate;

VI - Representar o Conselho junto às autoridades municipais, estaduais e federais;

VII - Zelar pelo cumprimento das atribuições do Conselho; e

VIII - Designar os substitutos dos membros do Conselho, em ausências, nos termos desse Regimento.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Art. 7º É da competência do Vice-Presidente do COMDEMA:

- I - Auxiliar o Presidente na condução dos trabalhos;
- II - Substituir o Presidente nos seus impedimentos ou afastamentos.

SEÇÃO III**DA COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO EXECUTIVO**

Art. 8º É da competência do Secretário Executivo do COMDEMA:

- I - Organizar a pauta dos trabalhos para cada sessão, ouvindo o Presidente;
- II - Redigir as atas das sessões;
- III - Receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrá-lo e tomar as providências necessárias;
- IV - Cumprir as determinações deste Regimento; e
- V - Executar todos os demais serviços inerentes ao cargo, ou atribuídos pelo Presidente.

SEÇÃO IV**DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DO COMDEMA**

Art. 9º É da competência dos Membros do COMDEMA:

- I - Comparecer às sessões do Conselho;
- II - Requerer a convocação extraordinária de sessões, justificando a necessidade quando o Presidente ou seu substituto legal não o fizer;
- III - Estudar e relatar os assuntos que lhes forem distribuídos, emitindo o Parecer;
- IV - Tomar parte nas discussões e votações, apresentar emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres ou resoluções;
- V - Pedir vistas e pareceres ou resoluções e solicitar andamento de discussões e votações;
- VI - Requerer urgência para a discussão e votação de assuntos não incluídos na ordem do dia, bem como preferência nas votações e discussões de determinados assuntos;
- VII - Assinar atas, resoluções e pareceres;
- VIII - Colaborar para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- IX - Desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente;
- X - Comunicar, previamente, ao Presidente, quando tiverem de ausentar-se do Município ou não poderem comparecer às sessões para as quais foram convocados, solicitando aos seus respectivos suplentes que representem a entidade ou segmento nestes casos; e
- XI - Cumprir as determinações deste Regimento.

CAPÍTULO IV**DAS SUBCOMISSÕES**

Art. 10º O Presidente do COMDEMA poderá constituir subcomissões para estudos e trabalhos relacionados a competência do Conselho.

§ 1º As subcomissões serão constituídas de até 04 (quatro) membros, podendo delas participar, a juízo do plenário, as pessoas estranhas ao COMDEMA.

§ 2º O Presidente do COMDEMA observará o princípio de rodízio e sempre que possível, conciliará a matéria em estudo com a formação dos membros da subcomissão.

§ 3º As subcomissões terão os seus respectivos Presidentes e Secretários designado pelo Presidente do Conselho.

Art. 11 As subcomissões estabelecerão o seu programa de trabalho, cujo resultado será apreciado pelo COMDEMA.

Art. 12 As subcomissões extinguir-se-ão, uma vez aprovado pelo plenário o relatório dos trabalhos que executarem.

Art. 13 As subcomissões funcionarão de acordo com regulamentos e atribuições estabelecidos pelo presidente do COMDEMA e disposições deste Regimento.

CAPÍTULO V**DAS SESSÕES DO COMDEMA**

Art. 14 O COMDEMA se reunirá sempre que for necessário para desempenhar suas atribuições, devendo ocorrer, no mínimo, duas sessões plenárias por ano, mediante convocação do Presidente, o seu substituto legal ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As convocações deverão ser efetuadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias, salvo motivo urgente devidamente justificado.

§ 2º O Conselho deliberará quando presente, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do número legal de seus membros.

Art. 15 As deliberações do Conselho serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o desempate.

Parágrafo Único - A votação será secreta ou nominal, segundo resolver a maioria do Conselho.

Art. 16 Dependendo da matéria em debate, poderão ser convocados às sessões do Conselho, dirigentes de entidades públicas ou privadas, técnicos especializados ou qualquer outros convidados especiais.

CAPÍTULO VI**DA ORDEM E DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS****SEÇÃO I****DA ORDEM DOS TRABALHOS**

Art. 17 Os assuntos serão distribuídos e discutidos no Conselho, pela ordem cronológica das respectivas entradas.

Parágrafo Único - No caso de matéria urgente ou de alta relevância, poderá a mesma, a critério do Conselho, entrar imediatamente em discussão, ainda que não incluída na ordem do dia.

Art. 18 A ordem dos trabalhos a ser observada nas sessões do Conselho será a seguinte:

- I - Verificação da presença e existência de "quorum";
- II - Leitura, discussão, votação, aprovação e assinatura da ata da sessão anterior; e
- III - Distribuição dos assuntos a serem estudados e relatados.

SEÇÃO II**DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS**

Art. 19 O relator emitirá parecer por escrito contendo o histórico e o resumo da matéria, as considerações de ordem prática ou doutrinária que entender cabíveis e sua conclusão.

Parágrafo Único - O relator poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento do assunto em estudo a qualquer Órgão da Administração Municipal cuja informação julgar necessária à elucidação da matéria que lhe for distribuída, bem como o comparecimento de qualquer pessoa às sessões ou outras providências que julgar necessárias.

Art. 20 A ordem do dia será organizada com os assuntos apresentados para discussão, acompanhados dos respectivos pareceres.

Art. 21 Após a leitura do parecer, o Presidente submeterá o assunto a discussão, dando a palavra ao membro que a solicitar.

Art. 22 Durante a discussão, os membros do Conselho poderão:

- I - Apresentar emendas ou substitutivos;
 - II - Opinar sobre relatórios apresentados; e
 - III - Propor providências para a instrução do assunto em debate.
- Art. 23 As propostas apresentadas durante a sessão deverão ser classificadas, a critério do Presidente, em matéria de estudo ou deliberação imediata.

Art. 24 O membro do Conselho que não se julgar suficientemente esclarecido quanto à matéria em exame poderá requerer diligências, pedir vista do processo relativo ao assunto em estudo e mesmo o adiamento da discussão ou votação.

Parágrafo Único - O prazo de vista será de 30 (trinta) dias, podendo

a critério do Conselho, ser prorrogado ou reduzido, segundo a complexidade e urgência da matéria.

Art. 25 Após o encerramento da discussão, a matéria em estudo será submetida à deliberação do Plenário, juntamente com as emendas ou substitutivos que foram apresentados.

Parágrafo Único - O voto do relator ou de qualquer outro membro do Conselho poderá ser dado por escrito ou oralmente, devendo, nesta última hipótese, ser reduzido a termo.

Art. 26 As deliberações do Conselho denominar-se-ão "Parecer" ou "Resolução", conforme a matéria seja submetida à sua apreciação ou decorra de sua própria iniciativa.

Parágrafo Único - Estas peças serão redigidas e assinadas pelos relatores e deverão ser apresentadas à Secretaria do Conselho, até 10 (dez) dias após a respectiva aprovação pelo Plenário.

Art. 27 As resoluções e pareceres serão assinados por todos os membros do Conselho e encaminhados a quem de direito.

CAPÍTULO VII DAS ATAS

Art. 28 As atas serão lavradas e assinadas pelos membros presentes e nelas se resumirão, com clareza, os fatos relevantes ocorridos durante a sessão, devendo conter:

- I - Dia, mês, ano e hora de abertura e encerramento da sessão;
- II - O nome do Presidente ou seu substituto legal;
- III - Os nomes dos membros que houverem comparecido, bem como dos eventuais convidados;
- IV - Os nomes dos membros que houverem faltado; e
- V - O registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados, dos pareceres.

Art. 29 Lido o começo de cada sessão, a ata da sessão anterior será discutida e/ou retificada, quando for o caso.

Art. 30 As atas serão registradas em livro próprio, cuja responsabilidade de guarda é do Secretário Executivo do Conselho.

CAPÍTULO VIII DAS SUBSTITUIÇÕES E PERDAS DE MANDATO

Art. 31 Os membros do Conselho estarão dispensados de comparecer às sessões, por ocasião de férias ou de licenças que lhes forem regularmente concedidas pelos respectivos órgãos, repartições ou empresas onde desenvolverem suas atividades.

Parágrafo Único - Nesta hipótese, deverão comunicar ao Conselho com antecedência mínima de 10 (dez) dias, salvo motivo urgente, devidamente justificado.

Art. 32 O Presidente será substituído em suas ausências ou impedimentos ocasionais pelo Vice-Presidente.

Art. 33 Os membros do Conselho, em suas ausências, poderão ser substituídos por seus suplentes.

Art. 34 Os membros do CONDEMA perderão o mandato nas seguintes hipóteses:

- I - Falar injustificadamente a 03 (três) sessões consecutivas do Conselho;
- II - Tornar-se incompatível com o exercício do cargo por improbidade ou prática de atos irregulares;
- III - Quando da desvinculação do membro junto a entidade que representa no CONDEMA.

§ 1º O Presidente do Conselho é autoridade competente para declarar a perda de mandato de qualquer membro, depois de apurada a infração ou falta grave

§ 2º Na perda de mandato de algum representante do CONDEMA, o Prefeito Municipal, juntamente com o Presidente do Conselho, solicitarão ao segmento ou entidade que perdeu seu representante, a indicação de novo membro e respectivo suplente para compor o Conselho, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 3º Na falta de indicação referida no parágrafo segundo, a entidade/segmento será substituída por outra entidade, observando os procedimentos legais para tanto.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 O CONDEMA considerar-se-á constituído quando se achar empossado pelo Prefeito, a maioria de seus membros.

Art. 36 Os trabalhos dos membros do CONDEMA serão considerados relevantes, não podendo receber nenhum deles, qualquer remuneração pelos serviços prestados à comunidade.

Art. 37 Este Regimento poderá ser alterado mediante proposta de qualquer membro do Conselho, aprovado pela maioria absoluta dos seus membros e ratificado pelo Prefeito Municipal.

Art.38 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá/SC, aos 18 de dezembro de 2012.

CARLOS DIETER WERNER
Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº. 526/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências. DECRETO Nº. 526/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 266.604,80 (duzentos e sessenta e seis mil seiscientos e quatro reais e oitenta centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.24	Aplicações Diretas	266.604,80
TOTAL			266.604,80

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Convênio da fonte 01.00.24(55) – Transferências de Convênios – Outros (Estado), no valor de R\$ 266.604,80 (duzentos e sessenta e seis mil seiscientos e quatro reais e oitenta centavos), referente Convênio 6299/20125-5, 3ª parcela Serviço para Horas Máquinas para recuperação da malha viária do Município.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 04 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 527/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 527/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 27.644,82 (vinte e sete mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000	Secretaria Municipal de Saúde		
06.001	Fundo Municipal de Saúde		
010.301.0081.1010	Bloco de Atenção Básica		
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.02	Aplicações Diretas	27.644,82
TOTAL			27.644,82

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior fonte 03.00.02 Rec. de Imp. E de Transf. Imp. Saúde no valor de R\$ 27.644,82 (vinte e sete mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
04 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2121/12

PORTARIA Nº 2121/12

COLOCA A DISPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE - SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SRA. DJENIFFER DOMBROWICZ VASQUES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO o pedido formalizado pelo Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento, através do ofício nº 494/2012/GABAR/SNEAR/ME, para que o Município de Corupá lhe cedesse a servidora Sra. Djeniffer Dombrowicz Vasques, para disputar, na qualidade de atleta, treinos e amistosos, compreendidos entre os dias 07 e 15 de dezembro de 2012 e 05 e 26 de janeiro de 2013, visando a preparação para o Sul-Americano, que será realizado entre os dias 26 de janeiro e 07 de fevereiro de 2013, no qual a atleta também estará presente;

CONSIDERANDO que após o Sul-Americano, a atleta estará treinando na Argentina entre os dias 18 de fevereiro e 03 de março de 2013, para disputarem a World League no Rio de Janeiro, entre os dias 04 e 10 de março de 2013;

CONSIDERANDO que fora consultado a servidora Sra. Djeniffer Dombrowicz Vasques, sendo que a mesma demonstrou disposição a disputar, na qualidade de atleta, treinos, amistosos e a World League;

CONSIDERANDO a possibilidade jurídica de atendimento ao pedido uma vez que existe disposição legal que a autoriza,

RESOLVE:

Art. 1º- Fazer a cessão da servidora Sra. Djeniffer Dombrowicz Vasques, para disputar, na qualidade de atleta, treinos e amistosos e a World League, compreendidos entre os dias 07 a 15 de dezembro de 2012, 05 a 07 de fevereiro de 2013, 18 de fevereiro a 10 de março de 2013, permanecendo o ônus com a origem.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
14 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Edital de Homologação das Inscrições Nº 06/2012

Corupá, 18 de dezembro de 2012

Edital de homologação das inscrições nº 06/2012

Lista de Inscritos:

Cargo: Fisioterapeuta: 1

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
01	Andrea Valéria Fernandes	036.807.229-07	12/12/12

Cargo: Médico Ginecologista: 1

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
02	Eros Castro	357.004.169-72	26/11/12

Cargo: Psicólogo: 5

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
03	Melissa da Silva Rudiniki	023.058.009-24	30/11/12
04	Rosalyn Daiana Walter	023.532.809-00	05/12/12
05	Marcele Buttchevitz Volpi	061.962.149-42	11/12/12
06	Marilise Honicky	042.723.769-32	12/12/12
07	Claudia Daiana Borges	050.285.059-00	13/12/12

Cargo: Auxiliar de Consultório Dentário: 4

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
-----------------	-------------------	-----	-------------------

08	Wanessa Lopes de Oliveira	383.517.138-05	29/11/12
09	Silvana Abília Borges	061.219.539-26	29/11/12
10	Luzia Kauca dos Santos	085.080.359-42	03/12/12
11	Ayme Kamile Dias	078.520.719-88	14/12/12

Cargo: Instrutor de Karatê: 2

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
12	Manoel Zacarias	382.437.179-00	04/12/12
13	Rubens Martins de Lima	721.585.069-20	14/12/12

Cargo: Instrutor de Música: 3

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
14	Ricardo Dirceu Romão	024.812839-61	21/11/12
15	Samuel Rodrigues da Costa	98.689.009-72	23/11/12
16	Fabio Alceu Krombauer	009.342.780-83	14/12/12

Cargo: Auxiliar de Agrimensor: 9

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
17	Eduardo Richter	078.002.649-71	22/11/12
18	Antonio Roque Hillbrecht	047.920.359-88	30/11/12
19	Pedro Felipe da Silva	064.657.049-86	10/12/12
20	Izaquiel Diego Bassani	041.490.719-18	13/12/12
21	Bruno Gustavo Mallon	004.847.209-37	14/12/12
22	Clércio Marchinhgk	052.406.659-07	14/12/12
23	Marcelo Euclides Brinca	064.533.739-04	14/12/12
24	Lucas Poweder	086.024.249-81	14/12/12
25	William Cesar Coelho da Silva	051.962.919-11	14/12/12

Cargo: Agente Comunitário de Saúde: 6

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
26	Adriana Klaumann	018.589.929-31	29/11/12
27	Arlene Voigt Stiss	079.223.639-40	30/11/12
28	Tais de Lima Ziveise	093.917.125-59	12/12/12
29	Karoline Hilbert	086.277.009-23	07/12/12
30	Maria Eléia Ganske	988.508.739-72	11/12/12
31	Vanessa Langer Rathunde	035.138.529-08	13/12/12

Cargo: Merendeira: 5

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
32	Edna Mara Lima	685.034.749-72	26/11/12

33	Angela Maria da Silva	683.856.179-49	07/12/12
34	Valdevina da Cruz do Nascimento	023.067.719-36	07/12/12
35	Vera Lucia Machado Bonfim	802.968.589-00	07/12/12
36	Erenice Francisco de Freitas	812.284.739-00	12/12/12

Cargo: Trabalhador Braçal: 10

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
37	Adolfo Staroski	384.120.989-00	06/12/12
38	Sebastião Alves dos Passos	780.632.219-15	10/12/12
39	Julio Cesar da Silva	011.291.709-77	10/12/12
40	Alexandro Kriskanski		10/12/12
41	Luiz Paulo Jorge	092.565.749-26	26/12/12
42	Pablo Andreghe-toni	056.436.749-47	27/12/12
43	Marcelo Boeder	078.450.019-37	29/12/12
44	Antonio Silvano Maia	018.921.659-02	30/12/12
45	Edinei Cabral Sueki	037.112.179-58	14/12/12
46	Valdecir Berti	018.560.479-03	05/12/12

Cargo: Auxiliar de Manutenção e Conservação: 12

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
47	Celso Ramos	508.009.819-87	22/11/12
48	Icrair Pereira	566.385.159-34	29/11/12
49	Sergio Vicente	899.765.769-00	03/12/12
50	Atanir Vicente	478.372.179-34	03/12/12
51	Dilceu José Martins	752.473.219-87	03/12/12
52	Natalicio Damasio	018.969.599-4	11/12/12
53	Luciano Ferreira	753.740.999-49	11/12/12
54	Sergio Tavares	902.486.279-53	12/12/12
55	Gilmar Francisco Peggau	089.639.239-24	12/12/12
56	João José de Freitas Neto	308.308.508-72	12/12/12
57	José Dair Saidok	597.016.339-20	14/12/12
58	Alexandra Marielli Berlato	040.894.159-69	14/12/12

Cargo: Auxiliar de Setor: 22

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
59	Joice Cristina Horstmann	070.669.979-30	19/11/12
60	Raquel de Carvalho	092.597.159-62	20/11/12
61	Marina Kohls da Cunha	091.997.609-32	22/11/12
62	Francieli Fabiana de Mattos Lada	048.365.519-86	23/11/12
63	Silvana Andreia Schuwarz Müller	017.137.809-17	26/11/12

64	Taciana dos Santos Horstmann	048.638.829-80	26/11/12
65	Sandra da Silva Rathunde	328.191.768-28	27/11/12
66	Adriane Kister Vetterlein	004.316.739-00	04/12/12
67	Bruna Santos de Oliveira	087.531.869-7	05/12/12
68	Taís Maiara Dias	096.959.859-98	06/12/12
69	Barbara Karoline Passos de Souza	099.698.239-65	07/12/12
70	Deisi Cristina M. da Silva Kuchler	088.863.729-22	09/12/12
71	Ana Lucia Labes	086.338.329-76	11/12/12
72	Michele Woelk	094.758.619-98	12/12/12
73	Edilaine Maira Rocha	059.261.029-28	12/12/12
74	Joice Letícia Jablonski	076.208.749-84	12/12/12
75	Eduardo Gramm	101.810.559-02	06/12/12
76	Beatriz Siqueira	048.173079-60	12/12/12
77	Rodrigo Luan Theodoro	093.175.859-03	14/12/12
78	Juliane Moser Wolodascyk	071.780.089-03	14/12/12
79	Francine Gesser	081.715.399-39	14/12/12
80	Lucas Zeininger	091.938.029-86	14/12/12

Cargo: Auxiliar Administrativo: 15

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
81	Adriani Borges de Souza Santos	038.309.909-95	04/12/12
82	Daniele dos Santos Cardoso	00.3730139-06	05/12/12
83	Fabian Fiedler	017.308.619-54	07/12/12
84	Andressa Fossile	061.584.629-77	10/12/12
85	Angela Santília Birr	032.724.589-13	06/12/12
86	Danieli Ramos de Farias	080.125.069-20	11/12/12
87	Suelen Ribeiro Lamego	093.260.729-24	12/12/12
88	Adriana Hanato Furutani	066.333.979-09	13/12/12
89	Jordana Elaine Silva	009.977.809-24	13/12/12
90	Bruna Mayara Garcia	072.050.799-50	14/12/12
91	Claudia Machado	036.313.089-65	14/12/12
92	Ana Claudia Warzenowski	084.079.929-25	14/12/12
200	Jacira da Luz	075.172.329-08	20/11/12
201	Evelyn Tainara dos Passos	100.541.779-28	22/11/12

Cargo: Assistente Administrativo: 27

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
93	Ivan Nepll	054.116.549-63	26/11/12
94	Rheidy Stratmann Kanzler	044.171.269-09	27/11/12
95	Adriane Lewin Schulz	035.193.559-22	27/11/12

96	Danielly Regina Baniski	017.289.919-27	28/11/12
97	Tamyres Albuquerque Bitencourt de Lima	045.748.559-08	28/11/12
98	Graziela Ingrid Larsen	024.551.609-39	28/12/12
99	Bruna Honoratto Bueno	070.077.379-78	29/12/12
100	Hernandes Michel Klabunde	079.395.969-18	03/12/12
101	Sandra Hüttl	084.419.309-70	03/12/12
102	Katiana Minatti	0.55.692.899-76	04/12/12
103	Tatiane Cristile Martini	056.947.809-06	04/12/12
104	Fernanda Michalack	033.840.469-43	04/12/12
105	Amandos Tribes Filho	487.826.619-87	04/12/12
106	Jeferson Eduardo de Faria	073.049.589-28	04/12/12
107	Zaine Glaci Duarte Corrêa da Silva	066.564.489-25	10/12/12
108	Aline Schulz	099.804.879-84	10/12/12
109	Everton Dias	088.258.739-05	12/12/12
110	Jair Dumke	732.917.739-34	12/12/12
111	Katia Marise Kramer	527.860.999-00	13/12/12
112	Ivanir Prawutzki Junior	094.172.879-07	13/12/12
113	Ricardo Lopes Cabral	091.972.609-75	14/12/12
114	Roni David Walter	026.720.299-70	14/12/12
115	Aparecida Dantas Izidro	902.818.619-00	13/12/12
116	Katia Aparecida Klein	057.837.389-05	14/12/12
117	Leila Bittencourt	070.333.299-62	14/12/12
118	Rolf Baeumle	464.456.769-87	14/12/12
199	Adeline Rina Furutani	054.056.319-65	14/12/12

Cargo: Médico da Saúde da Família: 1

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
119	Miguel Antonio Rzia Fagundes	000.958.230-46	14/12/12

Cargo: Assistente Social: 1

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
120	Magliane Cristina Siveris	026.270.769-14	12/12/12

Cargo: Motorista: 40

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
121	Marcelo Henrique de Oliveira	078.681.459-43	19/11/12
122	Leandro Neumann	060.508.829-24	19/11/12
123	Marcos de Jesus Godoi	800.057.809-34	19/11/12

124	Jovêncio Fernandes Pereira	024.383.659-78	19/11/12
125	Silvio Roberto Tananaska	004.289.249-05	20/11/12
126	Nelson Ludwinsky	028.074.029-84	20/11/12
127	Joacir Bianchini	898.728.439-53	21/11/12
128	Cleber Rodrigo dos Santos	045.056.669-21	23/11/12
129	Willian Cordeiro de Jesus da Luz	084.587.419-54	23/11/12
130	Bento Antonio da Cunha	659.732.409-91	26/11/12
131	Rodrigo Arbigauss	040.733.189-18	26/11/12
132	Natanael Ribeiro	142.657.998-50	26/11/12
133	Fernando Rodrigues	039.565.769-50	14/12/12
134	Bernardo Fachini Filho	310.601.619-15	26/11/12
135	Carlos Stolf	040.726.299-79	26/11/12
136	Cristiano Daniel Borges	090.486.849-33	29/11/12
137	Raulino Descher	625.126.769-00	29/11/12
138	Aldo Tribes	292.245.609-97	29/11/12
139	William Rudi Erdmann	044.420.999-95	30/11/12
140	Hélio Reni Santos	780.636.639-34	30/11/12
141	Ireneu Boshammer	936.442.309-78	03/12/12
142	Osmar Jetsch	008.442.689-94	04/12/12
143	Alexsander Mauricio Baron	060.389.879-32	04/12/12
144	Fernando Schwerdtner	035.084.419-46	04/12/12
145	Walmor Vicente	612.660.439-34	05/12/12
146	Celio Roberto do Nascimento	046.634.969-62	05/12/12
147	Jeferson Barbosa	086.282.819-83	07/12/12
148	José Sidnei Graczeck	311.310.85949	10/12/12
149	Altevir dos Santos	063.087.949-45	10/12/12
150	Nathan Carlos Dias	074.767.459-06	10/12/12
151	Marcelo de Lima	039.873.229-93	10/12/12
152	Sérgio Severino da Silva	021.097.149-56	13/12/12
153	Carlos Ricardo Welker	009.528.789-25	13/12/12
154	Rogério Bosse	515.286.659-53	13/12/12
155	Ademar Bassani	387.035.029-20	13/12/12
156	Erverson Elício Dalcóquio	080.882.899-12	13/12/12
157	Marcelino Paust	744.135.039-53	14/12/12
158	Marlon Cesar Huinka	067.049.399-62	14/12/12
159	Marcio Paust	029.532.249-71	14/12/12
160	Marcos Andruiki	044.314.019-70	14/12/12

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais: 39

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
161	Ilse Parrray	543.450.499-20	19/11/2012
162	Bernadete da Silva	036.170.119-50	19/11/2012
163	Antonia Regina de Farias	515.286.229-87	19/11/2012

164	Ana Lucia de Lima	974.612.619-91	20/11/2012
165	Sibila Cristina Pereira	936.446.209-20	20/11/2012
166	Sueli Terezinha Valzak de Oliveira	546.788.709-20	20/11/2012
167	Schirlei Eliane Becker	850.931.909-00	20/11/2012
168	Iraci da Fonseca	848.239-259-04	20/11/2012
169	Josemeri Daiana Borges de Carvalho	034.409.869-93	21/11/2012
170	Simone Miriam Borchardt	035.645.049-07	21/11/2012
171	Karin Erika Erdmann	509.367.519-91	23/11/2012
172	Noeli Alves de Oliveira	014448.659-86	23/11/2012
173	Marcilha Eggert Urbanski	676.440.829-72	26/11/2012
174	Andréa Aparecida Corrêa de Lima	020.089.149-78	26/11/2012
175	Regina de Lurdes Schultz	936.219.489-00	26/11/2012
176	Adriana Cristina de Oliveira	978.823.139	28/11/2012
177	Arlete Adelaide Marquardt	780.625.519-20	28/11/2012
178	Sandra Mara Catarina	721.626.359-68	29/11/2012
179	Marilene Funka Alexandre	043.926.659-92	29/11/2012
180	João Almeduri de Oliveira	242.961.209-72	30/11/2012
181	Terezinha Neubauer	092.357.209-07	30/11/2012
182	Jair Duarte	683.015.379-49	03/12/2012
183	Tatiana Dias dos Santos	089.245.259-56	03/12/2012
184	Nilceia Vicente	032463.359903	04/12/2012
185	Fabiana Elizabete Schmitt Barboza	056.302.199-36	05/12/2012
186	Dolores Alves Raimundo	928.922.489-49	05/12/2012
187	Maria Simões de Lima Andrade	827.835.949-00	05/12/2012
188	Vanderlei Rita	649.389.059-49	06/12/2012
189	Rosemeri Fernandes de Oliveira	052.136.709-38	10/12/2012
190	José Ricardo Linzmeyer	986.711.119-20	10/12/2012
191	Ivonete Fracaro	902.505.249-53	10/12/2012
192	Alari de C. Arbigauss	824.77169-87	11/12/2012
193	Nelci de Oliveira P. dos Santos	053.868.579-40	13/12/2012
194	Ivo Melchert	373.941.429-49	13/12/2012
195	Nila Ponath	046.820.449-07	13/12/2012
196	Neuza Aparecida Olegini	025.519.469-21	14/12/2012
197	Alcimar da Silva Santos	089.347.509-28	14/12/2012
198	Mauricio Borchardt	044.431.159-81	14/12/2012
202	Inês Nicolaiiko	036.859.449-16	11/12/2012

Professor de educação infantil e ensino fundamental

Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de inscrição
203	Tadeu Arbigauss	180.530.340-00	19/11/2012
204	Luciane João	032.041.219-92	19/11/2012
205	Jacson João	936.394.659-20	19/11/2012
206	Camila Roberta de Souza Thilles	065.297.709-09	19/11/2012
207	Aurilene Adriana de Alencar Dias	947.819.09-81	19/11/2012
208	Dileusa Rosangela Pezzato	970.468-689-72	19/11/2012
209	Saiana dos Santos	069.810.029-81	19/11/2012
210	Ivone Telesinha Andrukiu de Costa	902.807.769-34	19/11/2012
211	Schirley Winter	029.829.909-70	19/11/2012
212	Margareth Elizete Oestereich Maas	056.397.639-06	19/11/2012
213	Eugenia da Cruz Signoreli	599.313.029-68	19/11/2012
214	Nadia Maria Poerner	382.180.119-00	20/11/2012
215	Thaise Junckes Mathedi	060.329.439-17	20/11/2012
216	Marilise Lewerenz Bittelbrun	612.381.049-91	20/11/2012
217	Katia Regina Poerner	054.393.519-14	20/11/2012
218	Gisela Adriana Berg	523.429.729-20	20/11/2012
219	Susan Nara Vieira	048.170.209-11	20/11/2012
220	Raquel Silmara Klitzke da Veiga	038.144.819-33	20/11/2012
221	Josiane Eger	004.117.949-81	20/11/2012
222	Kamila Rabello	056.648.609-10	20/11/2012
223	Elvis Jessé Schiochet	042.782.459-12	20/11/2012
224	Edelval Luiz Henrique	245.049-399-91	20/11/2012
225	Gabriela Carloto Araujo de Oliveira	350.315.078-10	20/11/2012
226	Dayane Glatz	081.776.639-17	22/11/2012
227	Dulce Lara Schmitt	028.170.949-13	22/11/2012
228	Aliny Rebeque Cristo Gracioli	063.411.619-30	22/11/2012
229	Priscila Grasielle Dias	005.089.499-47	22/11/2012
230	Bruna Elisa Winter	064.229.109-83	22/11/2012
231	Jakie Emanuele Krahn	031.956.339-14	23/11/2012
232	André Reinhardt Shafer	042.146.829-71	23/11/2012
233	Carmen Luzia Kucarz	791.756.789-34	23/11/2012
234	Juana da Cruz Signoreli Marquardt	056.954.749-06	23/11/2012
235	Ana Paula Alves de Souza	072.575.529-67	23/11/2012
236	Caroline Braz Ribeiro	006.520.559-66	23/11/2012
237	Gabriella Tavares Silva Schiochet	078.492.169-54	24/11/2012

238	Ligiane Carla Correa Borges	072.271.039-94	26/11/2012
239	Elisabete Gomes de Souza	004.298.449-113	26/11/2012
240	Jilian dos Passos Ferreira	046.503.339-38	26/11/2012
241	Luciane Alves	889.827.859-49	26/11/2012
242	Rafael Muziol	073.437.279-58	26/11/2012
243	Fátima Aparecida Lebrão Rodrigues Turci	977.838.978-00	26/11/2012
244	Aline Amaral da Luz	053.884.519-84	26/11/2012
245	Lurdes Cristina Marcarini de Maçaneiro	021.068.839-43	27/11/2012
246	Denize da Cruz dos Santos	030.903.779-42	27/11/2012
247	Aline Mokwa	057.004.479-08	27/11/2012
248	Salete de Meira da Silva	588.733.769-91	27/11/2012
249	Edson Schimanski Celso Gilberto Ferreira Junior	051.634.369-61	27/11/2012
250	Celso Gilberto Ferreira Junior	050.479.379-64	27/11/2012
251	Claudia Maria Beri Gapper	902.012.059-04	28/11/2012
252	Abigail Regina Blaka	589.757.489-87	28/11/2012
253	Rosania Kuhnén Heidemann	025.590.709-52	28/11/2012
254	Marisa Cercal Petry	840.926.619-91	28/11/2012
255	Amélia Aparecida Raimundo da Cruz	041.837.379-58	28/11/2012
256	Vanderleia Aparecida Minatti Toni	683.135.609-59	28/11/2012
257	Leticia Lilian Ruzanowsky	068.176.999-83	28/11/2012
258	Inez Silvana Neppl Lischkovski	852.296.289-87	28/11/2012
259	Geosânia Evangelista da Silva Gielow	631.556.721-53	28/11/2012
260	Silmara Evangelista da Silva	667.515.001-49	28/11/2012
261	Marco Antonio Borges	728.423.509-87	28/11/2012
262	Elza de Carvalho Garcia	277.038.199-72	28/11/2012
263	Maristela Duwe	038.015.349-10	29/11/2012
264	Ricardo Camargo da Silva	004.874.089-69	29/11/2012
265	Cesar Machado	616.388.899-53	29/11/2012
266	Leandro Francisco Burger	053.470.589-86	29/11/2012
267	Catiana Adler	041.611.749-00	29/11/2012
268	Adriana Mader	970.473.259-72	29/11/2012
269	Anilce da Cunha Gonçalves	032.824.719-71	29/11/2012
270	Paula Sabrina Ruthes de Quadros	051.860.049-10	29/11/2012
271	Luiz Eduardo Petry	008.684.229-32	29/11/2012
272	Elizete Kiatkowski Carvalho de Lima	060.543.219-86	30/11/2012

273	Silvana Aparecida Henning	017.842.729-22	30/11/2012
274	Elisangela Bonomini	047.737.389-52	30/11/2012
275	Lilian Kenobla Arnold	026.869.509-19	30/11/2012
276	Vivian Bianchini Pinto	038.918.689-95	30/11/2012
277	Adriani Ribeiro	058.661.339-03	30/11/2012
278	Daniela Tomio	057.399.549-40	30/11/2012
279	Sidneia da Costa	046.314.349-37	30/11/2012
280	Gabriela Debiasi	036.201.139-71	30/11/2012
281	Dagoberto de Almeida	933.907.180-87	30/11/2012
282	Scheila Gonçalves de Lima	043.045.639-55	03/12/2012
283	Cristina Giovana Maica	730.189.700-63	03/12/2012
284	Sirene Seguro Gruchoski	835.815.709-63	03/12/2012
285	Angélica Marizeti Gessner	081.110.099-50	03/12/2012
286	Lúcia da Souza Fernandes	021.559.229-81	03/12/2012
287	Susana Machado da Silva	147.171.058-100	03/12/2012
288	Edeltraudt Repke Gretter	501.380.229-68	03/12/2012
289	Maria Rosane Bitencourt Machado	005.123.539-05	03/12/2012
290	Susana Soares dos Santos	018.559.869-22	03/12/2012
291	Nilena Jacklin dos Santos	004.701.889-52	03/12/2012
292	Vanda Soares da Luz	784.080.679-15	03/12/2012
293	Maria Odete Zimmermann	676.479.109-06	03/12/2012
294	Aline Moreland Bossle	019.481.989-24	03/12/2012
295	Nadia Vieira de Almeida	576.889.749-68	03/12/2012
296	Juliana Twardowski	047.692.119-88	03/12/2012
297	Cynthia Carvalho Benner	837.594.503-00	03/12/2012
298	Gecira Paholski	031.676.499-09	03/12/2012
299	Deise Morgana Gretter	053.572.039-46	03/12/2012
300	Eliane Amaral da Luz	082.469.589-50	03/12/2012
301	Keila Cristina de Moura Macalli	032.653.329-00	04/12/2012
302	Ilene Besen	566.718.909-78	04/12/2012
303	Vânia Silva Valentina de Andrade	060.070.479-38	04/12/2012
304	Adineia Alves Gonçalves	041.024.579-84	04/12/2012
305	Rafaela Raquel de Santana	047.168.309-42	04/12/2012
306	Rosilma de Fátima de Fátima Gracioli	568.887.089-34	04/12/2012
307	Fernanda Keiser	059.699.519-94	04/12/2012
308	Alessandra Patrícia Utech	054.887.549-97	04/12/2012
309	Camila Kusinski	066.457.699-03	04/12/2012

310	Lucelia Laismann dos Santos	004.126.659-56	04/12/2012
311	Laiz Anderle	086.960.979-39	04/12/2012
312	Luciene Viviane Bonkowski	053.984.179-08	04/12/2012
313	Luiz Eugenio Anderle	474.011.689-87	04/12/2012
314	Carmem Lucia Inocente Jeremias	432.871.409-06	05/12/2012
315	Osmar Ferreira de Lima	563.423.739-49	05/12/2012
316	Gislene Gazaniga Schopf	037.140.979-96	05/12/2012
317	Rubens Junior Heinrich	058.331.129-66	05/12/2012
318	Jéssica Joana Pereira	068.594.159-08	05/12/2012
319	Tissiane Jungton	062.370.629-63	05/12/2012
320	Maristela Schmelzer	690.425.279-00	05/12/2012
321	Janete Kuskoski	749.390.769-20	05/12/2012
322	Burges Denk Floriani	546.792.739-68	05/12/2012
323	Silvana Schmitel Petry	584.843.450-68	05/12/2012
324	Jaqueline Leticia Meira Piotkiewicz	036.209.809-80	05/12/2012
325	Cristiane Luiza Candiottto	054.826.789-89	06/12/2012
326	Luciane Stuy	041.297.489-47	06/12/2012
327	Franciele Bronstrup	047.952.929-90	06/12/2012
328	Ricardo Antonio Bueno	902.461-799-53	06/12/2012
329	Luana Martins	088.012.489-03	06/12/2012
330	Adilcenéia Becker da Silva Ferrazza	025.365.889-63	07/12/2012
331	Bruna Fernanda Draga de Oliveira	047.405-779-84	07/12/2012
332	Fernando Lazzaris	053.572.009-20	07/12/2012
333	Chales Moesch	750.593.399-04	07/12/2012
334	Andressa Krüger	088.192.819-58	07/12/2012
335	Márcia Fátima Dambroz	819.615-100-49	07/12/2012
336	Janete Kupicki	014.690.229-74	07/12/2012
337	Chrisley Mery Emmendorfer	040.779.339-94	07/12/2012
338	Flavia Mariane Wiesniewsky Hauffe	026.617.699-27	07/12/2012
339	Izalete Starowski	716.317.559-00	07/12/2012
340	Franciele Rodrigues da Rosa Soares	070.959.499-21	10/12/2012
341	Marisa Helena Behrend Vianna	196.528.178-80	10/12/2012
342	Janete Aparecida Menel	023.501.829-59	10/12/2012
343	Sabrina dos Santos	052.191.609-74	10/12/2012
344	Patricia Boz	033.456.739-40	10/12/2012
345	Iara Borba de Vargas Borges	750.908.569-15	10/12/2012
346	Dirlene Lilian Lada	028.030.849-37	10/12/2012
347	Nelson Pompermaier	250.907.989-15	10/12/2012

348	Veronica Parray	044.076.399-11	11/12/2012
349	Ivoneite Rassweiler Paiva	053.751.719-70	11/12/2012
350	Simone Feuser de Oliveira	054.154.619-81	11/12/2012
351	Leila Correia de Negreiro Loesch	003.568.279-50	11/12/2012
352	Sandra Maria Gasda	579.872.979-68	11/12/2012
353	Fabiola Aparecida Jansen	032.440.499-90	11/12/2012
354	Juliane Sayuri Umetsu	004.331.869-09	12/12/2012
355	Ederson Esmael Pereira	040.711.149-24	12/12/2012
356	Elisabet Herrmann	509.724.489-34	12/12/2012
357	Janaína Firmo	003.400.249-92	12/12/2012
358	Juliana Judachewsky	076.395.909-06	12/12/2012
359	Daniela Judachewsky	080.429.229-90	12/12/2012
360	Anderson Rodrigo Floriano	046.314.869-02	12/12/2012
361	Laila Jaiza Monteiro	086.932.959-69	12/12/2012
362	Vanessa Amabile de Carvalho	006.752.649-79	12/12/2012
363	Vera Aparecida Siqueira Teixeira	672.587.009-00	12/12/2012
364	Elma de Oliveira Silva da Costa	003.358.5299-21	12/12/2012
365	Maria de Lourdes Geraldo Pereira	028.329.439-69	12/12/2012
366	Elenir Cabral do Amaral Trainoti	553.494.989-91	12/12/2012
367	Adriana Cristina Schultz Bauml	032.339.049-83	12/12/2012
368	Margaret Hass	085.845.569-23	12/12/2012
369	Gabrielle Elisa Buchmann	866.611.249-20	12/12/2012
370	Diego Steffens	070.435.259-18	12/12/2012
371	Liliane da Silva Gomes	003.693.889-09	12/12/2012
372	Lucimar Pereira Oliveira de Aquino	020.169.559-24	12/12/2012
373	Rosilete de Souza	582.595.389-20	12/12/2012
374	Karoline Zangheli	037.025.689-13	12/12/2012
375	Jaime Odorizzi	828.090.209-06	12/12/2012
376	Damaris Emanuele Ulerich Teixeira	037.571.919-94	13/12/2012
377	Sabrina Kollross Fernandes	053.799.879-90	13/12/2012
378	Joelma da Silveira Dmeterko	027.399.589-86	13/12/2012
379	Jane Luzia Kwiczen	576.129.439-72	13/12/2012
380	Lidia Rosa Veeck	011.527.440-54	13/12/2012
381	Mariana Soares Ferrari	048.497.089-51	13/12/2012
382	Daniele Maçaneiro Bosse	081.134.609-93	13/12/2012
383	Rosana Ferreira	060.178.979-26	13/12/2012
384	Marize Frütche Mokwa	042.123.099-12	13/12/2012

385	Dalila Simone de Almeida	039.784.979-64	13/12/2012
386	Sergio Valdo Castro de Almeida	457.920.030-68	13/12/2012
387	William Cothovisky	055.944.119-33	13/12/2012
388	Edir Manoel Rosa	569.685.589-04	13/12/2012
389	Luciane Pryjamak Ponath	066.242.019-59	13/12/2012
390	Maycon Jonas Ponath	053.552.269-06	13/12/2012
391	Mirian Cristhianne Cardoso Denk	048.232.999-81	14/12/2012
392	Joice Mees	042.588.099-00	14/12/2012
393	Juliana Contadini	167.644.828-45	14/12/2012
394	Miriam Costa	043.723.269-71	14/12/2012
395	Geovana Cvarcz Klabunde	007.428-849-06	14/12/2012
396	Elisangela Vantuir Dreger	022.339.229-48	14/12/2012
397	Rosineide Gomes da Cruz Ferreira de Andrade	026.742.169-99	14/12/2012
398	Andressa Michele Hille da Silva	069.640.789-24	14/12/2012
399	Arlete Girola Machado	667.788.839-87	14/12/2012
400	Eliane Maciel	850.860.619-20	14/12/2012
401	Maria Lucia Cordeiro de Paula	682.522.429-87	14/12/2012
402	Dener de Andrade	041.164.809-83	14/12/2012
403	Cristiane Oestereich Woelk	023.482.970-65	14/12/2012
404	Riteli Silva da Rosa	012.394.760-00	14/12/2012
405	Lucineide Garibaldi Quintino Rochimbach	043.077.529-61	14/12/2012
406	Arleide Zechini Rodrigues Henckemaier	947.778.709-44	14/12/2012
407	Adriana Preisler	050.477.009-84	14/12/2012
408	Milana Cristina Erdmann	087.402.869-83	14/12/2012
409	Edelmeri Aparecida Kowalski	717.315.479-00	14/12/2012
410	Mario Rodrigues Teixeira Neto	092.547.669-25	14/12/2012
411	Laura Aparecida Pires Silveira	293.860.518-85	14/12/2012
412	Rafael Rodrigo Soares	008.953.089-67	14/12/2012
413	Jean Fabian Dabianco Francisco	042.364.003-79	14/12/2012
414	João Felipe Machado	060.602.099-39	14/12/2012
415	Ana Paula Matei	010-102.779-60	14/12/2012
416	Dalvana Guiliane Lischkovski	085.291.849-63	14/12/2012
417	Eliana Schultz	056.140.019-99	14/12/2012
418	Vanessa Aparecida Beletti de Lima	020.352.389-00	14/12/2012
419	Eliane de Goes Fenner	020.642.699-24	14/12/2012
420	Adriana de Oliveira Ferreira	917.845.229-53	14/12/2012

421	Caroline Maria Wodzinsky	041.864.589-28	14/12/2012
422	Jonathan Roberto Tischner	070.665-569-64	14/12/2012
423	Alessandra Kan-nemberg	048.019.849-75	14/12/2012
424	Luciana da Cruz Signorelli	029.903.609-05	14/12/2012
425	Rikélin Daiana Baum	062.237.419-28	14/12/2012
426	Adriana Paul	009.240.069.86	14/12/2012

Observação: Para o cargo de Fonoaudiólogo não houve inscrição.

Corupá, 18 de dezembro de 2012

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 231/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 231/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de longarinas, poltronas, mesas e conjunto de assento para uso na Delegacia de Polícia com as especificações mínimas constantes no Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:45 horas do dia 28/01/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 28/01/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de Dezembro de 2012-12-18

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 232/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 232/2012

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o município de Curitibanos e a empresa Vale Visare Editora Gráfica e Propaganda Ltda com o valor total de R\$ 43.570,00 (Quarenta e três mil e quinhentos e setenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E AUDIO VISUAL ALUSIVO AO ANIVERSÁRIO DE 100 ANOS DA GUERRA DO CONTESTADO, CONFORME PARECER DA PROCURADORIA, MEMORANDO DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO PREFEITO E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO.

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, encaminhamos ao Prefeito Municipal.

Curitibanos, 19 de dezembro de 2012.

ADAILTON ALVES

Presidente da Comissão

TALITA DAIANE SCHWINDEN CORRÊA

Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, de acordo com a Lei nº 8.666/93, Art. Nº 25, inciso nº I, II e II, dou como aprovada.

Curitibanos, 19 de dezembro de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 19 de dezembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: TRANSBELA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME

CNPJ: 11.358.321/0001-89

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 21/2012 Numero do Processo: 21/2012

Numero do Contrato/Aditivo: 369/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITAMENTO DE MAIS R\$ 1.575,00, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE Curitibanos, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2012.

Data da Assinatura: 06/12/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/12/2012

Vigência: 06/12/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 07.01 12.362.0012 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero: FUNDO MUNICIPAL E EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS/ Nr: 1

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.575,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CIA ULTRAGAZ S/A

CNPJ: 61.602.199/0232-44

Modalidade: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 5/2012 Número do Processo: 5/2012

Número do Contrato/Aditivo: 370/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITAMENTO DE SUPRESSÃO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE BOTÕES E CARGAS DE GÁS P45 E P13 PARA MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS DE CAMPO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 07/12/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/12/2012

Vigência: 07/12/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: RESTAURANTE HIKARI LTDA-ME

CNPJ: 00.156.902/0001-11

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 82/2012 Número do Processo: 82/2012

Número do Contrato/Aditivo: 371/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITAMENTO DE MAIS R\$ 1.488,00, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFEÇÃO DE 62 REFEIÇÕES, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 07/12/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/12/2012

Vigência: 07/12/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010

2.048.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS/ Nr: 1

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 1.488,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: JASOM DE OLIVEIRA

CNPJ: 006.778.309.04

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 82/2012 Número do Processo: 82/2012

Número do Contrato/Aditivo: 372/2012

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE POR UM PERÍODO DE 16 HORAS/AULA NO III SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: DIREITO À DIVERSIDADE, CONSIDERANDO QUE O MESMO APRESENTOU AS CNDS NESTA DATA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E MEMORANDO EM ANEXO E CONVÊNIO Nº 658846/2010.

Data da Assinatura: 12/12/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 14/12/2012

Vigência: 12/12/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010

2.048.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS/ Nr: 1

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 1.600,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ADORO VIAGENS LTDA ME

CNPJ: 13.963.417/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 92/2012 Número do Processo: 92/2012

Número do Contrato/Aditivo: 373/2012

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, PASSAGENS AÉREA, HOSPEDAGENS, REFEIÇÕES, SEGURO E GUIA LOCAL, PARA OS VENCEDORES DO " PRÊMIO SABERESS E FAZERES " NOS DIAS 18,19 E 20 DE DEZEMBRO DE 2012, CONFORME CRONOGRAMA PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/12/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 17/12/2012

Vigência: 13/12/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS/ NR: 11

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 34.300,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: LUCIANE DIAS CAMPOS
CNPJ: 006.976.606-13
Modalidade:
Número da Licitação: Número do Processo:
Número do Contrato/Aditivo: 374/2012
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE POR UM PERÍODO DE 16 HORAS/ AULA NO III SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: DIREITO À DIVERSIDADE, CONSIDERANDO QUE A MESMA APRESENTOU AS CNDs NESTA DATA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E MEMORANDO EM ANEXO E CONVÊNIO Nº 658846/2010.

Data da Assinatura: 14/12/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 14/12/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho: 07.0112.361.00102.048.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS/ NR: 11
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.200,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: COMERCIAL DE ELETRODOMESTICOS LAGES LTDA
CNPJ: 13.598.570/0001-77
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 209/2012 Número do Processo: 209/2012
Número do Contrato/Aditivo: 593/2012
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE 25 APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COMPREENDIDO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE FILTROS, MEDIÇÃO E REPOSIÇÃO DE GÁS, VERIFICAR IRREGULARIDADE NA DRENAGEM E MEDIÇÃO DA TENÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 10/12/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/12/2012
Vigência: 10/12/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS/ Nr: 1
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 3.000,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
CNPJ: 06.099.082/0001-50
Modalidade: Concorrência p/ obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 87/2012 Número do Processo: 87/2012
Número do Contrato/Aditivo: 594/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO ATÉ DIA 14/01/2013 REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA- CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE DAS RUAS PRUDENTE VISCONDE DE MORAES, RUA EUCLIDES PRADO E RUA EUCLIDES ALBUQUERQUE, REFERENTE AO LOTE Nº 2 DA CONCORRÊNCIA Nº 87/2011.

Data da Assinatura: 14/12/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/12/2012
Vigência: 14/12/2012 A 14/01/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS/ Nr: 1
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CARLOTA DI PIETRO
CNPJ: 04.891.634/0001-32
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo:
Número do Contrato/Aditivo: 596/2012
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SHOW NATALINO QUE REALIZAR-SE-A AS 21:00 HORAS DE DIA 17 DE DEZEMBRO NA AV. SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 40 MINUTOS.

Data da Assinatura: 14/12/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 14/12/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho: 02.03 13.392.0017
2.074.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS/ Nr: 1
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 5.500,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: IRAN ANTONIO

CNPJ: 14.227.062/0001-45

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 68/2012 Número do Processo: 68/2012

Número do Contrato/Aditivo: 598/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 500,00 REFERENTE A SONORIZAÇÃO DE INAUGURAÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA AV. SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, QUE OCORRERÁ NO DIA 17/12/2012.

Data da Assinatura: 14/12/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 19/12/2012

Vigência: 14/12/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS/ Nr: 1

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 500,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Outubro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONE CONSTRUÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 07.959.120/0001-60

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e serv. Engenharia

Número da Licitação: 58/2012 Número do Processo: 58/2012

Número do Contrato/Aditivo: 338/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRAZO PELO PERÍODO DE 30/10/2012 A 30/11/2012, REFERENTE A CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UMA SALA DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, COM ÁREA DE 361,34 M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 30/10/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 21/12/2012

Vigência: 30/10/2012 A 31/11/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS/ NR: 11

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Novembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONE CONSTRUÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 07.959.120/0001-60

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e serv. Engenharia

Número da Licitação: 58/2012 Número do Processo: 58/2012

Número do Contrato/Aditivo: 362/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRAZO PELO PERÍODO DE 30/11/2012 A 18/01/2013, REFERENTE A CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UMA SALA DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, COM ÁREA DE 361,34 M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 30/10/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 21/12/2012

Vigência: 30/10/2012 A 31/11/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS/ NR: 11

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA LTDA

CNPJ: 80.158.413/0001-38

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 232/2012 Número do Processo: 232/2012

Número do Contrato/Aditivo: 599/2012

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E AUDIO VISUAL ALUSIVO AO ANIVERSÁRIO DE 100 ANOS DA GUERRA DO CONTESTADO, CONFORME PARECER DA PROCURADORIA, MEMORANDO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO PREFEITO E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO.

Data da Assinatura: 19/12/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 21/12/2012

Vigência: 19/12/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 02.03 13.392.0017 2.0074.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS/ Nr: 1

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 43.570,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: GERARDO PNEUS E PEÇAS LTDA

CNPJ: 07.270.366/0005-53

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 206/2012 Número do Processo: 206/2012

Número do Contrato/Aditivo: 601/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NOVOS, PARA USO DA FROTA DAS ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E DEMAIS CONDIÇÕES PREESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 19/12/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 19/12/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 7.410,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Ermo**PREFEITURA****Resultado do Pregão Presencial N° 06/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2012

Objeto: Aquisição de medicamentos especiais não previstos na listagem da farmácia básica do Município, para distribuição gratuita à população durante o exercício de 2013.

Vencedores:

* Farmácia Tramontin Ltda Me

Valor: R\$ 42.684,05

* De Nez Recco Drogaria Ltda Me

Valor: R\$ 44.694,00

ANA PAULA NOLA BIZ

Pregoeira

Resultado do Pregão Presencial N° 24/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2012

Objeto: Aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina) para serem utilizados nos veículos e máquinas da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2013.

Vencedor:

* Auto Posto Daminelli Ltda

Valor: R\$ 397.241,00

ANA PAULA NOLA BIZ

Pregoeira

Forquilha**PREFEITURA****Decreto N° 128, de 30 de Novembro de 2012.**

DECRETO N° 128, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA DOS SERVIDORES QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Ficam canceladas, a partir do dia 1º de dezembro de 2012, as Funções Gratificadas concedidas aos servidores abaixo relacionados.

Matrícula	Nome do Servidor	Função Gratificada
889	LUIZ RENATO STEINER	FG-04 - CHEFE DE DIVISAO
1998	VANESSA TISCOSKI	FG-04 - CHEFE DE DIVISAO
2915	ADILSON VENSON	FG-06 - CHEFE DE SECAO
1652	ANDRESSA WESTRUP WERNKE	FG-06 - CHEFE DE SECAO
2080	ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK	FG-07 - CHEFE ADJUNTO DE DIVISAO
476	RODRIGO LOCH	FG-07 - CHEFE ADJUNTO DE DIVISAO
965	VILMAR DE COSTA	FG-07 - CHEFE ADJUNTO DE DIVISAO
793	ZENO TISCOSKI	FG-07 - CHEFE ADJUNTO DE DIVISAO
485	ALTEVIR ROSSO	FG-08 - CHEFE DE EQUIPE
2021	CELSE MICHELS	FG-08 - CHEFE DE EQUIPE
2014	GONCALVES LOURENCO NETO	FG-08 - CHEFE DE EQUIPE
802	JADNA REGINA VITALI KAMMER	FG-08 - CHEFE DE EQUIPE
172	JANETE TEIXEIRA DE OLIVEIRA	FG-08 - CHEFE DE EQUIPE
2304	JOAO FAGUNDES NETO	FG-08 - CHEFE DE EQUIPE
2148	CLESIO BERETTA	FG-09 - CHEFE ADJUNTO DE SECAO
1362	LINDOSMAR CARDOSO	FG-09 - CHEFE ADJUNTO DE SECAO
2781	MARCIO SCHUVARTZ	FG-09 - CHEFE ADJUNTO DE SECAO
1407	MARTIM CARDOSO DA SILVA	FG-09 - CHEFE ADJUNTO DE SECAO
2004	NEVIO DONDOSSOLA	FG-09 - CHEFE ADJUNTO DE SECAO
2005	VALMIR CARDOSO	FG-09 - CHEFE ADJUNTO DE SECAO
2083	EDILSON MONDARDO	FG-10 - ENCARREGADO DE SERVICO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

2003	FRANCISCO ESPEDITO BORGES	FG-10 - ENCARREGADO DE SERVICO
1408	JAIR PIROLA	FG-10 - ENCARREGADO DE SERVICO
486	LEDIR DIAS	FG-10 - ENCARREGADO DE SERVICO
2074	LUCAS STEFANIAK	FG-10 - ENCARREGADO DE SERVICO
2245	MAGALI DA ROSA	FG-10 - ENCARREGADO DE SERVICO
1951	MARIA DE FATIMA DE LIZ WILLIMANN	FG-10 - ENCARREGADO DE SERVICO
2369	RENATA PEREIRA FRITZEN	FG-10 - ENCARREGADO DE SERVICO
2444	VALERIA DE BONA TISCOSKI	FG-10 - ENCARREGADO DE SERVICO
2077	VANDERLEI FORGIARINI	FG-10 - ENCARREGADO DE SERVICO

Art. 2º Ficam canceladas, a partir do dia 15 de dezembro de 2012, as Funções Gratificadas concedidas aos servidores abaixo relacionados.

Matrícula	Nome do Servidor	Função Gratificada
		FG-03 - DIRETOR DE ESCOLA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ 300 ALUNOS
243	ARILDO GAVA	
809	SANDRA HELENA SAVI MARCELINO MACARINI	FG-08 - CHEFE DE EQUIPE

Art. 3º Ficam canceladas, a partir do dia 31 de dezembro de 2012, as Funções Gratificadas concedidas aos servidores abaixo relacionados.

Matrícula	Nome do Servidor	Função Gratificada
		FG-04 - CHEFE DE DIVISAO
1359	MILTON GIL GERI JUNIOR	
1446	SONIA REGINA HERR GOMES	FG-04 - CHEFE DE DIVISAO
797	IDAIR MIGUEL DONDOSSOLA	FG-04 - CHEFE ADJUNTO DE DEPTO
2253	MARCELO PINTO SOLARES	FG-06 - CHEFE DE SECAO

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de dezembro de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de dezembro de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 137, de 17 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº. 137, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.
REGULAMENTA A LEI Nº 1.240, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2006, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído que a prerrogativa disposta no artigo 1º da lei 1.240/2006 que o cancelamento dos créditos tributários lançados e inscritos ou não em dívida ativa quando comprovada a não ocorrência do respectivo fato gerador, especialmente, no caso do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e taxas pelo exercício do Poder de Polícia, deverá ser realizado pelos fiscais de tributos efetivos do município, especificamente nas empresas abaixo relacionadas:

LISTA DE EMPRESAS INATIVAS COM DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

CADASTRO	NOME DO CONTRIBUINTE	EXERCICIO	VALOR EM R\$
904	AUTO LAVAÇÃO MARTINS LTDA ME	2011	161,70
2081	AUTO MECANICA E PEÇAS BEZ BIROLO E CORAL LTDA – ME	2010,2011	502,83
2009	AGROHOBOLD ALIMENTOS LTDA	2011	366,28
2124	ANDERSON MACIEL FERMINO ME	2011	366,28
1689	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIVA FORQUILHINHA A. SOCIAL	2008,2009,2010, 2011	881,14
1535	FORQUILHINHENSE SERVIÇOS LTDA ME	2011	224,10
1881	HELDER TISCOSKI ME	2011	224,10
1742	IJ ELETRONICA DE ALARMES LTDA	2011	270,90
1618	INTERCERES OM. E REPRES. LTDA	2008,2009,2010,2011	881,14
1926	JKL DISTRIBUIDORA LTDA ME	2011	426,90
1081	JJC CONSTRUÇÕES LTDA	2011	340,96
1365	JULIANO WARMLING	2003 a 2007	1.238,06
1938	MARY AMORIN SILVA	2010	442,96
1911	METALURGICA ALIANÇA LTDA	2011	443,14
1376	METALURGICA PALADINI LTDA ME	2011	547,72
1733	MVEJ CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA	2011	307,78
1091	OLIVEIRA DIESEL LTDA	2010, 2011	526,58
1906	PAIS E FILHOS EMPREITEIRA LTDA	2011	280,80
2022	RAFAEL DE JESUS FORMENTIN ME	2011	231,76
1202	RD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME	2010, 2011	526,58
1387	SERRALHERIA CRISTOFFER LTDA ME	2009, 2010,2011	576,69
1883	START LAN HOUSE LTDA ME	2011	192,90
1793	TATIANE DOS SANTOS PATRICIO ME	2011	270,90
1529	TISCOSKI & CIA LTDA	2009	440,90
1921	VILSON DE QUADRA ME	2011	224,10

LISTA DE EMPRESAS INATIVAS COM DÉBITOS DO EXERCÍCIO 2012

CADASTRO	NOME DO CONTRIBUINTE	EXERCÍCIO	VALOR EM R\$
904	AUTO LAVAÇÃO MARTINS LTDA ME	2012	172,47
2081	AUTO MECANICA E PEÇAS BEZ BIROLO E CORAL LTDA – ME	2012	288,94
2009	AGROHOBOLD ALIMENTOS LTDA	2012	390,68
2124	ANDERSON MACIEL FERMINO ME	2012	390,68
1689	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIVA FORQUILHINHA A. SOCIAL	2012	249,58
2091	BRADORE DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA	2012	465,26
1609	BRAGA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA	2012	563,33
2214	CINTIA SIMON MEDEIROS MEI	2012	103,99
2049	CLAUDINO ANTONIO COMEL ME	2012	239,03
1317	CONFECÇÕES ACORDI LTDA ME	2012	288,94
458	CONFECÇÕES DALFLEX LTDA ME	2012	389,45
1261	CONSTRUTORA IMIGRANTE ITALIANO LTDA	2012	374,38
2178	DREAMS JEANS LTDA	2012	389,45
1697	ELETRODU SERVIÇOS ELETRICOS LTDA	2012	390,68
1841	ELOIR VIEIRA DEMETRIO ME	2012	338,86
1535	FORQUILHINENSE SERVIÇOS LTDA ME	2012	239,03
1881	HELDER TISCOSKI ME	2012	239,03
1742	IJ ELETRONICA DE ALARMES LTDA	2012	288,94
1618	INTERCERES OM. E REPRES. LTDA	2012	249,58
2047	JDS INSTALAÇÕES ELTRICAS LTDA	2012	372,14
1926	JKL DISTRIBUIDORA LTDA ME	2012	455,36
1081	JJC CONSTRUÇÕES LTDA	2012	363,66
2105	JOELCY OSVADO SAVI ME	2012	538,53
2249	JULIANA CARDOSO FERNANDES MEI	2012	124,79
2023	LIMPELAR SERVIÇOS DE LAVAÇÃO LTDA ME	2012	239,03
1333	LUBRIFOR COM. DE LUBRIFICANTES LTDA	2012	288,94
1409	MERCADO MACRE LTDA – ME	2012	396,94
1911	METALURGICA ALIANÇA LTDA	2012	742,64
1376	METALURGICA PALADINI LTDA ME	2012	584,20
1733	MVEJ CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA	2012	453,08

1091	OLIVEIRA DIESEL LTDA	2012	288,94
2279	PADARIA CORES E SABORES LTDA	2012	313,74
1906	PAIS E FILHOS EMPREITEIRA LTDA	2012	299,50
1852	PAULISTA SONORIZAÇÃO LTDA	2012	239,03
1526	PERFECT SOLUÇÕES EM BORDADOS LTDA	2012	288,94
2022	RAFAEL DE JESUS FORMENTIN ME	2012	247,19
1202	RD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME	2012	288,94
2122	REJANE VIANA ME	2012	389,45
1880	SARAH MEDEIROS GOU-LART ME	2012	288,94
1773	SCHIMENDES E TISCOSKI LTDA	2012	328,28
1387	SERRALHERIA CRISTOFFER LTDA ME	2012	288,26
1914	SIDINEI ARCELDINO CAPELA ME	2012	288,94
1883	START LAN HOUSE LTDA ME	2012	205,75
1793	TATIANE DOS SANTOS PATRICIO ME	2012	288,94
1958	TERRA SUL AGROPECUARIA LTDA ME	2012	338,86
1313	TRANSMILLA TRANSPORTES E ESCAVAÇÕES LTDA	2012	390,68
761	VALDIR ABILIO DONATO ME	2012	239,03
1921	VILSON DE QUADRA ME	2012	239,03
1778	ZV DOS SANTOS	2012	288,94

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de dezembro de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de dezembro de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Ata do Edital de Concorrência Pública Nº 122/2012
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 122/PMF/2012

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS BRAÇAS DE COLETA DE LIXO URBANO NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA SC PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Às dez horas do dia vinte do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão de Licitação do Município



de Forquilha para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 122/PMF/2012. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas RADAR SERVIÇOS LTDA E PROSERV ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PESSOAL LTDA. protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura do envelope n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação no qual a empresa PROSERV ASSE. E CONS. DE PESSOAL LTDA foi inabilitada para a 2ª fase (abertura das propostas de preços-envelope 02) por estar em desacordo no item 2.1 do edital. A empresas participantes concordando com o encerramento da primeira fase da licitação foi dado sequência ao processo com a abertura do envelope n. 02 da PROPOSTA, da empresa RADAR SERVIÇOS LTDA. O preço por funcionário apresentado pela empresa RADAR SERVIÇOS LTDA foi de R\$ 3.561,35 (três mil quinhentos e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos) totalizando R\$ 341.889,60 (trezentos e quarenta e um mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) para o exercício de 2013. As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para recurso. Decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa RADAR SERVIÇOS LTDA. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 20 de dezembro de 2012.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitações

VALMIR COLOMBO
Secretário

ERIKA DE LUCA TISCOSKI
Membro

ANDER LUIZ WARMLING
Procurador Geral

RADAR SERVIÇOS LTDA
DANTE LINO BONETTI

PROSERV ASSE. E CONS. DE PESSOAL LTDA
FÁBIO OSÓRIO CARDOSO

Extrato do Termo Aditivo FMS 10/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS 10/2012
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 031/2009
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA - CRICIGÁS LTDA ME

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, aquisição de 8.000 m³ (oito mil metros cúbicos) de oxigênio medicinal para uso domiciliar e nas unidades de saúde do município de Forquilha/SC, com empréstimo de acessórios, durante o exercício de 2013.
DO PRAZO - Fica estabelecida por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO do período contratual que previa o término em 31/12/2012, para 31/12/2013.
DO VALOR - O valor unitário será reajustado passando para R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) o m³, totalizando R\$ R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o exercício de 2013, com base no artigo 65 da Lei Nº. 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 07 de dezembro de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 11/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 11/2012
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 70/2010
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADA - GLOBAL GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA ME

DO OBJETO - Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento através de autoclave e destinação final de resíduos de serviços de saúde, grupos A (biológicos), B (Substâncias químicas) e E (Pérfurocortantes), para atendimento de todas as Unidades da Rede Municipal de Saúde, do município de Forquilha/SC.

DO PRAZO - Vencimento prorrogado de 31/12/2012 para 31/12/2013.

DO VALOR - O valor mensal terá um reajuste de 5,95% (cinco vírgula noventa e cinco por cento), passando de R\$ 1.589,25 (hum mil quinhentoe oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) para R\$ 1.684,00 (hum mil seiscentos e oitenta e quatro reais). O valor total do contrato será de

R\$ 20.208,00 (vinte mil duzentos e oito reais) para o ano de 2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 14 de dezembro de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Edital/CMDCA 01/2012 Classificação

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA

EDITAL/CMDCA 01/2012

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009 e suas alterações e, considerando as deliberações, por unanimidade, dos membros do Conselho presentes na Assembleia Ordinária, realizada no dia 30 de outubro de 2012, torna público a classificação geral dos candidatos:

PROVAS REALIZADAS EM 19/12/2012

CONSELHO TUTELAR

Inscrição	Nome Candidato	L. Portuguesa	Conh. Específico	Digitação	Media Geral	Classificação
1	TANIA ROSALBA FELISBERTO GONÇALVES	6	10	5,36	7,84	Classificado
2	RAQUEL BACKES MARTINS	7	5	9,28	6,57	Classificado
3	MARTA LIECHESKI COLONETTI	10	9	6,25	8,56	Classificado
4	MARIA ANGELA CARBONI	-	-	-	-	Eliminado

5	SUSILENE MARTINS ARAUJO DE SOU-TO	-	-	-	-	Eliminado
6	ROSILÉIA DOS SANTOS ROCHA	10	8	8,43	8,60	Classifi- cado
7	ALAN DANIEL MARTINS	-	-	-	-	Eliminado
8	CLENIO JOSÉ RICKEN	-	-	-	-	Eliminado
9	ANDRÉIA DE OLIVEIRA ARSENIO PEDROSO	8	9	3,91	7,47	Classifi- cado
10	MÁRCIA DA LUZ	-	-	-	-	Eliminado
11	GILBERTO DE SOUZA JERONI-MO	9	5	7,95	6,73	Classifi- cado
12	IZOLETE MARIA COLOMBO	6	5	1,65	4,41	Eliminado

O candidato que se sentir prejudicado com sua nota, tem o prazo de dois dias úteis após a publicação deste resultado para entra com recurso junto ao Presidente do CMDCA deste EDITAL/CMDCA 01/2012.

Forquilha – SC, 20 de dezembro de 2012.

LILIAN ARNS TOPANOTTI
Presidente da Comissão Eleitoral

Ficam homologadas as notas e classificação dos candidatos deste EDITAL/CMDCA 01/2012.
Forquilha – SC, 20 de dezembro de 2012.

MARIA ZOLEIDE BACK
Presidente do CMDCA

Edital/CMDCA 01/2012 Gabarito Prova Escrita
CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA
EDITAL/CMDCA 01/2012
PROVAS REALIZADAS EM 19/12/2012
GABARITO PROVA ESCRITA
CONSELHO TUTELAR

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA torna público o Gabarito da Prova Escrita.

LÍNGUA PORTUGUESA

Gabarito									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	B	C	B	C	C	A	B	B	C

CONSELHO TUTELAR

Gabarito									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	B	C	A	B	C	B	A	C	C

Provas originais estão disponíveis para verificação na Secretaria de Assistência Social na Prefeitura de Forquilha.

Forquilha – SC, 20 de dezembro de 2012.
MARIA ZOLEIDE BACK
Presidente do CMDCA

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Nº 2168/2012

LEI Nº 2168, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

ESTABELECE O CONCEITO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR, FIXA CRITÉRIOS PARA ADIMPLENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DE SENTENÇA JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica estabelecido o valor da Requisição de Pequeno Valor - RPV, até a importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para pagamento de débitos oriundos de sentença judicial transitada em julgado em face da Fazenda Municipal, reajustado anualmente no mês de fevereiro, pelo INPC acumulado dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

Art. 2º. O pagamento de créditos administrativos será efetuado em caráter de exceção, mediante autorização legislativa e processo administrativo próprio.

Art. 3º. O pagamento de créditos em fase de execução judicial obedecerá ao disposto no art. 2º desta Lei e deverá, obrigatoriamente, receber parecer favorável da Procuradoria do Município e da Secretaria de Finanças.

Art. 4º. Os créditos em fase de liquidação de sentença poderão ser pagos mediante acordo, desde que respeitados os limites desta Lei, e que disponha o Município de recursos e disponibilidade orçamentária para tanto.

Art. 5º. Para os fins do art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, fica estabelecido o conceito de "pequeno valor" no montante de até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), reajustável na forma do artigo 1.º desta LEI.

Art. 6º. Os valores acima do previsto no art. 5º desta Lei serão incluídos no Orçamento Anual do Município, para pagamento na forma de precatório, desde que apresentados até a data limite de 1º de julho do ano da apresentação, efetivando-se o pagamento até o final do exercício subsequente.

Art. 7º. Para que os precatórios possam ser adimplidos pelo Município, deverão ser requisitados pelo Presidente do Tribunal respectivo ao processo originário que lhe deu causa.

Art. 8º. Os precatórios e as requisições de pequeno valor deverão obedecer à ordem cronológica de inscrição, que será atualizada mensalmente pela Secretaria de Finanças do Município.

Art. 9º. O limite orçamentário anual de pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor fica estabelecido em 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício antecedente.

Art. 10. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 1924, de 16 de outubro de 2007.

Gabinete do Prefeito
FRAIBURGO, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2169/2012

LEI Nº 2169, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, INSTRUMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Fraiburgo, nos termos da presente LEI.

Art. 2º. O Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento da Política Municipal de saneamento, tem como diretrizes, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento sustentável, além de fornecer elementos ao poder público e a coletividade para defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas neste sentido.

Art. 3º. Para o estabelecimento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Fraiburgo serão observados os seguintes fundamentais:

- I - universalização, integralidade e disponibilidade;
- II - preservação da saúde pública e proteção do meio ambiente;
- III - adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- IV - articulação com outras política públicas;
- V - eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;
- VI - utilização de tecnologias apropriadas;
- VII - transparência das ações;
- VIII - Controle Social;
- IX - segurança, qualidade e regularidade;
- X - integração com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 4º. O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município, tem por objetivo geral o estabelecimento de ações para universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso à todos os usuários do Município de Fraiburgo.

Parágrafo único. Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do Plano de Saneamento:

- I - garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação;
- II - implementar os serviços ora existentes, em prazos factíveis;
- III - criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento

e gestão dos serviços;

- IV - estimular a conscientização ambiental da população; e
- V - atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

Art. 5º. Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

- I - abastecimento de água potável;
- II - esgotamento sanitário;
- III - drenagem urbana e manejo de águas pluviais; e
- IV - limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

Art. 6º. Por se tratar de instrumento dinâmico, o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Fraiburgo, deverá ser alvo de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, tendo como marco inicial o estudo que integra o Anexo I desta Lei.

§ 1º. A revisão de que trata o caput, deverá preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de Fraiburgo.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Fraiburgo à Câmara Municipal de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do Plano de Saneamento anteriormente vigente.

§ 3º. A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Fraiburgo, deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços correlatos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

- I - das políticas municipais, estaduais de saneamento básico, de saúde e de meio ambiente;
- II - do plano municipal e estadual de saneamento e de recursos hídricos.

§ 4º. A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Fraiburgo, deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o município estiver inserido.

Art. 7º. A gestão dos serviços de saneamento básico terá como instrumento básico os programas e projetos específicos nas áreas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos, tendo como meta a universalização dos serviços de saneamento e o perfeito controle dos efeitos ambientais.

Art. 8º. A prestação dos serviços públicos de saneamento é de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, podendo o mesmo realizar a prestação desses serviços de forma direta, ou conceder ou permitir a prestação respectiva, a terceiros, de direito público ou privado, de uma ou mais dessas atividades, atendendo os postulados legais pertinentes à matéria.

§ 1º. Os executores das atividades mencionadas no caput, deverão contar com os respectivos licenciamentos ambientais cabíveis.

§ 2º. A administração municipal, quando contratada nos termos desse artigo, submeter-se-á às mesmas regras aplicáveis nos demais casos.

Art. 9º. Os programas, projetos e outras ações do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Fraiburgo, deverão ser regulamentados por decreto do Poder Executivo, na medida em que forem criados.

Art. 10. Constitui órgão executivo do presente Plano de Saneamento a Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI.

Art. 11. Constitui o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Fraiburgo, o documento inserido no Anexo I desta LEI.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2170/2012

LEI Nº 2170, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a ceder, a título gratuito e precário, imóvel urbano, com área de 10.647,87m², constituído pelo lote 008, da quadra 19, situado na Rua Marly, no Bairro Centro, matriculado sob n. 2139, no CRI de Fraiburgo, de propriedade do Município de Fraiburgo, onde encontra-se edificado uma construção em alvenaria, denominado Centro de Cultura - Bloco I, com 287,04 m², ao Centro Cultural Egon Frey, associação cultural sem fins lucrativas, inscrita no CNPJ sob n. 02.220.027/0001-15, com sede no Município de Fraiburgo, para fins de suas atividades culturais previstas no contrato social em prol da comunidade fraiburguense, dispensada de licitação, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93.

§ 1º. O cessionário fluirá plenamente do imóvel para os fins estabelecidos nesta Lei e no contrato de cessão de uso e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham incidir sobre o imóvel e deverá utilizar o imóvel, única e exclusivamente, para os fins especificados, sob pena da extinção da cessão de uso.

§ 2º. É proibida a cessão ou transferência do imóvel objeto da presente cessão de uso a terceiros, ainda que parcialmente, salvo autorização escrita e expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º. As demais condições da cessão serão as estabelecidas no contrato de cessão de uso.

§ 4º. O prazo da cessão de uso é de 25(vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante processo administrativo próprio e autorização legislativa específica.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
FRAIBURGO, SC, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2171/2012

LEI Nº 2171, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE OS SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, OFICIALIZA O BRASÃO E O HINO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. São símbolos do Município de Fraiburgo:

I - a bandeira;

II - o hino;

III - o brasão.

Art. 2º. A Bandeira do Município de Fraiburgo, criada pelos Professores Rui Vital Batagelo e Francisco Costela, observa a forma e demais disposições constantes da Lei municipal nº 303, de 05 de setembro de 1977.

Art. 3º. Fica oficializado o Hino do Município de Fraiburgo, criado em meados da década de 1960, letra de autoria de Vera Vargas e composição musical de Sebastião Lima, com alterações na letra realizadas pelo Professor Rui Vital Batagelo e adaptação na música, nos termos do Anexo I da presente Lei:

I - na primeira estrofe incluir o nome de "Arnoldo Frey";

II - no último verso de estribilho, substituir "Capital da Maçã" por "Terra da Maçã".

Art. 4º. Fica oficializado no Brasão do Município de Fraiburgo, no padrão disposto no Anexo II da presente LEI.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
FRAIBURGO, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0348/2012

DECRETO Nº 0348, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0036, de 29 de novembro de 2012, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo:	Agente de Serviços Gerais - Feminino
Quadro:	I - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO DE 2013"
Código:	1 Área de Atuação: Geral

Número Inscrição	Nome do Candidato	Motivo
3	BERENICE CONRADI DOS SANTOS	Descumprimento do item 1.4, "a", do Edital 0036/2012.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente de Serviços Gerais - Feminino**

Quadro: **I - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2013”**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

CrITÉrios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	57	ZELIA DOS SANTOS CELESTINO	7
2	35	MARGARIDA APARECIDA FERRAZ DE DEUS DE OLIVEIRA	7
3	61	SALETE APARECIDA TEDESCO	6
4	33	ELISETE CIRINO DE FREITAS PASSOS	6
5	81	MARIZETE DOS SANTOS	6
6	21	JOCIMAR NUNES DA SILVA	6
7	67	NEIVA PIRES DE SOUZA CAETANO	5
8	12	TEREZINHA DOS SANTOS	5
9	32	GESSI FERREIRA	5
10	11	LUCIANE APARECIDA MORAES DA CRUZ	5
11	29	SUSAN CORREA	5
12	43	VANESSA OLIVEIRA DE MELLO	5
13	38	VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA	4
14	68	ROSELIA RODRIGUES DOS SANTOS	4
15	31	MARIA SERLEI HOLEK FERREIRA	4
16	74	IVONETE MOREIRA ALVES FERREIRA	4
17	27	ADRIANE MISTURINI SERAFINI	3
18	63	IVONETE RIBEIRO DA SILVA PIRES	3
19	65	IZADORA TEREZINHA MACIEL	3
20	34	MARIA GORETE RIBAS DE OLIVEIRA	2

1º	2º	3º	4º	5º
Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
4	2	1	NÃO	23/5/1962
3	2	2	NÃO	18/12/1965
5	0	1	NÃO	8/12/1976
3	2	1	NÃO	7/6/1969
3	2	1	NÃO	6/3/1979
3	2	1	NÃO	4/10/1979
3	2	0	NÃO	18/7/1971
2	2	1	NÃO	4/12/1945
2	2	1	NÃO	25/6/1973
2	2	1	NÃO	21/10/1985
2	2	1	NÃO	3/1/1988
0	0	5	NÃO	18/4/1993
2	2	0	NÃO	29/9/1964
2	2	0	NÃO	4/2/1984
1	2	1	NÃO	2/9/1957
1	2	1	NÃO	12/5/1979
3	0	0	NÃO	21/3/1982
1	2	0	NÃO	31/7/1985
1	2	0	NÃO	26/9/1989
2	0	0	NÃO	24/1/1974

quinta-feira, 20 de dezembro de 2012

Página 1 de 2

21	24	CLENIR GONZAGA	2
22	13	DORACY CAMPOLIM DOS SANTOS	1
23	16	DENILCE RIBEIRO DOS SANTOS	1
24	78	CLEONICE DE OLIVEIRA	1
25	70	JANETE CORTE	1
26	66	MARIA CATRINE GONÇALVES SILVEIRA PELENTIR	1
27	44	CELIA ALVES	1
28	56	SUZANA CRISTINA DOS SANTOS GENUINO	1
29	37	IRENE SCHEFFER PERACHI	0
30	47	MARGARIDA DA ROCHA MIOTTO	0
31	64	MARIA APARECIDA TEODORO DE ARAUJO	0
32	30	ALICE APARECIDA TIBES	0
33	14	FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS	0
34	6	CLEONICE MOREIRA GONZAGA DA SILVA	0
35	18	TEREZINHA APARECIDA RIBEIRO	0
36	52	LUCIMARA APARECIDA BELON DA SILVA	0
37	69	JULIANE GIAZZONI	0
38	45	JESSICA OLIVEIRA DE CAMPOS	0
39	10	VANESSA TELES DOS SANTOS	0
40	75	MIRIAN STAGE DE ALMEIDA	0

2	0	0	NÃO	5/12/1984
1	0	0	NÃO	15/1/1965
1	0	0	NÃO	12/8/1981
1	0	0	NÃO	19/10/1981
1	0	0	NÃO	27/2/1984
0	0	1	NÃO	25/1/1985
0	0	1	NÃO	28/10/1986
0	0	1	NÃO	27/8/1992
0	0	0	NÃO	25/11/1956
0	0	0	NÃO	27/9/1971
0	0	0	NÃO	28/8/1972
0	0	0	NÃO	4/5/1973
0	0	0	NÃO	2/4/1979
0	0	0	NÃO	10/9/1980
0	0	0	NÃO	30/11/1980
0	0	0	NÃO	3/12/1983
0	0	0	NÃO	15/11/1988
0	0	0	NÃO	2/6/1992
0	0	0	NÃO	23/1/1994
0	0	0	NÃO	16/8/1994



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente de Serviços Gerais - Feminino**

Quadro: **VI - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2013”**
“LOCALIDADE X DE NOVEMBRO”

Código: **11** Área de Atuação: **Geral**

Critérios de Desempate

			1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
1	58	DENIR CORREA DE FIGUEIREDO	0	2	1	NÃO	22/2/1963



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição - Feminino**

Quadro: **I - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2013”**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

CrITÉrios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	36	NOELI PRATES SILVEIRA	18
2	15	MIRIAN GONÇALVES VIEIRA	10
3	62	VERONICA APARECIDA DOS SANTOS MACHADO	10
4	51	LUANA APARECIDA DOS SANTOS	8
5	80	SOLANGE BUSSATTO	7
6	39	DENILZE MEIRA DA ROSA	7
7	48	ROSANE MARIA GRAFF LACERDA	7
8	46	IOLANDA HELENA MACHADO	6
9	1	NICELI GOMES SCOLARO	5
10	17	NELI TEREZINHA PICHETTI VARGAS	5
11	71	TALITA LUANA CONRADI	5
12	25	MARIA FATIMA DE OLIVEIRA CONTE	4
13	42	JOSIELI DE FATIMA GOIS RODRIGUES	4
14	22	ELIDIOMARA DE MORAIS	4
15	23	ADRIANA STOEKLE	4
16	5	ROSMARI DE SOUZA	4
17	76	ADELIA MARIA DE MATOS FREDERICK	3
18	4	NEUZA RODRIGUES RICARDO	3
19	79	ANGELITI APARECIDA DA ROSA DE ROSSI	2
20	50	TALITA FABIULA DA SILVA	2

1º	2º	3º	4º	5º
Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
5	8	5	NÃO	6/9/1959
1	4	5	NÃO	29/9/1986
0	10	0	NÃO	15/10/1983
1	2	5	NÃO	12/6/1983
5	2	0	NÃO	29/9/1975
4	2	1	NÃO	22/6/1951
4	2	1	NÃO	29/11/1973
3	2	1	NÃO	4/3/1954
2	2	1	NÃO	5/7/1952
0	2	3	NÃO	2/6/1967
0	0	5	NÃO	16/9/1993
2	2	0	NÃO	18/2/1955
1	2	1	NÃO	20/8/1982
1	2	1	NÃO	5/5/1984
1	2	1	NÃO	21/12/1987
0	2	2	NÃO	15/10/1968
1	2	0	NÃO	9/8/1957
1	2	0	NÃO	8/8/1958
0	2	0	NÃO	5/9/1969
0	0	2	NÃO	17/10/1981

quinta-feira, 20 de dezembro de 2012

Página 1 de 2

21	72	GISELI DE MATOS	2
22	28	JANETE ANTUNES BENTA ALVES	1
23	20	NOELI DE MATOS CONTE	1
24	2	CLAUDIA DE FATIMA MACIEL	1
25	55	TAMARA BALTEZAN FERREIRA	1
26	41	ANA PAULA DE ALCANTARA FERNANDES	1
27	77	JANDIRA RIBEIRO GOMES	0
28	40	MARIA ELIZABETE FERREIRA DE LIMA	0
29	19	ANGELITA APARECIDA MOREIRA	0
30	53	GENY APARECIDA DE ABREU	0
31	54	ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA	0

0	0	2	NÃO	29/1/1984
1	0	0	NÃO	16/8/1957
1	0	0	NÃO	12/7/1976
0	0	1	NÃO	5/3/1980
0	0	1	NÃO	19/3/1982
0	0	1	NÃO	27/9/1986
0	0	0	NÃO	1/10/1965
0	0	0	NÃO	14/11/1966
0	0	0	NÃO	22/2/1978
0	0	0	NÃO	15/4/1978
0	0	0	NÃO	11/2/1981



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente de Serviços Gerais - Feminino**

Quadro: **II - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2013”**
“LOCALIDADE FAXINAL DOS CARVALHOS”

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Critérios de Desempate

				1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
1	7	SIRLEI DIAS DE ALMEIDA	7	4	2	1	NÃO	14/11/1980



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição - Feminino**

Quadro: **II - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2013”
“LOCALIDADE FAXINAL DOS CARVALHOS”**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
1	8	DANIELA DIAS DE ALMEIDA	2	2	0	0	NÃO	18/2/1989



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição - Feminino**

Quadro: **III - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2013”
“LOCALIDADE LAU MELLO”**

Código: **6** Área de Atuação: **Geral**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
1	26	JACIRA DOS SANTOS	8	1	6	1	NÃO	27/9/1977



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente de Serviços Gerais - Feminino**

Quadro: **IV - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2013”**
“LOCALIDADE SÃO CRISTÓVÃO”

Código: **7** Área de Atuação: **Geral**

Critérios de Desempate

				1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
1	59	LICIANE GOMES DE OLIVEIRA	5	0	0	5	NÃO	8/5/1984
2	60	SOLANGE FONTOURA LEMES	3	3	0	0	NÃO	4/3/1979
3	9	EDIMARA PEREIRA BORBA	0	0	0	0	NÃO	5/5/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição - Feminino**

Quadro: **IV - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2013”**
“LOCALIDADE SÃO CRISTÓVÃO”

Código: **8** Área de Atuação: **Geral**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
1	73	ROSELI APARECIDA SIQUEIRA TELES	2	2	0	0	NÃO	4/2/1976



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0036 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente de Serviços Gerais - Feminino**

Quadro: **V - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2013”**
“LOCALIDADE POMIFRAI”

Código: **9** Área de Atuação: **Geral**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
1	49	ROSALINA MAIBERG DE OLIVEIRA	0	0	0	0	NÃO	26/7/1970

Decreto Nº 0349/2012

DECRETO Nº 0349, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
20.606.0021.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (304) R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0350/2012

DECRETO Nº 0350, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0513 (311) R\$ 3.000,00

Total R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417229903 - Outras Transf. do Estado - FEAS Custeio R\$ 3.000,00

Total R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0352/2012

DECRETO Nº 0352, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0002 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0002, de 11 de dezembro de 2012, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO – ACT Nº 0002 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Farmacêutico Bioquímico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

CrITÉRIOS de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	2	CAROLINE ISRAEL	18	0
2	1	TACIANE MITTANCK	0	0

Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	5	0	NÃO	23/1/1982
0	0	1	NÃO	25/1/1987

Decreto Nº 0351/2012

DECRETO Nº 0351, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0516 (183) R\$ 2.000,00

Total R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0516 (186) R\$ 2.000,00

Total R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2468/2012

PORTARIA Nº 2.468, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 458.532.829-72, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 21 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2469/2012

PORTARIA Nº 2.469, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora MARIA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS CERQUEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 008.235.309-30, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 21 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2470/2012

PORTARIA Nº 2.470, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e suas alterações posteriores; em conformidade com o Edital nº 0006 de 17 de dezembro 2010 e contrato administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVO PERETI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 222.421.989-04, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2013 à 23 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2471/2012

PORTARIA Nº 2.471, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora SHEILA PEDROSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 086.061.629-06, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 21 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 24722012

PORTARIA Nº 2.472, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor FABIANO MARTINELLO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 004.853.709-80, nomeado no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIQUÍMICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 20 horas semanais, em 21 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2473/2012

PORTARIA Nº 2.473, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de MARIA CATRINE GONÇALVES SILVEIRA PELENTIR, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 044.132.879-24, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0041 _2012
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0274/2012
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0041/2012 - PMF

Objeto: Contratação direta de show musical com a "Banda Kauana" a ser realizado no dia 31 de dezembro de 2012, com início

previsto para às 22:00 horas, junto a Praça Maria Frey, nesta cidade. Contratado: KAUANA PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI - ME, inscrito no CNPJ sob nº 95.847.406/0001-10. Valor e pagamento: R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais) a ser pago na data de 31/12/2012; Fundamento Legal: Art. 25, inc. III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 19 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

TA 0670/2012

TERMO ADITIVO Nº 0670, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 455/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 24/01/2011 a 31/12/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 23/01/2013.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

IVO PERETI
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 03/2012

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO JESSÉ DA CRUZ, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 32 inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo, c/c. artigo 34, incisos II, XI, XXV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fraiburgo;

RESOLVE

Art. 1º Exonerar do cargo de provimento em Comissão de Diretor do Legislativo o Servidor JESSÉ DA CRUZ, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 4.443.929, e inscrito no CPF sob o nº 050.532.759-71, nomeado através da Portaria nº 12/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se e publique-se.

Gabinete da Presidência, 21 de dezembro de 2012.
PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Portaria Nº 04/2012

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO JOÃO CARLOS PADILHA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 32 inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo, c/c. artigo 34, incisos II, XI, XXV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fraiburgo;

RESOLVE

Art. 1º Exonerar do cargo de provimento em Comissão de Diretor Geral de Gestão o Servidor JOÃO CARLOS PADILHA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 4.623.007, e inscrito no CPF sob o nº 041.144.249-03, nomeado através da Portaria nº 11/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se e publique-se.

Gabinete da Presidência, 21 de dezembro de 2012.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Portaria Nº 05/2012

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO RODRIGO RIEGERT, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 32 inciso II, da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo, c/c. artigo 34, incisos II, XI, XXV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fraiburgo;

RESOLVE

Art. 1º Exonerar do cargo de provimento em Comissão de Consultor Jurídico o Servidor RODRIGO RIEGERT, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 4.369.661, e inscrito no CPF sob o nº 005.876.249-30, nomeado através da Portaria nº 10/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se e publique-se.

Gabinete da Presidência, 21 de dezembro de 2012.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Garuva**PREFEITURA****Extrato de Contrato PMG Nº 082/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 082/2012

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 051/2012

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Hardt Materiais de Construção Ltda - ME

OBJETO: Aquisição 200 m³ de areia grossa, 10 m³ de brita nº 02 e 1.500 m³ de pedras classificadas de seixo para drenos, com granulometria de 2 a 4,1/2 polegadas, isentas de areia ou argila, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades das Secretarias de Meio Ambiente e Infra Estrutura.

VIGÊNCIA: 19/12/2012 à 29/12/2012

PRAZO: 10 (dez) dias

VALOR TOTAL: R\$ 39.415,00 (trinta e nove mil quatrocentos e quinze reais).

DATA DE ASSINATURA: 18/12/2012.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Lei Nº 3.501, de 19 de Dezembro de 2012.**

LEI Nº 3.501, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A REALIZAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a realizar convênio com o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n. 84.045.830/0001-25, com sede neste Município, a ser realizado até o décimo dia útil de cada mês, num total de R\$ 2.940.000,00 (dois milhões e novecentos e quarenta mil reais), como recurso pré-fixado.

Parágrafo único. recurso financeiro deverá ser utilizado conforme estipulado em convênio que pactuará em Plano de Ações e Metas em Saúde acerca dos serviços a serem prestados pela entidade hospitalar.

Art. 2º O valor total especificado no caput do artigo 1º desta Lei será repassado à entidade beneficiária em até doze parcelas, a partir de janeiro de 2013.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de

dotação própria, com interveniência do orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º A entidade beneficiada com os recursos financeiros previstos nesta Lei, sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com o regulamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2013.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 19 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.288, de 18 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 5.288, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CAMILA PEREIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de fevereiro de 2013, a carga horária da servidora CAMILA PEREIRA, Professora de Artes DOC III - 2, lotada com 10 horas semanais, sendo 05 horas na EEB Rodolfo Gunther e 05 horas na EEB Belchior, ficando com 05 horas semanais somente nesta última.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.289, de 18 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 5.289, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR ALDO ANTUNES DA LUZ.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de fevereiro de 2013, a carga horária do servidor ALDO ANTUNES DA LUZ, Professor de História - DOC IV - 6, lotado com 30 horas semanais, sendo 10 horas na EEB Dolores L. Krauss e 20 horas na EEB Luiz Franzói, ficando com 20 horas semanais somente nesta última.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.290, de 18 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 5.290, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA SANDRA GUILHERME.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei

Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de fevereiro de 2013, a carga horária da servidora SANDRA GUILHERME, Professora de Português- DOC IV - 3, lotada com 15 horas semanais na EEB Mônica Sabel, para 10 horas semanais no mesmo local.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.291, de 18 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 5.291, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR JOCI MARCOS CARDOSO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de fevereiro de 2013, a carga horária do servidor JOCI MARCOS CARDOSO, Professor de Inglês - DOC IV - 7, lotado com 35 horas semanais, sendo 05 horas na EEB Dolores L. Krauss e 30 horas na EEB Zenaide S. Costa, ficando com 30 horas semanais somente nesta última.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.292, de 18 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 5.292, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA TAMILY ROEDEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de fevereiro de 2013, a carga horária da servidora TAMILY ROEDEL, Professora de Ciências-DOC IV - 6, lotada com 30 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Zenaide S. Costa e 10 horas na EEB Fernandino Dagnoni, ficando com 10 horas semanais nesta e 10 horas semanais naquela.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.293, de 18 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 5.293, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR EVANILDO DE OLIVEIRA RÔAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de fevereiro de 2013, a carga horária do servidor EVANILDO DE OLIVEIRA RÔAS, Professor de Inglês - DOC III - 8, lotado com 40 horas semanais, sendo 10 horas na EEB Vitório Anacleto Cardoso, 20 horas na EEB Luiz Franzói, 05 horas na EEB Mário Pederneiras e 05 horas na EEF Ana Lira, ficando com 10 horas semanais na EEB Luiz Franzói e 10 horas semanais na EEB Vitório Anacleto Cardoso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.294, de 19 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 5.294, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovados para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JULIANA MARTINS DE MELLO	MERENDEIRA/SERVENTE	40	11º	Secretaria de Educação
MARCIA NAIANE NUNES.	MERENDEIRA/SERVENTE	40	12º	Secretaria de Educação
LUCIANA DESCHAMPS	MERENDEIRA/SERVENTE	40	13º	Secretaria de Educação
SONIA FRANCISCA DOS SANTOS RISTOW	MERENDEIRA/SERVENTE	40	14º	Secretaria de Educação
MAICKON PAULO DO ROSARIO DOS SANTOS	MERENDEIRA/SERVENTE	40	15º	Secretaria de Educação
VILMA VERCAO	MERENDEIRA/SERVENTE	40	16º	Secretaria de Educação
ROSINHA PEREIRA	MERENDEIRA/SERVENTE	40	17º	Secretaria de Educação
CLAUDIVANIA AP. MARCELINO DE SOUZA	MERENDEIRA/SERVENTE	40	18º	Secretaria de Educação
MIRIAN DOS SANTOS FONSECA	MERENDEIRA/SERVENTE	40	19º	Secretaria de Educação
EUNICE DE LIMA SOUZA	MERENDEIRA/SERVENTE	40	20º	Secretaria de Educação
OSNI BENEVE-NUTTI	ZELADOR	40	4º	Secretaria de Educação
JOAO JORGE MACIERA DOS SANTOS	ZELADOR	40	5º	Secretaria de Educação
AGNALDO DA SILVA	ZELADOR	40	6º	Secretaria de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.295, de 19 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 5.295, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, O SERVIDOR MICHAEL ZIMMERMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 01 de janeiro de 2013, o servidor MICHAEL ZIMMERMANN, portador do CPF nº 637.074.209/06 e RG nº 1.489.019-4, do cargo em comissão de Secretário de Administração e Finanças, - Nível SEC, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.296, de 19 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 5.296, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, a seguinte área de terras matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar:

I - Área de terras matriculada sob o nº 22.867, de propriedade de Telvio Juarez Maba, portador do CPF nº 739.829.389-57, contendo as seguintes características: Uma área 390,01 m² (trezentos e noventa metros e um decímetro quadrado), formandos pela Rua João José Deschamps, cuja descrição tem início no ponto 16, segue com o azimute de 234°00'05" e percorre 30,34 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 17, segue com o azimute de 234°31'24" e percorre 26,53 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 18, segue com o azimute de 233°42'25" e percorre 13,65 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 19, segue com o azimute de 232°36'11" e percorre 12,93 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 20, segue com o azimute de 231°26'54" e percorre 11,31 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 21, segue com o azimute de 231°26'41" e percorre 12,08 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 22, segue com o azimute de 232°40'52" e percorre 8,53 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 23, segue com o azimute de 234°47'41" e percorre 9,27 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 24, segue com o azimute de 237°43'05" e percorre 7,70 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 25, segue com o azimute de 241°22'41" e percorre 8,32 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 26, segue com o azimute de

246°11'06" e percorre 8,61 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 27, segue com o azimute de 0°00'00" e percorre 4,30 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 9, segue com o azimute de 65°23'13" e percorre 7,62 m que faz divisa com a Área 0,1, até o ponto 8, segue com o azimute de 60°43'36" e percorre 8,70 m que faz divisa com Área 01, até o ponto 7, segue com o azimute de 57°33'25" e percorre 4,95 m que faz divisa com Área 01, até o ponto 6, segue com o azimute de 55°37'38" e percorre 5,45 m que faz divisa com Área 01, até o ponto 5, segue com o azimute de 53°43'38" e percorre 7,76 m que faz divisa com Área 01, até o ponto 4, segue com o azimute de 52°12'57" e percorre 7,48 m que faz divisa com Área 01, até o ponto 3, segue com o azimute de 51°23'01" e percorre 20,01 m que faz divisa com terras de Área 02, até o ponto 2, segue com o azimute de 52°52'21" e percorre 21,60 m que faz divisa com terras de Área 03, até o ponto 1, segue com o azimute de 54°18'27" e percorre 58,00 m que faz divisa terras de Área 04, até o ponto 0, segue com o azimute de 90°00'00" e percorre 6,68 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 16, onde teve início esta descrição, distando o ponto 0 cerca de 70,00 metros da Rua Vidal Flavio Dias.

Parágrafo único: A área descrita no inciso deste artigo é destinada à formalização de ruas integrantes do Sistema Viário Municipal, já instituídas e nominadas pelas respectivas leis.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2.937, de 18 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.937, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

REVOGA, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO, CONCEDIDA A SERVIDORA ROSILENE SILVA DO NASCIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga, a pedido, licença sem vencimento, concedida a servidora ROSILENE SILVA DO NASCIMENTO pela Portaria nº 2.640/2012, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, devendo retornar ao trabalho em 31/01/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 2.939, de 18 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 2.939, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

REVOGA A PORTARIA Nº 2.657, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA EEB ANGÉLICA DE SOUZA COSTA, A SERVIDORA ROSANGELA SANTOS BELOTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são

conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 2.657 de 01 de fevereiro de 2012, que colocou à disposição na Coordenação Pedagógica da EEB Angélica de Souza Costa a servidora ROSÂNGELA SANTOS BELOTO, lotada com 40 horas semanais no CDI Natália Andrade dos Santos, devendo a servidora retornar a sua lotação de origem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria RH 01/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 01/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Adir Luiz Stiz, ocupante do cargo efetivo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05/03/2003 a 04/03/2008, devendo folgar a partir de 01/02/2013 a 01/05/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 02/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 02/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Marcia Aparecida Deschamps, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 13/04/2003 a 18/07/2008, devendo folgar a partir de 15/01/2013 a 14/04/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 03/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 03/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Candice Daniele Soares Cordeiro, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Consultório Dentário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 06/03/2003 a 11/04/2008, devendo folgar a partir de 25/01/2013 a 24/04/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 04/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 04/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Mara Lucia Xavier da Costa Santos, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação à disposição na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 06/02/2003 a 05/02/2008, devendo folgar a partir de 15/01/2013 a 14/04/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 05/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 05/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) Pedro Paulo Domingos, ocupante do cargo efetivo de Pintor, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 04/07/2005 a 27/11/2010, devendo folgar 02 meses a partir de 15/01/2013 a 15/03/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 06/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 06/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) Mário Sérgio Crespi, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados III, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 06/02/2007 a 07/02/2012, devendo folgar 02 meses a partir de 15/01/2013 a 15/03/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Aviso de Revogação da Concorrência Nº 5/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
AVISO DE REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 5/2010

A Prefeitura Municipal de Gaspar torna público e para conhecimento dos licitantes e demais interessados que a concorrência nº 5/2010, cujo objeto é a implantação, treinamento e capacitação, licenciamento e direito de uso permanente, manutenção e suporte, customização e atualização em softwares de gestão pública municipal, para atendimento das áreas de administração fazendária, administração geral e atendimento à população, que fica revogado com fundamento no Art. 49 da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 20 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE

Extrato da Dispensa de Licitação Nº 52/2012 - SAMAE

E X T R A T O
DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO: 52/2012

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção, atualização, suporte técnico e locação dos direitos de licença de uso de softwares da Administração

Pública.

CONTRATADO: PUBLICA INFORMÁTICA LTDA. - CNPJ DO CONTRATADO: 95.836.771/0001-20

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 12.624,00 (doze mil seiscentos e vinte e quatro reais).

DATA VIGÊNCIA: 01.01.2013

DATA VENCIMENTO: 30.06.2013

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93.

Gaspar(SC), em 19/12/2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 32/2012 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012

Número do contrato: 32/2012 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo Prorrogação)

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/01/2013

Número da Licitação: 44/2012 - Modalidade: Convite

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. EPP - CNPJ do contratado: 08.628.996/0001-96

Objeto: Fornecimento e montagem de estrutura pré-fabricada em concreto para alocação de reservatório de água na Rua Piracicaba.

Gaspar (SC), em 19 de dezembro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Decreto Nº 421, de 17 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 421, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

"Anula ato administrativo que confirmou Dação em Pagamento entre Thomas de Barros Cavalcante Neto ou seu Procurador Substabelecido Rodrigo Cesar Censi, e Município de Governador Celso Ramos, através da Comunicação Interna nº 041/2008".

ANISIO ANATOLIO SOARES, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, Parecer Jurídico 088/2012, que apontam irregularidades no processo da Dação em Pagamento entre Thomas de Barros Cavalcante Neto através de seu Procurador substabelecido, Rodrigo Cesar Censi, CPF nº 285.148.589-04, conforme certidão livro nº 032-FLS 157 do serviço Notarial e Registro Civil "SAUT" de Balneário Camboriú-SC, e Município de Governador Celso Ramos;

CONSIDERANDO, que a administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos conforme dispõe a súmula 473 do STF;

CONSIDERANDO, que a anulação pode ser feita pela administração pública com base em seu poder de autotutela sobre seus próprios atos, que independem de provocação do interessado, uma vez que estando a administração vinculada ao princípio da

legalidade, ela tem o poder de zelar pela sua observância;

CONSIDERANDO, que os efeitos da administração retroagem a origem;

DECRETA:

Art. 1º - Diante das irregularidades comprovadas pelo Parecer Jurídico 088/2012, fica anulada a Dação em Pagamento realizada entre Thomas de Barros Cavalcanti Neto e o Município de Governador Celso Ramos.

Art. 2º - Determine-se ao Setor de Tributos que reinscreva toda a dívida de tributos abatidos em razão da Dação em Pagamento das Matrículas dos Imóveis em nome de Thomas de Barros Cavalcanti Neto.

Art. 3º - Determine-se a Procuradoria Jurídica do Município que ingresse com competente Ação Judicial de Ressarcimento de Danos. Ao erário Municipal pelos investimentos e melhorias feitas sobre a área.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao momento da confirmação da Dação em Pagamento ora anulada.

Governador Celso Ramos, 17 de Dezembro de 2012.

ANISIO ANATOLIO SOARES

Prefeito Municipal



**Sistema de Indicadores de
Desenvolvimento Municipal Sustentável**

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato de Prorrogação de Contrato Nº28/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº28/2012
CARTA CONVITE n.º 15/2012

Objeto: CONSTRUÇÃO DA ÁREA EXTERNA DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO CORTICEIRA.

Modalidade de Licitação: CARTA CONVITE n.º 15/2012.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC - Fundo Municipal de Saúde

Fornecedores:

Empresa Locadora de Mão de Obra R V A LTDA

CNPJ Nº02.198.159/0001-98

Vigência: Início da prorrogação: 31/12/2012 Término: 30/04/2013.

Guaramirim-SC, 21 de dezembro de 2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ct 39/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 39//2012-PMG

Processo de Licitação: 72/2012.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária das Ruas: Arthur Butschardt, Romaldus Oscar Fischer e Henrique Guilherme Wulf, com extensão total de 382,66 metros. Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Conpla Construções e Planejamento Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 332 s/nº Bairro Itinga, no município de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 23/03/2013.

Data da Assinatura: 24/11/2012 Vigência 23/01/2013.

GUARAMIRIM (SC), 24/11/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo Ct 41/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 41//2012-PMG

Processo de Licitação: 77/2012.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA FREDERICO GUENTHER (440 M) E RUA ANTONIO ZIMMERMANN (TRECHO DE 108,12 M).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Conpla Construções e Planejamento Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 332 s/nº Bairro Itinga, no município de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 01/03/2013.

Data da Assinatura: 20/12/2012 Vigência 20/01/2013.

GUARAMIRIM (SC), 20/12/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria N 1151/2012

PORTARIA Nº 1151/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, do Nível - 8, Referência "F", para o Nível - 8, Referência "G", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Novembro de 2012, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC),
em 12 de Dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N 1152/2012

PORTARIA Nº 1152/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor JAIME MEDEIROS (Matr. 116), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, do Nível - 5, Referência "F", para o

Nível - 5, Referência "G", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Janeiro de 2012, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC),
em 12 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1153/2012

PORTARIA Nº 1153/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora IRIA GHIGGI (Matr. 570), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível - 3, Referência "G", para o Nível - 3, Referência "H", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Fevereiro de 2012, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC),
em 12 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1154/2012

PORTARIA Nº 1154/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora IRIA BORSA (Matr. 1211), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível - 3, Referência "B", para o Nível - 3, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Fevereiro de 2012, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC),
em 12 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1155/2012

PORTARIA Nº 1155/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ANA CLAUDETE SAGGIN (Matr. 820), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível - 3, Referência "B", para o Nível - 3, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Fevereiro de 2012, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC),
em 12 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1156/2012

PORTARIA Nº 1156/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 12 de dezembro de 2012, do servidor DIEGO DE BARROS (Matr. 3092), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente DE Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1157/2012

PORTARIA Nº 1157/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 836/2012, à Servidora NEUSA APARECIDA CAMPOS (Matr. 3062), ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão e Administração, Nível DAS 01, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de julho de

2011 e 27 de julho de 2012, para serem gozadas a partir de 11 de dezembro de 2012 a 20 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1158/2012
PORTARIA Nº 1158/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 17 (dezesete) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 148/2012, à Servidora SILVANA FERREIRA SARTORI (Matr. 2675), ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível 6/2, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de março de 2010 e 05 de março de 2011, para serem gozadas a partir de 12 de dezembro de 2012 a 28 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1159/2012
PORTARIA Nº 1159/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, a servidora FERNANDA MARQUEZZE MOTT, (Matr. 2851), nascida aos 07/12/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 2/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 2/C anexo XI, a partir de 07 de dezembro de 2012, de conformidade com o artigo 22 da Lei Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1160/2012
PORTARIA Nº 1160/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, o servidor JULIO ROMANO HERMES, (Matr. 44), nascido aos 12/12/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 8/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 8/B anexo XI, a partir de 12 de dezembro de 2012, de conformidade com o artigo 22 da Lei Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1161/2012
PORTARIA Nº 1161/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 29 (vinte e nove) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 700/2012, à Servidora MARLENE URIO BORTOLI (Matr. 2807), ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, Nível 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2010 e 30 de junho de 2011, para serem gozadas a partir de 13 de dezembro de 2012 a 09 de janeiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1162/2012
PORTARIA Nº 1162/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 13 de dezembro de 2012, do servidor FERNANDO SÉRGIO FAVRETTO (Matr. 2879), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder

Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1163/2012
PORTARIA Nº 1163/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ANULAR a Portaria Nº. 1040/2012 que cessou os efeitos da Portaria 391/2009, da Servidora LEILA BOTTEGA DE COL (Matr. 1776), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/C, anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, a partir de 03 de Dezembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 13 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1164/2012
PORTARIA Nº 1164/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS da Portaria Nº. 184/2012, que contrata a Senhora BRUNA TONET (Matr. 3424), para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, em Escola Municipal, em substituição à servidora Ana Célia de A. S. Domingues, enquanto perdurar o afastamento desta, que se encontra em Licença Prêmio, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1165/2012
PORTARIA Nº. 1165/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI (Matr. 2953), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "A", Anexo XI da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 17 de dezembro de 2012 a 28 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1166/2012
PORTARIA Nº 1166/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JOSÉ LUIZ CARLOS SILVA (Matr. 153), o qual exerce a função de Motorista, Nível - 7, Referência "H", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de julho de 2011 e 23 de junho de 2012, para serem gozadas a partir de 17 de dezembro de 2012 a 15 de janeiro de 2012, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1167/2012
PORTARIA Nº 1167/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CLAUDIA MARIA SCHREIDER (Matr. 2872), a qual exerce a função de Auxiliar Administrativo, Nível - 6/2, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de dezembro de 2011 e 14 de dezembro de 2012, para serem gozadas a partir de 18 de dezembro de 2012 a 16 de janeiro de 2012, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1168/2012
PORTARIA Nº 1168/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora MISLAINE DA SILVA GARCIA (Matr. 3510), a partir de 18 de dezembro de 2012, a qual exercia a função de Professor, Nível - 1, Letra "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1169/2012
PORTARIA Nº 1169/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora LILIANE APARECIDA VALDUGA KRUG (Matr. 3531), a partir de 18 de dezembro de 2012, a qual exercia a função de Professor de Educação Infantil, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1170/2012
PORTARIA Nº 1170/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 18 de dezembro de 2012, da servidora Janete Maria Bresciani (Matr. 2876), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1171/2012
PORTARIA Nº 1171/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor DIEGO ZAMPIERI (Matr. 116), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Téc. de Edificações e Manutenção, Nível - 5, Referência "F", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de agosto de 2010 e 01 de agosto de 2011, para serem gozadas a partir de 19 de dezembro de 2012 a 17 de janeiro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1172/2012
PORTARIA Nº 1172/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora CARLA APARECIDA VARGAS CORRÊA (Matr. 3577), a partir de 19 de dezembro de 2012, a qual exercia a função de Professor Leigo, Anexo XI da LC Nº 286/2011, 20 horas semanais, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1173/2012
PORTARIA Nº 1173/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, o Servidor JOÃO CORSO NETO (Matr. 3598), a partir de 19 de dezembro de 2012, a qual exercia a função de Professor de Geografia, Nivel - 2, Referência "A", Anexo XI da LC Nº 286/2011, 10 horas semanais, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1174/2012
PORTARIA Nº 1174/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora MÁRCIA CERATTI (Matr. 3593), a partir de 19 de dezembro de 2012, a qual exercia a função de Professor de Matemática, Nivel - 2, Referência "A", Anexo XI da LC Nº 286/2011, 10 horas semanais, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1175/2012
PORTARIA Nº 1175/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora MÁRCIA CERATTI (Matr. 3594), a partir de 19 de dezembro de 2012, a qual exercia a função de Professor de Matemática, Nivel - 2, Referência "A", Anexo XI da LC Nº 286/2011, 10 horas semanais, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1176/2012
PORTARIA Nº 1176/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora MARIA ELIZIANE KELLER (Matr. 3580), a partir de 19 de dezembro de 2012, a qual exercia a função de Professor Leigo, Anexo XI da LC Nº 286/2011, 20 horas semanais, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1177/2012
PORTARIA Nº 1177/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora RUTHI VARTHA HUF (Matr. 3569), a partir de 19 de dezembro de 2012, a qual exercia a função de Professor de língua Inglesa, Nivel - 2, Referência "A", Anexo XI da LC Nº 286/2011, 10 horas semanais, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 0046/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
COSATEL - Construções, Saneamento e Energia Ltda.
CNPJ/MF Nº 01.106.544/0001-03
Av. Osvaldo José do Amaral, nº 275 - Bairro Nossa Senhora do Rosário
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 046/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa COSATEL - Construções, Saneamento e Energia Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Av. Osvaldo José do Amaral, nº 275 - Bairro Nossa Senhora do Rosário - Município de São José - Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ sob o nº 01.106.544/0001-03, neste ato representado por seu Sócio, Senhor José Elson Lopes de Freitas, brasileiro, casado, portador do CPF nº 167.840.576-00, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 049/2012, que tem por objeto a execução de sistema de esgotamento sanitário, compreendendo: execução de redes coletoras de esgoto, ligações domiciliares, caixas concentradoras de inspeção, poços de visita (PV), escavação em solo; reposição em pavimentação no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra em decorrência do Processo Licitatório nº 0052/2012, na Modalidade de Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2012 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a supressão de valor, da planilha orçamentária contratual, devido à constatação de divergência no somatório total conforme planilha pós-licitado que integra o presente termo se supressão, como anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

A supressão constante na Cláusula primeira corresponde a uma redução do valor do objeto na ordem de R\$ 172,41 (cento e setenta e dois reais e quarenta e um centavos).

Parágrafo único - Com as supressões decorrentes deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$ 7.793.827,92 (sete milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos), para R\$ 7.793.655,51 (sete milhões, setecentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65, § 1º -, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor sendo assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72
Contratante

JOSÉ ELSON LOPES DE FREITAS
Sócio Administrador
CPF nº 167.840.576-00.
Contratado

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0047/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: Andrade Construções Ltda.
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40
Rua Antonio Bevilaqua nº 30
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 047/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antônio Bevilaqua, 30, Centro, Herval D' Oeste CNPJ n. 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, Sócio Administrador, portador do CPF n 437.061.009-59 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 005/2012, que tem por objeto a ampliação de esgotamento sanitário no município de Herval d'Oeste, mediante sujeição às normas do Edital do Processo Licitatório nº 06/2012 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2012, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em epígrafe pelo período de 120 dias contados da publicação de extrato do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72

Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA
Sócio Administrador
CPF: 437.061.009-59
Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0048/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA
Empresa: Setep Construções S/A
CNPJ/MF Nº 83.665.141/0001-50
Endereço: Rua Francisco Martinhago, 258 - Bairro Mina do Mato.
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 0048/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Setep Construções S/A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, 258 - Bairro Mina do Mato, Município de Criciúma - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 83.665.141/0001-50, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução da ordem de serviço nº 008/2012, vinculada ao contrato nº 029/2012 até 04/03/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0049/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA
Empresa: Setep Construções S/A
CNPJ/MF Nº 83.665.141/0001-50
Endereço: Rua Francisco Martinhago, 258 - Bairro Mina do Mato.
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 0049/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF n. 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Setep Construções S/A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, 258 - Bairro Mina do Mato, Município de Criciúma - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 83.665.141/0001-50, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução da ordem de serviço nº 005/2012, bem como ao contrato nº 023/2012 até 04/03/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

O aditivo se faz necessário em decorrência do atraso no sistema de esgotamento sanitário devido a detonação de rochas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0050/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Empresa: Andrade Construções Ltda.
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40

Rua Antonio Bevilaqua nº 30
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 050/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antônio Bevilaqua, 30, Centro, Herval D' Oeste CNPJ n. 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, Sócio Administrador, portador do CPF n 437.061.009-59 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 032/2012, que tem por objeto a execução de abrigos de passageiros no município de Herval d'Oeste, mediante sujeição às normas do Edital do Processo Licitatório nº 062/2012 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 011/2012, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em epígrafe pelo período de 120 dias contados da publicação de extrato do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.
Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA

Sócio Administrador

CPF: 437.061.009-59

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0051/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: Andrade Construções Ltda.
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40
Rua Antonio Bevilaqua nº 30
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 051/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antônio Bevilaqua, 30, Centro, Herval D' Oeste CNPJ n. 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, Sócio Administrador, portador do CPF n 437.061.009-59 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 037/2011, que tem por objeto a construção da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas - UPA no município de Herval d'Oeste, mediante sujeição às normas do Edital do Processo Licitatório nº 052/2010 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2010, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em epígrafe pelo período de 210 dias contados da publicação de extrato do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.
Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA

Sócio Administrador

CPF: 437.061.009-59

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0052/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: Andrade Construções Ltda.
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40
Rua Antonio Bevilaqua nº 30
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 052/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de



Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda. pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antônio Bevilacqua, 30, Centro, Herval d'Oeste CNPJ n. 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, Sócio Administrador, portador do CPF n 437.061.009-59 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 036/2012, que tem por objeto a Reforma nas Unidades de Saúde do Bairro Estação Luzerna e Sede Belém no município de Herval d'Oeste, mediante sujeição às normas do Edital do Processo Licitatório nº 073/2012 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 013/2012, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em epígrafe pelo período de 120 dias contados da publicação de extrato do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA

Sócio Administrador

CPF: 437.061.009-59

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0053/2012

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Empresa: Mateus Spricigo ME

CNPJ/MF Nº 12.044.422/0001-48

Endereço: Av. Dom Pedro II, nº 42 Centro.

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 053/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito

público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0003-08 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Mateus Spricigo ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. Dom Pedro II, nº 42 Centro, no município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 12.044.422/0001-48, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 051/2011, que tem por objeto a realização de obra de ampliação da Unidade de Saúde Central no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato até 04/03/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0054/2012

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE TAIÓ

Empresa: ARG Industrial Ltda

CNPJ/MF Nº 04.415.095/0001-65

Endereço: Rod. SC 30, 1860 - Barragem Oeste

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 054/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ARG Industrial Ltda, estabelecida na Rod. SC 30, 1860 - Barragem Oeste, Município de Taió, Estado de SC, inscrita no CNPJ nº 04.415.095/0001-65, neste ato, representada por seu Sócio, Senhor Laércio Mendes, brasileiro, portador do CPF nº 769.185.999-68, doravante, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 023/2011, que tem por objeto a Construção de Quadra Poliesportiva Coberta no Bairro Santo Antonio no município

de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato até 28/02/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0055/2012

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Empresa: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

CNPJ/MF Nº 72.332.778/0001-09

Endereço: Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106.

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 055/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, estabelecida na Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106, CNPJ nº 72.332.778/0001-09, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Juleide Inês D'Agostini, brasileira, portadora do CPF nº 589.785.859-49 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Tomada de Preço Nº. 07/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 024/2012 até 31/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI Juleide Inês D'Agostini
Prefeito Administradora
CPF: 501.589.459-72 CPF: 437.061.009-59
Contratante Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0056/2012

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos n.º 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Empresa: FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas LTDA.

CNPJ/MF Nº 07.753.029/0001-93

Endereço: Rua da Consolação, nº 317, Ed. Bossini, SL 01

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 056/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas LTDA, situada a Rua da Consolação, nº 317, Ed. Bossini, SL 01, na Cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ N.º 07.753.029/0001-93, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Convite nº 001/2012, Processo Licitatório nº 0022/2012, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 007/2012 até 31/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF: 400.687.069-87

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43



Termo Aditivo Nº 0057/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: L.G.C.R. COMPSERV COMPONENTES E SERVIÇO
CNPJ/MF Nº 02.266.855/0001-94
Endereço: Rua Felipe Schmidt, nº 39
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 057/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
Pelo presente instrumento, a "Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste" Estado de Santa Catarina, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38, com sede a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF nº 501.589.459-72, doravante denominado simplesmente de Contratante, e de outro lado, a empresa L.G.C.R. COMPSERV COMPONENTES E SERVIÇO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº 02.266.855/0001-94, estabelecida a Rua Felipe Schmidt, nº 39, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato denominada simplesmente de Contratada, representada neste ato, pelo Senhor Marcos Smiderle, Procurador, inscrito no CPF/MF nº 016.073.979-94, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 0060/2012, modalidade Carta Convite nº 0012/2012, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 027/2012 até 31/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI	MARCOS SMIDERLE
Prefeito	Procurador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 016.073.979-94
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87	CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0058/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
NOME DA EMPRESA: TRANSPORTES COLETIVOS SARANDI LTDA.
CNPJ/MF Nº 00.793.233/0001-99
Endereço: AV. Beira Rio, Nº 539, Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 058/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Transportes Coletivos Sarandi Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.793.233/0001-99, estabelecida a Av. Beira Rio, Nº 539, Centro, na Cidade de Herval D' Oeste, SC, neste ato, denominado simplesmente de CONTRATADA, representado pelo Senhor Roberto Zarpelon, inscrito no CPF nº 023.018.849-45, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo Licitatório nº 0074/2012 - Pregão nº 018/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 033/2012 até 31/03/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI	ROBERTO ZARPELON
Prefeito	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 023.018.849-45
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87	CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0059/2012

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: Inovadora Serviços em Tecnologia de Informação LTDA.
CNPJ/MF Nº 12.234.834/0001-40
Endereço: Rua Duque de Caxias, Nº 1212
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 059/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, localizado com sua sede administrativa à Rua Nereu Ramos n.º 389, inscrito no CNPJ N.º 82.939.430/0003-08, neste ato representado pelo Prefeito

Municipal, senhor Nelson Guindani, CPF Nº 501.589.459-72, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa Inovadora Serviços em Tecnologia de Informação LTDA, situada a Rua Duque de Caxias, Nº 1212, na Cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ N.º 12.234.834/0001-40, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Carta Convite nº 0018/2012, Processo Licitatório nº 0087/2012, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 040/2012 até 31/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0060/2012

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste."

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Empresa: Associação Recreativa de Árbitros do Meio Oeste Catarinense - ARAMOC

CNPJ/MF Nº 09.107.081/0001-06

Rua Minas Gerais S/N - Bairro São Vicente

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 060/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, a empresa Associação Recreativa de Árbitros do Meio Oeste Catarinense - ARAMOC, com sede na Rua Minas Gerais S/N - Bairro São Vicente, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.107.081/0001-06, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Juarez Chiodelli, brasileiro, portador do CPF n. 016.199.879-88, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo Licitatório nº 0074/2012 - Pregão nº 018/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 043/2012 até 31/07/2013. em virtude de prorrogação dos eventos esportivos contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

JUAREZ CHIODELLI

Presidente

CPF: 016.199.879-88

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0061/2012

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste "

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Empresa: Auto Volks LTDA - ME

CNPJ/MF Nº 81.769.127/0001-71

Endereço: Duque de Caxias, 1074, Centro

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 061/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Pelo presente instrumento de contrato, O Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0003-08 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF n. 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Auto Volks LTDA - ME estabelecida na Rua Duque de Caxias, 1074, Centro, CNPJ n. 81.769.127/0001-71, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Valdir Patzlaff, brasileiro, portador do CPF n 168.129.729-91 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 Processo Licitatório nº 0100/2012 - Pregão nº 029/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 045/2012 até 31/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do

Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI Valdir Patzlaff
Prefeito Administrador
CPF: 501.589.459-72 CPF: 168.129.729-91
Contratante Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0062/2012

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d' Oeste
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389
Contratante

Estado de Santa Catarina
Município de Luzerna
LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME.
CNPJ/MF nº 07.336.749/0001-53
Rua Doze de Maio nº 152 sala 02 - Vila Alemanha
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 062/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Luzerna Instalações Elétricas Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Doze de Maio nº 152 sala 02, Vila Alemanha, município de Luzerna - SC, inscrita no CNPJ nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Aurélio Brustolin, brasileiro, portador do CPF nº 250.963.899-87, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 072/2011, na Modalidade de Tomada de Preços para Serviços de Engenharia nº 004/2011, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 045/2011 até 31/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.
NELSON GUINDANI Valdir Patzlaff
Prefeito Administrador
CPF: 501.589.459-72 CPF: 168.129.729-91
Contratante Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0063/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
Empresa: Epagri - Empresa de Pesquisa Agrop. e Extensão Rural de SC
CNPJ/MF Nº 83.052.191/0001-62
Rodovia Admar Gonzaga nº 1347 - Bairro Itacorubi -
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 063/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, resolve celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 044/2010, na modalidade de inexigibilidade de licitação nº 005/2010, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 020/2010 até 31/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0064/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: L.G.C.R. COMPSERV COMPONENTES E SERVIÇO
CNPJ/MF Nº 02.266.855/0001-94
Endereço: Rua Felipe Schmidt, nº 39
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 064/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
Pelo presente instrumento, a "Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste" Estado de Santa Catarina, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38, com sede a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF nº 501.589.459-72, doravante denominado simplesmente de Contratante, e de outro lado, a empresa L.G.C.R. COMPSERV COMPONENTES E SERVIÇO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº 02.266.855/0001-94, estabelecida a Rua Felipe Schmidt, nº 39, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato denominada simplesmente de Contratada, representada neste ato, pelo Senhor Marcos Smiderle, Procurador, inscrito no CPF/MF nº 016.073.979-94, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 007/2011, modalidade Carta Convite nº 002/2011, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 005/2011 até 31/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI	MARCOS SMIDERLE
Prefeito	Procurador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 016.073.979-94
Contratante	Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87	CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 0065/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
Empresa: LIZ SERVIÇOS ON LINE LTDA.
CNPJ/MF Nº 03.725.725/0001-35
Rua 220 nº 200 - Bairro Andorinha
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 065/2012 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa Liz Serviços on line Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº 03.725.725/0001-35, estabelecida a rua 220 nº 200 - Bairro Andorinha, na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina, neste ato denominada simplesmente de Contratada, resolve celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, Processo Licitatório nº 034/2009, na modalidade de inexigibilidade de licitação nº 001/2009, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato 018/2009 até 31/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, incisos II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87	CPF: 076.591.479-43

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº CM 046/2012

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 046/2012

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), POR OCASIÃO DO FESTEJOS DE NATAL E FINAL DO ANO DE 2012"

LUIZ ANTONIO FIDELIS, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica considerado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste (SC), do dia 24 (vinte e quatro) ao dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2012, no período integral, por ocasião dos festejos de Natal e Final de Ano de 2012.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 12 de dezembro de 2012.
LUIZ ANTONIO FIDELIS
Presidente

Resolução Nº CM 082/2012

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 082/2012

"Concede férias à Funcionária da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

LUIZ ANTONIO FIDELIS, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias Regulamentares, à servidora VERA LÚCIA BRANDALISE MERLINI, CPF 665.253.069-49, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Servente, Nível - 1, Referência "B", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal, no período de 07 (sete) de janeiro de 2013 a 05 (cinco) de fevereiro de 2013, referente ao período aquisitivo de 1º (primeiro) de junho de 2011 a 31 (trinta e um) de maio de 2012.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 12 de dezembro de 2012.

LUIZ ANTONIO FIDELIS

Presidente

Resolução Nº CM 081/2012

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 081/2012

"Concede férias à Funcionário da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

LUIZ ANTONIO FIDELIS, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias Regulamentares, ao servidor PAULO FERRANDIN, CPF nº. 596.399.469-15, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Analista Legislativo, Nível - 8, Referência "E", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal no período de 03 (três) de janeiro de 2013 a 01 (Um) de fevereiro de 2013, referente ao período aquisitivo de 1º (Primeiro) de Outubro de 2011 a 30 (Trinta) de Setembro de 2012.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 12 de dezembro de 2012.

LUIZ ANTONIO FIDELIS

Presidente

Resolução Nº CM 083/2012

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 083/2012

"Exonera Servidora Pública Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

LUIZ ANTONIO FIDELIS, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2012, a servidora pública municipal: JOCIRLEI FÁTIMA PEREIRA, portadora da CI nº 11/R - 1.515.438 - SSP-SC, CPF nº 486.510.959-53 e inscrição junto a FENAJ/SC sob nº 383, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 12 de dezembro de 2012.

LUIZ ANTONIO FIDELIS

Presidente

Resolução Nº CM 084/2012

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 084/2012

"Exonera Servidor Público Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

LUIZ ANTONIO FIDELIS, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado a partir de 31 de dezembro de 2012, o servidor público municipal: MARCIO MENDES DA ROSA, portadora da CI nº 2092456661 - SSP-RS, CPF nº 006.137.360-52 e inscrição junto a OAB/SC sob nº 28344, ocupante do cargo de Assessor Jurídico no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 12 de dezembro de 2012.

LUIZ ANTONIO FIDELIS

Presidente

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ibiam**PREFEITURA****Decreto Nº 2429/2012**

DECRETO Nº 2429, 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0202 SEC. DE PLANEJ. E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade: 2003 MANUT.DAS ATIV.PLANEJ. E GESTÃO

Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 4.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0202 SEC. DE PLANEJ. E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade: 2003 MANUT.DAS ATIV.PLANEJ. E GESTÃO

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Decretos 2431/2012 a 2436/2012

DECRETO Nº 2431, 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

ONEI GONÇALVES PADILHA, Prefeito em Exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade: 2004 MANUT.DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 13.500,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade: 2004 MANUT.DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Modalidade de Aplicação: 33900000 TRANSF.A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 13.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
ONEI GONÇALVES PADILHA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2432, de 18 de dezembro de 2012.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial e dá outras providências.

ONEI GONÇALVES PADILHA, Prefeito Municipal em exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, XXXV, c/c os arts. 23, I, e, 88, VI, e 141, § 4.º, III, todos da Lei Orgânica do Município e pelo art. 6.º Decreto Lei n.º 3.365/41,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de aquisição por desapropriação amigável ou judicial, o seguinte bem imóvel: parte ideal do imóvel constante da matrícula n. 2.315, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, especificamente a fração de 4100,00 m2 (quatro mil e cem metros quadrados), conforme o Memorial Descritivo que compõe o Anexo I desta Lei, pertencente à área maior da referida matrícula, esta com a seguinte descrição: uma área de terras urbanas medindo 135.824,89 m2, sem benfeitorias, área cadastrada no IPTU sob n. 145/7, que consta pertencer à Adilson José Cenatti para prolongamento da Rua III que inicia no final da Rua III até a Rua São Sebastião

Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

penetrar no imóvel declarado de utilidade pública a fim de promoverem medições e levantamentos que se fizerem necessários.

Art. 3º As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o Município autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão provisória na posse do imóvel de que trata este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposicoes em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 18 de dezembro de 2012
ONEI GONÇALVES PADILHA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de dezembro de 2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário Municipal da Administração e Fazenda
DECRETO Nº 2433, 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

ONEI GONÇALVES PADILHA, Prefeito em Exercício de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função: 20 AGRICULTURA
Sub-Função: 606 EXTENÇÃO RURAL
Programa: 2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
Projeto/Atividade: 2044 MANUT.DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função: 20 AGRICULTURA
Sub-Função: 606 EXTENÇÃO RURAL
Programa: 2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
Projeto/Atividade: 2044 MANUT.DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

ONEI GONÇALVES PADILHA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA
DECRETO Nº 2434, 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

ONEI GONÇALVES PADILHA, Prefeito em Exercício de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0205 SEC. M.DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSP.
Função: 26 TRANSPORTE
Sub-Função: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa: 2601 ESTRADAS VICINAIS
Projeto/Atividade: 2050 MANUT.SEC. INFRAESTRUTURA, TRANSP.OBRAS
Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0205 SEC. M.DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSP.
Função: 26 TRANSPORTE
Sub-Função: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa: 2601 ESTRADAS VICINAIS
Projeto/Atividade: 2050 MANUT.SEC. INFRAESTRUTURA, TRANSP. OBRAS
Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
ONEI GONÇALVES PADILHA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA
DECRETO Nº 2435, 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

ONEI GONÇALVES PADILHA, Prefeito em Exercício de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0208 SEC. MUN.DESENV. COMUM.,CULTURA E ESPORTES
Função: 13 CULTURA
Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL
Projeto/Atividade: 2035 MANUT.DAS ATIV. CULTURAIS
Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0101- Recur. de Impostos e Trans.Impostos Educação
Valor: R\$ 2.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0208 SEC. MUN.DESENV. COMUM.,CULTURA E ESPORTES
Função: 13 CULTURA
Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL
Programa: 1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL
Projeto/Atividade: 2035 MANUT.DAS ATIV. CULTURAIS
Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0101- Recur. de Impostos e Trans.Impostos Educação
Valor: R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
ONEI GONÇALVES PADILHA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA
DECRETO Nº 2436, 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

ONEI GONÇALVES PADILHA, Prefeito em Exercício de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0206 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 2027 MANUT.DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0101- Recur. de Impostos e Trans.Impostos Educação
Valor: R\$ 3.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) na seguinte

rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0206 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 2027 MANUT.DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0101- Recur. de Impostos e Trans.Impostos Educação
Valor: R\$ 3.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012.
ONEI GONÇALVES PADILHA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 149.2012

DECRETO PMI Nº 149, de 17 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.131, de 17 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara
01.131.0001-2.001
3.1.90.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 40.000,00
Total 40.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial/total da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA
Ampliação e Reforma da Sede da Câmara
01.131.0001-1.001
4.4.90.00.00.00.00.0080 (0004) Aplicações Diretas 40.000,00
Total 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de dezembro de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portoaria PMI Nº 158.2012

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 158, de 19 de dezembro de 2012.
Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão de Sindicância e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 14119/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAGP nº 141, de 11 de outubro de 2012, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de dezembro de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato: PMI Sdr Sul 166/2012 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR SUL 166/2012 A00
Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: FORNECIMENTO DE MEIO FIO DA PRAÇA DE ITAPIRUBA.
Valor: 4.405,10 Prazo: 60 dias
Fundamento: Processo nº. 124/2012 Pregão 58/2012

Imbituba, 18 de dezembro de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

VILA NOVA COMERCIO DE MAT DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: SEDESTH 39/2012 - a/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEDESTH 39/2012 - A/01
Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME
C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 2.469,74 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 14/2012 Pregão 12/2012

Imbituba, 17 de dezembro de 2012.
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária Municipal Sedesth
Contratante

LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: SEDESTH 54/2012 - a/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEDESTH 54/2012 - A/00
Contratada:VLADIMIR BORGES SILVA
C.N.P.J: 898.816.720-15

Objeto: PEÇA TEATRAL A SER APRESENTADA ÀS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS SISTEMATICAMENTE PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF, REALIZADO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

Valor: R\$ 600,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 27/2012 Dispensa 07/2012

Imbituba, 14 de dezembro de 2012
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária Municipal Sedesth
Contratante

VLADIMIR BORGES SILVA
Representante Legal
Contratada

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria CMI Nº 107/2012

PORTARIA CMI nº 107/2012
"Concede Férias a Assessora Jurídica Erica Batista Pitigliani".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sr.ª ERICA BATISTA PITIGLIANI, Assessora Jurídica, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 16/03/2011 a 15/03/2012, a ser gozada no período de 02/01/2013 a 31/01/2013, com retorno ao trabalho programado para o dia 01/02/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de dezembro de 2012.
ELÍSIO SGROTT
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 19 de dezembro de 2012.

Portaria CMI Nº 104/2012

PORTARIA CMI nº 104/2012

"Exonera Tatiane Vieira Francisca do Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar Especial".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Exonerar, a partir do dia 21 de dezembro de 2012, a Srª. Tatiane Vieira Francisca, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº6/R3.324.616 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 910.287.369-91, residente e domiciliada na Rua 21 de julho, Vila Nova, nº 136, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar Especial.

Imbituba, 17 de dezembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 17/12/2012.

Portaria CMI Nº 105/2012

PORTARIA CMI nº 105/2012

"Exonera Ana Luiza da Silva Telles Vargas do Cargo em Comissão de Assessora de Comunicação".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Exonerar, a partir do dia 21 de dezembro de 2012, a Stª. Ana Luiza da Silva Telles Vargas, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº9030258025 SJS/RS e inscrita no CPF sob o nº 033.152.759-63, residente e domiciliada na Avenida Porto Novo, Ibraquera, s/nº, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessora de Comunicação.

Imbituba, 17 de dezembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 17/12/2012.

Portaria CMI Nº 106/2012

PORTARIA CMI nº 106/2012

"Exonera Edson Romário de Oliveira do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Exonerar, a partir do dia 21 de dezembro de 2012, a Sr. Edson Romário de Oliveira, brasileiro, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 3.951.305-3 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 003.604.609-41, residente e domiciliada na Rua Santa Bárbara, Roça Grande, s/nº, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar.

Imbituba, 19 de dezembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 19/12/2012.

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto N. 1.957 de 20 de Dezembro de 2.012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA UTILIZAÇÃO PARCIAL DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA NO VALOR DE R\$ 2.820,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da alínea "a", do Item I, do Grupo II do Anexo V e do § 1º do artigo 26, ambos da Lei 1.671 de 14 de outubro de 2.011 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.012 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e art. 5º da Lei Municipal nº 1.677 de 14 de dezembro de 2.011 e considerando a decisão condenatória proferida nos autos 242.12.000238-8,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 22, Projeto 10.302.0006.2029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15% , Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE , Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde , no valor de R\$ 2.820,00.

TOTAL GERAL R\$ 2.820,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da utilização da reserva de contingência:

I. Código reduzido 59, Projeto 99.999.0000.9999 - Reserva de Contingência, elemento 99990000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS , Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças , no valor de R\$ 2.820,00.

TOTAL GERAL R\$ 2.820,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 20 de dezembro de 2.012.

Ipumirim-SC, 20 de dezembro de 2.012

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Decreto N. 1.958 de 20 de Dezembro de 2.012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 132.143,44.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.671 de 14 de novembro de 2.011 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.012 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do

artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.677 de 14 de dezembro de 2011, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2012 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 95, Projeto 12.361.0012.2037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0018 - Recursos Transferências Fundef 60% , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino , no valor de R\$ 46.557,63.

II. Código reduzido 22, Projeto 12.365.0012.2041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40% , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino , no valor de R\$ 19.501,85.

III. Código reduzido 7, Projeto 10.301.0005.2025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - ESF/NASF, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica , Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE , Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde , no valor de R\$ 66.083,96.

TOTAL GERAL R\$ 132.143,44

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0018 - Recursos Transferências Fundef 60% , utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 46.557,63.

II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40% , utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 19.501,85.

III. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica , utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 66.083,96.

IV. TOTAL GERAL R\$ 132.143,44

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 20 de dezembro de 2012.

Ipumirim-SC, 20 de dezembro de 2012

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Decreto N. 1.959 de 20 de Dezembro de 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA TRANSPosição DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 47.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso I do art. 34 da Lei 1.671 de 14 de outubro de 2011 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2012 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.677 de 14 de dezembro de 2011,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 82, Projeto 04.122.0003.2003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS , Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração , no valor de R\$ 25.000,00.

II. Código reduzido 6, Projeto 10.301.0005.2024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15% , Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE , Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde , no valor de R\$ 22.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 47.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da transposição de recursos das seguintes dotações orçamentárias:

I. Código reduzido 70, Projeto 04.122.0003.2003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS , Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração , no valor de R\$ 25.000,00.

II. Código reduzido 5, Projeto 10.301.0005.2024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15% , Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE , Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde , no valor de R\$ 22.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 47.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 20 de dezembro de 2012.

Ipumirim-SC, 20 de dezembro de 2012

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Decreto Nº 1956 / 2012

ALTERA ART. 4º DO DECRETO Nº 1936 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012 QUE DISPÕE SOBRE A INTERVENÇÃO NO LOTEAMENTO DENOMINADO "SINTRIAL III".

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e art. 40 da Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 4º do Decreto nº 1936 de 05 de setembro de 2012 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - O município não efetuará liberação de alvarás de construções ou de guias de ITBI para os lotes 05 a 13 da Quadra H, Rua "C", lotes 04 a 13 da Quadra J, Rua "G" e lotes 11 e 12 da Quadra D Rua "D" enquanto não concluídas as obras previstas no art. 2º ou enquanto não houver o pagamento previsto no art. 3º.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 19 de dezembro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 554/2012 de 19 de Dezembro de 2012.
PRORROGA PORTARIA 292/2011 QUE CONTRATA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO DE CONSULTOR JURIDICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 019/2006, que Acrescenta Incisos VI e VII ao artigo 18, acrescenta as seções VII e VIII ao capítulo I do título IV e altera os anexos I-A, anexo II e anexo V da lei complementar nº 18/2005, que dispõe sobre reorganização e modernização da estrutura administrativa

CONTRATA

Prorroga por prazo indeterminado a portaria 292/2011 que contrata o senhor CASSIO CANTON, sob a Matrícula 1865-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.699.603 e do CPF 019.465.719-11, para ocupar o cargo em caráter temporário de CONSULTOR JURÍDICO, constante no , nível salarial CC - 050, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 19 de Dezembro de 2012.

Ipumirim - SC, 19 de Dezembro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Edital SMECE Nº 011/2012

PUBLICA O RESULTADO DA ANÁLISE, PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO, DAS INSCRIÇÕES AO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2012.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o resultado da análise preliminar das inscrições do Processo Seletivo nº 002/2012, destinado à seleção de Professores em caráter temporário, para atuação no Magistério Público Municipal para fins de homologação das regulares, conforme consta na sequência:

I – INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:

1) Área/Disciplina: Educação Infantil – Pré Escolar	
PROFESSORES HABILITADOS	
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Aneliria Tecchio	002
Raquel Evangelista	010
PROFESSORES NÃO HABILITADOS	
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Suzana Neis	018
Viviane Perosin	019
Rosimar Ferrazzo	042
Angélica Priscila Silvestre	053
Débora Terezinha Montag	059
Janiele Betina Bogoni Schwarz	070
Tatiane Heinrichs	071

2) Área/Disciplina: Anos Iniciais do Ensino Fundamental

PROFESSORES HABILITADOS	
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Ivanete Zuanazzi	005

Angela Maria Demarco Fiorentin	006
Jane Aparecida Klein Grasel	014
Nelsira Loss Fiorentin	028
Werenise Schach Ludescher	047
Marta Ines de Mello	048
Margarete Colcinski Corso	049
Carla Müller	051
Luciane Rauber dos Santos	062
Sirléia Kist	031
Marli Aparecida Bon El Kadri	007
Daniela Gomes	008
Adriana Ongaratto Hilleshein	015
Joane Camila Schiavini Nicodem	017
Denise Regina Lutz	020
Mirian Catia Fister	024
Sheila Spricigo	026
Ana Paula Vieira Neves	039
Edite L. S. Kruetzmann	041
Rosane W. Kern	043
Dilce Terezinha Bergamin Benck	055
Idiane Regina Pottratz Wildner	056
Almeide Mosconi	058
Dariane Pilatti	066

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Keli Cristina Guerini	001
Maritania Marta Besler Eisenhardt	011
Cleia Bonassi Metz	022
Lisandra Biffi	029
Mérilin Luci Nath	025
Juciane Salete Soares Baranoski	033
Samara Siqueira	035
Juliana Siqueira	036
Kelin Cristina dos Santos	040
Dirlei Sievert	060

3) Área/Disciplina: Artes

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Não houve inscrição	
PROFESSORES NÃO HABILITADOS	
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Não houve inscrição	

4) Área/Disciplina: Educação Física

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Wiliam L. Artmann	016
Juarez Lopes da Silva	034
Eduardo Zanatta	057
Luciano Barbosa Lizzi	063
PROFESSORES NÃO HABILITADOS	
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Alan Tremea	030
Gabriela Brandelero	044
Eluana Schwertz	045
Angélica Mendes	046
Cleimar Raber	064
Giovan Canton	065

5) Área/Disciplina: Inglês

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Gisandra Schwerz	023

Taline bobato Stadler Teixeira	052
--------------------------------	-----

6) Área/Disciplina: Ciências

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Janete Aparecida Simoni	003
Andressa Proinelli	012
Nivia Rosane Weber	069

7) Área/Disciplina: Geografia

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Não houve inscrição	

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Não houve inscrição	

8) Área/Disciplina: História

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Gisele Brandelero	054

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Joenia Baes Pereira	013

9) Área/Disciplina: Língua Portuguesa

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Não houve inscrição	

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Roberta Mosele	061

10) Área/Disciplina: Matemática

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Não houve inscrição	

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
André Luiz Moterle	009
Cheila Felipe Chiella	004

11) Área/Disciplina: Turmas com Alunos de Inclusão

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Eliane Regina Bonissoni Rossetto	032

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Clessimara S. Divensi	021
Jussara Eliza Simoni	027
Luciane Andrin	037
Ilei Carmem Frigeri	038
Simone Regina Scalco	050
Ivanete S. Locatelli	067
Cristiana Otowicz	068

Ipumirim/SC, em 20 de dezembro de 2012.
VALDIR ZANELLA
Prefeito

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2341/2012

Decreto nº 2341/2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1599 de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 64.985,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2.002 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.0100 (8) Aplicações Diretas R\$ 799,11

3.2.90.00.00.00.00.0100 (9) Aplicações Diretas R\$ 1.122,44

4.6.90.00.00.00.00.0100 (15) Aplicações Diretas R\$ 1.063,45

02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

2.016 - Manutenção de ações de serviços urbanos

4.4.90.00.00.00.00.0100 (96) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário

3.2.90.00.00.00.00.0100 (101) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0100 (105) Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

4.6.90.00.00.00.00.0100 (108) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

T O T A L R\$ 64.985,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2.002 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.50.00.00.00.00.0100 (10) Aplicações Diretas R\$ 2.985,00

02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

2.016 - Manutenção de ações de serviços urbanos

3.1.90.00.00.00.00.0100 (93) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário

3.1.90.00.00.00.00.0100 (100) Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

T O T A L R\$ 64.985,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de dezembro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação 71/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 71/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Famma Comercio de Veículos Ltda.

Irineópolis, 20 de dezembro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatorio 78/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 78/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 10 de janeiro de 2013, às 08:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2013. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00 hs, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 20 de dezembro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatorio 79/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 79/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º 46/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 10 de janeiro de 2013, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção das Unidades Escolares da Rede de Ensino do Município, com entrega parcelada, para o exercício de 2013. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00 hs, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 20 de dezembro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 14/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 148/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: FAMMA Comércio de Veículos Ltda

Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos novos, zero quilômetro, de fabricação nacional, para a Secretaria da Infra Estrutura do Município

Valor: R\$ 53.905,00 (Cinquenta três mil novecentos e cinco reais).

Vigência - 20/12/2012 a 30/03/2013

Base Legal - Processo Licitatório 71/2012 - Pregão Presencial nº. 39/2012

Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itaiópolis**PREFEITURA****Termo Aditivo**

Nº ADITIVO: 3º Nº CONTRATO: 114/2010

CONTRATADA: Expoente Soluções Comerciais e Educacionais Ltda.

OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2013.

Itaiópolis, 18/12/2012. Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 8º Nº CONTRATO: 60/2010

CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2013.

Itaiópolis, 18/12/2012. Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 2º Nº CONTRATO: 72/2012

CONTRATADA: Engpav Pavimentação e Construções Ltda. ME

OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º/01/2013.

Itaiópolis, 20/12/2012. Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 3º Nº CONTRATO: 87/2012

CONTRATADA: Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva EPP

OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º/01/2013.

Itaiópolis, 20/12/2012. Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Termos Aditivos

Nº ADITIVO: 4º NºS CONTRATOS: 71; 79; 83; 84 e 89/2011

CONTRATADAS: Lar Arquitetura e Cidades Ltda.; Sousa Guerra Arquitetura Ltda.; Rede Cidade Desenvolvimento Sustentável Ltda. e Estilo Nacional Ltda. EPP.

OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 30/04/2013.

Itaiópolis, 18/12/2012. Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Termos Aditivos

NºS ADITIVOS: 5º

NºS CONTRATOS: 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34/2010

CONTRATADAS: Soetur Turismo Ltda. ME, Styllus Transportes Coletivos Ltda., Tatiane Aparecida Custódio ME, Trans Pinotti Ltda.



EPP, Transebo Transportes Coletivos Ltda., Transportes Chuppel Ltda. e Transportes Grosseil Ltda. ME. OBJETO: a prestação dos serviços de Transporte Escolar reiniciará no dia 14/02/2013 até 20/12/2013

Itaiópolis, 18/12/2012,
HELIO CÉSAR WENDT
Prefeito Municipal.

Termos Aditivos

NºS ADITIVOS: 6º

NºS CONTRATOS: 19, 20, 21, 23, 24, 26, 35/2010

CONTRATADAS: Aristeu Olsen ME, Baluci Transportes Ltda. ME, Bitur Transportadora Turística Ltda., Gueomar e Tatiane Transportes Ltda. ME, Mauricio Prust & Cia Ltda. ME, Ravatur Transporte Escolar Ltda. ME e Transportes Jatzombek Ltda. ME. OBJETO: a prestação dos serviços de Transporte Escolar reiniciará no dia 14/02/2013 até 20/12/2013

Itaiópolis, 18/12/2012,
HELIO CÉSAR WENDT
Prefeito Municipal.

Termos Aditivos

Nº ADITIVO: 7º

Nº CONTRATO: 22/2010

CONTRATADA: Comércio e Transportes Adamek Ltda. ME OBJETO: a prestação dos serviços de Transporte Escolar reiniciará no dia 14/02/2013 até 20/12/2013

Itaiópolis, 18/12/2012,
HELIO CÉSAR WENDT
Prefeito Municipal.

Termos Aditivos

Nº ADITIVO: 8º Nº CONTRATO: 25/2010

CONTRATADA: Melnik e Kovalhczuk Ltda. ME

OBJETO: a prestação dos serviços de Transporte Escolar reiniciará no dia 14/02/2013 até 20/12/2013

Itaiópolis, 18/12/2012,
HELIO CÉSAR WENDT
Prefeito Municipal.

Termos Aditivos

NºS ADITIVOS: 4º

NºS CONTRATOS: 24 e 28/2011

CONTRATADAS: Baluci Transportes Ltda. ME, Aristeu Olsen ME OBJETO: a prestação dos serviços de Transporte Escolar reiniciará no dia 14/02/2013 até 20/12/2013

Itaiópolis, 18/12/2012,
HELIO CÉSAR WENDT
Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA

Termo Aditivo de N.º 57/2012

TERMO ADITIVO DE N.º 57/2012 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 32/2012. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, Sr. ELOI ROBERTO MENDES, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, de outro lado a Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA com sede à Rua Abelardo Manoel Peixer, nº 70, Bairro Barreiros na cidade de São José/SC, CEP 88.110-055 inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.008.659/0001-69 e Inscrição Estadual n.º 255.464.754, representada neste ato por sócia, a Sra. ANDREIA CRISTINA GORGES SCHMITT, portadora do CNPF/MF nº 947.084.369-04 e do CI.RG nº 3.083.044-3 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando o reequilíbrio econômico financeiro à Contratação de empresa de engenharia elétrica, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Itapoá, composto nesta data de 6.424 (seis mil quatrocentos e vinte quatro) pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência e atendimento de reclamações via call Center e a destinação final de lâmpadas, conforme projeto básico e memorial descritivo, planilha orçamentária, parte integrante do edital, e em conformidade com o processo de licitação tipo TOMADA DE PREÇO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 30/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo visa ajustar a redação do objeto do presente contrato, o qual passa a vigorar como Contratação de empresa de engenharia elétrica, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Itapoá, composto nesta data de 6.424 (seis mil quatrocentos e vinte quatro) pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência e atendimento de reclamações via Call Center e tratamento, reprocessamento e/ou destinação final de lâmpadas, conforme projeto básico e memorial descritivo, planilha orçamentária, parte integrante do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 32/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 32/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 19 de dezembro de 2012.
CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

MÁRIO ELÓI TAVARES
Prefeito Municipal

CONTRATADA
ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA
ANDREIA CRISTINA GORGES SCHMITT
CONTRANTE
ELOI ROBERTO MENDES
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS

Testemunhas:

NOME : NOME:
CNPJ/MF: CNPJ/MF:

Termo Aditivo N.º 58/2012

TERMO ADITIVO N.º 58/2012 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 21/2012. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, Sra. SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, portadora do CI.RG. nº 3.410.151-9, inscrita no CNPJ/MF nº: 944.334.299-53, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, e a empresa TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede à Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual n.º 251.799.786, representada neste ato pelos sócios o Sr. HUGO FRANCISCO HOFFMANN, portador do CNPJ/MF sob o nº: 009.943.839-91, e do CI.RG nº94.718-0 – SSP/SC, e o Sr. VILMAR HARGER, portador do CNPJ/MF sob nº 217.317.219-00, e do CI.RG nº 237.768-3 - SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo que visa prorrogar a Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos hospitais, Clínicas e Postos de Saúde do Município de Joinville (TFD), conforme Anexo V do edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de PREGÃO Nº 19/2012 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2012 – PROCESSO Nº 47/2012, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, em cumprimento as normas contidas no código de posturas, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência da Ata de Registro de Preço n.º 21/2012 em 5 (cinco) meses, contados a partir do dia 01/01/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos hospitais Clínicas, e Postos de Saúde do Município de Joinville (TFD), conforme especificações abaixo descrito:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. APROX. KM (5) MESES	VALOR POR KM RODADO	VALOR TOTAL R\$
------	-----------	-------	----------------------------------	---------------------------	--------------------

01 (um) veículo de transporte rodoviário com no mínimo 16 (dezesesseis) lugares, com poltronas reclináveis em bom estado de conservação para o transporte de pacientes no trajeto Itapoá-SC/Joinville-SC/Itapoá-SC, com saída no período matutino com retorno no vespertino, de segunda à sexta-feira, perfazendo diariamente uma quilometragem de até 240km, via BR 415, BR 101, com seguro contra terceiros no limite mínimo de R\$ 24.254,88 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) por morte ou invalidez, R\$ 5.396,28 (cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos), por despesas médico-hospitalares por passageiro, conforme Resolução nº 05/2004

ROTA 01 DETER.	km	24.000	1,79	42.960,00
----------------	----	--------	------	-----------

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n.º 21/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 21/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 19 de dezembro de 2012.



CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ MÁRIO ELÓI TAVARES PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA HUGO FRANCISCO HOFFMANN E/OU VILMAR HARGER
CONTRATANTE SUZINEI RIBEIRO SCHULTZ SECRETARIA DE SAÚDE	
Testemunhas:	
Nome:	Nome:
CNPJ/MF:	CNPJ/MF:

Termo Aditivo N.º 59/2012

TERMO ADITIVO N.º 59/2012 QUE VISA PRORROGAR E REAJUSTAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 36/2010. (3º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/001-01, com sede na Rua Perpétuo Socorro, 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, inscrita no CI.RG. nº 3.410.151-9, e do CNPJ/MF: 944.334.299-53, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC; e de outro lado a empresa TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede à Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual n.º 251.799.786, representada neste ato pelos sócios o Sr. HUGO FRANCISCO HOFFMANN, brasileiro, casado, economista, portador do CNPJ/MF sob o nº: 009.943.839-91, e do CI.RG nº94.718-0 - SSP/SC, e o Sr. VILMAR HARGER, brasileiro, casado, economista, portador do CNPJ/MF sob nº 217.317.219-00, e do CI.RG nº 237.768-3 - SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA(O), ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar e reajustar a Contratação de empresa para prestação serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos Hospitais e Postos de Saúde de Joinville, conforme determinação da Secretaria de Saúde, e especificações constantes no Anexo I do edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº 01/2010 - PROCESSO Nº 02/2010, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, em cumprimento as normas contidas no código de posturas, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo n.º 36/2010 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2012, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula terceira "do preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), totalizando um percentual para o período de 6,9552600%, passando o valor unitário mensal para R\$ 13.568,01 (treze mil quinhentos e sessenta e oito reais e um centavo), e o valor total para o período é de R\$ 162.816,12 (cento e sessenta e dois mil oitocentos e dezesseis reais e doze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 36/2010, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 36/2010, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 19 de dezembro de 2012.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
MÁRIO ELÓI TAVARES
Prefeito Municipal

CONTRATADA
TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA
HUGO FRANCISCO HOFFMANN
E/OU VILMAR HARGER

CONTRATANTE
SUZINEI RIBEIRO SCHULTZ
SECRETARIA DE SAÚDE

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CNPJ/MF:

Termo Aditivo N.º 60/2012 Que Visa Aditivar o Contrato Administrativo N.º 18/2012. (1º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 60/2012 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 18/2012. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, SOLAMIR COELHO, portadora do CI. RG. 2/C 3.384140 SSP/SC e do CNPJ/MF: 914.346.889-68, pela Secretária de Educação, a Sra. CENITA SCHIZZI DANI, portadora do CNPJ/MF sob o nº: 508.422.189-04 e CI.RG: 1.460.90/SC e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede à Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual n.º 251.799.786, representada neste ato pelos sócios o Sr. HUGO FRANCISCO HOFFMANN, brasileiro, casado, economista, portador do CNPJ/MF sob o nº: 009.943.839-91, e do CI.RG nº94.718-0 - SSP/SC, e o Sr. VILMAR HARGER, brasileiro, casado, economista, portador do CNPJ/MF sob nº 217.317.219-00, e do CI.RG nº 237.768-3 - SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA(O), ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de estudantes universitários, em ônibus rodoviários no trajeto Itapoá-SC/Joinville-SC/Itapoá-SC e Itapoá-SC/Guaratuba-PR/Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de CONCORRÊNCIA N.º 01/2012 - PROCESSO Nº 22/2012, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo n.º 18/2012 em 6 (seis) meses, contados a partir do dia 31/12/2012, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Altera cláusula quinta "do preço", o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários totaliza o valor de R\$ 370.944,00 (trezentos e setenta mil novecentos e quarenta e quatro reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR POR KM RODADO
ROTA 01	01 (um) ônibus rodoviário com no mínimo 48 (quarenta e oito) lugares, com poltronas reclináveis em bom estado de conservação para o transporte de alunos universitários no trajeto Itapoá-SC/Joinville-SC/ Itapoá-SC no período noturno, de segunda à sexta-feira, perfazendo diariamente uma quilometragem de até 200km, via BR 415, BR 101.	R\$ 3,96
ROTA 02	01 (um) ônibus rodoviário com no mínimo 48 (quarenta e oito) lugares, com poltronas reclináveis em bom estado de conservação para o transporte de alunos universitários no trajeto Itapoá-SC/Joinville-SC/ Itapoá-SC no período noturno, de segunda à sexta-feira, perfazendo diariamente uma quilometragem de até 220km, via BR 415, BR 101.	R\$ 3,96
ROTA 03	01 (um) ônibus rodoviário com no mínimo 48 (quarenta e oito) lugares, com poltronas reclináveis em bom estado de conservação para o transporte de alunos universitários no trajeto Itapoá-SC/Joinville-SC/ Itapoá-SC no período noturno, de segunda à sexta-feira, perfazendo diariamente uma quilometragem de até 220km, via BR 415, BR 101.	R\$ 3,96
ROTA 04	01 (um) ônibus rodoviário com no mínimo 44 (quarenta e quatro) lugares e banheiro, com poltronas reclináveis em bom estado de conservação para o transporte de alunos universitários no trajeto Itapoá-SC/ Guaratuba-PR/Itapoá-SC no período noturno, de segunda à sexta-feira, perfazendo diariamente uma quilometragem de até 120km, via BR 412.	R\$ 4,64

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 18/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 18/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 20 de dezembro de 2012.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
MÁRIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal
CONTRATADA
TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA
HUGO FRANCISCO HOFFMANN
VILMAR HARGER

CONTRATANTE
SOLAMIR COELHO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS
CONTRATANTE
CENITA SCHIZZI DANI
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Testemunhas:

NOME :

CNPJ/MF:

NOME :

CNPJ/MF:

Termo Aditivo N.º61/2012 ao Contrato Administrativo N.º 20/2012. (3º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º61/2012 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 20/2012. (3º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela secretaria de educação, CENITA SCHIZZI DANI, inscrita no CNPJ/MF sob N.º.998.671.929-15 e portadora do CI.RG:6.068.384-0 SSP/PR,e pelo Prefeito Municipal MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, nesta cidade, neste Município de Itapoá/SC, e de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, com sede á Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.263.284/0001-09, e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por proprietário o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPJ/MF nº 384.576.529-15, e do CI. RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção da unidade de alimentação escolar com área total de 358,30 m²,conforme projetos,memorial descritivo,ART,e planilhas orçamentárias,parte integrante do edital,e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 04/2012 – PROCESSO Nº 34/2012, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

O valor do presente aditivo será de R\$ 5.209,32 (cinco mil duzentos e nove reais e trinta e dois centavos) que corresponde aproximadamente 0,95199448319% do valor contratual.

Restando alterada a Cláusula Quinta (Do Preço) do contrato nº 20/2012, passando o preço total da contratação ao montante de R\$ 552.409,97 (quinhentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e nove reais e noventa e sete centavos) para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente termo acresce-se ao objeto da licitação serviços adicionais em caráter de complementação indispensável à realização conforme a seguir:

2.1. Planilha Orçamentária

Item	Descrição dos Serviços	Und.	Qntd.	Preço Unit. Material	Preço Total	Preço Total com BDI
1.1	Retirada de terra Hora Máquina	h	1	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 225,00
1.13	Rachão para valas de infiltração	m³	11,52	R\$ 69,00	R\$ 794,88	R\$ 1.192,32
1.14	Tubo de dreno	m	32	R\$ 20,00	R\$ 640,00	R\$ 960,00
1.16	Mão de obra	h/d	4	R\$ 200,00	R\$ 800,00	R\$ 1.200,00
1.17	Manta de bedim	m	128	R\$ 8,50	R\$ 1.088,00	R\$ 1.632,00
	Total				R\$ 3.472,88	R\$ 5.209,32

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 20/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 20/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 21 de dezembro de 2012.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ MÁRIO ELÓI TAVARES Prefeito Municipal	CONTRATADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME OSMAR MEYER RIBEIRO
CENITA SCHIZZI DANI Secretaria De Educação	
Testemunhas:	
NOME :	NOME :
CNPJ/MF:	CNPJ/MF:



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4227 de 20 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº 4.227 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre alteração do decreto nº 4.095 de 28 de junho de 2012 que trata do cronograma de ações para implementação e procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público, baseado no comunicado oficial do TCE SC de 14 de dezembro de 2012.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

Altera prazos do cronograma:

CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS E ESPECÍFICOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
(PORTARIA STN Nº 828 DE 14 de dezembro de 2011 e Portaria STN Nº 231 de 29 de março de 2012)

Aspecto	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
Ações	Data Inicial	Data Final
Definir sistema entre os setores de fiscalização e tributos para a identificação do valor do crédito no momento do fato gerador; Implementar o sistema contábil para que importe a informação do crédito no momento do seu lançamento; Registrar como provisão na contabilidade, o crédito cujo recebimento é improvável, analisando através do histórico; Encaminhar para inscrição em dívida ativa os créditos eventualmente não recebidos;	Julho/2012	Dezembro/2013
Aspecto	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
Ações	Data Inicial	Data Final
Fazer levantamento e registrar obrigações e provisões por competência;	Junho/2012	Dezembro/2013
Aspecto	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
Ações	Data Inicial	Data Final
Fazer levantamento físico de todos os bens (localização, vida útil); Conferir com inventário de bens registrado na contabilidade; Caso necessário, efetuar as devidas baixas através de processo legal;	Julho/2012	Dezembro/2013
Aspecto	Registro dos fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	
Ações	Data Inicial	Data Final

Elaborar laudo de avaliação para os bens do ativo imobilizado (reavaliação);		
Efetuar registro na contabilidade ajustando os valores dos bens reavaliados ou subavaliados;		
Elaborar juntamente com a contabilidade tabela de taxas de depreciação, amortização e exaustão, e que estabeleça vida útil e valor residual de cada classe de imobilizado.	Julho/2012	Dezembro/2013
Registrar na contabilidade os valores apurados de depreciação, amortização e exaustão;	Julho/2012	Dezembro/2013
Caso necessário, efetuar as devidas baixas através de processo legal;	Janeiro/2013	Dezembro/2013
	Janeiro/2013	Dezembro/2013
	Janeiro/2013	Dezembro/2013

Joaçaba, 20 de dezembro de 2012.
RAFAEL LASKE
 Prefeito

Extrato Homologação PL 44 PP 26 FMS
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
 AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 44/2012/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:
 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 44/2012/FMS - PP 26/2012 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: Contratação de empresa especializada para a fabricação e montagem de móveis sob medida, bem como, para o fornecimento de equipamento odontológico, destinados à manutenção das atividades dos programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

- Empresas Vencedoras:
- INDÚSTRIA MOVELEIRA GODOY LTDA. ME
 VALOR: R\$ 8.220,00
- IRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E TRANSPORTES LTDA.
 VALOR: R\$ 3.570,00
- Valor Total Contratado: R\$ 11.790,00 (onze mil, setecentos e noventa reais).
- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 19 de dezembro de 2012.
RAFAEL LASKE
 Prefeito

SIMAE

Resumo do Contrato JHL 0162/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
 JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
 EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0162/2012
 PREGÃO PRESENCIAL JHL 0064/2012
 PROCESSO JHL 0090/2012
 PROTOCOLO 3347/2012
 Data: 18/12/2012

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO PARA INTERLIGAÇÃO DO RAP-001 AO NOVO RAP-001, LOCALIZADO NA ETA NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA
 Contratado: SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA
 Valor : R\$ 31.109,27 (Trinta e um mil, cento e nove reais e vinte e sete centavos).
 FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01
 PROJETO/ATIVIDADE: 1051
 ELEMENTO: 4490.51.99
 Prazo de vigência: 18/12/2012 a 19/03/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente do SIMAE

Resumo do Contrato JHL 0163/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
 JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
 EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0163/2012
 PREGÃO PRESENCIAL JHL 0064/2012
 PROCESSO JHL 0090/2012
 PROTOCOLO 3347/2012
 Data: 18/12/2012

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO PARA INTERLIGAÇÃO DO RAP-001 AO NOVO RAP-001, LOCALIZADO NA ETA NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA
 Contratado: TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA - ME
 Valor : R\$ 55.205,00 (Cinquenta e cinco mil, duzentos e cinco reais)
 FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01
 PROJETO/ATIVIDADE: 1051
 ELEMENTO: 4490.51.99
 Prazo de vigência: 18/12/2012 a 19/03/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente do SIMAE



PEGASO
 Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Homologação PP 61/2012 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 65/2012 - PR**

Processo Administrativo: 91/2012
 Processo de Licitação: 91/2012
 Data do Processo: 30/11/2012

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 91/2012
- b) Licitação Nr.: 65/2012-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 19/12/2012
- e) Data da Adjudicação: 19/12/2012 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PORTAS PARA ADEQUAÇÃO DAS VRP'S DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006854 - VENDRAMINI & CIA LTDA	1	0,0000	9.300,00
	1		9.300,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 29.762,76

Joaçaba, 19 de Dezembro de 2012.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

Decreto 89/2012

DECRETO nº. 89/2012, de 14 de dezembro de 2012.
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$144.246,61 (cento e quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0361.1060.2020	TRANSPORTE ESCOLAR
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01010000	RECEITAS DE IMPOSTOS DE EDUCACAO
T o t a l	R\$ 4.763,62 (QUATRO MIL E SETECENTOS E SESENTA E TRES Reais E SESENTA E DOIS Centavos)
07	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
07.001	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
07.001.0026	TRANSPORTE
07.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
07.001.0026.0782.1070	ESTRADAS VICINAIS
07.001.0026.0782.1070.2051	MANUTENCAO GERAL DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01000000	RECURSOS ORDINARIOS
T o t a l	R\$ 728,62 (SETECENTOS E VINTE E OITO Reais E SESENTA E DOIS Centavos)
04	SECRETARIA DA AGRICULTURA
04.001	SECRETARIA DA AGRICULTURA
04.001.0020	AGRICULTURA
04.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
04.001.0020.0606.1040	ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
04.001.0020.0606.1040.2055	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01000000	RECURSOS ORDINARIOS
T o t a l	R\$ 49.174,19 (QUARENTA E NOVE MIL E CENTO E SETENTA E QUATRO Reais E DEZENOVE Centavos)

06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0361.1060.2016	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01010000	RECEITAS DE IMPOSTOS DE EDUCACAO
T o t a l	R\$ 84.174,18 (OITENTA E QUATRO MIL E CENTO E SETENTA E QUATRO Reais E DEZOITO Centavos)
06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.001.0012.0365.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0365.1060.2019	EDUCACAO PRE-ESCOLAR
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
01010000	RECEITAS DE IMPOSTOS DE EDUCACAO
T o t a l	R\$ 5.406,00 (CINCO MIL E QUATROCENTOS E SEIS Reais)

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0361.1060.2020	TRANSPORTE ESCOLAR
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01010000	RECEITAS DE IMPOSTOS DE EDUCACAO
T o t a l	R\$ 4.763,62 (QUATRO MIL E SETECENTOS E SESENTA E TRES Reais E SESENTA E DOIS Centavos)
07	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
07.001	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
07.001.0026	TRANSPORTE
07.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
07.001.0026.0782.1070	ESTRADAS VICINAIS
07.001.0026.0782.1070.2051	MANUTENCAO GERAL DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01000000	RECURSOS ORDINARIOS

	R\$ 728,62 (SETECENTOS E VINTE E OITO Reais E SESSENTA E DOIS Centavos)
T o t a l	
04	SECRETARIA DA AGRICULTURA
04.001	SECRETARIA DA AGRICULTURA
04.001.0020	AGRICULTURA
04.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
04.001.0020.0606.1040	ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
04.001.0020.0606.1040.2055	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01000000	RECURSOS ORDINARIOS
	R\$ 49.174,19 (QUARENTA E NOVE MIL E CENTO E SETENTA E QUATRO Reais E DEZENOVE Centavos)
T o t a l	
06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0361.1060.2016	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01010000	RECEITAS DE IMPOSTOS DE EDUCACAO
	R\$ 84.174,18 (OITENTA E QUATRO MIL E CENTO E SETENTA E QUATRO Reais E DEZOITO Centavos)
T o t a l	
06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.001.0012.0365.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0365.1060.2019	EDUCACAO PRE-ESCOLAR
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01010000	RECEITAS DE IMPOSTOS DE EDUCACAO
	R\$ 5.406,00 (CINCO MIL E QUATROCENTOS E SEIS Reais)
T o t a l	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 14 de dezembro de 2012.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Lei 940/2012

LEI Nº 940/2012, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX.

Art. 1º - Fica aprovado o PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de José Boiteux, nos termos desta lei.

Parágrafo único - A vigência do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

será de 10 (dez) anos, a contar da sanção desta lei.

Art. 2º - O Poder Executivo municipal, com a participação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, do Conselho Municipal de Educação, das instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino, da Câmara Municipal de Vereadores e da sociedade civil realizará o acompanhamento e a avaliação da implantação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º - As avaliações do Plano Municipal de Educação serão realizadas através de reuniões, de levantamentos de dados estatísticos e da Conferência Municipal de Educação, que será promovida a cada dois anos.

Art. 4º - O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual serão elaborados de modo a dar suporte ao alcance dos objetivos e das metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º - O Executivo municipal e as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino empenhar-se-ão na divulgação do Plano Municipal de Educação e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de José Boiteux,
19 de DEZEMBRO de 2012.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Lei 941/2012

LEI Nº 941/2012, 19 de dezembro de 2012.

Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e dá Outras Providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALCINO PEREIRO FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, tendo como integrantes os municípios de Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum, nos termos do Anexo Único que faz parte integrante da presente lei, com o objetivo de articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução de serviços de manejo e gestão dos Resíduos Sólidos em todo o território do Município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 12.305/2010 e Decreto Federal nº 7.404/2010.

Art. 2º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, instituído por esta Lei, será implementado, executado e fiscalizado através da gestão associada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, do qual o município é integrante, mediante contrato de programa e rateio.

Art. 3º Para implementação e execução da gestão dos resíduos sólidos de competência do município, fica o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI autorizado a executar, terceirizar ou conceder mediante processo licitatório, no todo ou de parte os serviços inerentes a coleta, o transporte, o tratamento, o processamento e a disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domésticos.

Art. 4º Para execução eficiente dos Planos Municipais de Saneamento e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos com a correspondente gestão associada, aprovados nos municípios da Região do CIM-AMAVI, será criada Agência Intermunicipal Regional de Regulação dos Serviços de Saneamento dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, objetivando atender os propósitos da política regional definida em conjunto com as comunidades locais.

Art. 5º A regulamentação do plano será feita mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário.

José Boiteux, 19 de dezembro de 2012.

ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto 091/2012

DECRETO nº. 91/2012, de 18 de dezembro de 2012.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 3.731,03 (três mil, setecentos e trinta e um reais e três centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão	13	Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	13.001	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade	13.001.0008.0244.1090.2048	Manutenção Fundo de Ação Social
Elemento	3.3.19.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
Vínculo	1000000	Recursos Ordinários
Valor	R\$	3.731,03

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão	13	Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	13.001	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade	13.001.0008.0244.1090.2048	Manutenção Fundo de Ação Social
Elemento	3.3.39.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
Vínculo	1000000	Recursos Ordinários
Valor	R\$	3.731,03

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 18 de dezembro de 2012.

ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto 092/2012

DECRETO nº. 92/2012, de 18 de Dezembro de 2012.

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica suplementada por conta do superávit financeiro do exercício anterior a importância de R\$26.717,54 (vinte e seis mil setecentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), conforme especificação a seguir:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0361.1060.2020	TRANSPORTE ESCOLAR
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03610052	TRANSFERENCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NA
T o t a l	R\$ 26.717,54 (VINTE E SEIS MIL E SETECENTOS E DEZESSETE Reais E CINQUENTA E QUATRO Centavos)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 18 de Dezembro de 2012.

ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto 88/2012

DECRETO nº. 88/2012, de 14 de Dezembro de 2012.

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação a importância de R\$293.117,83 (duzentos e noventa e três mil cento e dezessete reais e oitenta e três centavos), conforme especificação a seguir:

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
03.001.0004.0122.0000	OPERACOES ESPECIAIS
03.001.0004.0122.0000.2011	CONTRIBUICAO AO PASEP
3332000000000000	TRANSFERENCIAS A UNIAO
01000000	RECURSOS ORDINARIOS
Total	R\$ 11.290,75 (ONZE MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.1050	SAUDE PARA TODOS
12.001.0010.0301.1050.2032	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01020000	RECEITAS DE IMPOSTOS DE SAÚDE
Total	R\$ 112.467,26 (CENTO E DOZE MIL QUATROCENTOS E SESENTA E SETE REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
03.001.0004.0123.1030	ADMINISTRACAO GERAL E FINANCEIRA
03.001.0004.0123.1030.2006	MANUTENCAO GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01000000	RECURSOS ORDINARIOS
Total	R\$ 15.526,48 (QUINZE MIL E QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)

06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0361.1060.2017	FUNDEB 60%
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01180000	TRANSFERENCIAS FUNDEB FUNDEF(APLIC. NA R
Total	R\$ 98.077,80 (NOVENTA E OITO MIL E SETENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS)
06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO

06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0361.1060.2017	FUNDEB 60%
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01190000	TRANSFERENCIAS DO FUNDEB FUNDEF - (APLIC
Total	R\$ 29.543,50 (VINTE E NOVE MIL E QUINHENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0361.1060.2020	TRANSPORTE ESCOLAR
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01010000	RECEITAS DE IMPOSTOS DE EDUCACAO
Total	R\$ 2.591,67 (DOIS MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E HUM REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.1050	SAUDE PARA TODOS
12.001.0010.0301.1050.2032	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01670013	FARMACIA BASICA - FEDERAL
Total	R\$ 1.200,00 (HUM MIL E DUZENTOS REAIS)

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
13	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
13.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.1090	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244.1090.2048	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01520400	PSB - PISO BASICO VARIÁVEL II
Total	R\$ 1.000,00 (HUM MIL REAIS)
13	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
13.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.1090	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244.1090.2064	APOIO A FAMILIA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01630056	BOLSA FAMILIA

Total	R\$ 710,00 (SETECENTOS E DEZ Reais)
13	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
13.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.1094	CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244.1094.2095	CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01520300	TRANSF. IGD SUAS
Total	R\$ 570,00 (QUINHENTOS E SETENTA Reais)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.1050	SAUDE PARA TODOS
12.001.0010.0301.1050.2032	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01640006	PMAQ (RAB-PMAQ-SM)
Total	R\$ 3.600,00 (TRES MIL E SEISCENTOS Reais)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.1050	SAUDE PARA TODOS
12.001.0010.0301.1050.2032	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01670012	FARMACIA BASICA - ESTADO
Total	R\$ 1.573,33 (HUM MIL E QUINHENTOS E SETENTA E TRES Reais E TRINTA E TRES Centavos)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO E VICE
02.001	GABINETE DO PREFEITO E VICE
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.1020	GESTAO ADMINISTRACAO SUPERIOR
02.001.0004.0122.1020.2004	MANUTENCAO DA ESTRUTURA DO GABINETE DO PREFEITO E
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01000000	RECURSOS ORDINARIOS
Total	R\$ 6.995,52 (SEIS MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO Reais E CINQUENTA E DOIS Centavos)
06	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001	SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL

06.001.0012.0365.1060	CRIANCA E ADOLESCENTE NA ESCOLA
06.001.0012.0365.1060.2019	EDUCACAO PRE-ESCOLAR
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01010000	RECEITAS DE IMPOSTOS DE EDUCACAO
Total	R\$ 245,87 (DUZENTOS E QUARENTA E CINCO Reais E OITENTA E SETE Centavos)
08	SECRETARIA DE ASSUNTOS INDIGENAS
08.001	SECRETARIA DE ASSUNTOS INDIGENAS
08.001.0014	DIREITOS DA CIDADANIA
08.001.0014.0423	ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS
08.001.0014.0423.1080	INTEGRAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO ÍNDIO
08.001.0014.0423.1080.2085	INTEGRACAO E ASSISTENCIA AO INDIO
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01000000	RECURSOS ORDINARIOS
Total	R\$ 725,65 (SETECENTOS E VINTE E CINCO Reais E SESENTA E CINCO Centavos)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.001.0025	ENERGIA
03.001.0025.0752	ENERGIA ELETRICA
03.001.0025.0752.1031	UTILIDADE PUBLICA
03.001.0025.0752.1031.2050	MANUTENCAO E MELHORAMENTO DA ILUMINACAO PUBLICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01170000	CONTRIBUICAO CUSTEIO SERVICOS ILUMINACAO
Total	R\$ 7.000,00 (SETE MIL Reais)

2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 14 de Dezembro de 2012.

ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal



www.ciga.sc.gov.br

Lages

PREFEITURA

Anulação TP 24-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

ANULAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DA TOMADA DE PREÇONº 24/12 - PML

OBJETO: EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS:JOSE CORDOVA DOS SANTOS, JOÃO ROGERIO FLORIANI E ANA COSTA.

O Município de Lages, fundamentado na exposição de motivos, relatadas pela Comissão Permanente de Licitações, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos nº §1º, do Art. 49 da Lei 8666/93 e diplomas complementares, torna notório aos interessados, a "ANULAÇÃO" do processo licitatório, em comento.

Atenciosamente,
ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Administração
Lages, 17 de dezembro de 2012.

1º Adt. Cont. 273/2011 - PML

1º TERMO ADITIVO AO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 273/2011

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 13, centro, Lages/SC.

CONTRATADA: J.N. MOMM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 80.695.620/0001-21, estabelecida à Rod BR 282, km 0 n.º 49, em Lages/SC - cep: 88.520.210.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa J.N. MOMM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, representada neste ato pelo o Sr. Jo Netto Momm, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 80/2011, correlato à Tomada de Preços n.º 07/2011, aberta em 30/05/2011 e homologado em 15/07/2011, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Contratação de Empresa de Engenharia para serviços de ampliação e reforma da Cozinha Comunitária de Lages, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária/Quantitativa, partes do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 - Em decorrência da demora na vistoria do órgão fiscalizador, ficam os prazos prorrogados:

2.1.1 O de execução em mais 210 (duzentos e dez) dias;

2.1.2 O de vigência, em mais 210 (duzentos e dez) dias; contados da data da sua expiração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem

inalteradas.

Ao firmar este instrumento, declaram as PARTES plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Processo.

3.1 - Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

Lages/SC, 14 de maio de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

J.N. MOMM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA

Representante

JO NETTO MOMM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

3º Termo Aditivo Cont. 334/2012 - PML

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CESSÃO DE LICENÇA E DE DIREITO DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA N.º 334/2010.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, com sede à Rua João Pessoa n.º 134, na cidade de Criciúma - SC, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67.

O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Benjamin Constant n.º 13 - centro nesta cidade de Lages/SC. , inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Lages, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, neste ato representada pela Sra. ILSE CRISTINA DE SOUZA, Gerente Comercial, doravante denominada CONTRATADA, que assina ao final, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 36/2010, correlato à Concorrência n.º 06/2010, aberto em 30/03/2010 e homologado em 06/12/2010, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 Do Contrato, a sua validade fica prorrogada em mais doze meses, com seu término previsto para 31/12/2013, podendo sua duração, ser prorrogada por iguais períodos, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Inciso IV do Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1 - Ao firmar este instrumento, declaram as PARTES plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 17 de dezembro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

BETHA SISTEMAS LTDA

Representante

ILSE CRISTINA DE SOUZA

VISTO DA PROGEM

SETOR DE LICITAÇÕES



Lauro Muller

PREFEITURA

Lei Nº 1.738/2012

LEI Nº 1.738/2012 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Lauro Müller, da Autarquia Hospital Municipal Henrique Lage, da Fundação Ambiental Municipal e do Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller para o exercício de 2013.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI: DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Lauro Müller, para o exercício de 2013, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 43.100.000,00 (Quarenta e três milhões e cem mil reais), sendo R\$ 34.947.000,00 (Trinta e quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 8.153.000,00 (Oito milhões, cento e cinquenta e três mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 35.242.500,00 (Trinta e cinco milhões e duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) e fixa as despesas em R\$ 30.019.500,00 (Trinta milhões, dezenove mil e quinhentos reais).

Parágrafo 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES R\$ 31.864.000,00

Receitas Tributárias R\$ 4.740.000,00

Receita Patrimonial R\$ 10.000,00

Receita de Serviços R\$ 20.000,00

Transferências Correntes R\$ 25.184.000,00

Outras Receitas Correntes R\$ 1.910.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 3.378.500,00

Operações de Crédito R\$ 750.000,00

Alienação de Bens R\$ 30.000,00

Transferências de Capital R\$ 2.598.500,00

TOTAL DA RECEITA R\$ 35.242.500,00

Parágrafo 2º - As Despesas da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos partes integrantes desta lei, distribuídas da seguinte maneira:

PODER LEGISLATIVO

01.00 - Câmara Municipal de Vereadores

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.460.000,00

TOTAL R\$ 1.460.000,00

PODER EXECUTIVO

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito R\$ 440.000,00

03.00 - Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

03.01 - Secretaria de Administração, Finanças e Planej. R\$ 4.049.000,00

04.00 - Secretaria da Educação e dos Esportes

04.01 - Secretaria da Educação e dos Esportes R\$ 9.946.000,00

05.00 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

05.01 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos R\$ 9.050.000,00

06.00 - Secretaria do Turismo, Cultura e Des. Econômico

06.01 - Secretaria do Turismo, Cultura e Des. Econômico R\$ 1.299.000,00

07.00 - Fundo Municipal de Saúde

07.01 - Fundo Municipal de Saúde R\$ 6.863.000,00

08.00 - Secretaria da Agricultura

08.01 - Secretaria da Agricultura R\$ 2.621.500,00

09.00 - Secretaria da Família e Ação Social

09.01 - Secretaria da Família e Ação Social R\$ 2.464.000,00

10.00 - Hospital Municipal Henrique Lage

10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage R\$ 4.600.000,00

11.00 - Fundo Municipal do Meio Ambiente

11.01 - Fundação Ambiental R\$ 157.500,00

99.00 - Reserva de Contingência

99.01 - Reserva de Contingência R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 43.100.000,00

DO ORÇAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Art. 3º - O Orçamento do Hospital Municipal Henrique Lage para o exercício de 2013 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 4.600.000,00 (Quatro milhões e seiscentos mil reais).

Parágrafo 1º - A Receita do Hospital Municipal Henrique Lage será realizada mediante arrecadação de serviços e transferências e outras receitas correntes e de capital, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES R\$ 4.300.000,00

- Receita Patrimonial R\$ 50.000,00

- Receitas de Serviços R\$ 100.000,00

- Transferências Correntes R\$ 3.700.000,00

- Outras Receitas Correntes R\$ 450.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 300.000,00

- Transferências de Capital R\$ 300.000,00

TOTAL R\$ 4.600.000,00

Parágrafo 2º - A Despesa do Hospital Municipal Henrique Lage será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, distribuídas da seguinte maneira:

1. DESPESAS CORRENTES R\$ 3.815.000,00

- Pessoal e Encargos Sociais R\$ 1.450.000,00

- Outras despesas Correntes R\$ 2.355.000,00

- Juros e Encargos da Dívida R\$ 10.000,00

2. DESPESAS DE CAPITAL R\$ 750.000,00

- Investimentos R\$ 700.000,00

- Amortização de Dívida R\$ 50.000,00

3. RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 35.000,00

- Reserva de Contingência R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 4.600.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

Art. 4º - O Orçamento da Fundação Ambiental Municipal para o exercício de 2013 estima a Receita e fixa as despesas em R\$ 157.500,00 (Cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais).

Parágrafo 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras, arrecadação de serviços, Transferências de outras esferas de governo, outras Receitas Correntes e de Capital, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES R\$ 100.000,00

- Receitas Tributária R\$ 10.000,00
- Receita Patrimonial R\$ 10.000,00
- Outras Receitas Correntes R\$ 80.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 57.500,00

- Transferências de Capital R\$ 57.500,00

TOTAL R\$ 157.500,00

Parágrafo 2º - A despesa da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, distribuídas da seguinte maneira:

1. DESPESAS CORRENTES R\$ 100.000,00

- Pessoal e Encargos Sociais R\$ 50.000,00
- Outras despesas Correntes R\$ 50.000,00

2. DESPESAS DE CAPITAL R\$ 57.500,00

- Investimentos R\$ 57.500,00

TOTAL R\$ 157.500,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 3.100.000,00 (Três milhões e cem mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 6.863.000,00 (Seis milhões, oitocentos e sessenta e três mil reais).

Parágrafo 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras, arrecadação de serviços, Transferências de outras esferas de governo, outras Receitas Correntes e de Capital, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES R\$ 2.830.000,00

- Transferências Correntes R\$ 2.830.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 270.000,00

- Transferências de Capital R\$ 230.000,00
- Alienação de Bens R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 3.100.000,00

Parágrafo 2º - A despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, distribuídas da seguinte maneira:

1. DESPESAS CORRENTES R\$ 6.203.000,00

- Pessoal e Encargos Sociais R\$ 3.155.000,00
- Juros e Encargos da Dívida R\$ 10.000,00

- Outras despesas Correntes R\$ 3.038.000,00

2. DESPESAS DE CAPITAL R\$ 660.000,00

- Investimentos R\$ 610.000,00
- Inversões Financeiras R\$ 10.000,00
- Amortização da Dívida R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 6.863.000,00

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

Parágrafo 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

Parágrafo 2º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

Parágrafo 3º - Não se efetivando até o dia 10.12.2013 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais imprevistos", conforme definido no Parágrafo 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2013 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º - O Executivo está autorizado, nos termos do artigo 7º - da lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas; e

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de créditos e outras, não serão consideradas

para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12 - Durante o exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta LEI.

Art. 13 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, de acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15 - Esta Lei vigorará durante o exercício de 2013, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Lei Nº 1.739/2012

LEI Nº 1.739/2012 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

EMENDA À LEI ORGÂNICA

Altera o inciso X do Artigo 78 da Lei Orgânica do Município de Lauro Müller.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40 inciso II e artigo 63 incisos I e III, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O inciso X, do artigo 78 da Lei Orgânica do Município de Lauro Müller, passa a ter a seguinte redação:

“Inciso X - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-à sempre em 1º (primeiro) de fevereiro”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.288/2004 de 26/04/04 e art. 4º da Lei Municipal nº 1.349/2005 de 19/10/05 .

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Lei Nº 1.740/2012

LEI Nº 1.740/2012 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder terreno para construção da Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Lauro Müller e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI: Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder terreno para a construção da Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Lauro Müller, situado na Rua Antonio Madeira, Bairro Arizona, neste município, com as seguintes confrontações e medidas:

Parte do imóvel urbano com área de 9.183,39 mts2 (nove mil, cento e oitenta e três metros e trinta e nove centímetros quadrados), situado na Rua Antonio Madeira, Bairro Arizona, município de Lauro Müller, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Orleans, matrícula nº 14.121, com as seguintes confrontações e medindo 2.414,12 m2:

NORTE: Linha reta medindo 75,50 m (setenta e cinco metros e cinquenta centímetros), confrontando com a Rua Antonio Madeira.

SUL: Linha reta medindo 20,80 m (vinte metros e oitenta centímetros), confrontando com área remanescente do mesmo imóvel.

LESTE: Linha com dois segmentos medindo 45,45 m (quarenta e cinco metros e quarenta e cinco centímetros) 27,52 m (vinte e sete metros e cinquenta e dois centímetros), confrontando com área remanescente do mesmo imóvel e de Joacir Citadin e Josina Gonçalves Sérgio.

OESTE: Linha reta medindo 40,99 m (quarenta metros e noventa e nove centímetros) confrontando com o restante do imóvel.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Decreto Nº 053/2012

D E C R E T O Nº 053/2012.

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado Ponto Facultativo, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, o dia 24 de Dezembro de 2012 e o dia 31 de Dezembro de 2012.

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde e coleta de lixo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 24/12/2012.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 361/2012
P O R T A R I A Nº 361/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ADEMAR MARCOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11/11/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 362/2012
P O R T A R I A Nº 362/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 23 de Novembro de 2012, os efeitos da Portaria nº 274/2012, de 19/08/2012, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de MARIA ELIETE DA SILVA MACHADO, para a função de Servente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 363/2012
P O R T A R I A Nº 363/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 134/2012, de 09/03/2012, que concedeu licença sem vencimento à servidora pública, SILMARA DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 19/11/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal de Lauro Müller na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. E planej.

Portaria Nº 364/2012
P O R T A R I A Nº 364/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 01.12.2012 a 01.12.2014, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller junto ao ESF, KÁTIA REGINA DE SOUZA, ocupante do cargo de Enfermeira.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/12/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 365/2012
P O R T A R I A Nº 365/ 2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.506/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, VALMIR DA ROSA, do cargo de Superintendente Interino da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/12/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 366/2012
P O R T A R I A Nº 366/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, JACI RIBEIRO DA SILVA, do Cargo de Provisão em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/12/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 367/2012
PORTARIA Nº 367/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 128/2012, de

01/03/2012, que estabeleceu o contrato em caráter temporário da servidora LASTENA RIBEIRO, para a função de servente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/12/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal de Lauro Müller na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Portaria N° 368/2012
PORTARIA Nº 368/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 129/2012, de 01/03/2012, que estabeleceu o contrato em caráter temporário da servidora VERA LÚCIA BRAZ FURTADO, para a função de servente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/12/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal de Lauro Müller na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Portaria N° 369/2012
P O R T A R I A Nº 369/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, CÁSSIO DE MEDEIROS, do Cargo de Provisão em Comissão de Coordenador do Departamento dos Esportes junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/12/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 370/2012
P O R T A R I A Nº 370/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, EDMUNDO VOLNEI BERNARDINO, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Esportes junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/12/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 371/2012
P O R T A R I A Nº 371/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, MARGARET MAURICIO BITTENCOURT, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) de Setor junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/12/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 372/2012
P O R T A R I A Nº 372/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, VALMIR DA ROSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/12/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 373/2012
P O R T A R I A Nº 373/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, RENATO CITADIN, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Suprimentos e Patrimônio junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/12/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 374/2012
P O R T A R I A Nº 374/ 2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.506/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR INTERINAMENTE, BEATRIZ WESSLER, para o Quadro Funcional da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Superintendente.

Art. 2º - DESIGNAR, BEATRIZ WESSLER, Bióloga, para responder cumulativamente pelo cargo de Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, sem ônus para o Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 375/2012

P O R T A R I A Nº 375/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, MARIA HELENA DA ROSA ARAÚJO, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal junto ao Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 2º - O motivo da demissão da servidora é em razão de sua aposentadoria por idade.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administracao, Fin. Planej.

Portaria Nº 376/2012

P O R T A R I A Nº 376/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, MORGANA FERNANDES, do Cargo de Provisamento em Comissão de Secretária Municipal Interina junto a Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 377/2012

P O R T A R I A Nº 377/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, MORGANA FERNANDES, do Cargo de Provisamento em Comissão de Secretária Municipal junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 378/2012

P O R T A R I A Nº 378/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ADRIANO ARAÚJO, para exercer o Cargo de Provisamento em Comissão de Secretário Municipal junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - DESIGNAR, ADRIANO ARAÚJO, Coordenador de Gabinete, para responder cumulativamente pelo cargo de Secretário de Administração, Finanças e Planejamento, sem ônus para o Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 380/2012
PORTARIA Nº 380/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ADÉLIA DOLORES VIEIRA DE JESUS, elevando de MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 381/2012
PORTARIA Nº 381/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ADRIANA GONÇALVES PADILHA MELLO, elevando de MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 382/2012
PORTARIA Nº 382/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ADRIANA PACHECO BOMBAZARO, elevando de MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 383/2012
PORTARIA Nº 383/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ALINE APARECIDA SOUZA ESPINDOLA, elevando de MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 384/2012
PORTARIA Nº 384/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ARISTELA DE OLIVEIRA VIEIRA, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 385/2012
PORTARIA Nº 385/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora CATARINA SÉRGIO, elevando de MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 386/2012
PORTARIA Nº 386/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora CÍNTIA ELIANE FELIPE CARNIATO, elevando de MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 387/2012
PORTARIA Nº 387/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora EDILAMAR COMELLI, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 388/2012
PORTARIA Nº 388/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora EDMAR MORAES DA SILVA, elevando de MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 389/2012

PORTARIA Nº 389/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ELIZANDRA DE SOUZA MENDES, elevando de MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 390/2012

PORTARIA Nº 390/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora FABIANA DA SILVA SPINDOLA, elevando de MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 391/2012

PORTARIA Nº 391/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora FLORA GOMES DA SILVA, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 392/2012

PORTARIA Nº 392/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora JADNA ELIANA SOUZA DA SILVA, elevando de MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 393/2012

PORTARIA Nº 393/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora JANIELLE MAFFIOLETTI, elevando de MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 394/2012
PORTARIA Nº 394/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora KARINE CIMOLIM, elevando de MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 395/2012
PORTARIA Nº 395/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora KARINE MADEIRA TAVARES, elevando de MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 396/2012
PORTARIA Nº 396/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora KARLA ADRIANA DANDOLINI MASIERO, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 397/2012
PORTARIA Nº 397/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora LADIR MARIA NAVA ALBORGHETTI, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 398/2012
PORTARIA Nº 398/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora LUCIANE VICENTE, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 399/2012
PORTARIA Nº 399/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora MARI NEUZA ARAÚJO BEZ, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 400/2012
PORTARIA Nº 400/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora MARIA APARECIDA CAMBRUZI MARCOS, elevando de MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADRIANO ARAÚJO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 134/2012

DECRETO Nº 134, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

CANCELA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, DO EXERCÍCIO DE 2011.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI:

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os saldos remanescentes dos empenhos abaixo relacionados, referentes ao exercício de 2011:

Prefeitura Municipal

EMPENHO	SALDO	CREDOR
1279/2011	925,38	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
2973/2011	291,80	JEAPEX MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
2974/2011	12,50	JEAPEX MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA

Fundo Municipal de Saúde

EMPENHO	SALDO	CREDOR
46/2011	503,03	COOP. NUC. COL. SENADOR ESTEVES JÚNIOR LTDA
49/2011	1.637,20	BRASIL TELECOM S.A
52/2011	119,90	CLARO S.A
228/2011	74,88	ALTERMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
257/2011	166,94	EMBRATEL EMPRESA BASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES
333/2011	64,50	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA
339/2011	1,05	MEDICAMENTOS E AZ LTDA ME
344/2011	442,50	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
435/2011	3,80	TRADE MEDICAL COM. MAT. HOSPITALARES LTDA

443/2011	2.061,16	ASS. CONGREGAÇÃO IRMÃS FRANCISCANS DE SÃO JOSÉ LTDA
551/2011	41,09	AJM COM. DE PROD. CIENTÍFICOS LTDA EPP
587/2011	180,00	SERRALHERIA MARTENDAL LTDA
616/2011	270,00	SERRALHERIA MARTENDAL LTDA
653/2011	327,08	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
713/2011	45,60	DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
751/2011	241,92	METROMED - COM. DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA
753/2011	180,00	PROHOSPITAL SUL - COM. MAT. MED. E ODONTOL. LTDA
755/2011	461,42	TRADE MEDICAL COM. MAT. HOSPITALARES LTDA
815/2011	260,00	MEDICAMENTOS E AZ LTDA ME
851/2011	34,20	DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
854/2011	49,50	SILME'S COMÉRCIO DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA
925/2011	92,72	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA
939/2011	775,17	MEDICAMENTOS E AZ LTDA ME
982/2011	190,15	DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
984/2011	371,14	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
989/2011	1.704,00	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
991/2011	1.100,00	SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
999/2011	1,05	DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1030/2011	90,94	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A
1052/2011	0,12	DISTRIBUIDORA PLEBANI LTDA ME
1082/2011	1,158,87	METROMED - COM. DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1085/2011	383,65	PROHOSPITAL SUL - COM. MAT. MED. E ODONTOL. LTDA

1088/2011	285,42	TRADE MEDICAL COM. MAT. HOSPITALARES LTDA
1116/2011	451,75	MEDICAMENTOS E AZ LTDA ME
1118/2011	1.180,80	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
1121/2011	1,05	DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1227/2011	89,54	AJM COM. DE PROD. CIENTÍFICOS LTDA EPP
1233/2011	45,60	DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
1354/2011	33,00	AUTO POSTO CAMILO LTDA
1359/2011	50,68	DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA
1360/2011	400,00	SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1361/2011	283,00	CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
1363/2011	154,12	DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1364/2011	0,02	COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
1365/2011	212,38	MEDICAMENTOS E AZ LTDA ME
1378/2011	49,07	AUTO POSTO CAMILO LTDA
1403/2011	2.701,44	COM. E REPRESENTAÇÕES DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de dezembro de 2012
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Ordinária Nº 1.118/2012, 17 de Dezembro de 2012

LEI ORDINÁRIA N.º 1.118/2012, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO E CENTRO DE TRADIÇÃO GAÚCHA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Lindomar Pedroso, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a celebrar convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo do Oeste de Linha Sertãozinho para a realização de evento de promoção e incentivo à cultura gaúcha.

Art. 2º Para a consecução do objeto previsto no art. 1º o Município poderá participar, entre outros, com o valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mediante repasse à Conveniada.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município no exercício de 2013.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
LINDOMAR PEDROSO

Prefeito Municipal em Exercício

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 17 de Dezembro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Lei Ordinária Nº 1.119/2012, de 17 de Dezembro de 2012

LEI ORDINÁRIA N.º 1.119/2012, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Lindomar Pedroso, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE
Unidade 02 - Comissão Municipal de Defesa Civil
Projeto/Atividade 2.041 - Assistência Comunitária da Defesa Civil
3.3.90.00.00.00.00.00.0300- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 - Secretaria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo
Projeto/Atividade 2.006 - Diretoria de Infraestrutura - Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
Unidade 02 - Diretoria de Infraestrutura e Transporte
Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 1.010 - Saneamento Básico Rural
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.034 - Extensão Rural
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro do exercício anterior e anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Fonte - Superávit Financeiro R\$10.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 02 - Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 2.040 - Proteção Social Especial de Média Complexidade CRAS
3.1.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 2.004 - Ações de Incentivo a Indústria, Comércio e Turismo
4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
LINDOMAR PEDROSO
Prefeito Municipal em Exercício

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 17 de Dezembro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Lei Ordinária Nº 1.120/2012, de 17 de Dezembro de 2012

LEI ORDINÁRIA N.º 1.120/2012, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
ALTERA A LEI ORDINÁRIA N. 905/2010 QUE CRIA A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Lindomar Pedroso, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º. Fica acrescido o parágrafo V, no artigo primeiro da Lei Ordinária N. 905/2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

V - Área 05: Partindo do marco no marco nº 1, de coordenadas UTM E: 393262 / N: 7008145, situado ao Sudeste, confrontando na extensão de 12,92 metros com a Rua 31 de Dezembro até o ponto nº 2, de coordenadas UTM E: 393253 / N: 7008135.

Do ponto nº 2, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 31,96 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 21.133, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul até o ponto nº 3, de coordenadas UTM E: 393232 / N: 7008112.

Do ponto nº 3, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,04 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 21.133, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul até o ponto nº 4, de coordenadas UTM E: 393225 / N: 7008104.

Do ponto nº 4, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 21.133, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul até o ponto nº 5, de coordenadas UTM E: 393218 / N: 7008097.

Do ponto nº 5, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 21.133, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul até o ponto nº 6, de coordenadas UTM E: 393211 / N: 7008089.

Do ponto nº 6, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 21.133, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul até o ponto nº 7, de coordenadas UTM E: 393204 / N: 7008082.

Do ponto nº 7, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 21.133, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul até o ponto nº 8, de coordenadas UTM E: 393197 / N: 7008075.

Do ponto nº 8, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 21.133, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul até o ponto nº 9, de coordenadas UTM E: 393191 / N: 7008068.

Do ponto nº 9, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 21.133, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul até o ponto nº 10, de coordenadas UTM E: 393184 / N: 7008060.

Do ponto nº 10, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 21.133, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul até o ponto nº 11, de coordenadas UTM E: 393177 / N: 7008053.

Do ponto nº 11, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 21.133, de propriedade da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul até o ponto nº 12, de coordenadas UTM E: 393170 / N: 7008045.

Do ponto nº 12, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 25380, de propriedade de Jeferson Albrecht e Natalina Silvestre até o ponto nº 13, de coordenadas UTM E: 393164 / N: 7008038.

Do ponto nº 13, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 25383, de propriedade de Jordão Luiz Silvestre até o ponto nº 14, de coordenadas UTM E: 393157 / N: 7008031.

Do ponto nº 14, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 25384, de propriedade de Augustinho Antunes de Souza e Maria Conceição de Souza até o ponto nº 15, de coordenadas UTM E: 393150 / N: 7008024.

Do ponto nº 15, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 25372, de propriedade de Delvino Leoratto e Leocadia Voss Leoratto até o ponto nº 16, de coordenadas UTM E: 393143 / N: 7008016.

Do ponto nº 16, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 10,00 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 25377, de propriedade de Edemar da Silva e Lucimara Costa até o ponto nº 17, de coordenadas UTM E: 393136 / N: 7008009.

Do ponto nº 17, situado ao Sudoeste, confronta na extensão de 26,98 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 25377, de propriedade de Edemar da Silva e Lucimara Costa até o ponto nº 18, de coordenadas UTM E: 393157 / N: 7007975.

Do ponto nº 18, situado ao Sudoeste, confronta na extensão de 12,50 metros com a Rua Bom Pastor até o ponto nº 19, de coordenadas UTM E: 393160 / N: 7007986.

Do ponto nº 19, situado ao Sudoeste, confronta na extensão de 23,55 metros com parte do lote urbano matriculado sob o nº 22.096, de propriedade de Leopoldo Zatta e Maria Cordazzo Zatta até o ponto nº 20, de coordenadas UTM E: 393269 / N: 7007955.

Do ponto nº 20, situado ao Sudeste, confronta na extensão de 72,17 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 22.096, de propriedade da empresa Zatta Bruniera LTDA ME, representado por Deonildo Zatta até o ponto nº 21, de coordenadas UTM E: 393239 / N: 7007888.

Do ponto nº 21, situado ao Sudoeste, confronta na extensão de 118,05 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 17.709, de propriedade de Izair Tombini até o ponto nº 22, de coordenadas UTM E: 393158 / N: 7007972.

Do ponto nº 22, situado ao Sudoeste, confronta na extensão de 210,24 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 3.254, de propriedade de Raulino da Silva, Inês Bragagnolo da Silva e Maria Franzon Bragagnolo até o ponto nº 23, de coordenadas UTM E: 392990 / N: 7008126.

Do ponto nº 23, situado ao Noroeste, confronta na extensão de 224,32 metros em linhas curvas e irregulares com o Lajeado Joaniño e com parte do lote rural matriculado sob o nº 399, de propriedade de Pedro Ari Parizotto, Marinez Pilonetto Parizotto e Revelino Damin até o ponto nº 24, de coordenadas UTM E: 393037 / N: 7008290.

Do ponto nº 24, situado ao Nordeste, confronta na extensão de 267,63 metros com parte do lote rural matriculado sob o nº 8032, de propriedade de Avelino Tecchio e Roseli Salete Kemrich Tecchio até o marco nº 1, ponto inicial de descrição deste perímetro; perfazendo a área total de 70.594,30 m², Avelino Tecchio e Roseli Salete Kemrich Tecchio.

()

Art.2º. O artigo terceiro da Lei Ordinária N. 905/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

A área do perímetro urbano de Lindóia do Sul a ser ampliada 05 é de 70.594,30 m².

()

Art.3º. O artigo quarto da Lei Ordinária N. 905/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

O novo perímetro urbano passa a ser 2.918.983,91 (dois milhões novecentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e três metros quadrados e noventa e um decímetros quadrados).

()

Art.4º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Ordinária N. 905/20.

Art.5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

LINDOMAR PEDROSO

Prefeito Municipal em Exercício

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 17 de Dezembro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2.348/2012, de 17 de Dezembro de 2012
DECRETO Nº 2.348/2012, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LINDOMAR PEDROSO, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.065/2011 de 15 de Dezembro de 2011:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.011 - Ensino Fundamental - Merenda

3.3.90.00.00.00.00.0060- Aplicações Diretas R\$ 2.553,33

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação na fonte e rendimentos de aplicação:

Fonte - Excesso de Arrecadação e Rendimentos de Aplicação R\$2.553,33

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC

LINDOMAR PEDROSO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 17 de Dezembro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2.349/2012 de 17 de Dezembro de 2012
DECRETO Nº 2.349/2012, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LINDOMAR PEDROSO, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.065/2011 de 15 de Dezembro de 2011:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.010 - Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00212- Aplicações Diretas R\$ 1.664,98

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta de rendimentos de aplicação:

Fonte - Rendimentos de Aplicação R\$1.664,98

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC

LINDOMAR PEDROSO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 17 de Dezembro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2.350/2012 de 18 de Dezembro de 2012
DECRETO Nº 2.350/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LINDOMAR PEDROSO, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.065/2011 de 15 de Dezembro de 2011:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.011 - Ensino Fundamental - Merenda

3.3.90.00.00.00.00.0060- Aplicações Diretas R\$ 0,82

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação:

Fonte - Excesso de Arrecadação R\$0,82

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC

LINDOMAR PEDROSO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 18 de Dezembro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

Decretonº 2.346/2012, de 17 de Dezembro de 2012
DECRETO Nº 2.346/2012, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LINDOMAR PEDROSO, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.119/2012 de 17 de Dezembro de 2012:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade 02 - Comissão Municipal de Defesa Civil

Projeto/Atividade 2.041 - Assistência Comunitária da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00300- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 - Secretaria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo
Projeto/Atividade 2.006 - Diretoria de Infraestrutura - Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
Unidade 02 - Diretoria de Infraestrutura e Transporte
Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 1.010 - Saneamento Básico Rural
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.034 - Extensão Rural
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro do exercício anterior e anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Fonte - Superávit Financeiro R\$10.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 02 - Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 2.040 - Proteção Social Especial de Média Complexidade CRAS
3.1.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 2.004 - Ações de Incentivo a Indústria, Comércio e Turismo
4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC
LINDOMAR PEDROSO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 17 de Dezembro de 2012

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1581

DECRETO Nº 1581 de 13 de dezembro de 2012.

"ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.014 de 22 de novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 53.896,00 (cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e seis reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, observada a tendência no exercício, apurado até 13 de dezembro de 2012, na Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica), na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído às seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) R\$ 4.770,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação -básica) R\$ 49.126,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 53.896,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1582

DECRETO Nº 1582 de 13 de dezembro de 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.21 da Lei nº 1014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcial ou totalmente, nas Atividades abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação das despesas:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Programa da Merenda Escolar da Educação Básica
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.445,00
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da Educação Básica) R\$ 9.970,00
Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras ações da Educação Básica) R\$ 49.126,00
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.982,43
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.985,21

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.687,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2055 - Manutenção da Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 410,00
Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Conservação das Estradas Vicinais do Município
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.100,00

TOTAL ANULADO R\$ 83.705,64

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as Modalidades de Aplicação das despesas atribuídas às Atividades abaixo relacionadas:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES**

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Programa da Merenda Escolar da Educação Básica
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.445,00
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério) R\$ 9.970,00
Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério) R\$ 49.126,00
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.982,43
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.985,21

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.687,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2055 - Manutenção da Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 410,00
Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Conservação das Estradas Vicinais do Município
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.100,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 83.705,64

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1583

DECRETO Nº 1583 de 13 de dezembro de 2012.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2012".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.014 de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º - Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no valor de R\$ 56.765,00 (cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta e cinco reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2011, apurado na Fonte abaixo especificada, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2012, atribuído as atividades e encargos especiais abaixo relacionados:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**04. ASSESSORIA JURÍDICA**

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 03.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.540,00

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 03.00 - Recursos Ordinários R\$ 23.710,00
Encargos Especiais - 0601.28.845.0000.0014 - Pagamento de Contribuição ao PASEP
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 03.00 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação

Básica Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 23.000,00
Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 03.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.515,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 56.765,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de dezembro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1584 - Anexo - Cronograma 2013 - Republicado por Incorreção

DECRETO Nº 1584 de 13 de dezembro de 2012.

“ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013”.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/00,

DECRETA:

Art.1º- Para cumprimento das disposições dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidos conforme Demonstrativos, peças integrantes deste Decreto, o Desdobramento das Receitas em Metas Bimestrais de Arrecadação, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, do Município de Luzerna, para o exercício financeiro de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de dezembro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2013
Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	1.079.519,23	1.079.519,11	1.118.855,11	1.193.519,07	1.188.073,07	1.188.073,07	1.141.971,07	1.141.971,07	1.171.561,07	1.292.321,07	1.300.322,57	1.348.294,49	14.244.000,00
Receita Tributária	101.915,00	101.915,00	141.251,00	131.915,00	126.469,00	126.469,00	126.469,00	126.469,00	126.469,00	126.469,00	134.470,50	134.470,50	1.504.751,00
Receita de Contribuição	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	269.637,00
Receita Patrimonial	23.302,12	23.302,12	23.302,12	21.302,08	21.302,08	21.302,08	21.302,08	21.302,08	21.302,08	19.302,08	19.302,08	19.302,00	255.625,00
Receita de Serviços	1.134,37	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	13.612,00
Transferências Correntes	920.992,00	920.992,00	920.992,00	1.006.992,00	1.006.992,00	1.006.992,00	960.890,00	960.890,00	990.480,00	1.113.240,00	1.113.240,00	1.161.212,00	12.083.904,00
Outras Receitas Correntes	9.705,99	9.705,91	9.705,91	9.705,91	9.705,91	9.705,91	9.705,91	9.705,91	9.705,91	9.705,91	9.705,91	9.705,91	116.471,00
RECEITAS DE CAPITAL	8.370,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	100.000,00
Alienação de Bens	8.370,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	100.000,00
TOTAIS	1.087.889,23	1.087.849,11	1.127.185,11	1.201.849,07	1.196.403,07	1.196.403,07	1.150.301,07	1.150.301,07	1.179.891,07	1.300.651,07	1.308.652,57	1.356.624,49	14.344.000,00

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 13 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
 Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO
 Contadora CRC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Gabinete do Prefeito	16.541,00	16.541,00	16.541,00	16.541,00	23.604,50	23.604,50	23.604,50	23.604,50	23.604,50	23.604,50	43.604,50	23.604,50	275.000,00
Gabinete do Vice-Prefeito	6.644,00	6.644,00	6.644,00	6.644,00	7.333,00	7.333,00	7.333,00	7.333,00	7.333,00	7.333,00	10.093,00	7.333,00	88.000,00
Assessoria Jurídica	13.261,00	13.261,00	13.261,00	13.261,00	14.056,00	14.056,00	14.056,00	14.056,00	14.056,00	14.056,00	17.864,00	14.056,00	169.300,00
Assessoria de Planejamento	6.374,00	6.374,00	6.374,00	6.374,00	6.872,00	6.872,00	6.872,00	6.872,00	6.872,00	6.872,00	9.300,00	6.872,00	82.900,00
Secretaria da Fazenda e Administração	127.876,00	127.876,00	127.876,00	127.876,00	135.548,00	135.548,00	135.548,00	115.548,00	115.548,00	135.548,00	182.120,00	165.548,00	1.632.460,00
Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.487,00	149.800,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	402.792,00	368.792,00	368.792,00	368.792,00	390.919,00	390.919,00	393.440,00	393.440,00	410.550,00	410.550,00	578.951,00	475.574,40	4.953.511,40
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	50.675,00	50.675,00	50.675,00	50.675,00	55.715,00	55.715,00	55.715,00	55.715,00	64.569,00	64.569,00	88.833,00	84.569,00	728.100,00
Assessoria da Indústria e Comércio	16.241,00	16.241,00	16.241,00	16.241,00	17.215,00	17.215,00	17.215,00	17.215,00	17.215,00	20.215,00	30.431,00	17.215,00	218.900,00
Secretaria de Obras e Serviços	245.349,00	225.349,00	235.349,00	235.349,00	264.521,00	264.521,00	264.521,00	283.847,00	283.847,00	303.847,00	363.848,45	333.847,00	3.304.195,45
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.660,00	17.660,00
TOTAL	898.236,00	844.236,00	854.236,00	854.236,00	928.266,50	928.266,50	930.787,50	930.113,50	956.077,50	999.077,50	1.337.527,95	1.158.765,90	11.619.826,85

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 13 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO
Contadora CRC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

CONSOLIDADO

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RECEITAS CORRENTES	1.149.305,98	1.149.644,86	1.189.031,86	1.263.695,82	1.258.249,82	1.258.249,82	1.212.171,82	1.212.171,82	1.241.661,82	1.362.591,82	1.377.592,32	1.425.632,24	15.100.000,00
Receita Tributária	103.090,25	103.090,25	142.426,25	133.090,25	127.644,25	127.644,25	127.644,25	127.644,25	127.644,25	127.644,25	135.645,75	135.645,75	1.518.854,00
Receita de Contribuição	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	22.469,75	269.637,00
Receita Patrimonial	25.177,12	25.147,12	24.998,12	22.998,08	22.998,08	22.998,08	23.002,08	23.002,08	22.902,08	20.902,08	20.901,08	20.901,00	275.927,00
Receita de Serviços	1.134,37	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	1.134,33	13.612,00
Transferências Correntes	987.532,00	987.902,00	988.102,00	1.074.102,00	1.074.102,00	1.074.102,00	1.028.000,00	1.028.000,00	1.057.590,00	1.180.550,00	1.180.550,00	1.228.540,00	12.889.072,00
Outras Receitas Correntes	9.902,49	9.901,41	9.901,41	9.901,41	9.901,41	9.901,41	9.921,41	9.921,41	9.921,41	9.891,41	9.891,41	9.941,41	118.898,00
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00	14.000,00
Transf. Instituições Privadas													0,00
RECEITAS DE CAPITAL	8.370,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	100.000,00
Operações de Crédito													0,00
Alienação de Bens	8.370,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	100.000,00
TOTAIS	1.157.675,98	1.157.974,86	1.197.361,86	1.272.025,82	1.266.579,82	1.266.579,82	1.220.501,82	1.220.501,82	1.249.991,82	1.370.921,82	1.385.922,32	1.433.962,24	15.200.000,00

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 13 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO
Contadora CRC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

CONSOLIDADO

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Gabinete do Prefeito	16.541,00	16.541,00	16.541,00	16.541,00	23.604,50	23.604,50	23.604,50	23.604,50	23.604,50	23.604,50	43.604,50	23.604,50	275.000,00
Gabinete do Vice-Prefeito	6.644,00	6.644,00	6.644,00	6.644,00	7.333,00	7.333,00	7.333,00	7.333,00	7.333,00	7.333,00	10.093,00	7.333,00	88.000,00
Assessoria Jurídica	13.261,00	13.261,00	13.261,00	13.261,00	14.056,00	14.056,00	14.056,00	14.056,00	14.056,00	14.056,00	17.864,00	14.056,00	169.300,00
Assessoria de Planejamento	6.374,00	6.374,00	6.374,00	6.374,00	6.872,00	6.872,00	6.872,00	6.872,00	6.872,00	6.872,00	9.300,00	6.872,00	82.900,00
Secretaria da Fazenda e Administração	127.876,00	127.876,00	127.876,00	127.876,00	135.548,00	135.548,00	135.548,00	115.548,00	115.548,00	135.548,00	182.120,00	165.548,00	1.632.460,00
Secretaria da Saúde e Bem Estar Social	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.483,00	12.487,00	149.800,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	402.792,00	368.792,00	368.792,00	368.792,00	390.919,00	390.919,00	393.440,00	393.440,00	410.550,00	410.550,00	578.951,00	475.574,40	4.953.511,40
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	50.675,00	50.675,00	50.675,00	50.675,00	55.715,00	55.715,00	55.715,00	55.715,00	64.569,00	64.569,00	88.833,00	84.569,00	728.100,00
Assessoria da Indústria e Comércio	16.241,00	16.241,00	16.241,00	16.241,00	17.215,00	17.215,00	17.215,00	17.215,00	17.215,00	20.215,00	30.431,00	17.215,00	218.900,00
Secretaria de Obras e Serviços	245.349,00	225.349,00	235.349,00	235.349,00	264.521,00	264.521,00	264.521,00	283.847,00	283.847,00	303.847,00	363.848,45	333.847,00	3.304.195,45
Soma	898.236,00	844.236,00	854.236,00	854.236,00	928.266,50	928.266,50	930.787,50	930.113,50	956.077,50	999.077,50	1.337.527,95	1.141.105,90	11.602.166,85
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	26.000,00	26.500,00	28.200,00	31.900,00	31.060,00	35.000,00	34.620,00	35.090,00	36.000,00	39.000,00	50.200,00	55.230,00	428.800,00
Fundo Municipal de Saúde - FMS	182.530,00	182.530,00	185.642,00	185.854,00	202.412,00	202.412,00	206.798,00	208.117,00	210.356,00	217.952,00	333.495,00	242.675,15	2.560.773,15
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA	3.000,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	11.000,00	11.800,00	60.000,00
Câmara Municipal de Vereadores	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,37	520.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.260,00	28.260,00
TOTAL	1.153.099,33	1.100.399,33	1.115.211,33	1.119.123,33	1.208.871,83	1.212.811,83	1.219.338,83	1.220.453,83	1.249.566,83	1.303.162,83	1.775.556,28	1.522.404,42	15.200.000,00

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 13 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO
Contadora CRC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	47.331,00	47.331,00	48.391,00	48.391,00	47.391,00	46.991,00	46.781,00	46.781,00	46.671,00	48.521,00	48.524,00	46.459,00	569.563,00
RECEITAS CORRENTES	7.205,00	7.205,00	7.406,00	7.406,00	7.406,00	7.406,00	7.430,00	7.430,00	7.430,00	7.600,00	7.599,00	7.677,00	89.200,00
Receita Patrimonial	45,00	45,00	46,00	46,00	46,00	46,00	50,00	50,00	50,00	50,00	49,00	49,00	572,00
Transferências Correntes	7.000,00	7.000,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	7.400,00	7.400,00	7.428,00	86.628,00
Receita de Serviços													
Outras Receitas Correntes	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	180,00	180,00	180,00	150,00	150,00	200,00	2.000,00
Transferências Financeiras	24.300,00	24.700,00	25.000,00	25.500,00	27.000,00	28.000,00	28.600,00	28.600,00	28.600,00	31.600,00	35.500,00	33.400,00	340.800,00
											25.000,00	22.938,50	
TOTAIS	31.505,00	31.905,00	31.905,00	32.906,00	32.906,00	35.406,00	35.406,00	36.030,00	36.030,00	39.200,00	39.200,00	41.077,00	430.000,00

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2013 Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

FUNDO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	26.000,00	26.500,00	28.200,00	31.900,00	31.060,00	35.000,00	34.620,00	35.090,00	36.000,00	39.000,00	50.200,00	55.230,00	428.800,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00
TOTAIS	26.000,00	26.500,00	28.200,00	31.900,00	31.060,00	35.000,00	34.620,00	35.090,00	36.000,00	39.000,00	50.200,00	56.430,00	430.000,00

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 13 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO
Contadora CRC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2013
Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	7.050,00	7.050,00	14.600,00
Receita Patrimonial	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	600,00
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00	14.000,00
Transferências Financeiras	4.600,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	4.000,00	46.600,00
TOTAIS	4.650,00	3.850,00	3.850,00	3.850,00	3.850,00	3.850,00	3.850,00	3.850,00	3.850,00	3.850,00	10.850,00	11.050,00	61.200,00

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2013
Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

FUNDO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA	3.000,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	11.000,00	11.800,00	60.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00
TOTAIS	3.000,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	11.000,00	11.800,00	61.200,00

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 13 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
 Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO
 Contadora CRC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

Títulos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
RECEITAS CORRENTES	62.531,75	62.870,75	62.720,75	62.720,75	62.720,75	62.720,75	62.720,75	62.720,75	62.620,75	62.620,75	62.620,75	62.610,75	752.200,00
Receita Tributária	1.175,25	1.175,25	1.175,25	1.175,25	1.175,25	1.175,25	1.175,25	1.175,25	1.175,25	1.175,25	1.175,25	1.175,25	14.103,00
Receita de Contribuição													0,00
Receita Patrimonial	1.780,00	1.750,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	19.130,00
Transf. Correntes	59.540,00	59.910,00	59.910,00	59.910,00	59.910,00	59.910,00	59.910,00	59.910,00	59.910,00	59.910,00	59.910,00	59.900,00	718.540,00
Outras Receitas Correntes	36,50	35,50	35,50	35,50	35,50	35,50	35,50	35,50	35,50	35,50	35,50	35,50	427,00
Transferências Financeiras	135.390,00	135.390,00	135.390,00	135.390,00	148.390,00	148.390,00	149.390,00	149.390,00	155.390,00	155.390,00	230.390,00	138.483,15	1.816.773,15
TOTAIS	197.921,75	198.260,75	198.110,75	198.110,75	211.110,75	211.110,75	212.110,75	212.110,75	218.010,75	218.010,75	293.010,75	201.093,90	2.568.973,15

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2013 Art. 8º, Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

FUNDO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
Fundo Municipal de Saúde FMS	182.530,00	182.530,00	185.642,00	185.854,00	202.412,00	202.412,00	206.798,00	208.117,00	210.356,00	217.952,00	333.495,00	242.675,15	2.560.773,15
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.200,00	8.200,00
TOTAIS	182.530,00	182.530,00	185.642,00	185.854,00	202.412,00	202.412,00	206.798,00	208.117,00	210.356,00	217.952,00	333.495,00	250.875,15	2.568.973,15

Prefeitura Municipal de Luzerna (SC), 13 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO
Contadora CRC 20394/0-8



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 Art. 13, Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Transferências Financeiras	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,37	520.000,00
	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,37	520.000,00
Total	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,37	520.000,00

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Art. 8º, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Títulos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Totais
Câmara Municipal de Vereadores	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,37	520.000,00
Total	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,37	520.000,00

Câmara de Vereadores de Luzerna (SC), 11 de dezembro de 2012.

MOISÉS DIERSMANN
Presidente da Câmara de Vereadores

RUBIANA SUELEN BALESTRIN
Contadora CRC/SC 029.319/0-4



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Art. 8º, Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000

Câmara Municipal	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
CML	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,37	520.000,00
Total	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,37	520.000,00

Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna, 11 de dezembro de 2012

Juliano Schneider
Presidente da Câmara de Vereadores

Rubiana Suelen Balestrin
Contadora CRC/SC 029.319/0-4



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

DECRETO Nº 1584 de 13 de dezembro de 2012.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Art. 8º, Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000

CONSOLIDADO

Fundos Especiais	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Totais
FMAS	24.300,00	24.700,00	25.000,00	25.500,00	27.000,00	28.000,00	28.600,00	28.600,00	28.600,00	31.600,00	35.500,00	33.400,00	340.800,00
FMS	135.390,00	135.390,00	135.390,00	135.390,00	148.390,00	148.390,00	149.390,00	149.390,00	155.390,00	155.390,00	230.390,00	138.483,15	1.816.773,15
FMDCA	4.600,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	4.000,00	46.600,00
CML	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,33	43.333,37	520.000,00
Totais	207.623,33	207.223,33	207.523,33	208.023,33	222.523,33	223.523,33	225.123,33	225.123,33	231.123,33	234.123,33	313.023,33	219.216,52	2.724.173,15

Prefeitura Municipal de Luzerna, 12 de dezembro de 2012

Norival Fiorin
Prefeito Municipal

Maria Inês Dallolmo
Contadora CRC/SC 20394/0-8

Decreto 1585 - Recadastrado por Incorreção

DECRETO Nº 1585 de 17 de dezembro de 2012.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADA POR ESTIAGEM - COBRADE, CONFORME IN/MI 01/2012 - 1.4.1.1.0."

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições conferidas pelo artigo 9º, inciso XXXII da Lei Orgânica do Município de Luzerna e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608 de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO, a estiagem prolongada, provocada pela redução das chuvas, que atinge o Município desde o início de novembro de 2012;

CONSIDERANDO, que como conseqüências deste desastre resultaram danos e prejuízos constantes do Formulário de Informações do Desastre - FIDE anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO, que de acordo com a Instrução Normativa nº 1 de 24 de agosto de 2012, a intensidade do desastre foi classificada em Nível I;

CONSIDERANDO, os danos ocasionados pela falta de água em muitas propriedades do interior, causando prejuízos no setor da agricultura, na produção de leite, gado de corte, produção de grãos e das pastagens em geral;

CONSIDERANDO, que tais fatos refletem diretamente de forma negativa na economia do Município, onde prepondera a atividade de agricultura de subsistência;

CONSIDERANDO, que tal conjuntura impõe ao governo Municipal adoção de medidas urgentes.

CONSIDERANDO, que o Parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência,

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como estiagem - COBRADE, conforme IN/MI nº 01/2012 - Estiagem - 1.4.1.1.0.

Art.2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º - Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, revogado o Decreto nº 1567 de 03 de dezembro de 2012.

Parágrafo Único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1587

DECRETO Nº 1587 de 17 de dezembro de 2012.

"ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 64.400,00 (sessenta e quatro mil e quatrocentos reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, observada a tendência no exercício, apurado até 17 de dezembro de 2012, na Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério) e na Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica), na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído as seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério) básica) R\$ 50.000,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) R\$ 14.400,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 64.400,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1588

DECRETO Nº 1588 de 17 de dezembro de 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1.014 de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente na Atividade abaixo discriminada a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) R\$ 14.400,00

TOTAL ANULADO R\$ 14.400,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 18 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério R\$ 14.400,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 14.400,00

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1590

DECRETO Nº 1590 de 18 de dezembro de 2012.
"PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO - Edital nº 002/2010 de 25 de outubro de 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e com fundamento no item 13.2 do Edital de Concurso Público nº 002/2010 de 25 de outubro de 2010,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a validade do CONCURSO PÚBLICO - Edital nº 002/2010 de 25 de outubro de 2010, por mais 02 (dois) anos, ou seja, até 21 de dezembro de 2014, referente à homologação do Resultado Final publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, no dia 21/12/2010.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato da Arp Nº FMS.0009.12 - Medicamentos Para 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
FMS 0009/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0047/2012
Órgão Gestor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna.

Modalidade: Pregão Presencial nº0047/2012

Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços.

Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Secretaria da Fazenda e Administração

Órgão Participante:

DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA

PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA
ANGEOMED COM. DE PROD. MED. HOSP. LTDA
BH FARMA COMERCIO LTDA
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
S & R DISTRIBUIDORA LTDA
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
CORASSA & ALBERTI LTDA

A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site www.luzerna.sc.gov.br no link Licitações.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2012.
ORLANDO FÁVERO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:
www.egem.org.br

Balancete Financeiro FMS

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 11/2012

Emissão: 30/11/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	83.450,28	DESPESA ORCAMENTARIA	265.586,82
RECEITA CORRENTE	83.450,28	SAÚDE	265.586,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	9,92		
RECEITA PATRIMONIAL	1.212,09		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	82.228,27		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	224.676,21	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	29.459,65
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.927,15	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.927,15
SALARIO-FAMILIA	242,00	SALARIO-FAMILIA	242,00
SALARIO-MATERNIDADE	2.685,15	SALARIO-MATERNIDADE	2.685,15
PREVIDENCIA SOCIAL	13.665,43	PREVIDENCIA SOCIAL	13.665,43
INSS	13.665,43	INSS	13.665,43
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	11.594,70	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	11.378,14
ISS	24,35	ISS	24,35
IRRF/GDF	11.570,35	IRRF/GDF	11.353,79
IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	11.323,56	IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	11.184,25
IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	246,79	IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	169,54
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	1.359,15	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	1.359,15
Emprestimo Consignação Folha-Besc	756,55	Emprestimo Consignação Folha-Besc	756,55
Emprestimo Consignação Folha-CEF	602,60	Emprestimo Consignação Folha-CEF	602,60
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	101,64	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	101,64
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	101,64	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	101,64
Contribuição ASM	101,64	Contribuição ASM	101,64
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	28,14	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	28,14
Tucano Obras e Serviços Ltda	28,14	Tucano Obras e Serviços Ltda	28,14
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	195.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	195.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	265.586,82	> DESPESA PAGA	328.936,85
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	265.586,82	CREDITO LIQUIDADO	328.936,85
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	328.936,85
> SALDOS ANTERIORES	528.109,76	> SALDOS ATUAIS	477.839,75
APLICACOES FINANCEIRAS	528.109,76	APLICACOES FINANCEIRAS	477.839,75
> TOTAL	1.101.823,07	> TOTAL	1.101.823,07

GESTOR DO FMS
ORLANDO FAVERO

Contadora 20394/0-8
MARIA INÊS DALLOLMO



Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2622 de 12 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2622 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito em exercício do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Educação R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos - Educação R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 12 DE DEZEMBRO DE 2012

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2623 de 14 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2623 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito em exercício do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12258 - Transferência Municipalização Salário Educação R\$ 12.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12258 - Transferência Municipalização Salário Educação R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 14 DE DEZEMBRO DE 2012

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2624 de 17 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2624 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.600,00 (Onze mil e seiscentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA

0602.010.301.0100.2030 - Manutenção das atividades da ESF

0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 16402 - Programa Saúde da Família R\$ 11.600,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 17 DE DEZEMBRO DE 2012

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2625 de 17 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2625 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 43.000,00 (Quarenta e três mil reais), conforme programa e verba

abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA
0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas
0602 - 16403 - Agentes Comunitárias de Saúde - PACS
R\$ 43.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2626 de 17 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2626 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 17001 - Transferências Recursos SUS R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2627 de 17 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2627 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.300,00 (Cinco mil e trezentos reais), conforme programa e verba

abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 16401 - Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 5.300,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Co 1/2012 Aditivo 1/1 Internet

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 1/2012
CONTRATO ADITIVO Nº. 1/1
PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 116/2011 - CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: TPA INFORMÁTICA LTDA - ME

OBJETO: Consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de um (01) link dedicado full.

VALOR: R\$ 28.879,20 (vinte oito mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte centavos)

DATA DA VIGENCIA: 02.01.2013 a 31.12.2013

Massaranduba, 18 de dezembro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Co 2/2012 Aditvo 2/2 Coleta de Lixo

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 2/2012
CONTRATO ADITIO Nº. 2/2

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: Tomada de Preços para Serviços de Engenharia nº. 113/2011

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA

OBJETO: Consiste na Contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia Sanitária, para execução do transporte e destinação final em aterro sanitário licenciado de resíduos sólidos compactáveis, domiciliares e comerciais produzidos no Município de Massaranduba.

VALOR: R\$ 545.652,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais)

DATA DA VIGENCIA: 02.01.2013 a 31.12.2013

Massaranduba, 18 de dezembro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Co 4/2010 Aditivo 4/3 Lixo Hospitalar

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 4/2010

CONTRATO ADITIO Nº.4/3

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 2/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA

OBJETO: Prestação de serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviço de saúde (lixo hospitalar) gerados nas dependências da CONTRATANTE.

VALOR: R\$ 18.867,72 (dezoito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos).

DATA DA VIGENCIA: 02.01.2013 a 31.12.2013

Massaranduba, 18 de dezembro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Co 53/2012 Transporte Escolar

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 53/2012

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 88/2012.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 37/2011

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba

CONTRATADO: EMPRESA DE ÔNIBUS MASSARANDUBATUR LTDA - EPP.

OBJETO: contratação de empresa para execução dos serviços de: transporte escolar de alunos matriculados no ensino fundamental, técnico, ensino superior, para viagens de estudo, jogos escolares nos trajetos de ida e volta conforme itinerário. Contratação de empresa para execução dos serviços de transporte de grupos da 3ª idade.

VIGENCIA: 02-01-2013 a 31-12-2013

VALOR: R\$ 906.075,00 (novecentos e seis mil e setenta e cinco reais.)

DATA DA ASSINATURA: 19-12-2012

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Co 73/2011 Aditivo 73/6 Cei

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 73/2011

ADITIVO Nº. 73/6

PROCESSO: Tomada de Preço Obras e Serviços de Engenharia Nº. 106/2011.

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba

CONTRATADO: ABILIO COMERCIO DE ALUMINIO E FERRO LTDA - EPP

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a execução da obra de CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL TIPO C DO PROGRAMA PRÓ-INFANCIA DO GOVERNO FEDERAL, compreendendo o fornecimento de materiais e mão-de-obra na construção civil, em conformidade com o memorial descritivo, orçamento quantitativo, cronograma e projetos.

PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado

pelo período de 60 (sessenta) dias, tendo como início da vigência dia 26 de Dezembro de 2012, findando em 25 de Março de 2013, tendo em vista o tempo chuvoso o qual prejudicou o andamento da obra.

Massaranduba, 12 de Dezembro de 2012

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Ata de Reg.Preço 26.2012 Transporte Escolar

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2012

Processo Licitatório Nº. 88/2012

Pregão Presencial Nº. 37/2012

VALIDADE: 12 (doze) meses (02/01/2013 a 31/12/2013)

Aos 19 de Dezembro de 2012, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 88/2012 - Pregão Presencial Nº. 37/2012 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL, TÉCNICO, ENSINO SUPERIOR, PARA VIAGENS DE ESTUDO, JOGOS ESCOLARES NOS TRAJETOS DE IDA E VOLTA CFE ITINERÁRIO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS DA 3ª IDADE, para atender a demanda da Prefeitura de Massaranduba e do Fundo Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP, neste ato representado por SERGIO ROBERTO HARGER	76.821.982/0001-44

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL, TÉCNICO, ENSINO SUPERIOR, PARA VIAGENS DE ESTUDO, JOGOS ESCOLARES NOS TRAJETOS DE IDA E VOLTA CFE ITINERÁRIO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS DA 3ª IDADE, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
01	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DE CURSO UNIVERSITARIO PARA A FURB (BLUMENAU), CONFORME A LEI NR. 770/2001 E ITINERARIO ANEXO.	MES	MASSARANDUBATUR	40,00000	22.392,5000	895.700,00
02	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DE CURSO TECNICO PARA BLUMENAU, CONFORME A LEI NR. 770/2001 E ITINERARIO ANEXO.	MES	MASSARANDUBATUR	40,00000	1.325,0000	53.000,00
03	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DE CURSO UNIVERSITARIO PARA JARAGUÁ DO SUL, CONFORME A LEI NR. 770/2001 E ITINERARIO ANEXO.	MES	MASSARANDUBATUR	40,00000	7.245,0000	289.800,00
04	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DE CURSO TECNICO PARA JARAGUÁ DO SUL, CONFORME A LEI NR. 770/2001 E ITINERARIO ANEXO.	MES	MASSARANDUBATUR	40,00000	4.935,0000	197.400,00
05	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DE CURSO UNIVERSITARIO PARA GUARAMIRIM, CONFORME A LEI NR. 770/2001 E ITINERARIO ANEXO.	MES	MASSARANDUBATUR	40,00000	13.260,0000	530.400,00
08	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	CUSTO DO KM RODADO, REF. TRANSPORTE DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO.	KM	MASSARANDUBATUR	320.000,00000	3,0500	976.000,00
09	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	CUSTO DO KM RODADO, REF. TRANSPORTE EMERGENCIAL DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO.	KM	MASSARANDUBATUR	40.000,00000	3,0500	122.000,00

10	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	CUSTO DO KM RODADO, REF. TRANSPORTE DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO, NAS ATIVIDADES DE: JOGOS ESCOLARES E EVENTOS CULTURAIS REALIZADOS NO MUNICÍPIO.	KM	MASSARANDUBATUR	40.000,00000	3,0500	122.000,00
11	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	CUSTO DO KM RODADO, REF. TRANSPORTE DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO, NAS ATIVIDADES DE: VIAGENS DE ESTUDO MUNICIPAIS.	KM	MASSARANDUBATUR	40.000,00000	3,0500	122.000,00
12	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	CUSTO DO KM RODADO, REF. TRANSPORTE DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO, NAS ATIVIDADES DE: VIAGENS DE ESTUDO INTERMUNICIPAIS.	KM	MASSARANDUBATUR	40.000,00000	4,2500	170.000,00
13	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	CUSTO DO KM RODADO, REF. TRANSPORTE PARA CLUBES DA TERCEIRA IDADE DO MUNICIPIO, NOS TRAJETOS DE IDAE VOLTA EM VIAGENS MUNICIPAIS.	KM	MASSARANDUBATUR	20.000,00000	3,0500	61.000,00
14	EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP	CUSTO DO KM RODADO, REF. TRANSPORTE PARA CLUBES DA TERCEIRA IDADE DO MUNICIPIO, NOS TRAJETOS DE IDAE VOLTA EM VIAGENS INTERMUNICIPAIS.	KM	MASSARANDUBATUR	20.000,00000	4,2500	85.000,00
Total do Fornecedor: 3.624.300,00							
Total Geral dos Itens: 3.624.300,00							

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 04 (quatro) anos é de R\$ R\$ 3.624,300 (TRES MILHOES E SEISCENTOS E VINTE E QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da ata de registro de preço ou contrato. A Ata poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo,

desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do término conforme prescreve o Decreto Municipal nº. 2051 de outubro de 2010, art. 4º §2º.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços,



podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 88/2012 - Pregão Presencial Nº. 37/2012.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 88/2012 - Pregão Presencial Nº. 37/2012 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão no 10º. (décimo) dia do mês subsequente através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestadas pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. A entrega dos serviços acontecerá com o início das aulas, calendário fornecido pela Secretaria de Educação Municipal ou Fundo Municipal de Assistência Social, e após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: conforme itinerário.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93, caso a contratada descumprir as obrigações assumidas, poderá a Administração Municipal, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

6.7.1. Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para o caso de ocorrer desistência do mesmo, bem como a recusa injustificada ou desinteresse na assinatura.

6.7.2. No caso de atraso nos horários pré-estabelecidos no itinerário, ou negligência na prestação dos serviços, será aplicada multa diária de 0,5%, calculado sobre o valor global do contrato.

6.7.3. Multa de 1% ao dia, sobre o valor global do contrato, no caso de paralisação superior a 02 (dois) dias na execução dos serviços.

6.2. Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

6.2.1. Advertência escrita;

6.2.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato calculados sobre o valor total do mês à receber;

6.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pública pelo prazo de (02) anos;

6.2.4. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3. Os valores das multas serão descontados de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Massaranduba, não se efetuando qualquer pagamento, enquanto a referida multa não houver sido paga ou relevada a penalidade aplicada ou ainda, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

7.3. O valor do transporte estabelecido pela presente ata somente poderá ser reajustado com acordo entre as partes, observando o índice autorizado pelo DETER e correspondente ao período de vigência da mesma.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após

01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A CONTRATADA assume nesta oportunidade as seguintes obrigações:

a) Recolher os estudantes em locais pré-determinados, transportando-os até a referida Universidade, conforme itinerário.

b) Utilizar veículos em perfeitas condições de tráfego, vistoriados pelo Deter, a fim de garantir a total segurança dos passageiros, e a obediência integral aos horários estabelecidos, sob pena de ressarcimento dos respectivos prejuízos a CONTRATANTE.

c) Manter seguros de vida e invalidez dos passageiros transportados, de acordo com a legislação pertinente.

d) Manter os veículos em perfeitas condições de uso, limpos, equipados com poltronas confortáveis, cintos de segurança, oferecendo conforto e segurança aos passageiros, observando as normas do transporte coletivo de passageiros.

e) Prestar os serviços com assiduidade, respeitando os horários e pontos pré-estabelecidos no itinerário.

f) Prestar os serviços com veículos e motoristas devidamente habilitados conforme os requisitos exigidos pela Legislação de Trânsito.

g) Transportar os passageiros, não excedendo os limites máximos de velocidade e capacidade de carga.

h) Manter durante o prazo de execução do Contrato ou Ata de Registro de Preço, as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação, encaminhando periodicamente a Prefeitura Municipal, cópia das negativas que por ventura se encontrarem vencidas, sob pena de rescisão ou retenção de pagamentos até a normalização.

i) Providenciar imediatamente, no caso de eventuais defeitos

mecânicos apresentados pelo veículo, a sua recuperação, e simultaneamente efetuar a sua substituição por outro veículo, idêntico ou em melhores condições de uso, enquanto perdurar o impedimento do outro.

j) Apresentar periodicamente e sempre que for exigido, os veículos para a vistoria técnica, comprometendo-se a sanar eventuais irregularidades no prazo determinado pela CONTRATANTE.

k) Assumir a total responsabilidade por seus empregados e/ou prepostos que venham a executar os serviços decorrentes do presente contrato, sendo que o CONTRATANTE não terá nenhuma relação ou vínculo contratual de natureza trabalhista com os condutores dos veículos, cuja responsabilidade serão tão somente da CONTRATADA, sendo este titular responsável pelos direitos, obrigações e eventuais ações decorrentes, pagamento de salários e demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas ou derem causa, quando em serviço, na forma como é expressa e considerada nos artigos 3º. e 6º do Regulamento de Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovados pelo Decreto nº. 61.784,/67.

l) Responsabilizar-se pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando a CONTRATADA de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

m) Responsabilizar-se direta e exclusivamente pela execução deste contrato, conseqüentemente, responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

n) Responsabilizar-se pela verificação de todo o procedimento para cumprimento do objeto, não se admitindo, em nenhuma hipótese que a prestação dos serviços seja fora dos padrões exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 88/2012, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 19 de Dezembro de 2012.

PREFEITURA MASSARANDUBA

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

EMPRESA DE ONIBUS MASSARANDUBATUR LTDA -EPP

SERGIO ROBERTO HARGER

Sócio Proprietário

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Lei Nº 1535/2012

LEI Nº 1535/2012

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Morro da Fumaça para o exercício de 2013 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais), da seguinte forma:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 29.465.000,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais);

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 9.535.000,00 (nove milhões quinhentos e trinta e cinco mil reais);

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 35.580.000,00 (trinta e cinco milhões e quinhentos e oitenta mil reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal – Poder Executivo em R\$ 27.015.000,00 (vinte e sete milhões e quinze mil reais) e em R\$ 8.565.000,00 (oito milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Fundo Municipal de Assistência Social, para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, para o Fundo Municipal de Esporte e Turismo, para a Fundação Municipal do Meio Ambiente e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES	34.320.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.175.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.000.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	270.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	80.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.783.000,00
9.7	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(4.620.000,00)
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	632.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	1.260.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	510.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	650.000,00
	TOTAL:	35.580.000,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02	GABINETE DO PREFEITO	400.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.115.500,00
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA	905.000,00
07	SECRET. DE OBRAS, PLAN. DESENV. ECONÔMICO	7.883.000,00
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	13.716.500,00
11	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	980.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00
SOMA:		27.015.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS		8.565.000,00
TOTAL:		35.580.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	3.515.500,00
06	Segurança Pública	209.000,00
12	Educação	13.531.500,00
13	Cultura	185.000,00
15	Urbanismo	2.760.000,00
16	Habitação	80.000,00
17	Saneamento	50.000,00
20	Agricultura	905.000,00
25	Energia	1.100.000,00
26	Transporte	3.684.000,00
28	Encargos Especiais	980.000,00
99	Reserva de Contingência	15.000,00
SOMA:		27.015.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS		8.565.000,00
TOTAL:		35.580.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	23.394.500,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.234.000,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.060.500,00
4.4.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS	3.205.500,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00

9.9.99.99.00.00	Reserva de Contin- gência	15.000,00
SOMA:		27.015.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS		8.565.000,00
TOTAL:		35.580.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA para o exercício de 2013, estima a Receita em R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	2.560.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	210.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	35.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.315.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	140.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	135.000,00
SOMA:		2.700.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		4.800.000,00
SOMA:		7.500.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.500.000,00
SOMA:		7.500.000,00
TOTAL:		7.500.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	7.500.000,00
SOMA:		7.500.000,00
TOTAL:		7.500.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	7.050.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.593.900,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	346.100,00
	DESPESAS DE CAPITAL	450.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	450.000,00
TOTAL:		7.500.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MORRO DA FUMAÇA para o exercício de 2013, estima a Receita em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras - Extra-Orçamentárias, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	475.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	7.100,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	11.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	457.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	25.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	25.000,00
SOMA:		500.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.500.000,00
TOTAL:		2.000.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MORRO DA FUMAÇA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

13	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000.000,00
SOMA:		2.000.000,00
TOTAL:		2.000.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000.000,00
SOMA:		2.000.000,00
TOTAL:		2.000.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.864.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	671.900,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.192.100,00
	DESPESAS DE CAPITAL	136.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	136.000,00
TOTAL:		2.000.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 5º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA DE MORRO DA FUMAÇA para o exercício de 2013, estima a Receita em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 35.000,00

(trinta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras - Extra-Orçamentárias, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	20.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.000,00
SOMA:		20.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		15.000,00
TOTAL:		35.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA DE MORRO DA FUMAÇA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

14	FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA	35.000,00
SOMA:		35.000,00
TOTAL:		35.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.000,00
SOMA:		35.000,00
TOTAL:		35.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	35.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.000,00
TOTAL:		35.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO

Art. 6º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO DE MORRO DA FUMAÇA para o exercício de 2013, estima a Receita em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 400.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras - Extra-Orçamentárias, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	30.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	5.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.000,00

SOMA:	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	370.000,00
TOTAL:	400.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO DE MORRO DA FUMAÇA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

16	FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO	400.000,00
SOMA:		400.000,00
TOTAL:		400.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

15	Urbanismo	15.000,00
27	Desporto e Lazer	385.000,00
SOMA:		400.000,00
TOTAL:		400.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	325.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	250.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	75.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	75.000,00
TOTAL:		400.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA - FUMAF

Art. 7º - O Orçamento da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA - FUMAF para o exercício de 2013, estima a Receita em R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras - Extra-Orçamentárias, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	120.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	94.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	8.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00
SOMA:		130.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		170.000,00
TOTAL:		300.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO

AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA - FUMAF, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA – FUMAF	300.000,00
SOMA:		300.000,00
TOTAL:		300.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18	GESTÃO AMBIENTAL	300.000,00
SOMA:		300.000,00
TOTAL:		300.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	265.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	140.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	35.000,00
TOTAL:		300.000,00

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO DE MORRO DA FUMAÇA

Art. 8º - O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA para o exercício de 2012 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 1.750.000,00 (hum milhão, setecentos e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.750.000,00 (hum milhão, setecentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras - Extra-Orçamentárias, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Recebida da PREFEITURA	1.750.000,00
SOMA:	1.750.000,00
TOTAL:	1.750.000,00

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

5	CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA	1.750.000,00
SOMA:		1.750.000,00
TOTAL:		1.750.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	LEGISLATIVA	1.750.000,00
SOMA:		1.750.000,00
TOTAL:		1.750.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.691.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.450.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	241.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	59.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	59.000,00
TOTAL:		1.750.000,00

Art. 9º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

99	Reserva de Contingência	15.000,00
	TOTAL:	15.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se por “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 10 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados dentro do mesmo Projeto ou Atividade, até o limite de seu saldo, verificada ainda a vinculação dos recursos.

Art. 11 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas, se estiverem assegurados o ingresso dos recursos no fluxo de caixa.

Art. 13 - Por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 14 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - Durante o Exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 16 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e/ou similares com os governos Federal, Estadual e municipais circunvizinhos, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município.

Art. 18 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por Ato do Chefe do Poder Executivo, em especial quando determinadas pelos órgãos de controle externo.

Art. 19 - Integram esta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4.320/64 e os ANEXOS pertinentes, vinculados ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e os exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 20 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.335/2009 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

§1º - Na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 - Lei Municipal nº. 1533/2012, ficam autorizadas as seguintes alterações nas metas fiscais, que constarão da Lei Orçamentária Anual para 2013 com os valores ajustados da seguinte forma:

I - Acréscimo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) na Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00 - 0.1.0109, acréscimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00 - 0.1.0109, acréscimo de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) na Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00 - 0.1.0109, todas no Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção do Poder Legislativo, Órgão Câmara Municipal.;

II - Redução de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) na Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00 - 0.1.0109, no Projeto/Atividade 1.002 - Aquisição de Veículo, Órgão Câmara Municipal.;

III - Redução de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) na Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00 - 0.1.0109, no Projeto/Atividade 1.001 - Aquisição de Área e Construção da Sede Própria, Órgão Câmara Municipal.;

IV - Redução de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00 - 0.1.0109, no Projeto/Atividade 2.004 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento,

Órgão Secretaria de Administração e Finanças.

§2º - Os valores do Plano Plurianual 2010/2013 para o exercício de 2013, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, no que couber.

Art. 21 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício de 2013, a partir de 1º de janeiro, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,
em 11 de Dezembro de 2012.
BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1536/2012.

LEI Nº 1536/2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRORROGAR POR TEMPO DETERMINADO OS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BALTAZAR PELLEGRIN, prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art.1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a efetuar a prorrogação dos contratos de prestação de serviços, por tempo determinado, dos servidores admitidos mediante processo seletivo 001/2010.

Art.2º O período de validade da seleção simplificada realizada nos termos do Edital nº 001/2010, pelo prazo de 3 meses.

Art.3º Deverão ser mantidas, na prorrogação, todas as condições inicialmente requeridas para a formalização do contrato inicial.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 11 de Dezembro de 2012.
BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1537/2012.

LEI Nº 1537/2012.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA DO EXERCÍCIO DE 2.012.

BALTAZAR PELLEGRIN, prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento Da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão 17: Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade 2.070: Manutenção da Fundação Municipal do meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.0.109 (01) - Aplicações Diretas R\$ 56.000,00

TOTAL R\$ 56.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.

I - Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 04: Secretaria de Administração e Finanças

Atividade 2.004: Manutenção da Secretaria de Adm. e Planejamento

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.0.109 (01) - Aplicações Diretas R\$ 56.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 11 de Dezembro de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1538/2012.

LEI Nº 1538/2012.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA DO EXERCÍCIO DE 2.012.

BALTAZAR PELLEGRIN, prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento da Secretaria Municipal da Educação e Cultura no valor de R\$ 447.150,10 (quatrocentos e quarenta e sete mil cento e cinquenta reais e dez centavos), conforme abaixo discriminado:

Órgão 10: Secretaria de Educação e Cultura

10.01: Secretaria de Educação e Cultura

10.01.12.361.0007.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00- Aplicações Diretas R\$ 447.150,10

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10: Secretaria de Educação e Cultura

10.01: Secretaria de Educação e Cultura

10.01.12.365.0007.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00- Aplicações Diretas R\$ 347.150,10

10.01.12.361.0007.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00- Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.01.12.361.0007.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00- Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 11 de Dezembro de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 176/2012 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2012 PMN

REPUBLICAÇÃO

Devido a falta de fornecedores interessados no P.P 176/2012 PMN que tem como OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM PLAINA, TORNO, MONTADOR COM AQUISIÇÃO DE PEÇAS (CHAPAS, BARRAS REDONDAS, ELETRODOS E OUTROS) PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações que fica a mesma republicada para: Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 08/01/2013 Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 08/01/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 20 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 198/2012 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 198/2012 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE KIT DE UNIFORMES ESCOLARES DE INVERNO E VERÃO, TÊNIS E MEIAS, DESTINADOS AOS ALUNOS DAS ESCOLAS E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC. Data da entrega dos envelopes: até às 13:40 hs do dia 08/01/2013. Abertura envelopes: às 13:50 hs do dia 08/01/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 20 de dezembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 232/2012 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 232/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA ME
Valor : 248.150,40 (duzentos e quarenta e oito mil cento e cinquenta reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 23/10/2012 Término: 21/02/2013
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 87/2011
Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00 (138)

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 194/2011, CUJO OBJETO É PROMOVER A ALTERAÇÃO NO CONTRATO ORIGINAL FIRMADO ENTRE AS PARTES NO QUE SE REFERE AO PRAZO, NA QUAL VIGORARÁ DE 24 DE OUTUBRO ATÉ 21 DE FEVEREIRO DE 2013.

NAVEGANTES, 19 de Dezembro de 2012

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 234/2012 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 234/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA ME
Valor : 328.148,66 (trezentos e vinte e oito mil cento e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos)
Vigência : Início: 22/11/2012 Término: 21/02/2013
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 87/2011
Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00 (138)

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 200/2011, CUJO OBJETO É PROMOVER A ALTERAÇÃO NO CONTRATO ORIGINAL FIRMADO ENTRE AS PARTES NO QUE SE REFERE AO PRAZO, NA QUAL VIGORARÁ DE 23 DE NOVEMBRO ATÉ 21 DE FEVEREIRO DE 2013.

NAVEGANTES, 19 de Dezembro de 2012

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 249/2012 FMS

Extrato de Contrato
Prefeitura Municipal de Navegantes
Contrato Nº.: 249/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : MINISTER CONSTRUTORA LTDA
Vigência : Início: 01/01/2013 Término: 28/02/2013
Licitação : Concorrência Nº 37/2012
Recursos : Dotação: 1.065.4490(134) 249/2012 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidade de Saúde. Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 76/2012, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E PELA EMPRESA MINISTER CONSTRUTORA LTDA - ME, REFERENTE Á REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS.

NAVEGANTES, 19 de dezembro de 2012

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 252/2012 FMS

Extrato de Contrato
Prefeitura Municipal de Navegantes
Contrato Nº.: 252/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : MINISTER CONSTRUTORA LTDA
Vigência : Início: 01/01/2013 Término: 28/02/2013
Licitação : Concorrência Nº 36/2012
Recursos : Dotação: 1.065.4490(134) 252/2012 - Reforma e Ampliação da Policlínica de Machados. Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2012, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E PELA EMPRESA MINISTER CONSTRUTORA LTDA - ME, REFERENTE Á REFORMA E AMPLIAÇÃO DA POLICLÍNICA DE MACHADOS.

NAVEGANTES, 19 de dezembro de 2012

Palhoça

PREFEITURA

Decreto Nº 1.457, de 19 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº. 1.457, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NATALINO E DE ANO NOVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E EXPEDIENTE EXTERNO MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Os dias 24 e 31 de dezembro de 2012 ficam declarados como Ponto Facultativo, em razão das comemorações natalinas e de ano novo, respectivamente, que ocorrerão nos dias 25 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2013.

Art. 2º Nos dias 26, 27 e 28 de dezembro de 2012 não haverá expediente externo, que compreende o atendimento ao público

§ 1º Na datas previstas no caput deste artigo a Prefeitura Municipal trabalhará em regime de plantão, devendo cada Secretário convocar os servidores responsáveis para encerramento do exercício.

§ 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo 1º serão garantidos pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Art. 3º Este Decreto entra em vigência a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº 009/2012.
PORTARIA Nº 009/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70 e 79, incisos IV e V da Lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicação Interna nº. 507/2012/SAS, expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social,

Considerando Ofício n. 1223/2012/01PJ/PAL, expedido pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça - Defesa da Infância e Juventude,

Considerando Ofício n. 1224/2012/01PJ/PAL, expedido pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça - Defesa da Infância e Juventude,

RESOLVE

1.0 RETIFICAR, onde se lê Art. 213, letra "b", lê-se Art.210, letra "b" - supostamente cometido pelo servidor M. L. DA S., com matrícula 100.273, em razão de, nos termos dos indícios apontados nos autos, a saber, "desrespeitar verbalmente ou por atos, pessoas do seu relacionamento profissional ou do público".

Palhoça - SC, em 17 de dezembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal de Palhoça

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º066/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º066/2012 – Pregão Presencial 034/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. OBJETO: Aquisição de cargas de oxigênio medicinal, para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento e SAMU. DATA: 21/06/2012 a 21/06/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	90	carga	Carga de oxigênio medicinal para cilindro de ferro de 7,00m	Air liuide	R\$ 146,30	R\$ 13.167,00
2	280	carga	Carga de oxigênio medicinal para cilindro de alumínio de 1,00m³	Air liquide	R\$ 60,50	R\$ 16.940,00

3	200	carga	Carga de oxigênio medicinal para cilindro de alumínio de 4,00m³	Air liquide	R\$ 115,00	R\$ 23.000,00
VALOR TOTAL R\$ 53.107,00						

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto Nº. 058/2012

DECRETO Nº. 058/2012

Fixa o horário de atendimento ao público nos dias 21, 26, 27 e 28 de dezembro de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições legais e constitucionais, e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - O expediente interno no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes acontecerá nos dias 21, 26, 27 e 28 de dezembro, em função do fechamento das contas referentes ao ano de 2012 e do encerramento do mandato;

Art. 2º - As demais repartições públicas funcionarão com atendimento ao público de forma recorrente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 20 de dezembro de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 21 de dezembro de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Sec. Mun. de Administração

Porto Belo

PREFEITURA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2012

Objeto: Aquisição de obra literária e outros - Declaração de Excludibilidade - Câmara Brasileira do Livro - Hipótese de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso I, do artigo 25 da Lei 8.666/93. Contratado: BRASIL SUSTENTÁVEL EDITORA LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.015.154/0001-04, com sede na Rua Major Sertório, 200- - Conjunto 92, Vila Buarque, São Paulo, Capital. VALOR GLOBAL: O valor global é de R\$208.840,00 (Duzentos e oito mil e oitocentos e quarenta reais).

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de dezembro de 2012.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Editais de Notificação do Simples Nacional
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL

O Município de Porto Belo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede vem na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2.500, Bairro Centro, Porto Belo/SC, vem através deste, NOTIFICAR, as empresas abaixo relacionadas, para que as mesmas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta, regularizem seu cadastro e/ou pendências fiscais junto ao município, nos termos do artigo 31, parágrafo 2º da Lei Complementar nº 123/2006, e suas posteriores alterações, sob pena de exclusão do regime especial de tributação (SIMPLES NACIONAL) para o exercício de 2013.

ANEXO ÚNICO DO EDITAL NOTIFICAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL Nº 11/2012

08.018.517/0001-46
07.969.727/0001-20
11.159.292/0001-26
11.253.691/0001-51
10.992.693/0001-08
11.658.356/0001-33
12.726.490/0001-97
26.955.347/0001-28
16.957.420/0001-09
16.955.032/0001-80
16.920.730/0001-40
16.982.705/0001-91
01.551.995/0001-41
04.659.429/0001-46
01.281.726/0001-02
16.807.371/0001-10
16.795.526/0001-45
16.772.066/0001-30
16.761.458/0001-01
16.762.736/0001-37
16.781.995/0001-05
16.830.017/0001-06
16.706.065/0001-97
16.726.355/0001-00
16.644.066/0001-54
16.537.742/0001-90
16.456.326/0001-68
16.383.164/0001-85
16.403.631/0001-91
02.231.260/0001-01
03.923.511/0001-73
01.660.683/0002-57
01.613.029/0002-92
05.539.657/0001-45
03.893.338/0001-08
03.893.413/0001-30
05.552.136/0001-28
01.101.132/0002-53
02.161.229/0001-33
03.851.480/0001-92
03.842.376/0001-31
02.154.296/0001-20
02.145.554/0001-02
02.864.054/0001-20
05.433.030/0001-05
02.085.069/0001-55
02.076.814/0001-35

05.438.606/0001-27
05.469.534/0001-85
00.487.584/0001-71
05.455.468/0001-94
02.093.728/0001-30
03.777.788/0001-35
36.954.360/0001-70
06.290.082/0001-32
04.592.215/0001-08
06.255.560/0001-73
74.145.160/0001-65
74.005.620/0001-50
01.191.415/0001-52
73.837.478/0001-44
73.930.240/0001-69
02.787.987/0001-61
01.153.979/0001-09
01.120.987/0001-40
73.293.771/0001-98
73.306.623/0001-60
73.279.341/0001-11
06.170.093/0001-89
02.680.719/0001-46
02.677.330/0001-41
06.091.428/0001-73
01.058.074/0001-41
02.665.862/0001-69
06.072.051/0001-05
06.077.280/0001-12
06.079.369/0001-18
06.036.794/0001-20
04.357.101/0001-75
06.034.659/0001-45
06.030.193/0001-00
06.012.016/0001-09
05.984.709/0001-92
05.948.024/0001-90
00.920.064/0001-00
04.273.008/0001-82
02.555.945/0001-03
04.275.614/0001-37
05.906.564/0001-01
04.206.135/0001-69
05.840.507/0001-77
02.449.978/0001-60
02.439.356/0001-51
04.143.029/0001-83
05.726.950/0001-11
04.359.913/0003-11
04.066.797/0001-80
02.348.310/0001-27
04.043.258/0001-26
00.690.066/0001-50
05.677.302/0001-12
04.002.511/0001-01
02.293.795/0001-07
02.291.799/0001-48
05.655.534/0001-70
02.295.501/0001-78
00.682.874/0001-76
05.626.336/0001-88
02.279.076/0001-23
03.982.231/0001-36
03.978.487/0001-70
14.590.655/0001-71
14.546.893/0001-80
14.551.806/0001-82
14.553.604/0001-70
14.555.281/0001-53

14.583.564/0001-09	15.281.357/0001-62
14.570.942/0001-10	15.274.605/0001-48
14.650.100/0001-78	15.240.897/0001-06
14.650.379/0001-90	15.239.272/0001-16
14.630.995/0001-89	15.235.711/0001-12
14.664.250/0001-30	15.422.254/0001-75
14.656.191/0001-59	15.446.892/0001-26
14.605.905/0001-08	15.422.059/0001-45
14.625.371/0001-73	15.374.989/0001-70
14.469.551/0001-03	15.375.276/0001-21
14.456.191/0001-05	15.456.875/0001-70
14.418.439/0001-43	15.609.974/0001-44
14.414.522/0001-44	15.637.257/0001-26
14.433.167/0001-50	15.588.772/0001-63
14.424.896/0001-40	15.52.3552/0001-51
14.491.380/0001-19	15.529.641/0001-05
14.491.907/0001-05	15.534.918/0001-98
14.484.386/0001-69	15.544.487/0001-40
14.502.630/0001-79	15.545.691/0001-86
14.520.698/0001-80	15.768.397/0001-33
14.785.990/0001-25	15.744.771/0001-60
14.779.225/0001-00	10.233.388/0002-05
14.771.790/0001-13	11.478-540/0001-00
14.760.331/0001-34	86.974.748/0002-91
14.736.013/0001-38	12.803.098/0001-02
14.738.401/0001-58	11.370.332/0001-84
14.009.330/0002-33	13.978.651/0001-00
14.672.946/0001-09	04.659.047/0001-12
14.676.304/0001-88	11.486.691/0001-00
14.680.788/0001-39	02.926.686/0001-71
14.668.069/0001-00	11.760.875/0001-08
14.672.242/0001-36	07.201.396/0001-84
14.672.487/0001-63	04.930.330/0001-37
14.703.451/0001-08	11.077.604/0001-52
14.688.132/0001-62	11.984.353/0001-90
14.688.913/0001-57	14.057.985/0001-04
14.691.510/0001-67	12.833.637/0001-48
14.712.205/0001-04	10.441.248/0002-22
14.718.344/0001-45	06.925.968/0001-05
14.723.545/0001-30	12.137.860/0001-50
14.935.355/0001-87	11.026.567/0001-53
14.941.250/0001-30	11.681.551/0001-84
14.973.989/0001-24	07.310.719/0001-78
14.786.391/0001-26	10.947.718/0001-43
14.794.766/0001-08	04.818.326/0001-81
14.842.657/0001-00	07.252.967/0001-00
14.882.582/0001-91	11.260.266/0001-90
14.873.565/0001-98	07.239.780/0001-76
14.896.703/0001-54	07.310.724/0001-80
15.035.833/0001-65	06.974.258/0001-75
15.026.097/0001-08	10.980.264/0001-02
14.998.489/0001-47	11.060.964/0001-41
15.022.179/0001-55	10.947.940/0001-46
14.998.210/0001-25	75.290.585/0001-20
15.108.370/0001-14	13.848.545/0001-02
15.069.725/0001-03	11.473.874/0001-82
12.314.215/0002-47	14.069.525/0001-98
15.136.549/0001-85	12.754.136/0001-76
15.210.679/0001-10	12.744.237/0001-66
15.180.804/0001-97	12.784.048/0001-17
15.321.174/0001-23	11.622.707/0001-56
15.326.737/0001-76	04.803.882/0001-84
01.664.394/0002-26	11.406.148/0001-47
15.332.651/0001-56	80.099.195/0001-08
15.367.398/0001-76	06.925.695/0001-07
15.367.538/0001-06	13.386.168/0001-29
15.342.705/0001-64	06.820.918/0001-63
15.351.557/0001-44	80.453.996/0001-20
15.301.346/0001-05	73.973.679/0001-79

06.339.557/0001-38	13.461.076/0001-66
02.937.496/0001-50	13.234.952/0001-11
12.717.299/0001-89	12.708.390/0001-38
13.021.663/0001-34	12.824.634/0001-48
03.023.202/0001-47	08.969.228/0002-87
07.264.218/0001-00	14.022.240/0001-00
13.311.437/0001-98	14.019.305/0001-50
11.205.013/0001-13	13.834.341/0001-04
11.495.619/0001-30	13.678.682/0001-38
11.293.728/0001-75	12.740.566/0001-39
10.958.187/0001-94	12.644.192/0001-58
11.252.498/0001-04	13.020.568/0001-16
14.373.511/0001-63	12.967.636/0001-96
11.517.747/0001-38	12.970.058/0001-47
13.809.485/0001-00	13.060.189/0001-50
12.692.230/0001-48	13.863.296/0001-16
13.030.972/0002-51	97.521.826/0001-38
13.214.183/0001-90	13.936.413/0001-24
01.397.707/0001-46	14.289.327/0001-30
06.967.559/0001-71	14.289.577/0001-70
78.995.016/0001-79	14.251.747/0001-27
85.332.633/0004-00	04.844.427/0001-27
11.006.294/0001-85	14.391.011/0001-54
80.448.046/0001-07	04.848.996/0001-40
01.370.296/0001-03	14.385.530/0001-00
10.948.775/0002-28	14.280.763/0001-48
12.726.466/0001-58	14.366.409/0001-30
80.726.920/0001-20	14.360.302/0001-85
14.218.345/0001-20	14.196.592/0001-73
13.817.482/0001-19	14.193.620/0001-07
03.234.244/0001-27	04.856.767/0001-78
11.025.602/0001-10	11.982.570/0001-40
10.590.721/0001-52	12.118.356/0001-03
13.393.926/0001-36	12.119.611/0001-32
11.444.131/0001-84	11.999.136/0001-73
12.588.044/0001-63	11.966.003/0001-09
14.572.553/0001-23	12.017.960/0001-43
15.799.886/0001-52	12.000.123/0001-01
15.701.804/0001-95	12.056.942/0001-70
15.727.030/0001-71	12.067.253/0001-61
14.269.456/0001-66	14.074.591/0001-56
04.834.683/0001-33	14.068.636/0001-80
15.717.841/0001-91	13.870.900/0001-31
12.740.769/0001-25	12.614.642/0001-60
12.000.712/0001-90	80.433.451/0001-51
11.673.539/0001-28	04.705.680/0001-08
11.493.091/0001-60	13.988.935/0001-70
11.530.927/0001-50	13.999.148/0001-23
12.687.928/0001-75	14.013.420/0001-17
14.397.206/0001-01	13.341.736/0001-75
12.674.166/0001-72	13.013.803/0001-22
14.161.380/0001-50	14.209.362/0001-00
13.632.860/0001-90	11.284.580/0001-02
13.482.154/0001-09	11.346.703/0001-92
14.115.698/0001-03	11.497.804/0001-64
13.442.605/0001-84	14.218.810/0001-23
12.004.012/0001-73	12.832.876/0001-83
12.692.330/0001-74	97.533.127/0001-08
14.207.471/0001-80	14.393.688/0001-21
14.208.996/0001-30	97.533.690/0001-86
15.872.246/0001-20	13.090.397/0001-00
01.311.469/0001-25	14.366.584/0001-28
13.894.116/0001-63	14.278.131/0001-40
11.910.533/0001-27	13.515.265/0001-74
11.897.067/0001-97	13.720.612/0001-09
11.901.762/0001-85	13.414.995/0001-89
11.809.741/0001-34	12.768.840/0001-88
11.790.434/0001-59	12.741.563/0001-10
14.300.880/0001-26	13.160.779/0001-54

13.436.959/0001-16	09.485.805/0001-47
13.415.744/0001-19	09.495.311/0001-43
13.828.187/0001-68	09.526.374/0001-10
12.075.030/0001-46	09.612.700/0001-01
12.081.325/0001-25	09.614.949/0001-56
12.184.916/0001-28	09.631.040/0001-06
12.162.980/0001-08	09.568.492/0001-90
12.220.895/0001-59	09.013.267/0002-79
12.195.886/0001-55	10.142.039/0001-05
05.782.139/0002-39	10.016.282/0001-79
12.188.638/0001-87	09.722.650/0001-15
12.192.788/0001-64	08.876.950/0002-77
12.247.506/0001-89	09.720.097/0001-81
12.228.511/0001-44	09.639.424/0001-75
12.228.484/0001-00	10.237.175/0001-70
12.225.922/0001-86	10.233.388/0001-24
12.278.774/0001-68	10.214.378/0001-41
12.287.899/0001-54	83.051.508/0002-27
12.248.297/0001-98	10.172.859/0001-31
12.278.110/0001-07	10.273.999/0001-04
12.271.944/0001-82	10.280.696/0001-00
12.315.957/0001-06	73.837.478/0002-25
12.295.787/0001-45	10.305.926/0001-49
12.350.718/0001-97	10.304.452/0001-10
11.030.652/0002-76	10.296.712/0001-53
12.334.745/0001-76	10.415.751/0001-22
12.470.771/0001-21	10.418.030/0001-76
12.493.774/0001-80	10.400.651/0001-22
12.442.128/0001-94	10.421.140/0001-97
12.432.866/0001-50	10.422.072/0001-80
12.428.508/0001-74	10.345.268/0001-19
12.428.576/0001-33	10.345.277/0001-00
12.398.374/0001-96	10.364.747/0001-82
12.386.365/0001-85	10.498.159/0001-31
12.391.225/0001-03	10.473.415/0001-36
12.364.033/0001-08	10.474.386/0001-27
02.367.338/0001-65	10.467.095/0001-01
12.378.332/0001-93	10.467.951/0001-29
12.407.164/0001-17	10.469.586/0001-91
12.405.464/0001-67	10.532.389/0001-70
12.413.827/0001-06	10.522.747/0001-63
12.422.050/0001-46	10.526.035/0001-12
12.523.625/0001-17	10.526.356/0001-17
12.513.970/0001-70	00.442.045/0002-05
12.519.197/0001-59	10.509.166/0001-91
12.520.893/0001-85	10.569.716/0001-68
12.558.675/0001-30	10.557.552/0001-59
12.541.828/0001-36	10.560.196/0001-22
09.020.244/0001-00	05.924.681/0002-89
12.560.691/0001-67	13.788.066/0001-30
09.176.054/0001-87	10.625.524/0001-21
09.141.205/0001-61	10.616.004/0001-52
09.159.453/0001-30	10.665.141/0001-87
09.161.585/0001-04	10.644.026/0001-26
09.135.352/0001-29	10.648.121/0001-06
09.053.998/0001-67	10.706.584/0001-79
09.041.176/0001-66	10.767.410/0001-16
03.331.017/0003-81	10.767.955/0001-22
09.213.342/0001-64	06.308.911/0002-48
09.235.932/0001-98	10.824.520/0001-72
09.241.471/0001-66	00.690.066/0002-31
09.266.852/0001-08	10.816.605/0001-09
05.298.265/0006-46	10.803.695/0001-01
09.303.540/0001-19	10.889.577/0001-50
09.369.436/0001-27	10.873.166/0001-76
09.385.932/0001-74	10.830.231/0001-86
09.442.533/0001-06	01.709.998/0001-60
09.442.777/0001-80	04.997.703/0001-97
09.430.035/0001-35	00.071.031/0001-33

00.119.286/0001-29
00.107.248/0001-56
05.026.705/0001-00
01.727.769/0001-79
00.102.526/0001-82
05.062.398/0001-04
03.420.165/0001-00
05.080.118/0001-90
03.461.751/0001-01
05.118.304/0001-71
00.179.075/0001-81
01.788.518/0001-02
05.135.763/0001-63
00.192.710/0001-60
05.129.552/0001-18
05.129.632/0001-73
03.487.390/0001-64
00.204.650/0001-59
00.214.109/0001-21
03.506.617/0001-71
03.519.336/0001-53
03.519.479/0001-65
03.547.280/0001-40
03.551.385/0001-73
05.215.735/0001-56
03.568.699/0001-89
95.243.812/0001-74
00.282.659/0001-88
01.910.170/0001-76
95.832.432/0001-75
95.799.367/0001-23
95.807.590/0001-75
95.857.892/0001-58
05.263.383/0001-04
95.848.909/0001-00
95.857.272/0001-19
00.303.866/0001-71
01.975.997/0001-68
00.369.779/0001-17
00.386.499/0001-17
02.015.450/0001-83
05.414.643/0001-03
05.423.544/0001-80
00.165.473/0002-20
03.732.537/0001-34
03.334.400/0001-21
03.316.822/0001-74
01.690.556/0001-10
04.940.682/0001-73
01.660.683/0001-76
83.617.159/0001-87
83.819.078/0001-60
85.107.340/0001-79
85.158.988/0001-74
85.178.101/0001-00
85.161.594/0001-75
85.194.363/0001-68
85.268.357/0001-08
85.352.714/0001-11
85.194.363/0001-68
85.352.714/0001-11
85.330.017/0001-60
85.329.852/0001-80
86.367.737/0001-62
86.705.829/0001-05
86.974.748/0001-00
86.983.863/0001-41
67.579.599/0001-30
91.508.846/0001-92

72.492.069/0001-90
72.449.556/0001-70
07.444.943/0001-52
07.446.120/0001-66
07.452.810/0001-28
07.459.152/0001-04
07.470.260/0001-70
07.454.047/0001-74
07.491.592/0001-30
07.479.326/0001-92
07.510.033/0001-20
07.505.238/0001-18
07.546.082/0001-13
07.546.612/0001-23
07.576.665/0001-97
07.579.700/0001-21
07.582.134/0001-07
07.610.258/0001-59
07.639.744/0001-08
07.654.945/0001-76
07.674.910/0001-07
07.686.194/0001-70
07.686.644/0001-24
07.730.220/0001-10
07.747.922/0001-06
07.805.390/0001-16
07.777.593/0001-46
07.858.611/0001-14
07.821.363/0001-37
07.826.305/0001-04
07.883.368/0001-94
07.933.361/0001-30
07.955.686/0001-13
07.959.531/0001-55
07.959.691/0001-02
07.964.536/0001-76
07.996.173/0001-50
08.197.622/0001-63
08.188.124/0001-54
08.174.391/0001-72
08.178.919/0001-81
08.144.250/0001-07
08.116.423/0001-83
08.156.067/0001-21
08.052.358/0001-70
08.086.013/0001-37
08.106.407/0001-00
08.325.412/0001-03
08.316.442/0001-53
08.273.552/0001-85
08.223.592/0001-12
08.227.424/0001-03
08.250.436/0001-40
08.265.767/0001-54
05.831.833/0002-07
08.273.287/0001-35
08.490.803/0001-83
08.455.626/0001-02
08.530.372/0001-31
08.531.607/0001-00
08.563.685/0001-96
08.417.617/0001-19
08.428.688/0001-17
08.386.318/0001-64
08.375.426/0001-31
01.676.746/0002-63
08.361.450/0001-11
03.176.706/0002-88
08.703.962/0001-19

08.735.437/0001-85
08.725.974/0001-44
08.753.579/0001-75
08.743.615/0001-10
08.609.930/0001-59
08.611.640/0001-40
08.585.126/0001-87
01.605.097/0002-00
08.828.044/0001-16
08.807.473/0001-07
08.793.064/0001-07
08.920.391/0001-74
08.896.127/0001-42
08.929.243/0001-10
08.936.087/0001-15
08.992.804/0001-26
08.896.127/0001-42
08.901.051/0001-04
08.929.243/0001-10
08.936.087/0001-15
08.992.804/0001-26
08.993.227/0001-97
82.169.889/0001-08
82.175.563/0001-85
82.864.109/0001-31
12.279.080/0001-45
12.471.887/0001-85
12.463.269/0001-93
12.540.628/0001-69
10.729.665/0001-94
10.844.761/0001-83
10.845.610/0001-40
05.167.322/0001-43
05.210.360/0001-31
95.805.040/0001-17
95.852.604/0001-72
00.376.842/0001-42
03.317.175/0001-15
83.293.779/0001-08
85.191.559/0001-07
85.401.842/0001-08
85.362.770/0001-37
07.459.049/0001-56
07.744.228/0001-35
07.780.700/0001-95
08.018.891/0001-15
08.237.425/0001-20
12.527.184/0001-21
09.154.384/0001-71
09.065.431/0001-00
09.263.135/0001-14
10.274.141/0001-56
07.423.380/0002-05
10.421.562/0001-62
02.519.909/0002-67
10.563.071/0001-56
10.542.501/0001-53
10.675.210/0001-33
00.151.798/0001-72
85.598.936/0001-19
07.538.741/0001-70
82.934.282/0001-69
10.526.356/0001-17
10.268.838/0001-14
95.795.852/0001-29
05.423.542/0001-90
03.636.980/0001-01
12.289.403/0001-81
72.256.266/0001-00

10.777.208/0001-75

Porto Belo, 20 de dezembro de 2012.
LUIZA SERPA DE JESUS
Prefeitura Municipal de Porto Belo
Secretaria da Fazenda
Setor de Tributação

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.076/2012

LEI Nº 4.076, de 19 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435/2011.

Parágrafo único. Os benefícios eventuais subsidiários não poderão ser cumulados com aqueles instituídos pelas Leis nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, e nº 10.458, de 14 de maio de 2002. (Redação dada pela Lei nº 12.435/2011).

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435/2011).

§ 1º Para efeito da concessão destes benefícios, considera-se família o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto e que possuem vínculos de parentesco ou de afetividade.

§ 2º O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socio-assistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social e material.

§ 3º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.

§ 4º É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 5º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 6º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo social e/ou parecer, elaborado por Assistente Social, que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais - CRAS e CREAS - e/ou Assistente Social de referência, vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, responsável pela concessão dos benefícios eventuais.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias

com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a ¼ (um quarto) salário mínimo nacional, e será concedido conforme parágrafo 6º do Art. 2º desta Lei e demais benefícios referente ao item III do artigo 5º.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios do Art. 4º, o servidor do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Assistente Social, responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, vinculado ao órgão gestor, poderá conceder o benefício mediante justificativa.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I- auxílio natalidade;

II- auxílio funeral;

III- aluguel social;

IV- outros benefícios eventuais (cesta básica, leite comum, 2º via de documentos, fotografias para documentos, passagens de retorno ao domicílio e para inclusão no mundo do trabalho e outros), instituídos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que visam atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária e situações de calamidade pública, os quais deverão estar de acordo com o art. 8º e 9º da presente Lei, nos termos do artigo 2º.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá determinadas necessidades do recém nascido (kit enxoval), mediante condições específicas analisadas pelo Assistente Social.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I- se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II- se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III- comprovante de residência;

IV- comprovante de renda de todos os membros familiares;

V- documentos pessoais (CPF, RG e Carteira de Trabalho).

Art. 7º O auxílio funeral atenderá com valor a ser custeado de até 01 (um) salário mínimo nacional vigente:

I- a despesa de urna funerária, velório e sepultamento;

II- a necessidade urgente da família para enfrentar riscos e vulnerabilidade advindas da morte de seus provedores ou membros.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I- atestado de óbito;

II- comprovante de residência;

III- comprovante de renda familiar;

IV- documentos pessoais (CPF e RG).

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 (trinta) dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social, que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º Quando se tratar de usuário de Política de Assistência Social

que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

Art. 8º O auxílio aluguel social atenderá com valor a ser custeado de até 01 (um) salário mínimo nacional vigente e será concedido em situações de calamidades públicas providas de sinistros, desastres da natureza como enchentes, vendavais, chuva de granizo.

Parágrafo único. São documentos essenciais para concessão do auxílio aluguel social:

I- comprovante de residência;

II- comprovante de renda familiar;

III- documentos pessoais (CPF, RG e Carteira de Trabalho).

Art. 9º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I- riscos: ameaças de sérios padecimentos;

II- perdas: privação de bens e de segurança material;

III- danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I- da falta de:

a) acesso a condições de meios para suprir as necessidades sociais cotidianas temporárias do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação, conforme artigo 2º da presente Lei.

b) documentação;

c) domicílio.

II- da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III- de desastres e de calamidade pública.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I- comprovante de residência;

II- comprovante de renda familiar;

III- documentos pessoais (CPF e RG).

§ 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social realizado.

§ 4º O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de vulnerabilidade temporária será definido a partir da realização do estudo social.

Art. 10. Para atendimento de vítimas de calamidade pública, poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do artigo 22 da Lei nº 8.742/1993.

§ 1º Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública:

I- comprovante de residência;

II- comprovante de renda de todos os membros familiares;
III- documentos pessoais (CPF e RG).

§ 3º O auxílio em situação de calamidade pública será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social realizado.

§ 4º O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de calamidade pública será definido a partir da realização de estudo social.

Art. 11. Caberá ao Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município:

I- a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II- a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais, e
III- expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 12. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Art. 13. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transportes de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que tem necessidade de uso.

Art. 14. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais de assistência social.

Art. 15. Esta Lei será devidamente regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16. Revogam-se as Leis Municipais nºs 2.925, de 16 de dezembro de 2003; 2.926, de 16 de dezembro de 2003; 2.927, de 16 de dezembro de 2003; 2.928, de 16 de dezembro de 2003; 2.929, de 17 de dezembro de 2003; 2.930, de 17 de dezembro de 2003; 2.931, de 17 de dezembro de 2003; 2.932, de 17 de dezembro de 2003; 2.933, de 17 de dezembro de 2003; 2.934, de 17 de dezembro de 2003 e 2.936, de 18 de dezembro de 2003.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 1.049/2012

DECRETO Nº 1.049, de 19 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA,

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, do exercício de 2012, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0209 - SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROJETO 1049 - Construção do CRAS
MODALIDADE 4490 - 170 - Aplicações Diretas 98 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro ocorrido no exercício 2011, na Fonte 100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 1.050/2012

DECRETO Nº 1.050, de 19 de dezembro de 2012.

Prorroga a validade de Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o Artigo 16 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, embasado no Artigo 37, Inciso III, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do Artigo 16 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, embasado no Artigo 37, Inciso III, da Constituição Federal, fica prorrogado pelo período de 02 (dois) anos a validade do Concurso Público Municipal realizado através do Edital de Concurso Público Municipal nº 001/2010, de 21 de agosto de 2010, com publicação do Resultado Final em 16 de dezembro de 2010, através do Edital nº 008/2010 e homologação em 23 de dezembro de 2010, através do Edital nº 009/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 085/2012

PORTARIA Nº 085, de 19 de dezembro de 2012.

Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, bem como considerando a ata pertencente ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, da data de 03 de dezembro de 2012 e o Boletim de Ocorrência nº 00049-2012-03860, registrado na Delegacia de Polícia de Porto União, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar a veracidade e a responsabilidade dos fatos mencionados, cometidos pelas Servidoras CLEIDE MARIA ROSA GREGÓRIO, ELEANA SALLES BUCH e SANDRA CRUZ RODRIGUES, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelos fatos acima mencionados.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, as Servidoras CLEIDE MARIA ROSA GREGÓRIO, ELEANA SALLES BUCH e SANDRA CRUZ RODRIGUES, para que, acompanhem todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejarem, constituam advogado para acompanhá-las durante o presente feito.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:

I- Marilene Cotrim da Silva Buch - Presidente;

II- Vivian Juliane Stasiak Camargo Schier - Secretária;

III- Cássia Nalon Conte - Membro;

IV- Rozane Meneguzzo Vargas Lanzarini - Membro;

V- Ivana Carla Krassowski Franco - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Contrato Aditivo 199/2012

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 199/2012

Aditivo ao contrato 033/2012

Partes: Município de Porto União e RBS - Zero Hora Editora Jornalista S/A.

CLAUSULA SEGUNDA - Do valor contratual

Adita-se ao aludido contrato superior o valor de R\$ 13.676,50 (treze mil seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo Segundo - Inclui na equipe mais 04 (quatro) árbitros.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 17 de Dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Convênio Nº 013/12

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO LOCAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA - ALAC

CONVÊNIO Nº 013/12

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Local de Ação Comunitária - ALAC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchietã, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. RENATO STASIAK, portador do RG nº 581.440-SC e do CPF nº 216.709.009-91, doravante denominado MUNICÍPIO e a Associação Local de Ação Comunitária - ALAC, Sociedade Civil sem fins lucrativos, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1.070, de 07 de outubro de 1981, inscrita no CNPJ sob o nº 83.747.436/0001-76, com sede na Rua Salomão Curi - s/nº - Bairro Santa Rosa - Porto União-SC, representada neste ato pelo Presidente Sr. Noely Giacomini, portador do RG nº 4.819.989-9 e CPF nº 249.407.049-04, daqui por diante denominada simplesmente ALAC, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.066, de 17 de dezembro de 2012, resolvem de comum acordo firmar o Termo de Convênio de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O presente Convênio tem por finalidade a cessão gratuita por parte da ALAC - Associação Local de Ação Comunitária dos espaços físicos e instalações do prédio de sua propriedade situado na Rua Salomão Curi - s/nº - Bairro Santa Rosa - Porto União-SC, para fins de utilização pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das obrigações**I - Do MUNICÍPIO:**

O MUNICÍPIO obriga-se a:

a) responsabilizar-se pela manutenção geral dos espaços físicos e instalações do prédio, compreendendo o abastecimento de água, pintura, limpeza, correção de vazamentos, reparos na energia elétrica, telefonia, informática, alarme, materiais de expediente, gêneros alimentícios, combustíveis, enfim por toda a infra-estrutura para o bom funcionamento dos espaços físicos e instalações cedidos gratuitamente;

b) efetuar mensalmente o pagamento de todas as despesas decorrentes do uso dos espaços físicos e instalações do prédio, quais sejam, luz, água, telefone, alarme, materiais de expediente, gêneros alimentícios, combustíveis e funcionários.

II - Da ALAC:

A ALAC obriga-se a:

a) disponibilizar gratuitamente os espaços físicos e as instalações do prédio para a execução das atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Legislação Aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria

Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA QUARTA - Da Transmissão de Documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA QUINTA - Da Publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - Da Vigência e da Prorrogação

O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o Artigo 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Do Foro

As questões porventura oriundas deste Convênio deverão ser, preliminarmente, resolvidas em comum acordo pelas partes e na impossibilidade disto, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 17 de dezembro de 2012.

RENATO STASIAK NOELY GIACOMINI
Prefeito Municipal Presidente da ALAC

TESTEMUNHAS:

1. ROBERTO BONFLEUR
CPF nº 420.444.999-91

2. RICARDO DRAGONI
CPF nº 420.445.539-53

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 257/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 257, de 19 de Dezembro de 2012.

"ALTERA O ANEXO VI-A DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Anexo 6-A - Quadro de Índices Urbanísticos Especiais da Lei Complementar nº 163/2006, passa a vigorar acrescido da redação constante no anexo da presente Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Dezembro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 258/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 258, de 19 de Dezembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do artigo 660, da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que "Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Rio do Sul", que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 660

Parágrafo único. Todas as alterações contempladas no caput deste artigo deverão ser inseridas na Tabela de Índices do Anexo 6, da presente lei, obedecendo a taxa de ocupação máxima de 80% (oitenta por cento) nas zonas MC, MD1, MD2 e MD3, com recuo mínimo de 2,00m (dois metros) em todas as edificações de uso misto nas zonas MC, MD1, MD2 e MD3 " (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Dezembro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 5.364/2012

LEI Nº 5.364 de 19 de Dezembro de 2012

"DENOMINA DE ALÉSSIO FRONZA E AN-TÔNIO FERREIRA DE MATOS, PONTES SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADAS NO BAIRRO FUNDO CANOAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Faço saber a todos os habitantes deste muni-cípio, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Aléssio Fronza a ponte sem denominação localizada no Bairro Fundo Canoas, com início na Rua Carmela Fronza e final 6,16 metros de seu início, medindo 6,16 metros de extensão e largura de 4,00 metros, conforme croqui, parte integrante da presente LEI.

Art. 2º Fica denominada de Antônio Ferreira de Matos, a ponte sem de-nominação localizada no Fundo Canoas, com início na Estrada Boa Esperança e final a 9,50,00 metros de seu início, medindo 9,50 metros de extensão e largura de 4,00 metros, conforme croqui, parte integrante da presente LEI.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Dezembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 5.365/2012

LEI Nº 5.365 de 19 de Dezembro de 2012

"DENOMINA DE EDUARDO SCHIO-CHET A PONTE SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste muni-cípio, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Eduardo Schiochet a ponte sem denominação localizada no Bairro Itoupava, sobre o Ribeirão Itoupava, ligando a Estrada Geral a propriedades rurais, conforme croqui, parte integrante da presente LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Dezembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Portaria N. 1319/RH

PORTARIA N. 1319/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora MARIZETE LEXANDRA DEMEDA BUTH, matrícula 28266/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de novembro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 1320/RH

PORTARIA N. 1320/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora LORDES RECH, matrícula 27936/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de dezembro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 1321/RH

PORTARIA N. 1321/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora LORENA NIENKOETTER HINCKEL, matrícula 27910/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de janeiro de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 1322/RH

PORTARIA N. 1322/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Constituir a Comissão Permanente de Sindicância, de acordo com o Art. 181, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010 e, designar como membros os seguintes servidores: Maitara Gabriela Da Luz Broering, matrícula n. 35549/01, ocupante

do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e como suplente, Paulo Renê Rodrigues de Moura, matrícula n. 35216/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão; Diovana May Machado, matrícula n. 28274/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e como suplente, Jefferson Olimpio Tambosi, matrícula n. 1449/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I; Liliana Regina May Ayroso, matrícula n. 29793/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e como suplente, Eleine Tereza Peglow Harthmann, matrícula n. 20109/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Saúde Pública.

Art. 2º A Comissão deverá indicar entre os membros o seu presidente e este respectivamente indicará o secretário.

Art. 3º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º O mandato será de 01 de janeiro de 2013 a 31 de janeiro de 2013.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1323/RH PORTARIA N. 1323/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 187, § 5º, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, conceder prorrogação por 30 (trinta) dias, a partir de 30/12/2012, para a conclusão da Sindicância Administrativa n. 022/2012, instaurada através da Portaria n. 1261/RH publicada em 29/11/2012 em atendimento ao Ofício C.P.S 001/S.A./022/2012, emitido pela Comissão Permanente de Sindicância, devido a necessidade de maiores esclarecimentos referente ao caso em tela.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1324/RH PORTARIA N. 1324/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 187, § 5º, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, conceder prorrogação por 30 (trinta) dias, a partir de 30/12/2012, para a conclusão da Sindicância Administrativa n. 023/2012, instaurada através da Portaria

n. 1262/RH publicada em 29/11/2012 em atendimento ao Ofício C.P.S 002/S.A./023/2012, emitido pela Comissão Permanente de Sindicância, devido a necessidade de maiores esclarecimentos referente ao caso em tela.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Resumo do Contrato de Programa Nos Termos do Convênio Nº 009/2008

RESUMO DO CONTRATO DE PROGRAMA NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 009/2008

Dispensa de licitação do art. 24, inciso XXVI da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Companhia Catarinense de Águas de Santa Catarina (CASAN)

Objeto: Prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário com exclusividade à CASAN.

Valor: R\$ 120.733.800,00 (cento e vinte milhões e setecentos e trinta e três mil e oitocentos reais)

Prazo/entrega: 30 (trinta) anos, a partir da data da sua assinatura.

Recurso: Casan/Fundo Municipal de Saneamento Básico e outros.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 19 de dezembro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DALÍRIO JOSÉ BEBER
Diretor Presidente

OSNY SOUZA FILHOS
Diretor de Planejamento e de Relações com o Poder Concedente

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 1354/12

DECRETO Nº 1354, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 04 - Fundo Municipal de Turismo

Atividade: 23.695.0010.2.020 - Fundo Municipal de Turismo
(153) 3.3.90.36.00.00.00.0110 - Outros Serv. Terc. PF. R\$ 5.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.081 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
(125) 3.3.90.30.00.00.00.0152 - Material de Consumo. R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 04 - Fundo Municipal de Turismo

Atividade: 23.695.0010.2.020 - Fundo Municipal de Turismo
(152) 3.3.90.31.00.00.00.0110 - Prem. Cult., Art., Cient. Outr. R\$ 5.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.081 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
(126) 3.3.90.32.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Grat. R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de dezembro 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14540/2012

PORTARIA Nº 14540, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
EXONERA COORDENADOR PEDAGÓGICO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 31 de dezembro de 2012, LILIAN GUZATO PEDROZO, do cargo de Coordenador Pedagógico do CEIM Sonho Meu, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14552/2012

PORTARIA Nº 14552, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
EXONERA COORDENADOR PEDAGÓGICO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 31 de dezembro de 2012, KÁTIA SIMONE MENGUE, do cargo de Coordenador Pedagógico da EBM Emilio Engel, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14564/2012

PORTARIA Nº 14564, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
EXONERA COORDENADOR PEDAGÓGICO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 31 de dezembro de 2012, PATRÍCIA SCHEUER, do cargo de Coordenador Pedagógico da EBM Prof. Lúcia Tschoeke, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14576/2012

PORTARIA Nº 14576, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
EXONERA DIRETOR ESCOLAR

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 31 de dezembro de 2012, KELLY GRANDE LEAL GRUBER, do cargo de Diretora do CEIM Amor Perfeito, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14588/2012

PORTARIA Nº 14588, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
EXONERA DIRETOR ESCOLAR

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 31 de dezembro de 2012, HEIDE CRISTIANE D'ÁVILA, do cargo de Diretora do CEIM Sonho Meu, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14600/2012

PORTARIA Nº 14600, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
EXONERA DIRETOR ESCOLAR

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 31 de dezembro de 2012, MARI TERESINHA P. CAMPOLINO, do cargo de Diretora da EBM Garibaldina Silveira Fuginaga, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14612/2012

PORTARIA Nº 14612, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
EXONERA DIRETOR ESCOLAR

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 31 de dezembro de 2012, MARISE LANG STANCHACK, do cargo de Diretora da EBM Prof. Lúcia Tschoeke, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 14623/2012

PORTARIA Nº 14623, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal CLEONICE FRANCISCA SIEBRE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00104/12-2 de 04 anos, 07 meses e 18 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 8086, de 17 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 14624/2012

PORTARIA Nº 14624, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARISE BRAND DRUMMOND DE MACEDO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00081/12-2 de 14 anos, 10 meses e 08 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7989, de 13 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 14625/2012

PORTARIA Nº 14625, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal MILTON DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00099/12-9 de 06 anos, 10 meses e 12 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7987, de 13 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 14626/2012

PORTARIA Nº 14626, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal ODENIR SEBASTIÃO CARVALHO, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância em Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00084/12-1 de 06 anos, 02 meses e 26 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 8095, de 17 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 14627/2012

PORTARIA Nº 14627, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal OLIVIA BATISTA GABARDO, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00066/10-7 de 01 ano e 13 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7824, de 07 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 14628/2012

PORTARIA Nº 14628, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 06 de dezembro de 2012, LUIS ALBERTO MUHLBAUER, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Fiscal da Fazenda, Grupo Ocupacional 5, Nível I, Classe A, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Finanças.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.552, de 19 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 4.552, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aprova o desmembramento de chácaras e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 55, inciso XXII da Lei Orgânica Municipal, e com base no art. 1º da Lei Estadual nº 6.063, de 24 de maio de 1982, art. 12, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e Lei Municipal nº 1.157 de 06 de outubro de 1998,

CONSIDERANDO que o desmembramento das chácaras nºs 07 e 08, com Matrícula nº 15.384, do Cartório de Registro de Imóveis local, trata-se de situação já consolidada, parcelada como urbana, com infraestrutura urbana existente que se compõe em quadras, vias de acesso e benfeitorias;

CONSIDERANDO que referida área não possui registro no INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária, o que possibilita o desmembramento em lotes urbanos, através de atos do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que a proposta de desmembramento contempla a denominação de lotes urbanos, bem como doação de área ao Município que proporcionarão manter o traçado urbanístico;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de desmembramento das chácaras nºs 07 e 08, com área total de 45.094,56 m², sem benfeitorias, situado no Divisor Estado de Santa Catarina e Paraná, no perímetro urbano de São Lourenço do Oeste - SC, de propriedade dos Senhores Sixto Militino Ecker, Adelina Esser Ecker, Ana Pascoa Ecker Largo, Zulmir Largo, Pedro Ecker, João Arcangelo Echer, Ignês Catharina Ecker Tochetto, com Matrícula nº 15.384, do Cartório de Registro de Imóveis local, com as características abaixo descritas:

I - Lote urbano nº 01, Quadra 23WN, com área total de 3.562,86 m², com as seguintes confrontações:

- a) ao NORTE, com o Contorno Viário Armindo Echer, na extensão de 13,35m;
- b) ao SUL, com a rua Frei Alfredo João Lazzarotto, na extensão de 32,532m;
- c) ao LESTE, com o lote urbano nº 02 na extensão de 31,958m

e com parte das chácaras nºs 07 e 08 na extensão de 127,383m, totalizando 159,341 m; e

d) ao OESTE, com o lote urbano nº 01, de Claudir Antonio Suzin, na extensão de 30,111m; com o lote urbano nº 06, de Vera Steffens Hickmann, na extensão de 19,891m; com a rua Pedro Lazzarotto, na extensão de 13,50m; com o lote urbano nº 09, de Marcos Antonio Chaves, na extensão de 20,731m; com o lote urbano nº 08, de Sonia Mara Lima dos Santos Dalzochio, na extensão de 21,001m; com o lote urbano nº 07, de Izario Andre Mariot, na extensão de 18,271m, com o lote urbano nº 06, de Izari Andre Mariot, na extensão de 30,804m, totalizando 154,309m;

II - Lote urbano nº 02, Quadra 23WN, com área total de 1.980,30 m², com as seguintes confrontações:

- a) ao NORTE: com o Contorno Viário Armindo Echer, na extensão de 54,97m;
- b) ao SUL: com parte das chácaras nos 07e 08, na extensão de 49,371m;
- c) ao LESTE: com parte das chácaras nos 07e 08, na extensão de 43,566m;
- d) ao OESTE: com parte do lote urbano nº 01, na extensão de 31,958m;

III - Lote urbano nº 01, Quadra 24WN, com área total de 4.836,56 m², com as seguintes confrontações:

- a) ao NORTE: com o Contorno Viário Armindo Echer, na extensão de 48,146m;
- b) ao SUL: com parte das chácaras nos 07e 08, na extensão de 55,136m;
- c) ao LESTE: com parte da chacara no 06, de Irma Esser Martinello e com parte da chacara nº 06 de Nelson Muraro na extensão de 94,728m;
- d) ao OESTE: com parte das chácaras nos 07e 08, na extensão de 93,571m;

IV - Lote urbano nº 01, Quadra 25WN, com área total de 5.699,76 m², com as seguintes confrontações:

- a) ao NORTE: com o Divisor Interestadual que separa a Granja Raquel, de Janio Santos Figueiredo, em duas ocasiões: na extensão de 18,672m e 35,120m totalizando 53,792m;
- b) ao SUL: com o Contorno Viário Armindo Echer, na extensão de 41,164m;
- c) ao LESTE: com o lote urbano nº 02, na extensão de 136,039m;
- d) ao OESTE: com parte da chacara no 09, de João Arcangelo Echer, na extensão de 126,095m;

V - Lote urbano nº 02, Quadra 25WN, com área total de 6.176,11 m², com as seguintes confrontações:

- a) ao NORTE: com o Divisor Interestadual que separa a Granja Raquel, de Janio Santos Figueiredo, na extensão de 56,095m;
- b) ao SUL: com o Contorno Viário Armindo Echer, na extensão de 47,500m;
- c) ao LESTE: com o lote urbano nº 03, na extensão de 110,748m;
- d) ao OESTE: com o lote urbano nº 01, na extensão de 136,039m;

VI - Lote urbano nº 03, Quadra 25WN, com área total de 3.958,72 m², com as seguintes confrontações:

- a) ao NORTE: com o Divisor Interestadual que separa a Granja Raquel, de Janio Santos Figueiredo, na extensão de 65,127m;
- b) ao SUL: com o Contorno Viário Armindo Echer, na extensão de 52,00m;
- c) ao LESTE: com parte da chacara nº 06, de Nelson Muraro, na extensão de 55,371m;
- d) ao OESTE: com o lote urbano nº 02, na extensão de 110,748m;

VII - Parte das chácaras nºs 07 e 08, com área total de 14.466,43 m², com as seguintes confrontações:

- a) ao NORTE: com o lote urbano nº 01, da quadra 24 WN, na extensão de 55,136m; com o Contorno Viário Armindo Echer,

na extensão de 25,352m e com o lote urbano nº 02, da quadra 23WN, na extensão de 49,371m;
b) ao SUL: com parte do lote urbano nº 09, de Remy Bulgarelli, na extensão de 21,409m; com parte do lote urbano nº 09, de João Arcângelo Echer, na extensão de 40,03m, com a Avenida Ernesto Beuter, na extensão de 25m; e com a rua Frei Alfredo João Lazzarotto, na extensão de 32,429m;
c) ao LESTE: com o lote urbano nº 01, da quadra 24WN, na extensão de 93,571m e com parte da chácara nº 06, de Irma Esser Martinello, na extensão de 88,00m;
d) ao OESTE: com o lote urbano nº 02, da quadra 23WN, na extensão de 43,566m e com parte do lote urbano nº 01, da quadra 23 WN, na extensão de 127,383m e com a rua Frei Alfredo João Lazzarotto, na extensão de 2,28m;

VIII - Parte das Chácaras nºs 07 e 08 (Contorno Viário Armino Echer), com extensão de 4.235,35 m2, com as seguintes confrontações:

a) ao NORTE: com o lote urbano nº 03, da quadra 25 WN, na extensão de 52m; com o lote urbano nº 02, da quadra 25 WN, na extensão de 47,50m e com o lote urbano nº 01, da quadra 25WN, na extensão de 41,164m;
b) ao SUL: com o lote urbano nº 01, da quadra 24 WN, na extensão de 48,146m; com parte das chácaras nºs 07 e 08, na extensão de 25,352m, com o lote urbano nº 02, da quadra 23WN, na extensão de 54,97m; e com lote urbano nº 01, da quadra 23 WN, na extensão de 13,35m;
c) ao LESTE: com parte da chácara nº 06, de Nelson Muraro, na extensão de 30,084m;
d) ao OESTE: com parte da chácara nº 09, de João Arcângelo Echer, na extensão de 30,991m;

IX - Parte das Chácaras nºs 07 e 08, com extensão de 178,47 m2, com as seguintes confrontações:

a) ao NORTE: com o lote urbano nº 01, da quadra 23 WN, na extensão de 32,532m e com parte das chácaras nºs 07 e 08, na extensão de 32,429m, totalizando 64,961m;
b) ao SUL: com a rua Frei Alfredo João Lazzarotto, na extensão de 64,937m;
c) ao LESTE: com Parte das Chácaras nºs 07 e 08, na extensão de 2,28m;
d) ao OESTE: com a rua Frei Alfredo João Lazzarotto, na extensão de 3,213m.

§ 1º A área prevista no inciso VIII foi destinada ao Contorno Armino Echer, tratando-se de situação consolidada.

§ 2º A proposta de desmembramento, de que trata este Decreto, contempla a previsão de doação da área descrita no inciso IX, ao Município de São Lourenço do Oeste, para fins de prolongamento da rua Frei Alfredo João Lazzarotto.

Art. 2º Fazem parte deste decreto: matrícula dos imóveis, memorial descritivo e certidões atualizadas do imóvel.

Art. 3º O desmembramento ora aprovado deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC, em consonância com disposto na legislação em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 396/2012

PORTARIA n.º 396/2012

Designa a servidora BETHYELA MULLER a exercer o cargo de Odontólogo - ESF.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito do Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Designar a servidora pública BETHYELA MULLER, matrícula nº. 2393, a exercer as atribuições do cargo de Odontólogo-ESF.

Parágrafo Único - A servidora designada para atuar no cargo de Odontólogo-ESF, receberá unicamente o vencimento devido a este cargo.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/12/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº 4.854/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.854/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Melani Zelfeld, do cargo comissionado de Supervisora Escolar, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora C, percebendo nível salarial nº C-4-I, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.855/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.855/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Roseli Marieta de Souza, do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora B, percebendo nível salarial nº B-2-I, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.856/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.856/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Rosimeri Sara Boshammer Stein, do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora B, percebendo nível salarial nº B-12-III, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.857/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.857/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Eloir José Wendt, do cargo comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Expediente, percebendo nível salarial nº 24, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

RUBENS FIEDLER
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.858/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.858/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Paulo Roberto Ferreira, do cargo comissionado de Assessor de Educação, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Administração, percebendo nível salarial nº 25, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.859/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.859/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Volmir Inácio Kraemer, do cargo comissionado de Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Operador de Máquina I, percebendo nível salarial nº 29, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ADILSON POMMERENING
Secretário de Agricult., Indústria, Comércio e Turismo

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.860/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.860/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Sheila Cristina Toniotti Lemes de Souza, do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora B, percebendo nível salarial nº B-2, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.861/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.861/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Avenilda Krogel Manske, do cargo comissionado de Assessora de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Expediente, percebendo nível salarial nº 23, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ADILSON POMMERENING
Secretário de Agricult., Indústria, Comércio e Turismo

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.862/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.862/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Ademir Rech, do cargo comissionado de Assessor de Cultura, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.863/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.863/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Luciana Viergutz Vandrei, do cargo comissionado de Assessor de Saneamento e Gestão Ambiental, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

JOSÉ DA CRUZ
Secretário de Saneamento e Gestão Ambiental

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.864/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.864/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do servidor, Sr. Luís Aparício Ribas, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.865/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.865/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Neiva Lucia Plantikow, do cargo comissionado de Assessora de Cultura, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.866/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.866/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Paulino Leoni, do cargo comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.867/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.867/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Suzana Inês Fritzke, do cargo comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.868/2012, de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.868/2012, de 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Sheila Buscoski Varella, do cargo comissionado de Secretária do PROCON, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Termo Aditivo Nº. A106/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A106/2012 - PMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2010-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201,

bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 00.165.960/0001-01, E-mail: govbr@govbr.com.br, com sede na Rua Coronel Madureira, 40 Loja 14 - Ed. Luzia da Costa Almeida, Centro, Saquarema - RJ, na qualidade de CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor Marcos Vinicius Cardoso, inscrito no CPF nº. 156.156.998-41 e portador da carteira de identidade nº.20.106.020-6-SSP-SP.

Considerando o Contrato nº. 17/2010-PMS, celebrado em 1º de fevereiro de 2010, decorrente da Inexigibilidade nº 01/2010-PMS, Processo nº 24/2010-PMS, para contratação de empresa especializada no uso de software Gestão de Balanço, (conjunto de programas executáveis por computador e respectiva documentação técnica), bem como prestação de serviços de atualização e atendimento técnico para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da prefeitura Municipal de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando a previsão contratual "cláusula 3 - prazo" do contrato nº 17/2010-PMS, bem como por haver possibilidade legal para tanto, enquadra-se o presente nos termos do art. 57, IV Lei Federal nº 8.666/93, bem como na supracitada cláusula, conforme parecer da procuradoria municipal;

Considerando a solicitação de aditivo feita pela Secretaria de Planejamento e Gestão e Finanças para o ano de 2013, devido se tratar de software específico de Gestão de balanço que somente a referida empresa tem a oferecer, sendo que a mesma atende as necessidades da Prefeitura de Schroeder.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterado o Anexo I, Cláusula Segunda "Encargos", no item 2.1, aditivada a quantidade de 12 meses, no valor mensal de R\$ 193,04 (cento e noventa e três reais e quatro centavos), totalizando o valor de R\$ 2.316,48 (Dois mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e oito reais centavos), conforme segue:

Quantidade	Unidade	Valor mensal R\$	Valor Total reajustado R\$
12	Mês	193,04	2.316,48

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Terceira "prazo", prorrogando-se para o período de 1º de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 17/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 20 de dezembro de 2012.

CONTRATADA:

GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS
MARCOS VINICIUS CARDOSO

CPF nº. 156.156.998-41

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª Nome: Denílson Weiss
CPF nº. 851.189.319-91

Termo Aditivo Nº. A107/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A107/2012 - PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 158/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.433.705/0001-92, estabelecida na Rua Carlos Hruschka, nº 161, Bairro Rau, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-432, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Roland Walter Janssen, inscrito no CPF sob o nº. 154.156.199-68, portador da carteira de identidade nº. 19/R 187.966/SI/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 158/2012-PMS, celebrado em 05 de setembro de 2012, proveniente da Modalidade Tomada de Preço nº. 19/2012-PMS, Processo nº. 102/2012-PMS, para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), de um reservatório de água com capacidade para 100m³ e suas instalações serem implantadas na Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, Bracinho, neste Município, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, frente à prorrogação da vigência do contrato até dia 30 de janeiro de 2013, conforme a solicitação feita pela Engenharia Civil Fabieli Pilatti, CREA-SC 093.485-5, da Administração Pública, conforme anexo a este processo.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, § 1º, I da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada Cláusula Décima Sexta "da vigência" no item 16.1 do contrato nº 158/2012-PMS, prorrogando-se o prazo da vigência do contrato até dia 30 de janeiro de 2013.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 158/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor

e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 20 de dezembro de 2012.

CONTRATADA:

CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUA LTDA
ROLAND WALTER JANSSEN
CPF sob o nº. 154.156.199-68

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª Nome: Denílson Weiss
CPF nº. 851.189.319-91

Termo Aditivo Nº. A108/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A108/2012 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 188/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 04.072.953/0001-16, estabelecida na Rua Major Navarro Lins, nº 692, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-500, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Karin Janz, inscrita no CPF sob o nº 184.429.279-72, portadora da Carteira de Identidade no 2/R 1.382.138/SSP/PR.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 188/2011-PMS, celebrado em 22 de novembro de 2011, proveniente do Processo nº. 159/2011-PMS, Modalidade Dispensa nº. 52/2011-PMS, para contratação de empresa especializada para cessão de uso de sistemas informatizados integrados para gestão escolar na Rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a necessidade da prestação dos serviços de forma contínua e tendo em vista a imprescindibilidade desse serviço, e também considerando o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como devido a expressa previsão contratual, conforme parecer da procuradoria municipal;

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para o ano de 2013, com o reajuste com base no índice do IGPM, passando a ser o valor mensal de R\$ 529,93 (quinhentos e vinte e nove reais e noventa e ter centavos), totalizando o valor de R\$ 6.359,16 (seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Primeira "do

objeto do contrato, e descrição", no item 02, aditivada a quantidade de 12 meses, e na Cláusula Terceira "do valor do contrato", no item 3.1, o valor mensal de R\$ 529,93 (quinhentos e vinte e nove reais e noventa e ter centavos), totalizando o valor de R\$ 6.359,16 (seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos), conforme segue:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	Manutenção mensal e Suporte à utilização do Sistema	12	Mês	529,93	6.359,16

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Primeira "da vigência" no item 13, prorrogando-se para o período de 1º de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 188/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 20 de dezembro de 2012.

CONTRATADA:

CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
KARIN JANZ

CPF no 184.429.279-72

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª Nome: Denílson Weiss

CPF nº. 851.189.319-91

Termo Aditivo Nº. A23/2012 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A23/2012 – FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2011 –FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.444.392/0001-00, estabelecida na Rua Cel. Marcos Rovaris, nº. 559, Bairro Centro, na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP: 88820-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Evaristo Cristobal Iglesias Aleman, inscrito no CPF sob o nº. 005.605.139-50, portador da Carteira de Identidade no 4.905.722-7.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 71/2011-PMS, celebrado em 12 de dezembro de 2011, proveniente da Carta Convite nº. 03/2011-FMS, Processo Licitatório nº. 29/2011-FMS, para contratação de empresa de Serviço de Assessoria e Consultoria para treinamento e Supervisão das Equipes, controle e avaliação de sistema de atenção básica para a Estratégia Saúde de Família

e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder (SC), conforme consta na proposta vencedora, que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que a referida solicitação enquadra-se nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social frente ao aditivo de 24 horas, totalizando o valor de R\$ 1.144,80 (um mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a cláusula primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01 e cláusula quarta "do valor do contrato" no item 4.1 do contrato nº 71/2011-FMS, aditivada 24 horas, R\$ 47,70 (quarenta e sete reais e setenta centavos) a hora, totalizando o valor de R\$ 1.144,80 (um mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	QTDE. ADITIVA-DA	VALRO ADITIVA-DO
01	<p>Serviço e Assessoria e Consultoria para treinamento e supervisão das equipes, controle e avaliação do sistema de atenção básica para a Estratégia Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde, sendo:</p> <p>Assessoria e Consultoria na Estratégia Saúde da Família do Município de Schroeder;</p> <p>Monitoramento dos indicadores do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB);</p> <p>Treinamento introdutório para novos profissionais ligados ao ESF;</p> <p>Treinamento de profissionais do NASF;</p> <p>Atualizado e monitoramento dos mapas inteligentes dos Agentes Comunitários de Saúde;</p> <p>Elaboração do diagnóstico local das equipes do ESF;</p> <p>Territorialização de novas microáreas das ESF;</p> <p>Avaliação da produção dos profissionais ligados ao ESF.</p>	800	Horas	47,70	24	1.144,80

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 71/2011-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2012.

CONTRATADA:

IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
 EVARISTO CRISTOBAL IGLESIAS ALEMAN
 CPF nº. 005.605.139-50

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Ivandra de Souza
 CPF nº. 047.563.299-00

2ª Nome: Denílson Weiss
 CPF nº. 851.189.319-91

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2613, de 21 de Dezembro de 2012

LEI Nº 2613, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON e o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SMDC

Art. 1º. Fica instituído o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), nos termos dos arts. 5º, XXXII e 170, V da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Federal nº. 2.181/97 e art. 150 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Art. 2º. São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC:

I - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON;

II - Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON;

III - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD;

IV - Entidades civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, com sede neste município.

CAPÍTULO II

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

Seção I

Das Atribuições

Art. 3º. Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, órgão subordinado à Procuradoria Geral do Município, destinado a executar o Programa de Defesa do Consumidor, promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e de defesa do consumidor, além de coordenar a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON:

I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;

II - receber, analisar, avaliar, apurar e encaminhar consultas, denúncias, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - encaminhar ao Ministério Público os fatos tipificados como crimes e/ou infrações às relações de consumo e/ou violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

IV - administrar e gerir os recursos/valores depositados no Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD;

V - solicitar à polícia judiciária a apuração de delito contra o consumidor, nos termos da legislação vigente;



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

VI - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violarem interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;

VII - orientar os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;

VIII - defender os consumidores contra abusos praticados nas relações de consumo;

IX - desenvolver palestras, campanhas, debates e outras atividades correlatas;

X - atuar junto ao Sistema Municipal de Ensino, visando incluir o tema da educação para o consumo no currículo das disciplinas já existentes na grade escolar, de forma a possibilitar a informação e a formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo;

XI - incentivar e apoiar a criação e organização de entidades civis de defesa do consumidor em âmbito municipal e aquelas já existentes, inclusive com recursos financeiros e/ou outros programas especiais;

XII - promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade;

XIII - colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;

XIV - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90 e dos artigos 57 a 62 do Decreto 2.181/97, registrando as soluções;

XV - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e comparecerem às audiências de conciliação designadas, nos termos do art. 55, § 4º da Lei 8.078/90;

XVI - fiscalizar e aplicar, mediante regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/90, regulamentado pelo Decreto nº 2.181/97, e em outras normas e leis federais, estaduais e municipais pertinentes à defesa do consumidor;

XVII - instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei nº 8.078/90, e em outras normas federais, estaduais e municipais pertinentes à defesa do consumidor, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;

XVIII - celebrar convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas, objetivando a defesa e proteção do consumidor;

XIX - encaminhar os consumidores que necessitem de assistência jurídica à Defensoria Pública do Estado ou à subseção da OAB de Timbó;

XX - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

Seção II Da Estrutura

Art. 4º. A Coordenadoria de proteção e defesa do consumidor - PROCON será exercida através de um coordenador Geral que contará com uma equipe administrativa de apoio.

§1º - O Coordenador Geral será nomeado pelo Prefeito e deverá ter graduação em Direito.

§2º - O Poder Executivo colocará à disposição do PROCON pessoal, material e recursos financeiros para o seu necessário funcionamento.

CAPITULO III DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR-CONDECON

Art. 5º. Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON - de caráter deliberativo e consultivo, com as seguintes atribuições:

I - aprovar a política municipal de relações de consumo;

II - atuar no controle e na formulação de estratégias e diretrizes da política municipal de defesa do consumidor;

III - propor rotinas que visem à melhoria da qualidade e a integração de ações e serviços prestados pelos órgãos públicos e privados na defesa do consumidor;

IV - estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de projetos e programas de proteção e defesa do consumidor;

V - aprovar o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD com vistas à consecução das metas e ações previstas na legislação específica;

VI - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;

VII - apreciar os projetos que visem à reparação dos danos causados aos consumidores;

VIII - prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos e privados;

IX - elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da lei nº 8.078/90;

X - editar, em colaboração com o PROCON, material informativo sobre a proteção e defesa do consumidor;

XI - promover e divulgar atividades e eventos que contribuam para a formação de maior consciência sobre as relações de consumo junto aos consumidores e fornecedores;

XII - elaborar seu Regimento Interno;

XIII - elaborar o regulamento do processo administrativo para aplicação de sanções por infrações ao direito do consumidor;

XIV - julgar como última instância administrativa, os recursos contra aplicação das penalidades por infrações aplicadas pelo Coordenador Geral do PROCON;

XV - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

Art. 6º. O CONDECON será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:

I - o Coordenador Geral do PROCON, que o presidirá;

II - um representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - um representante da Vigilância Sanitária, indicado pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

IV - um representante da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração;

V - um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VI - um representante da Câmara de Dirigentes e Lojistas (CDL);

VII - um representante da Associação Empresarial do Médio Vale do Itajaí - ACIMVI

VIII - um representante da Associação de Micro e Pequenas Empresas - AMPE;

IX - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB subseção de Timbó;

X - um representante das entidades civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, com sede neste município.

§ 1º - O Coordenador Geral do PROCON será membro nato do CONDECON.

§ 2º - As indicações para designações ou substituições de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.

§ 3º - Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§ 4º - Perderá a condição de membro do CONDECON e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 5º - Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 6º - As funções dos membros do CONDECON não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 7º - Os membros do CONDECON e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de dois anos.

Art. 7º. O CONDECON reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único. As sessões plenárias do CONDECON instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

CAPITULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDDD

Art. 8º. Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD de que trata o art. 57 da Lei Federal nº 8.078/90, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181/97, dotado de autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

Parágrafo Único. O Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD será gerido pelo Coordenador Geral do PROCON.

Art. 9º. O Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD tem como objetivo pugnar pela prevenção e reparação dos danos causados à coletividade de consumidores e fomentar ações que darão efetividade a política de proteção e defesa do consumidor no município de Timbó.

Art. 10. Constituem recursos do Fundo:

I - as dotações orçamentárias anuais e créditos adicionais que lhe sejam destinados;

II - o produto das indenizações e multas oriundas de condenações judiciais, em ações civis públicas, ações coletivas e demais referentes às relações de consumo, previstas na legislação federal;

III - os valores destinados ao município em virtude da aplicação da multa prevista no art. 56, inciso I, e no art. 57 e seu parágrafo único da Lei nº 8.078/90, assim como daquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

IV - os oriundos das cobranças de taxas ou custas em decorrência da prestação de serviços pelo Município na área de defesa do consumidor;

V - os advindos de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

VI - a transferência de fundos congêneres de âmbito nacional e estadual;

VII - todos os originários de contribuições, donativos e legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

VIII - o saldo de exercício(s) anterior(es);

IX - os oriundos de outras fontes que lhe venham a ser concedidos;

X - quaisquer transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

XI - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 11. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, à disposição da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON.

§ 1º - As empresas infratoras comunicarão ao PROCON, no prazo de 10 (dez) dias, os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem.

§ 2º - Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º - O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

Art. 12. Os recursos do FMDDD serão aplicados:

I - na modernização administrativa do PROCON, por meio da

aquisição de equipamentos e da contratação de serviços que garantam a qualidade do atendimento e demais serviços prestados aos consumidores;

II - na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos e na edição de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;

III - em projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo, observado o disposto no art. 4º da Lei 8.078/90 e art. 30 do Decreto nº 2.181/90;

IV - no aprimoramento funcional dos servidores do PROCON e no aperfeiçoamento técnico dos representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, por meio da participação em cursos, reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor;

V - no custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal elaborado por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional.

§ 1º - É vedada a fragmentação de recursos do Fundo, bem como sua utilização para custeio de atividades que não sejam destinadas à promoção da política municipal de proteção e defesa do consumidor, na forma da lei.

§ 2º - A aplicação dos recursos, prestação de contas e demais questões relacionadas aos recursos existentes junto ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD, deverão estar de conformidade com as normas e orientações contábeis/financeiras.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Aplicam-se ao Processo Administrativo de que trata esta lei, as disposições de regência do processo administrativo previstas no Capítulo V do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, cabendo ao CONDECON, observá-las, quando da elaboração do regulamento.

Parágrafo único. O regulamento do processo administrativo será aprovado por Resolução do CONDECON e homologado por Decreto do Prefeito.

Art. 14. No desempenho de suas funções os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC poderão manter convênios de cooperação entre si e com outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o disposto no art. 105 da Lei 8.078/90.

Art. 15. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC as universidades públicas ou privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo único - Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 16. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação gerando efeitos a partir de 02 de janeiro de 2013.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei nº 1.160, de 05 de junho de 1990.

Município de Timbó, em 21 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2996, de 10 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº 2996, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 19.458,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, à conta de anulação no valor total de R\$ 19.458,00, conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.000,00, a seguinte dotação:

ANULAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 6.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

02.02.004.131.0012.2008.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.02.004.131.0012.2008.	IMPrensa, COMUNICACAO E RELACOES PUBLICAS	

02.02.004.131.0012.2008.	MAN. DOS SETORES DE COMUNICACAO E REL. PUBLICAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	6.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

02.02.004.131.0012.2008.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.02.004.131.0012.2008.	IMPrensa, COMUNICACAO E RELACOES PUBLICAS	
02.02.004.131.0012.2008.	MAN. DOS SETORES DE COMUNICACAO E REL. PUBLICAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	6.000,00
	TOTAL	6.000,00

III – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 6.464,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRACAO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRACAO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.664,00
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.800,00
	TOTAL	6.464,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO MUNICIPAL	
--------------------------	-------------------------------------------------	--

03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINIS- TRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORREN- TES	
310000.00	PESSOAL E ENCAR- GOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRE- TAS	6.464,00
	TOTAL	6.464,00

IV – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.100,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMER- CIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORREN- TES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRE- TAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.100,00
	TOTAL	1.100,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMER- CIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORREN- TES	
310000.00	PESSOAL E ENCAR- GOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRE- TAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.100,00
	TOTAL	1.100,00

V – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.294,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	

08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORREN- TES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRE- TAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.294,00
	TOTAL	1.294,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORREN- TES	
310000.00	PESSOAL E ENCAR- GOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRE- TAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.294,00
	TOTAL	1.294,00

VI – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.600,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GE- RAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTA- MENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORREN- TES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRE- TAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.600,00
	TOTAL	3.600,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GE- RAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTA- MENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORREN- TES	
310000.00	PESSOAL E ENCAR- GOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRE- TAS	

0.10000	VINCULO LIVRE	3.600,00
	TOTAL	3.600,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2989, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 2989, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

Acrescenta dispositivo à Resolução nº 03 de 23/05/2011 aprovada pelo Decreto nº 2.358 de 23/05/2011 alterado pelo Decreto nº 2.685 de 12/03/2012 que regulamenta a forma de compensação dos loteamentos irregulares em processo de regularização através de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, inciso I, alínea "a" e "m" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e

Considerando a necessidade de incluir uma nova exigência no Decreto que regulamenta a forma de compensação dos loteamentos irregulares em processo de regularização através de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC para que o loteamento que tiver via pavimentada deverá implementar a sinalização horizontal e vertical e o loteamento que tiver via não pavimentada deverá arcar apenas com a sinalização vertical,

Considerando que essa nova exigência foi deliberada e votada pela Comissão de Loteamentos nas reuniões realizadas em 22/11/2012 e 10/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º da Resolução nº 03 de 23/05/2011 aprovada pelo Decreto nº 2.358 de 23/05/2011 alterado pelo Decreto nº 2.685 de 12/03/2012 que regulamenta a forma de compensação dos loteamentos irregulares em processo de regularização através de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, fica acrescido do seguinte dispositivo:

“Observações:

()

12) O(s) compromissário(s) ficam responsáveis pela implantação da sinalização vertical e horizontal quando no loteamento resultar via pavimentada. Quando a via não for pavimentada deverá arcar apenas com a sinalização vertical.

12.1) Compete ao DEMUTRAN, quando se tratar de regularização executada pelo proprietário e Município, apresentar para cada caso o respectivo projeto de sinalização, não havendo necessidade do interessado apresentar ART de profissional.

12.2) Quando a regularização através de TAC for totalmente arcada/executada pelo proprietário, cabe a ele também a apresentação e execução do projeto de sinalização com a respectiva ART do profissional. Tal projeto deverá ser previamente aprovado pelo DEMUTRAN.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 06 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 3153, de 06 de Dezembro de 2012

PORTARIA No 3153, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera temporariamente a carga horária de servidoras de provimento efetivo, para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidoras ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor – Ensino Fundamental, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2012, ou seja, de 01/12/2012 até 19/12/2012, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		TOTAL SEMANAL
	EFETIVA	SUBSTITUIÇÃO	
Camila Thaisa Alves	39h/a	04h/a	43h/a
Carmen Maria Fistarol Montibeller	29h/a	05h/a	24h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 3154, de 06 de Dezembro de 2012

PORTARIA No 3154, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera temporariamente a carga horária de servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor – Ensino Fundamental, lotados na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2012, ou seja, do período de 01/12/2012 a 19/12/2012, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		
	DE	PARA	
Amanda Pacher	33h/a	28h/a	
Charlene Voltolini Alves de Souza	35h/a	20h/a	
Darcisio Knoch	45h/a	44h/a	
Dayse Tatiane Witthoeft	35h/a	20h/a	
Jenifer Milena Pellin	27h/a	17h/a	

Marciano José Emilio da Silva	20h/a	15h/a
Maria Zenilda da Luz	26h/a	21h/a
Nadia Carla Bogo Zanella	30h/a	20h/a
Raquel Zimath Holler	25h/a	20h/a
Rita de Cassia Bona	35h/a	20h/a
Rosalene Teske Henschel	45h/a	20h/a
Scheila Danker	32h/a	20h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nºsemfa-C2056, de 14 de Dezembro de 2012

PORTARIA NºSEMFA-C2056, de 14 de dezembro de 2012
Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço ao servidor Roger Trisotto.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço ao servidor ROGER TRISOTTO, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por noventa e um (91) dias, a contar de 04/12 a 04/03/2013, conforme Processo RH12-0112;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2057 de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2057 de 14 de dezembro de 2012.
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Joyce Ivanoff.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora

Joyce Ivanoff, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH12-0179;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 21/11 à 05/12/2012 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 06/12 à 18/12/2012 (13 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2058 de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2058 de 14 de dezembro de 2012.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Haroldo Sasse.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor Haroldo Sasse, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme Processo RH03-0170;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 29/11 à 13/12/2012 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 14/12 à 03/02/2013 (52 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2059, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2059, de 14 de dezembro de 2012.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marize Campestrini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora Marize Campestrini, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11.12.2012 a 19.12.2012, por nove (09) dias, conforme Processo RH04-0280;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2060, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2060, de 14 de dezembro de 2012.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Giseli Adriana Floriani.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora Marize Campestrini, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11.12.2012 a 19.12.2012, por nove (09) dias, conforme Processo RH12-0163;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2061, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2061, de 14 de dezembro de 2012.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Osti Koehler.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor Osti Koehler, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 11.12.2012 a 05.02.2013, por cinquenta e sete (57)

dias, conforme Processo RH12-0076;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2062, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2062, de 14 de dezembro de 2012.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Fabiana Salvador Buzzi.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora Fabiana Salvador Buzzi, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 10.12.2012 a 20.12.2012, por onze (11) dias, conforme Processo RH06-0033;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2063, de 14 de Dezembro de 2012

PORTARIA NºSEMFA-C2063, de 14 de dezembro de 2012

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço ao servidor Elias Dalcastagne.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço ao servidor ELIAS DALCASTAGNE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado no Fundo Municipal de Trânsito, por cento e setenta e três (173) dias, a contar de 14/12 a 04/06/2013, conforme Processo RH04-0009;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2064 de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2064 de 14 de dezembro de 2012.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sonia Vicente.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SONIA VICENTE, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH09-0150;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 10/12 à 24/12/2012 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 25/12 à 03/02/2013 (41 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2065, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2065, de 14 de dezembro de 2012.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Zeferino Nodari.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor Zeferino Nodari, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 07.12.2012 a 15.01.2013, por quarenta (40) dias, conforme Processo RH12-0053;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 143º ano de

Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2066 de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2066 de 14 de dezembro de 2012.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Ademir Uecker.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor ADEMAR UECKER, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Fundação Municipal de Esportes, conforme Processo RH11-0084;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 11/12 à 25/12/2012 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 26/12 à 30/01/2013 (37 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Convocação de Empresas Para Assinatura dos Contratos

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO.

O Município de Timbó vem convocar as empresas abaixo citadas para assinatura dos contratos no prazo de 03 dias úteis a contar dessa publicação sob possibilidade de aplicação de penalidade nos termos dos Editais de licitações.

MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA

Aditivo Contrato 2012/145 - Iluminação Pública na Rua Mulde Central

Engecel Eletro Comercial Ltda

Aditivo Prazo Contrato 2012/156 - Iluminação de vias

SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Aditivo Prazo Contrato 2012/114 - Reforma Pavilhão de Eventos

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Aditivo Prazo Contrato 2012/148 - Pavimentação Rua Pernambuco
Os contratos estão disponíveis para assinatura no Departamento de Licitações na sede Prefeitura, no endereço Av. Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó. Informações sobre horário diferenciado pelo e-mail licitações@timbo.sc.gov.br ou pelo fone 47 3382-3655 ramal 2038.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Depto de Licitações

Extrato Contrato 2012/198

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/198

CONTRATANTE: Secretaria de Educação

CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora Ltda

OBJETO: dispensa de licitação destinada à contratação de empresa para reforma dos danos causados na Unidade Pré Escolar Pinguinho de Gente em virtude da tempestade de granizo ocorrida em 04 de novembro de 2012, conforme decreto nº 2921, de 05 de novembro de 2012.

VALOR TOTAL: R\$ 12.160,50 (doze mil, cento e sessenta reais e cinquenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 (quarenta e cinco) dias.

Data da Assinatura: 18/12/2012.

ALINE BÜRGER

Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato 2012/199

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/199

CONTRATANTE: Secretaria de Educação

CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora Ltda

OBJETO: dispensa de licitação destinada à contratação de empresa para reforma dos danos causados no Ginásio da Escola Municipal Maurício Germer em virtude da tempestade de granizo ocorrida em 04 de novembro de 2012, conforme decreto nº 2921, de 05 de novembro de 2012.

VALOR TOTAL: R\$ 11.534,52 (onze mil, quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 (quarenta e cinco) dias.

Data da Assinatura: 18/12/2012.

ALINE BÜRGER

Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato 2012/200

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/200

CONTRATANTE: Secretaria de Educação

CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora Ltda

OBJETO: dispensa de licitação destinada à contratação de empresa para reforma do telhado da Unidade Pré Escolar Amor Perfeito em virtude da tempestade de granizo ocorrida em 04 de novembro de 2012, conforme decreto nº 2921, de 05 de novembro de 2012.

VALOR TOTAL: R\$ 30.595,72 (trinta mil, quinhentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 75 (setenta e cinco) dias.

Data da Assinatura: 18/12/2012.

ALINE BÜRGER

Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato 2012/202

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/202

CONTRATANTE: Secretaria de Educação

CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora Ltda

OBJETO: dispensa de licitação destinada à contratação de empresa para reforma das salas de aula da Escola Municipal Erwin Prade em virtude da tempestade de granizo ocorrida em 04 de novembro de 2012, conforme decreto nº 2921, de 05 de novembro de 2012.

VALOR TOTAL: R\$ 89.789,36 (oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 (quarenta e cinco) dias.

Data da Assinatura: 19/12/2012.

ALINE BÜRGER

Secretária Municipal de Educação

Extrato Quarto Termo Aditivo ao Contrato 2009/154

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2009/154

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Amarildo Dalpiaz.

OBJETO: prorrogação do prazo previsto na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo n.º 2009/154. Data da assinatura: 17/12/12. PRAZO: prorrogado até 31/12/2013.

ELSON ANTÔNIO A. MARSON JUNIOR

Secretário de Saúde e Assistência Social

Extrato Quarto Termo Aditivo ao Contrato 2010/161

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/161

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Haroldo Duwe e Mariana Duwe.

OBJETO: prorrogação do prazo previsto na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo n.º 2010/161. Data da assinatura: 04/12/12. PRAZO: prorrogado até 31/12/2013.

ELSON ANTÔNIO A. MARSON JUNIOR

Secretário de Saúde e Assistência Social

Extrato Quinto Termo Aditivo ao Contrato 2008/97

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2008/97

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Ademir Ladehoff.

OBJETO: prorrogação do prazo previsto na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo n.º 2008/97. Data da assinatura: 04/12/12. PRAZO: prorrogado até 31/12/2013.

ELSON ANTÔNIO A. MARSON JUNIOR
Secretário de Saúde e Assistência Social

Extrato Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 2010/166
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. 2010/166

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

CONTRATADO: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI.

OBJETO: prorrogação do prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n.º 2010/166. Data da assinatura: 04/12/12. PRAZO: prorrogado até 31/12/2013.

MARIO VIEIRA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

Extrato Segundo Termo Aditivo ao Convênio Entre Município de Timbó e Casa Geriátrica de Repouso de Brusque

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONVÊNIO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TIMBÓ E A CASA GERIÁTRICA DE REPOUSO DE BRUSQUE

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONVENIADA: Casa Geriátrica de Repouso de Brusque.

OBJETO: prorrogação do prazo, repactuação, dotação orçamentária e ratificação do Convênio que tem por objeto o atendimento de pessoas a partir de 18 anos de idade, com deficiência física e mental (problemas psiquiátricos leves e moderados), idosos, dependentes químicos, de ambos os sexos. DATA DA ASSINATURA: 10/12/2012. VALOR: R\$ 1.880,00 (um mil, oitocentos e oitenta reais) por interno. PRAZO: prorrogado até 31/12/2013.

ELSON A. A. MARSON JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 44 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2012 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

OBJETO: Reagentes e produtos para laboratório da estação de tratamento de água e produtos químicos para tratamento de água. EMPRESAS FORNECEDORAS: Projesan Saneamento Ambiental, Analítica Química Indústria e Comercio Ltda, Tecniagua - Soluções em Tratamento de Água e Heko Ambiental. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 424.079,41 (quatrocentos e vinte

quatro mil, setenta e nove reais e quarenta e um centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/12/2013

Timbó, 20 de dezembro de 2012

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

Portaria N.º SAMAE 575, de 14 de Dezembro de 2012

PORTARIA N.º SAMAE 575, de 14 de Dezembro de 2012

Concede Prorrogação Licença sem vencimentos ao servidor Célio Mauricenz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 212, de 21/12/2001, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n.º 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar n.º 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

CONCEDER PRORROGAÇÃO LICENÇA SEM VENCIMENTOS

- ao servidor, CELIO MAURICENZ, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, por dois anos, a contar de 01 de Janeiro de 2013 (período 01/01/2013 a 31/12/2014).

Município de Timbó, em 14 de Dezembro de 2012; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE- 582, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA No SAMAE- 582, de 14 de Dezembro de 2012.

Altera a data do término do período de contratação dos Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar n.º. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar n.º. 234, de 12/12/2002, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso VIII e do art. 2º da Lei n.º 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei n.º 2.300, de 18/05/2006, Decreto n.º 1476, de 02/01/2009, ou seja, a substituição de pessoal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, ausência de candidatos em concursos públicos, ou nos casos de licença ou afastamento do exercício do cargo, para coleta, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, resolve:

ALTERAR A DATA DE TÉRMINO

Do período de contratação dos servidores abaixo relacionados, com base na Lei n.º 2.045/98, e, alterada pela Lei n.º. 2.300, de 18/05/2006:

NOME	DATA TÉRMINO
ADRIANO OLIVEIRA	01.04.13
CARLA ROEDER LACERDA	01.04.13
EDSON JOSÉ VENANCIO	01.04.13

EGON MAASS	01.04.13
ELIANE MARTINS DA SILVA	01.04.13
ERENITA DE FATIMA MINEIRO CASTANHA	01.04.13
FABIO STEUCK	01.04.13
IVONEI MOREIRA	01.04.13
IZOLETE DE SOUZA	01.04.13
JANETE BILK	01.04.13
JOEL OLIVEIRA	01.04.13
MARCOS STEFFEN	01.04.13
MICHELE CRISTIANE ERDMANN	01.04.13
ORLEI ANACLETO CARDOSO	01.04.13
RANDI PISKE	01.04.13
SILVIA STEFFEN HOELTGEBAUM	01.04.13
SUZANA MORAIS	01.04.13
VANDERLEI ANACLETO CARDOSO	01.04.13
VANDERLEI GESSNER	01.04.13
ADRIANO ADAM	01.04.13
CAMILA TROMBELLI	01.04.13
CLENIO CESAR PERES LEAL	01.04.13
EMMERSON CLEITON NARDELLI	01.04.13
GILSON KLEMMANN	01.04.13
JAIR HAAKE	01.04.13

Município de Timbó, em14 de Dezembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE 571, de 05 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº SAMAE 571, de 05 DE DEZEMBRO de 2012.

Concede Promoção por Nova Titulação ao servidor MOACIR PETRY

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 20 a 25 da Lei Complementar nº 137, de 02/07/1998 resolve:

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO ao servidor MOACIR PETRY, ocupante do cargo de Fiscal Leiturista, conforme demonstrativo abaixo:

PROCESSO RH 96/2012

REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR: 24

REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO: 25, a contar de 28 de Novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em05 de Dezembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE 572, de 05 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº SAMAE 572, de 05 DE DEZEMBRO de 2012.

Concede Promoção por Nova Titulação ao servidor SERGIO ANDREAZZA.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 20 a 25 da Lei Complementar nº 137, de 02/07/1998 resolve:

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO ao servidor SERGIO ANDREAZZA, ocupante do cargo de Agente Manutenção, conforme demonstrativo abaixo:

PROCESSO RH 97/2012

REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR: 24

REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO: 25, a contar de 05 de Dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em05 de Dezembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE 574, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº SAMAE 574, de 14 DE DEZEMBRO de 2012.

Concede Promoção por Nova Titulação á servidora GRAZIELA LARGURA.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 20 a 25 da Lei Complementar nº 137, de 02/07/1998 resolve:

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO a servidora GRAZIELA LARGURA, ocupante do cargo de Técnico Laboratorista, conforme demonstrativo abaixo:

PROCESSO RH 98/2012

REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR: 50

REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO: 51, a contar de 17 de Dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em14 de Dezembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 573, de 10 de Dezembro de 2012.

PORTARIA nº. SAMAE- 573, de 10 de Dezembro de 2012.

Concede exoneração a pedido do servidor abaixo contratado temporariamente para o cargo de AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO, a contar da data abaixo mencionada.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso II, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor NELSON SPRUNG, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 569, de 04.12.12, a contar de 10 de Dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 10 de Dezembro de 2012; 142o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 576, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA nº. SAMAE- 576, de 14 de Dezembro de 2012.

Exonerar por término do prazo contratual os servidores abaixo contratados temporariamente para o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL I, a contar de 31 de Dezembro de 2012.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso I, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. EXONERAR os servidores:

EDUARDO FELIPE LARGURA, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 528, 01.06.12.

ELIOSVALDO JESUS NUNES, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 531, de 11.06.12.

EVELIN CRISLAINE RODRIGUES, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, a qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 531, de 11.06.12.

GILMAR FRANCISCO LARGURA, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 475, de 13.02.12.

GILNEI SCHUSTER, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 387, de 01.02.11.

GRAZIELE BORBA BELARMINO, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, a qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 457, de 03.01.12.

GUILHERME DIEGO CUNHA DALLA LASTA, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 522, de 18.05.12.

JAINE LIARA GIRARDI, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, a qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 457, de 03.01.12.

LUIS DAMASCO SOARES DO NASCIMENTO, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 457, de 03.01.12.

TANIA CRISTINA BAGATOLLI ZUMACH, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, a qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 517, de 11.05.12.

VICTOR COMIS, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 457, de 03.01.12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 14 de Dezembro de 2012; 142o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 577, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA nº. SAMAE- 577, de 14 de Dezembro de 2012.

Exonerar por término do prazo contratual a servidora abaixo contratada temporariamente para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, a contar de 31 de Dezembro de 2012.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso I, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. EXONERAR a servidora:

DAYSE DIAS DE OLIVEIRA, contratada temporariamente para o cargo de Agente de Serviços Administrativos, a qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 410, 16.05.11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 14 de Dezembro de 2012; 142o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 578, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA nº. SAMAE- 578, de 14 de Dezembro de 2012.

Exonerar por término do prazo contratual o servidor abaixo contratado temporariamente para o cargo de ENGENHEIRO CIVIL SANITARISTA, a contar de 31 de Dezembro de 2012.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso I, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. EXONERAR a servidora:

GUSTAVO DUNCHATT ZETTERMANN, contratado temporariamente para o cargo de Engenheiro Civil Sanitarista, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 486, 05.03.12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 14 de Dezembro de 2012; 142o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 579, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA nº. SAMAE- 579, de 14 de Dezembro de 2012.

Exonerar por término do prazo contratual o servidor abaixo contratado temporariamente para o cargo FISCAL LEITURISTA , a contar de 31 de Dezembro de 2012.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso I, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. EXONERAR a servidor:

LUIZ CARLOS BASSANI, contratado temporariamente para o cargo de Fiscal Leiturista, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 444, 03.10.11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 14 de Dezembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 580, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA nº. SAMAE- 580, de 14 de Dezembro de 2012.

Exonerar por término do prazo contratual o servidor abaixo contratados temporariamente para o cargo PEDREIRO, a contar de 31 de Dezembro de 2012.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso I, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. EXONERAR o servidor:

MARCIO DE BORBA, contratado temporariamente para o cargo de Pedreiro, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 491, 08.03.12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 14 de Dezembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 581, de 14 de Dezembro de 2012.

PORTARIA nº. SAMAE- 581, de 14 de Dezembro de 2012.

Exonerar por término do prazo contratual o servidor abaixo contratados temporariamente para o cargo Agente Manutenção, a contar de 31 de Dezembro de 2012.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso I, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. EXONERAR o servidor:

VANDERLEI DE JESUS, contratado temporariamente para o cargo de Agente Manutenção, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 516, 10.05.12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 14 de Dezembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.268/12

DECRETO Nº 10.268/12, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Decreta Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no artigo 3º do Decreto nº 9915/12, de 04 de janeiro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo, nas Repartições Públicas Municipais, nos dias 26, 27 e 28 de dezembro de 2012, ressalvadas as necessidades dos serviços essenciais dos seguintes órgãos e repartições:

I - Secretaria Municipal de Saúde;

II - Secretaria Municipal de Educação (Centros de Educação Infantil);

III - Departamento de Serviços Urbanos;

IV - Departamento de Notas de Produtores Rurais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.269/12

DECRETO Nº 10.269/12, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Prorroga o horário especial de expediente, em turno único, em órgãos e repartições da Administração Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, usando das atribuições que lhe confere o art. 72, incisos IX e XII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado, até 31 de janeiro de 2013, o horário especial de expediente em turno único, instituído pelo Decreto nº 10.209/12, alterado pelo Decreto nº 10.212/12

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.271/12

DECRETO Nº 10.271/12 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.828/12 de 05 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 63.000,00(sessenta e três mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.033 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas 25.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 38.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 63.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Aditivo Nº367-2012 - Suspensão de Contrato

Aditivo nº: 367/2012

Contrato/Ata nº: CT 223/2012

Licitação: CC 03/2012

Contratada: Conduvale Eletrificação Ltda

Objeto: Suspensão do contrato pelo prazo de 45 consecutivos a partir de 20/12/2012 até 03/02/2013, tendo em vista a necessidade da empresa Conduvale Eletrificação Ltda apresentar novo Projeto Elétrico Definitivo aprovado pela Concessionária de energia (CELESC) atendendo as suas Normas e a necessidade de alguns

ajustes no projeto executivo do parque pelos projetistas para a perfeita adequação do projeto paisagístico

Data: 19/10/2012

Aditivo Nº368-2012 - Suspensão de Contrato

Aditivo nº: 368/2012

Contrato/Ata nº: CT 224/2012

Licitação: CC 03/2012

Contratada: Ademir Luiz Bogoni FI

Objeto: Suspensão do contrato pelo prazo de 45 consecutivos a partir de 20/12/2012 até 03/02/2013, tendo em vista a necessidade da empresa Conduvale Eletrificação Ltda apresentar novo Projeto Elétrico Definitivo aprovado pela Concessionária de energia (CELESC) atendendo as suas Normas e a necessidade de alguns ajustes no projeto executivo do parque pelos projetistas para a perfeita adequação do projeto paisagístico

Data: 19/10/2012



Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Anexo V Controle Gastos - 11 2012

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS NOVEMBRO/2012

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	3.274.946,02
1.2 - ITBI	1.427.590,70
1.3 - ISS	6.007.652,06
1.5 - IRRF	1.484.846,08
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	381.347,73
1.7 - Multas e Juros de Impostos	362.078,77
1.8 SOMA	12.938.461,36
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	14.734.602,09
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	170.637,83
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	32.449.861,84
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	524.824,06
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	13.198,02
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	5.357.791,62
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	53.250.915,46
1.18 TOTAL	66.189.376,82

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	16.547.344,21
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	14.622.795,85
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	118.474,42
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	551.360,46
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.321.121,71
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	106.954,63
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.019.964,68
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	909.816,24
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	121.795,23

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	16.547.344,21	20.183.655,96	3.636.311,76
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		9.333.577,68	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		10.850.078,28	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	15.292.630,73	15.392.690,57	100.059,84
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	9.175.578,44	12.654.371,46	3.478.793,02
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	6.117.052,29	2.738.319,11	-3.378.733,18
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	2.448.041,02	473.620,71	-1.974.420,31
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.031.611,47	690.983,00	-340.628,47

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	24,31%	-0,69%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	85,84%	25,84%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	18,58%	-21,82%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	14.622.795,85	10.649.546,31	3.973.249,54

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 18 de dezembro de 2012.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto N.º 061/2012

DECRETO 061/2012

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Provisões.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0806, de 02/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0101 - CAMARA DE VEREADORES

01.031.001.2001 - Manutenção do Poder Legislativo

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Livres R\$ 1.182,57

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0101 - CAMARA DE VEREADORES

01.031.001.2001 - Manutenção do Poder Legislativo

44000000.00 - Investimento

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Livres R\$ 1.182,57

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC),

20 de dezembro de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/___.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 231/2012

P O R T A R I A Nº 231/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: AURÉLIA SOETHE

Cargo: PROFESSOR NIVEL III ACT

Do Quadro de Pessoal admitida em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 044/2012, de 17 de fevereiro de 2012, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 21 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 21 de dezembro de 2012, condicionada a sua

validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
06 DE DEZEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/___.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 258/2012

P O R T A R I A Nº 258/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2010, do dia 06 de janeiro de 2010,

Nome: LUCIANA CORREA FELICIANO

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Administração e Finanças, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
20 DE DEZEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/___.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 259/2012

P O R T A R I A Nº 259/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2010, do dia 06 de janeiro de 2010,

Nome: CLAUDIR TILHA

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, podendo ser lotado em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
20 DE DEZEMBRO DE 2012.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 260/2012
P O R T A R I A Nº 260/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:
de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2010, do dia 06 de janeiro de 2010,

Nome: INDIANARA CRISTINA DE OLIVEIRA
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
20 DE DEZEMBRO DE 2012.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 261/2012
P O R T A R I A Nº 261/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:
de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2010, do dia 06 de janeiro de 2010,

Nome: AURÉLIA SOETHE
Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Educação,

podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
20 DE DEZEMBRO DE 2012.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 262/2012
P O R T A R I A Nº 262/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:
de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2011, do dia 10 de novembro de 2011,

Nome: REGINA DA COSTA OLIVEIRA
Cargo: ENFERMEIRA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, podendo ser lotado em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
20 DE DEZEMBRO DE 2012.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 263/2012
P O R T A R I A Nº 263/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:
de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2011, do dia 10 de novembro de 2011,

Nome: PAOLLA PUCCI
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde,

podendo ser lotado em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
20 DE DEZEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Ata Registro de Preço Pregão 39-2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2012

Ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de 2012, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 39/2012, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 21/12/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	Oleo diesel		100.000,00000	2,1900	219.000,00
Total do Fornecedor: 219.0000,00 (DUZENTOS E DEZENOVE MIL REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga o PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação

do aumento pela empresa registrada

(requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 39/2012 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os produtos deverão ser fornecidos, em bombas medidoras, operadas por funcionários da empresa vencedora, situadas em um raio máximo de 1.000 (um mil) metros, da garagem da Municipal, estabelecida a Rua Vereador Francisco Roedel, Centro, neste município de Vitor Meireles/SC.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será efetuado quinzenalmente, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles,

5.2 Os Preços serão reajustados com base no índice de variação do preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e nota de Compra com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida,

com a conseqüente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a conseqüente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 21 de dezembro de 2012.

COMISSÃO:

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

EMPRESA/CARIMBO

Ata Registro de Preços Pregão 11-2012 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de 2012, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 11/2012, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 21/12/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Item	Unidade	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	Oleo Diesel		20.000,00000	2,1900	43.800,00
00002	LITRO	GASOLINA		20.000,00000	2,8200	56.400,00
00003	LITRO	ALCOOL		500,00000	2,4800	1.240,00
Total da Licitação: 101.440,00 (CIENTO E HUM MIL E QUATROCIENTOS E QUARENTA Reais)						

1.3 Este instrumento não obriga o PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 11/2012 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os produtos deverão ser fornecidos, em bombas medidoras, operadas por funcionários da empresa vencedora, situadas em um raio máximo de 1.000 (um mil) metros, da garagem da Municipal, estabelecida a Rua Vereador Francisco Roedel, Centro, neste município de Vitor Meireles/SC.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será efetuado quinzenalmente, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles,

5.2 Os Preços serão reajustados com base no índice de variação

do preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e nota de Compra com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a

terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

8.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 21 de dezembro de 2012.

COMISSÃO:

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

EMPRESA/CARIMBO

Ata Registro de Preços Pregão 38-2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2012

Ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de 2012, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 38/2012, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 21/12/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

6227.8 – AUTO POSTO FISTAROL LTDA						
Item	Unidade	Produto	Marca	Quantidade	Preço Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	Oleo diesel		200.000,00000	2,1900	438.000,00
Total do Fornecedor: 438.000,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E OITO MIL REAIS)						

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Unidade	Produto	Marca	Quantidade	Preço Unit.	Prç Tot.
00002	LITRO	Gasolina		25.000,00000	2,8200	70.500,00
00003	LITRO	Alcool		500,00000	2,5200	1.260,00
Total do Fornecedor: 71.760,00 (SETENTA E HUM MIL E SETECENTOS E SESENTA REAIS)						
Total da Licitação: 509.760,00 (QUINHENTOS E NOVE MIL E SETECENTOS E SESENTA REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga o PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente,

sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 38/2012 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os produtos deverão ser fornecidos, em bombas medidoras, operadas por funcionários da empresa vencedora, situadas em um raio máximo de 1.000 (um mil) metros, da garagem da Municipal, estabelecida a Rua Vereador Francisco Roedel, Centro, neste município de Vitor Meireles/SC.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será efetuado quinzenalmente, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles,

5.2 Os Preços serão reajustados com base no índice de variação do preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e nota de Compra com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e

justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o

prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 21 de dezembro de 2012.

COMISSÃO:

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

EMPRESA/CARIMBO

EMPRESA/CARIMBO

Associações

AMOSC

Resolução Nº 06/2012

RESOLUÇÃO Nº 06/2012

LENOIR BIGOLIN, Prefeito Municipal de Quilombo e Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso de atribuições conferidas pelo art. 26, incisos VIII e X, do Estatuto Social, ad referendum da Assembléia Geral Ordinária.

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a baixa de bens móveis descritos abaixo constantes do cadastro patrimonial da AMOSC, por considera-los inservíveis, procedendo-se a alienação dos mesmos.

Plaqueta	Descrição do Bem	Valor em R\$
17	Máquina Calculadora Olivetti Logos	55,00
28	Cofre Forte Inteiroço	446,00
31	Cadeira Estofada Azul	15,00
43	Arquivo de Aço	60,00
44	Quadro para Mural de Avisos	21,00
79	Mesa de Madeira	75,00
222	Mapoteca Vertical com Chave	195,00
224	Prancheta para Desenho de Madeira	25,00
225	Luminária VL 18 200W Ransor para Desenho	40,00
228	Mapoteca Metalsul c/ Cinco Gavetas	195,00
230	Estojo para Normografo HOP com 12 Réguas	40,00
231	Mesa de Madeira com Chapa Fórmica	25,00
232	Prateleira de Madeira com Suporte Metral Fixo	30,00
243	Escultura em Bronze com Suporte de Mármore	15,00
244	Escultura em Bronze com Suporte de Mármore	15,00
245	Quadro Pintado a Óleo	100,00
288	Fichário Porta disquete	10,00
301	Bebedouro com Garrafão	130,00
316	Máquina Copiadora Heliográfica Lema	3.600,00
322	Impressora Deskjet 500 C	700,00
341	Fichário Porta Disquete	10,00
342	Fichário Porta Disquete	10,00
359	Arquivo Marca Menno para Disquetes	10,00
360	Arquivo Marca Menno para disquetes	10,00
361	Fichário de Acrílico para Disquete	10,00
368	Estante Inca	50,00
389	Cadeira Marca PF	15,00
404	Estabilizador 0.5 KVA	100,00
454	Cavelele Tipo Tripé	35,00
455	Cavelele Tipo Tripé	35,00
456	Televisor a Cores 28"	600,00
457	Aparelho de Vídeo Cassete Marca Sharp	500,00
460	Microfone Vocal 300 F-VX	50,00
462	Pedestal para Microfone	30,00
477	Sofá Estofado Preto Individual	65,00
509	Vaso com Folhagem	72,50
576	Rádio Marca Coaster	300,00
582	Estabilizador de Energia	80,00

587	Mapoteca Vertical Pandin	476,00
598	Windows 95 OEM	7.100,00
600	Retroprojeto 9820 ABJ	520,00
610	Vaso c/ Folhagem	72,50
614	Microcomputador Pentium III	2.170,00
616	Mesa 3 Gavetas	189,00
633	Software Delphi 6 Profissional	2.060,00
639	Máquina de Calcular Científica	28,90
649	Microcomputador Pentium III	1.635,00
659	Aparelho de som Marca AIWA	449,00
660	Telefone sem Fio	205,00
662	Telefone Celular Nokia 8265	619,00
666	Módulo Central Telefônica Interface	452,00
667	Aparelho de Som Brawox	345,00
671	Microcomputador ATHLON XP	1.565,00
680	Microcomputador ATHLON XP	1.780,00
681	Monitor SW 710 E	500,00
685	Aparelhos Telefônico sem Fio Intelbras	119,40
691	Aparelho de Fax Facsimili	580,00
695	Cadeira Giratória	399,00
705	Impressora HP 4355	560,00
707	Monitor LCD 15"	545,00
715	Balcão de Caixa com 3 Gavetas	350,00
716	Futura Oval	350,00
724	Relógio Ponto Henry	2.600,00
Total	33.444,30	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 19 de dezembro 2012.

LENOIR BIGOLIN

Prefeito de Quilombo

Presidente da AMOSC

Edital Nº 07/2012

EDITAL Nº 07/2012

LENOIR BIGOLIN, Prefeito de Quilombo, Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 11 e art. 26, inciso XI do Estatuto Social,

C O N V O C A

Art. 1º Os Prefeitos dos municípios filiados para a Assembléia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC a realizar-se:

Data: 10 de janeiro de 2013 - quinta-feira

Local: Auditório da AMOSC, Chapecó - SC

Horário: 9 horas

Art. 2º A Assembléia Geral Ordinária, terá como assuntos principais:

- I. Eleição e posse da Diretoria Executiva;
- II. Eleição e posse do Conselho Fiscal;
- III. Definição do cronograma de visita aos municípios;
- IV. Apresentação da programação dos 45 anos da AMOSC;
- V. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 19 de dezembro de 2012.

LENOIR BIGOLIN

Prefeito de Quilombo

Presidente da AMOSC

Consórcios

AGIR

Extrato Contrato de Rateio Nº 001/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO/2012

Número do contrato: 001/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortiado: Município de APIÚNA

CNPJ do consorciado: 79.373.767/0001-16.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 384,20 (trezentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos).

Cota anual: R\$ 4.610,40 (quatro mil seiscentos e dez reais e quarenta centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 002/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 002/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortiado: Município de ASCURRA

CNPJ do consorciado: 83.102.772/0001-61.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 296,76 (duzentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos).

Cota anual: R\$ 3.561,12 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e doze centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 003/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 003/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortiado: Município de BENEDITO NOVO

CNPJ do consorciado: 83.102.780/0001-08.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 413,24 (quatrocentos e traze reais e vinte e quatro centavos).

Cota anual: R\$ 4.958,88 (quatro mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 004/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 004/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortiado: Município de BLUMENAU

CNPJ do consorciado: 83.108.357/0001-15.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 12.368,56 (doze mil trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

Cota anual: R\$ 148.422,72 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 005/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 005/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortiado: Município de BOTUVERÁ

CNPJ do consorciado: 83.102.350/0001-96.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 178,72 (cento e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Cota anual: R\$ 2.144,64 (dois mil cento e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 006/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 006/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortado: Município de DOUTOR PEDRINHO

CNPJ do consorciado: 79.373.775/0001-62.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 144,16 (cento e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos).

Cota anual: R\$ 1.729,92 (um mil setecentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 007/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 007/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortado: Município de GASPARE

CNPJ do consorciado: 83.102.244/0001-02.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 2.318,32 (dois mil trezentos e dezoito reais e trinta e dois centavos).

Cota anual: R\$ 27.819,84 (vinte e sete mil oitocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 008/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 008/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortado: Município de GUABIRUBA

CNPJ do consorciado: 83.102.368/0001-98.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 737,32 (setecentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos).

Cota anual: R\$ 8.847,84 (oito mil oitocentos e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 009/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 009/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortado: Município de INDIAIAL

CNPJ do consorciado: 83.102.798/0001-00.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 2.191,76 (dois mil cento e noventa e um reais e setenta e seis centavos).

Cota anual: R\$ 26.301,12 (vinte e seis mil trezentos e um reais e doze centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 010/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 010/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortado: Município de POMERODE

CNPJ do consorciado: 83.102.251/0001-04.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 1.110,88 (um mil cento e dez reais e oitenta e oito centavos).

Cota anual: R\$ 13.330,56 (treze mil trezentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 011/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 011/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e

Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortado: Município de RIO DOS CEDROS

CNPJ do consorciado: 83.102.806/0001-18.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 411,20 (quatrocentos e onze vinte centavos).

Cota anual: R\$ 4.934,40 (quatro mil novecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 012/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 012/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortado: Município de RODEIO

CNPJ do consorciado: 83.102.814/0001-64.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 436,56 (quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Cota anual: R\$ 5.238,72 (cinco mil duzentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Extrato Contrato de Rateio Nº 013/2012 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2012

Número do contrato: 013/2012

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortado: Município de TIMBÓ

CNPJ do consorciado: 83.102.764/0001-15.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2013.

Cota mensal: R\$ 1.472,68 (um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

Cota anual: R\$ 17.672,16 (dezesete mil seiscentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos).

Blumenau (SC), em 05 de dezembro de 2012.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

CRA-SC nº. 6000528 / Reg. Prof. nº. 1284/SC (Sec. Ex.)

Errata ao Aviso de Consulta Pública Nº. 001/2012 - AGIR

ERRATA Nº 01 AO AVISO DE

CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2012

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, Dr. HEINRICH LUIZ PASOLD, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, vem a público retificar o AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2012, que tem por objetivo a apresentação das minutas das Resoluções nº 001/2012; 002/2012; 003/2012 e 004/2012 que estabelecem respectivamente sobre as Condições Gerais da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Âmbito Da Agir; sobre os Procedimentos de Fiscalização da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, de Aplicação de Penalidades e dá Outras Providências; sobre as Penalidades Aplicáveis aos Prestadores de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário; e sobre Procedimentos de Consultas e Reclamações dos Usuários dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos, Limpeza Urbana e Sistema de Drenagem. Observando o seguinte:

Altera a data de término da consulta pública:

Onde se lê:

As Consultas Públicas das Resoluções acima evidenciadas iniciarão às 08:00 horas do dia 19/12/2012 e terminará às 17:00 horas do dia 31/01/2012, mediante o intercâmbio de documentos e sugestões através do site <http://www.agir.sc.gov.br>.

Leia-se:

As Consultas Públicas das Resoluções acima evidenciadas iniciarão às 08:00 horas do dia 19/12/2012 e terminará às 17:00 horas do dia 31/01/2013, mediante o intercâmbio de documentos e sugestões através do site <http://www.agir.sc.gov.br>.

Blumenau (SC), em 18 de dezembro 2012.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

OAB/SC 3420

Errata ao Regulamento da Consulta Pública Nº 001/2012 - AGIR

ERRATA Nº 01 AO REGULAMENTO DA

CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2012

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, Dr. HEINRICH LUIZ PASOLD, e o Presidente do Comitê de Regulação, Sr. ANÍSIO FANTINI, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, vem a público retificar o REGULAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2012, que tem por objetivo a apresentação das minutas das Resoluções nº. 001/2012; 002/2012; 003/2012 e 004/2012 que estabelecem respectivamente sobre as Condições Gerais da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Âmbito Da Agir; sobre os Procedimentos de Fiscalização da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, de Aplicação de Penalidades e dá Outras Providências; sobre as Penalidades Aplicáveis aos Prestadores de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário; e sobre Procedimentos de Consultas e Reclamações dos Usuários dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos, Limpeza Urbana e Sistema de Drenagem. Observando o seguinte:

Altera em parte o item 2. Início e Encerramento da Consulta Pública:

Onde se lê:

As Consultas Públicas das Resoluções acima evidenciadas iniciar-se-ão às 08:00 horas do dia 19/12/2012 e terminará às 17:00 horas do dia 31/01/2013, mediante o intercâmbio de documentos e sugestões através do site <http://www.agir.sc.gov.br>.

Leia-se:

As Consultas Públicas das Resoluções acima evidenciadas iniciar-se-ão às 08:00 horas do dia 19/12/2012 e terminará às 17:00 horas do dia 31/01/2013, mediante o intercâmbio de documentos e sugestões através do site <http://www.agir.sc.gov.br>.

Blumenau (SC), em 18 de dezembro 2012.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

OAB/SC 3420

ANISIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação

ARIS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 02/2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2012.

Primeiro termo aditivo ao contrato nº 02/2012, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e a empresa REUNIDAS TURISMO S/A.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento - ARIS, inscrita no CNPJ sob os números: 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Marcos Fey Probst e a empresa REUNIDAS TURISMO S/A, inscrita no CNPJ sob nº 04.176.082/0001-80, com sede na Avenida Governador Ivo Silveira, nº 2897, Bairro Capoeiras, na cidade de Florianópolis, doravante simplesmente denominada "CONTRATADA", representada pelo seu representante legal, Sr. Rui Caramori, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO : []

2.2 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2013, com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93".

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2012.

MARCOS FEY PROBST

Diretor Geral da ARIS

RUI CARAMORI

Representante Legal da Reunidas

CLARICE TEREZINHA LENZ

Coordenadora de Contabilidade da ARIS

JOÃO LUIZ COBALCHINI

Procurador Jurídico da ARIS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 05/2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2011.

Primeiro termo aditivo ao contrato nº 05/2011, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e a empresa OMD SOLUÇÕES PARA OUVIDORIAS S/S LTDA.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento - ARIS, inscrita no CNPJ sob os números: 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Marcos Fey Probst e a empresa OMD SOLUÇÕES PARA OUVIDORIAS S/S LTDA, estabelecida na Rua Marechal Guilherme, n. 147, sala 602, centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o número 06.181.338/0001-73, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante legal, Sr. Rony Reinehr Brand, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA:

A Cláusula décima passa a vigorar com a seguinte redação:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 30/12/2013, com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93".

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2012.

MARCOS FEY PROBST

Diretor Geral da ARIS

RONY REINEHR BRAND

Representante Legal da OMD

CLARICE TEREZINHA LENZ

Coordenadora de Contabilidade da ARIS

JOÃO LUIZ COBALCHINI

Procurador Jurídico da ARIS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 07/2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 07/2012.

Primeiro termo aditivo ao contrato nº 07/2012, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e a empresa ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento - ARIS, inscrita no CNPJ sob os números: 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Marcos Fey Probst e a empresa ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, estabelecida na Rua Domingos Pedro Hermes, n. 1.109, Bairro Jardim das Acácias, São José/SC, inscrita no CNPJ sob o número 02.531.343/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante legal, Sr. Israel Fontanella da Silva, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA:

A Cláusula sétima passa a vigorar com a seguinte redação:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/01/2013, com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93".

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2012.

MARCOS FEY PROBST
Diretor Geral da ARIS

ISRAEL FONTANELLA DA SILVA
Representante Legal da ADSERVI

CLARICE TEREZINHA LENZ
Coordenadora de Contabilidade da ARIS

JOÃO LUIZ COBALCHINI
Procurador Jurídico da ARIS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 10/2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 10/2012.

Primeiro termo aditivo ao contrato nº 10/2012, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e a empresa ALIANÇA CAPITAL ASSESSORIA EMPRESARIAL.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento – ARIS, inscrita no CNPJ sob os números: 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Marcos Fey Probst e a empresa ALIANÇA CAPITAL ASSESSORIA EMPRESARIAL, estabelecida na Rua Professor Ayrton Roberto de Oliveira, n. 32, Ed. Laguna Corporate Center, Sala 602, Itacorubi, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o número 11.617.042/0001-92, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante legal, Sr. Marcelo André Marchezan, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA QUARTA – Vigência do Contrato e do Prazo de Entrega dos Serviços e do Desembolso Financeiro:

A Cláusula quarta passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º O prazo máximo de entrega dos serviços deverá seguir o seguinte cronograma:

Etapas	Descrição	Prazo	[...]
--------	-----------	-------	-------

[...]

2	Projeto Básico de TI para o Projeto "Sistema de Indicadores – ARIS"	até 03/01/2013	[...]
---	---------------------------------------------------------------------	----------------	-------

3	Documentação Jurídica do Projeto "Sistema de Indicadores – ARIS"	Em até 20 (vinte) dias da celebração do contrato, escopo do Projeto Básico (etapa 2), entre a ARIS e empresa vencedora do certame e por conseguinte responsável por executar o Projeto Básico do referido certame.	[...]
---	------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

".

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2012.

MARCOS FEY PROBST
Diretor Geral da ARIS

MARCELO ANDRÉ MARCHEZAN
Representante Legal da Contratada

CLARICE TEREZINHA LENZ
Coordenadora de Contabilidade da ARIS

JOÃO LUIZ COBALCHINI
Procurador Jurídico da ARIS

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 07/2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 07/2011.

Segundo termo aditivo ao contrato nº 07/2011, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e a empresa CAPVEL VEÍCULOS LTDA.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento - ARIS, inscrita no CNPJ sob os números: 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Marcos Fey Probst e a empresa CAPVEL VEÍCULOS LTDA, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 40, CEP.: 88.900-000, Centro, Araranguá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº01.347983/0001-08, neste ato representada por seu representante legal Senhor Sergio Luiz Soares, inscrito no CPF nº 671.608.919-53, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA:

A Cláusula sétima passa a vigorar com a seguinte redação:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 28/02/2013, com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93".

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2012.
MARCOS FEY PROBST
Diretor Geral da ARIS

SERGIO LUIZ SOARES
Representante Legal da Capvel

CLARICE TEREZINHA LENZ
Coordenadora de Contabilidade da ARIS

JOÃO LUIZ COBALCHINI
Procurador Jurídico da ARIS

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 03/2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2011.

Terceiro termo aditivo ao contrato nº 03/2011, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e a empresa ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento – ARIS, inscrita no CNPJ sob os números: 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Marcos Fey Probst e a empresa ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA, estabelecida na Rua Domingos Pedro Hermes, n. 1.109, Bairro Jardim das Acácias, São José/SC, inscrita no CNPJ sob o número 05.497.780/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante legal, Sr. Israel Fontanella da Silva, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA:

A Cláusula sétima passa a vigorar com a seguinte redação:

“A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2013, com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93”.

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2012.
MARCOS FEY PROBST
Diretor Geral da ARIS

ISRAEL FONTANELLA DA SILVA
Representante Legal da ADSERVIG

CLARICE TEREZINHA LENZ
Coordenadora de Contabilidade da ARIS

JOÃO LUIZ COBALCHINI
Procurador Jurídico da ARIS

CIDEMA

Edital Nº 04/2012

EDITAL Nº 04/2012

ELIO PEDRO HOSS GODOY, Prefeito de São Carlos e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 17, VI, do Estatuto Social,

C O N V O C A

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados, para a Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA a realizar-se:

Data: 10 de janeiro de 2013 - quinta-feira

Local: Auditório da AMOSC, Chapecó - SC

Horário: 9 horas

Art. 2º A Assembléia Geral Ordinária, terá como assuntos principais:

- I. Eleição e posse da Diretoria Executiva;
- II. Eleição e posse do Conselho Fiscal;
- III. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 19 de dezembro de 2012.

ELIO PEDRO HOSS GODOY

Prefeito de São Carlos

Presidente do CIDEMA

CIMVI

Licitação Nº 005/2012 - Ata Abertura Propostas

ATA DA LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2012

ABERTURA DAS PROPOSTAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Às nove horas e trinta minutos do décimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, SC, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº.2516, de 02 de janeiro de 2012, alterada pela Portaria nº 2812, de 27 de abril de 2012, sob a presidência da Sra. Barbara Hochheim, estando presentes os membros e Benno Adam Netto e Udemar Pellin. Para abertura e julgamento das propostas.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem sua inviolabilidade. A Senhora Presidente, em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes das propostas, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica.

ECOLIBRA ENG. PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA apresentou valor total de R\$ 433.134,27, KEY CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, apresentou valor total de R\$ 430.892,00, SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI apresentou valor total de R\$ 413.017,56, REÚSA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL LTDA EPP, apresentou valor total de R\$ 459.479,02, SANETAL ENG. E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP apresentou valor total de R\$ 526.185,92 E FLORA TECNOLOGIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA apresentou valor total de R\$ 431.852,50.

Aberta a palavra aos presentes o representante da empresa

ECOLIBRA ENG. PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA manifestou intenção, diante do empate técnico e de seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, em apresentar nova proposta ofertando o valor de R\$ 412.000,00.

A Senhora Presidente solicitou que a empresa apresentasse nova proposta de acordo com as exigências do edital no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para após julgar o vencedor do certame. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais.

Assinaturas:
BARBARA HOCHHEIM
Presidente

BENNO ADAM NETTO
Secretário

UEDEMAR PELLIN
Membro

ECOLIBRA ENG. PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA
representada por Fernando Montanari,

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI,
representado por Rodrigo Afonso de Bortoli,

Licitação Nº 005/2012 - Decisão Propostas DECISÃO TOMADA DE PREÇO 05/2012 CIMMVI

No dia 12/12/2012, foi realizada a abertura dos envelopes das propostas para elaboração do "Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos".

Após a abertura das propostas a empresa ECOLIBRA ENG. PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA. manifestou interesse em apresentar nova proposta, com base na Lei Complementar nº. 123/2006.

Na data de 13/12/2012, a empresa Ecolibra apresentou nova proposta escrita. Submetida a proposta à avaliação do responsável pelo CIMMVI, este informou que a proposta e valores estão de acordo com as exigências do edital TP 05/2012.

Diante do acima exposto declaramos vencedora do certame a empresa ECOLIBRA ENG. PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA., que apresentou valor total de R\$ 412.000,00 (quatrocentos e doze mil reais).

Timbó - SC, 19 de dezembro de 2012.
BARBARA HOCHHEIM
Presidente da Comissão de Licitações

CINCO

Resolução N. 033/2012

Resolução nº 033/2012

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento Anual do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, para o exercício de 2013, e da outras providências.

A Assembléia Geral do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, realizada no dia 20 de dezembro de 2012, na cidade de Arroio Trinta, aprovou e eu, Presidente do CINCO, publico as Diretrizes para Elaboração do Orçamento Anual, do Consórcio Integrado do

Contestado - CINCO, para o exercício de 2013.

Art. 1º. O orçamento do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, para o exercício de 2013, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Resolução, compreendendo:

- I - diretrizes gerais;
- II - disposições sobre a receita;
- III - disposições sobre a despesa;
- IV - dos créditos adicionais;
- V - das disposições gerais.

CAPÍTULO I **DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 2º. A presente Resolução estabelece diretrizes gerais e será elaborada de acordo com as ações extraídas do Plano Plurianual de Investimentos 2010/2013.

Art. 3º. O orçamento destinará recursos de contrapartida para execução de projetos e atividades oriundos de convênios.

Art. 4º. O orçamento englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas do CINCO.

Art. 5º. A elaboração e aprovação da Resolução do Orçamento de 2013, e a execução da respectiva Resolução deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Resolução.

Parágrafo único. Integram a Resolução de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- a) Demonstrativo I - Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g) Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;
- h) Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- i) Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- j) Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- k) Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- l) Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- m) Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
- n) Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- o) Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- p) Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- q) Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- r) Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

CAPÍTULO II **DA RECEITA**

Art. 6º. A natureza da receita orçamentária a ser estimada na resolução do orçamento para o exercício de 2013, será de acordo com a Portaria Interministerial vigente, os cálculos baseados nos três últimos exercícios financeiros.

Art. 7º. O CINCO poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar iminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

Parágrafo único. As Operações de Crédito a serem realizadas pelo CINCO, no exercício de 2013, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na resolução orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pela Assembléia Geral, observado o que dispõe a Resolução nº 78/98 do Senado Federal.

Art. 8º. As receitas de Alienação de Bens e Direitos não poderão ser aplicadas em Despesas Correntes, salvo se a Resolução destiná-las ao regime de Previdência Social.

CAPÍTULO III DAS DESPESAS

Art. 9º. As despesas serão fixadas pela resolução orçamentária em conformidade com a receita estimada, e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial em vigor.

§ 1º. Os recursos estimados na resolução orçamentária para 2013 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos Anexos desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Resolução, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º. As despesas com recursos de Convênios, serão suplementadas de acordo com o Capítulo IV da presente Resolução.

Art. 10. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, as dotações fixadas para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações.

Art. 11. Na execução orçamentária do exercício de 2013, deverá ser adotado o sistema de limitação de empenho, em conformidade com o art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 12. As despesas de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes, e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 13. Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os relativos a cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de Previdência.

Art. 14. Para o cumprimento do que determina o artigo 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2013, o CINCO poderá proceder a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de

estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

CAPÍTULO IV DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 15. A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá de existência de recursos disponíveis:

I - Poderá o Presidente do CINCO incluir na proposta orçamentária para o exercício de 2013, autorização para movimentação do excesso de arrecadação por Resolução do Presidente do CINCO, os excessos de arrecadação serão por fonte de recursos.

II - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro da Unidade Orçamentária, Projeto ou Atividade, poderá ser feita por Resolução do Presidente do CINCO.

III - Poderá o Presidente do CINCO incluir na proposta orçamentária para o exercício de 2013, autorização para utilização do superávit financeiro para suplementação de dotações orçamentárias, através de Resolução.

IV - Poderá o Presidente do CINCO incluir na proposta orçamentária, autorização para movimentar através de Resolução a suplementação de dotações orçamentárias nas programações já previstas, utilizando para isto o valor do respectivo convênio.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária do CINCO.

I - Órgãos da Estrutura Orçamentária

01-00 - Consórcio Público

99-00 - Reserva de Contingência

II - Unidades Orçamentárias

01-01 - Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

01-02 - Encargos Gerais do CINCO

99-99 - Reserva de Contingência

III - FUNÇÃO - Para que se caracterize da melhor forma possível as ações de governo do CINCO na proposta orçamentária, serão utilizadas as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

IV - SUBFUNÇÃO - Para que se caracterize da melhor forma possível a identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos do CINCO no processo orçamentário, serão utilizadas as subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

V - PROGRAMA - Para que se caracterize da melhor forma possível a classificação da despesa, dentro de cada unidade orçamentária, será utilizado programa constante do Plano Plurianual de investimentos, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

VI - PROJETO - Os projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2013 são os aprovados no Plano Plurianual de investimentos em vigor, serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de

governo do CINCO.

VII - ATIVIDADE - As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2013, serão para manutenção da unidade orçamentária de acordo com a estrutura do CINCO e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamentais as quais foram extraídas do Plano Plurianual de investimentos.

Art. 17. As compras e contratações de obras e/ou serviços, somente poderão ser realizados, se houver disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e termo de contrato, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 18. O valor da Reserva de Contingência será destinado à obtenção de resultado primário positivo, para atender os passivos contingentes, intempéries e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção do CINCO não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 19. Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Presidente do CINCO poderá estabelecer o limite de 02% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

Art. 20. Se o orçamento não for aprovado em assembléia geral até o final do exercício de seu encaminhamento, sua programação poderá ser executada, até o limite de 2/12 (dois doze avos) do total de cada dotação.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

Resolução N. 034/2012

Resolução nº 034/2012

Estima Receita e fixa as Despesas do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO para o exercício de 2013.

A Assembléia Geral do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, realizada no dia 20 de dezembro de 2012, na cidade de Arroio Trinta, aprovou e eu, Presidente do CINCO, publico o Orçamento Anual do CINCO para o exercício de 2013, em atendimento ao disposto no art. 23, VIII, c, do Contrato do Consórcio.

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Anual do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO para o exercício de 2013, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 2.955.000,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil reais).

Art. 2º - A Receita será realizada com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES R\$ 2.865.080,00
Receita Tributária R\$ 12.000,00
Receita Patrimonial R\$ 2.100,00
Receita de Serviços R\$ 264.140,00
Transferências Correntes R\$ 2.586.840,00

RECEITAS DE CAPITAL R\$ 89.920,00
Alienação de Bens R\$ 1.760,00
Transferências de Capital R\$ 88.160,00
TOTAL R\$ 2.955.000,00

Art. 3º - A Receita foi estimada com base na memória de cálculo, a referência das arrecadações dos três últimos exercícios, sendo que os valores foram ajustados conforme as ações previstas para execução no próximo exercício. A Receita está classificada de conformidade com a Portaria Conjunta nº 3, de 14 de outubro de 2008, e suas alterações, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 4º - A despesa foi fixada de acordo com as ações contidas no Plano Plurianual de Investimentos e na Resolução das Diretrizes Orçamentária. A Despesa será realizada de conformidade com a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, classificando-a por Função, Subfunção e Programa. E pela Portaria nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

Art. 5º - A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Resolução, obedecendo a classificação segundo a natureza, distribuída da seguinte maneira.

DESPESAS CORRENTES R\$ 2.864.840,00
Pessoal e Encargos Sociais R\$ 303.280,00
Outras Despesas Correntes R\$ 2.561.560,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 86.160,00
Investimentos R\$ 86.160,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 4.000,00
Reserva de Contingência R\$ 4.000,00

TOTAL R\$ 2.955.000,00

Art. 6º - Os Recursos da Reserva de Contingência no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), estão fixados de conformidade com o estabelecido nas Metas Fiscais da resolução das diretrizes orçamentárias.

Art. 7º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, através de resolução.

Art. 8º - O Presidente do consórcio está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

- I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - O superávit financeiro do exercício anterior;

Art. 9º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 10 - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Superávit Financeiro do exercício anterior para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 11 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização

extraordinária só serão executada ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso.

Art. 13 - Durante o exercício de 2013 o CINCO poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Resolução, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento do Consórcio.

Art. 14 - Fica estabelecido o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

Art. 15 - Fica o CINCO autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, sendo que seus efeitos serão produzidos a partir de 01 de janeiro de 2013.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito de Fraiburgo
Presidente do CINCO

Resolução N. 035/2012

Resolução n. 035/2012

Programa Anual De Trabalho do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

O Programa Anual de Trabalho do CINCO para o exercício de 2013, apresenta as estratégias de atuação do consórcio, a fim de cumprir sua missão que é a de promover o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis. Em articulação conjunta com os municípios consorciados e a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, as ações estratégicas do CINCO foram agrupadas em cinco Eixos Estratégicos:

- Consolidação Institucional;
- Realização de serviços de máquinas para melhorar a infraestrutura dos municípios;
- Manutenção do sistema de iluminação pública;
- Realização de Licitação Compartilhada;
- Realização de Serviços Públicos conjuntos correlatos as finalidades do Consórcio.

Para cada eixo estratégico, foram delineados os projetos e as ações com o intuito de alcançar os objetivos traçados - tarefas que serão executadas em parceria com a AMARP. As ações serão financiadas com a transferência de recursos dos municípios ao CINCO realizadas por meio de contratos de rateio e através da remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros.

A seguir apresentam-se os Eixos Estratégicos que irão orientar e pautar a atuação do CINCO ao longo de 2013. O Plano de Trabalho do CINCO é um instrumento de acompanhamento, controle e avaliação da atuação do consórcio, visando a eficácia no cumprimento de seus objetivos.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO
Prefeito de FRAIBURGO

EIXO ESTRATÉGICO 01

CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL

A constituição do CINCO deu-se com a aprovação do Protocolo de Intenções, ocorrida em 23 de outubro de 2009, publicado em 12 de março de 2010, e a ratificação do mesmo por meio de leis municipais, possibilitando a inscrição do CINCO no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, em 1º de abril de 2010.

O CINCO possui até esta data 15 municípios com as Leis de ratificação aprovadas. Por outro lado, é necessário alavancar o número de consorciados, a fim de ampliar o desenvolvimento regional.

PROJETO 01: Adesão dos municípios ao Consórcio CINCO

Objetivo: Ampliar o número de municípios consorciados ao CINCO e solidificar a instituição como referência no desenvolvimento regional.

Ações Estratégicas:

- Ampliar os serviços/ações do CINCO;

PROJETO 02: Articulação institucional

Objetivo: Promover o Consórcio CINCO junto às entidades públicas e privadas relevantes para a gestão pública municipal.

Ações estratégicas:

- Promover o debate dos assuntos de desenvolvimento regional pertinentes aos municípios com órgãos públicos, estaduais ou federais entre outras entidades em especial com as universidades e associações comerciais e industriais;
- Divulgar e homologar os serviços oferecidos pelo CINCO junto aos órgãos de fiscalização, principalmente junto ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público;
- Promover a integração de ações entre os municípios consorciados.

EIXO ESTRATÉGICO 02

REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS PARA MELHORAR A INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS

Alguns investimentos são imprescindíveis ao desenvolvimento local e à prestação de certos serviços que carecem de capital intensivo. Por vezes, a viabilidade destes investimentos depende da ação conjunta dos municípios. A execução de investimentos para a melhoria da infraestrutura dos município, irá fomentar o desenvolvimento local e por consequência o desenvolvimento regional.

Algumas máquinas, veículos e equipamentos, apresentam grau elevado de ociosidade, implicando em depreciação e elevado custo de manutenção/uso, que amplia o custo/benefício dos investimentos realizados. O uso consorciado, além de assegurar o aproveitamento ótimo de tais equipamentos, ainda possibilita a diminuição de custos e ampliação das possibilidades operacionais pela permuta dos mesmos complementando-se mutuamente.

O CINCO irá adquirir e ou contratar máquinas, veículos, equipamentos para executar serviços de máquinas, a fim de proporcionar melhorias na infraestrutura dos municípios consorciados. Para ampliar as formas de prestação dos serviços o CINCO irá manter com os municípios consorciados e a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, contratos de cooperação técnica para concessão de máquinas, veículos, equipamentos e operadores/motoristas.

PROJETO 01: Formar Conjunto de Máquinas, Veículos e

Equipamentos

Objetivo: Equipar o CINCO com máquinas, veículos e equipamentos para atuar na melhoria da infraestrutura dos municípios consorciados.

Ações estratégicas:

- Firmar contratos de cooperação técnica com municípios consorciados;
- Firmar contratos de cooperação técnica com a AMARP;
- Firmar convênios com o Estado e União;
- Adquirir máquinas, veículos e equipamento.

PROJETO 02: Execução dos Serviços de Máquinas, Veículos e Equipamentos

Objetivo: O CINCO será responsável pela execução ou controle dos serviços de máquinas, veículos e equipamentos para atuar na melhoria da infraestrutura dos municípios consorciados.

Ações estratégicas:

- Firmar contratos de cooperação técnica com municípios consorciados para cessão de servidores;
- Contratar servidores através de concurso e ou temporários para execução dos serviços;
- Executar os serviços através de contrato de prestação de serviços.

PROJETO 03: Contratar Serviços de Máquinas, Veículos e Equipamentos

Objetivo: Contratar serviços de máquinas, veículos e equipamentos para atuar na melhoria da infraestrutura dos municípios consorciados.

Ações estratégicas:

- Terceirizar a execução de máquinas, veículos e equipamentos com mão de obra;
- Gerenciar ou controlar a execução dos serviços contratados.

EIXO ESTRATÉGICO 03

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O sistema de iluminação abrange ruas, praças, avenidas e outros logradouros de domínio público, de uso comum e de livre acesso, bem como o fornecimento destinado à iluminação de monumentos e obras de arte localizadas em áreas públicas, excluído o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade.

A responsabilidade do sistema de iluminação esta prevista no artigo 30 de nossa Constituição, a Prefeitura tem o dever e a responsabilidade de organizar e prestar os serviços de interesse local, sendo a iluminação pública um desses serviços.

A exploração dos serviços de iluminação pública é de competência da municipalidade. Sendo assim esta deve ter competência para implantação, expansão, operação e manutenção, podendo, estes serviços, serem prestados por órgão/empresa pública municipal ou contratados. Deve ainda adotar método de fiscalização para controlar e assegurar a qualidade dos serviços, definir padrões técnicos e implantar programas de combate ao desperdício.

Os recursos necessários para a manutenção do Sistema de Iluminação Pública, são provenientes da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, instituída pela Emenda Constitucional no 39/2002, de 20 de dezembro de 2002.

Os valores cobrados são definidos por meio de lei municipal e o valor é inserido nas faturas de energia elétrica, mediante assinatura de convênio específico para esse fim.

A CELESC exerce exclusivamente o papel de agente arrecadador, lançando os valores nas faturas de energia elétrica e repassando mensalmente o produto arrecadado para as Prefeituras Municipais.

PROJETO 01: Agilidade e controle nos atendimento das Demandas.

Objetivo: Agilizar o atendimento das demandas, disponibilizando diversos métodos de comunicação dos problemas e acompanhamento dos serviços realizados.

Ações estratégicas:

- Atender as demandas sobre a manutenção da iluminação pública.
- Aprimorar o sistema de atendimento e controle.
- Ampliar os meios de comunicação através de internet e 0800.

PROJETO 02: Manutenção eficaz.

Objetivo: Identificar os pontos, facilitando a localização dos problemas e controle da vida útil de cada material.

Ações estratégicas:

- Identificar (etiquetar) cada ponto, para facilitar a localização.
- Geo-referenciamento dos pontos.
- Controlar as manutenções com o tempo de vida útil de cada lâmpada/reator/rele fotoelétrico, para trabalhar com a manutenção preventiva.

PROJETO 03: Melhor Resultado para os Recursos Aplicados.

Objetivo: Buscar ações que visam a eficiência no setor de Iluminação Pública resultando em melhorias na segurança pública, no conforto da população, no fomento ao turismo, na qualidade de vida e no combate ao desperdício de energia elétrica.

Ações estratégicas:

- Gerar economia no custo da Iluminação Pública através da implantação de luminárias públicas de LED.
- Combate ao desperdício de energia elétrica.

EIXO ESTRATÉGICO 04

REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

A contratação de bens e serviços através de licitação compartilhada com os municípios consorciados, podem gerar economia em escala na medida em que é possível aumentar as quantidades contratadas, realizar melhores condições contratuais, diminuir custo seja de transporte, armazenamento, pessoal, etc.

O CINCO irá realizar licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados.

PROJETO 01: Licitação Compartilhada

Objetivo: Executar licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados.

Ações estratégicas:

- Realizar licitações compartilhadas.

PROJETO 02: Pregão Eletrônico

Objetivo: Disponibilizar aos Municípios consorciados sistema para realização do Pregão Eletrônico.

Ações estratégicas:

- Avaliar as opções de sistemas disponíveis no mercado para adesão;
- Implantar o sistema;
- Capacitar os usuários;
- Realizar o suporte/manutenção.

PROJETO 03: Homologação de Marcas

Objetivo: Criar um banco de dados de marcas homologadas para melhorar a qualidade dos bens a serem adquiridos pelos municípios consorciados.

Ações estratégicas:

- Normatizar os procedimentos do banco de marcas;
- Criar descrição padrão dos bens;
- Criar plataforma/sistema para utilização do banco de marcas.

EIXO ESTRATÉGICO 05**REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONJUNTOS CORRELATOS AS FINALIDADES DO CONSÓRCIO**

A própria disposição em se consorciar já denota espaço aberto às transformações institucionais e maior facilidade em desconstituir os pontos de estrangulamento da gestão de cada Ente federado envolvido em face da interação entre as culturas organizacionais diferentes, que passam a se expor e interagir mutuamente, bem como, ser permeadas por estímulos e símbolos de otimização, competência e modernização. A execução ou contratação serviços para uso comum dos municípios, trará economia e melhoria na qualidade dos serviços públicos.

PROJETO 01: Serviços públicos conjuntos

Objetivo: Realização e ou contratação de serviços públicos conjuntos correlatos as finalidades do consórcio.

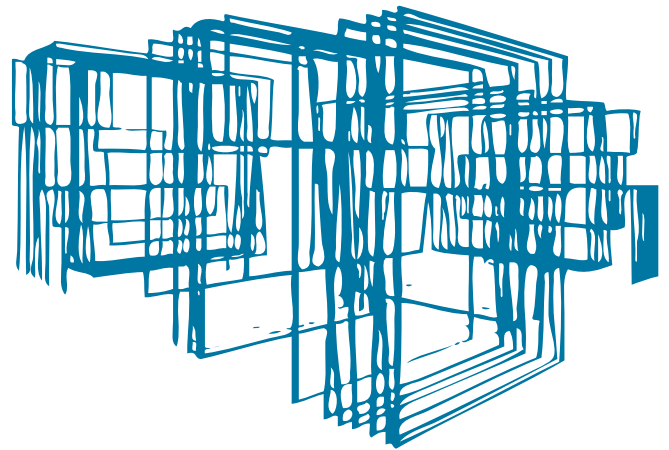
I - Proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, notadamente: seleção e gestão de pessoal, educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;

Ações estratégicas:

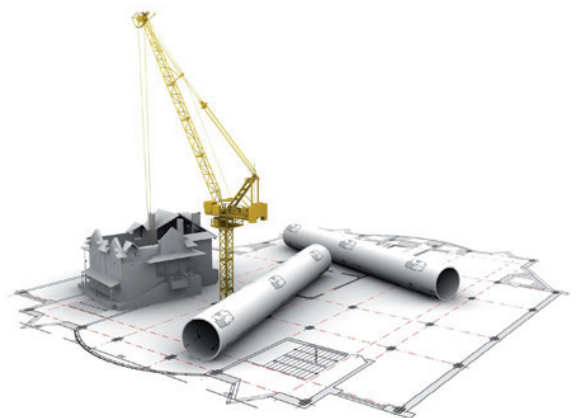
- Transferir tecnologias administrativas mútuas;
- Assessorar a elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, notadamente: seleção e gestão de pessoal, educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;
- Articular com os municípios consorciados a defesa dos seus interesses para o desenvolvimento regional face às esferas Estadual e Federal;
- Promoção de estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia, arquitetura, topografia e correlatos;
- Aquisição, administração ou gestão associada de bens e serviços, bem como o compartilhamento de equipamentos, instalações, máquinas e pessoal, para desenvolvimento de ações ou programas Federais e Estaduais nos municípios consorciados;
- Prestar assessoria e orientação para Captação de Recursos

Federais;

- Auxiliar e orientar na formação de cursos e treinamentos aos servidores para garantir desenvolvimento e especialização dos diversos públicos municipais;
- Integração em níveis executivos das diversas ações com o meio ambiente e desenvolvimento de ações conjuntas de vigilância sanitária, epidemiológica e infraestrutura;
- Financiamento do consórcio e dos municípios consorciados através de repasses do Governo Federal e Estadual;
- Firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo seja no âmbito Federal ou Estadual.



Programa de Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Anexo Resolução N. 033/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO****RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013****ANEXO DE METAS FISCAIS**Demonstrativo I - Metas Anuais
LRF, art. 4º, § 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	2.955.000,00	2.703.135,91	1,833642	3.089.157,00	2.708.836,54	1,836453	3.222.608,58	2.825.858,28	1,915788
Receitas Primárias (I)	2.951.140,00	2.699.604,91	1,831247	3.077.057,00	2.698.226,23	1,829260	3.210.008,58	2.814.809,52	1,908297
Despesa Total	2.955.000,00	2.703.135,91	1,833642	3.089.157,00	2.708.836,54	1,836453	3.222.608,58	2.825.858,28	1,915788
Despesas Primárias (II)	2.955.000,00	2.703.135,91	1,833642	3.089.157,00	2.708.836,54	1,836453	3.222.608,58	2.825.858,28	1,915788
Resultado Primário (III) = (I – II)	(3.860,00)	(3.531,00)	-0,002395	(12.100,00)	(10.610,31)	-0,007193	(12.600,00)	(11.048,76)	-0,007490
Resultado Nominal	(2.000,00)	(1.829,53)	-0,001241	(3.000,00)	(2.630,66)	-0,001783	(5.000,00)	(4.384,43)	-0,002972
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,000000	-	-	0,000000	-	-	0,000000
Dívida Consolidada Líquida	(32.000,00)	(29.272,54)	-0,019857	(35.000,00)	(30.690,99)	-0,020807	(40.000,00)	(35.075,41)	-0,023779

O cálculo das metas anuais foi realizado considerando o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2013	2014	2015
Inflação média (% anual)	4,57	4,54	4,32
PIB Estadual previsto	154.451.469,00	161.154.663,00	168.213.237,00

Nota: O PIB utilizado corresponde ao valor projetado do PIB do Estado de Santa Catarina

Os valores referentes ao ano de 2014 e ao ano de 2015 estão maiores devido as ampliações das Ações do CINCO.

NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal de Fraiburgo
 Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013****ANEXO DE METAS FISCAIS**Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
LRF, art. 4o, § 2o, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em (a) 2011	% PIB	Metas Realizadas em (b) 2011	% PIB	Variação	
					Valor = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	1.255.000,00	0,8745	1.583.220,70	1,1032	328.220,70	26,15
Receitas Primárias (I)	939.800,00	0,6549	1.583.220,70	1,1032	643.420,70	68,46
Despesa Total	1.255.000,00	0,8745	1.575.246,39	1,0977	320.246,39	25,52
Despesas Primárias (II)	1.215.000,00	0,8467	1.575.246,39	1,0977	360.246,39	29,65
Resultado Primário (III) = (I – II)	(275.200,00)	(0,1918)	7.974,31	0,0056	283.174,31	(102,90)
Resultado Nominal	(1.085,50)	(0,0008)	(7.974,31)	(0,0056)	(6.888,81)	
Dívida Pública Consolidada	-	0,0000	-	0,0000	-	
Dívida Consolidada Líquida	(20.000,00)	(0,0139)	-	0,0000	20.000,00	

PIB Estadual 2011 143.505.314,00
O PIB utilizado corresponde ao valor projetado do PIB do Estado de Santa Catarina.**NELMAR PINZ**Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparados com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	155.000,00	1.255.000,00	709,67742	2.150.000,00	71,31474	2.955.000,00	37,44186	3.089.157,00	4,54000	3.222.608,58	4,32000
Receitas Primárias (I)	154.900,00	939.800,00	506,71401	2.138.400,00	127,53777	2.951.140,00	38,00692	3.077.057,00	4,26672	3.210.008,58	4,32074
Despesa Total	155.000,00	1.255.000,00	709,67742	2.150.000,00	71,31474	2.955.000,00	37,44186	3.089.157,00	4,54000	3.222.608,58	4,32000
Despesas Primárias (II)	155.000,00	1.215.000,00	683,87097	2.150.000,00	76,95473	2.955.000,00	37,44186	3.089.157,00	4,54000	3.222.608,58	4,32000
Resultado Primário (III) = (I - II)	(100,00)	(275.200,00)	275100,00000	(11.600,00)	-95,78488	(3.860,00)	-66,72414	(12.100,00)	213,47150	(12.600,00)	4,13225
Resultado Nominal	(18.914,50)	(1.085,50)	-94,26102	(10.000,00)	821,23445	(2.000,00)	-80,00000	(3.000,00)	50,00000	(5.000,00)	66,66667
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,00	-	-	-	0,00000	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	(18.914,50)	(20.000,00)	5,73898	(30.000,00)	50,00000	(32.000,00)	6,66667	(35.000,00)	9,37500	(40.000,00)	14,28571

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	173.336,50	1.403.466,50	709,68	2.150.000,00	53,19	2.787.735,85	29,66	2.736.431,04	-1,84	2.680.369,78	-2,05
Receitas Primárias (I)	173.224,67	1.050.978,34	506,71	2.138.400,00	103,47	2.784.094,34	30,20	2.725.712,64	-2,10	2.669.889,86	-2,05
Despesa Total	173.336,50	1.403.466,50	709,68	2.150.000,00	53,19	2.787.735,85	29,66	2.736.431,04	-1,84	2.680.369,78	-2,05
Despesas Primárias (II)	173.336,50	1.358.734,50	683,87	2.150.000,00	58,24	2.787.735,85	29,66	2.736.431,04	-1,84	2.680.369,78	-2,05
Resultado Primário (III) = (I - II)	(111,83)	(307.756,16)	275100,00	(11.600,00)	-96,23	(3.641,51)	-68,61	(10.718,40)	194,34	(10.479,92)	-2,22
Resultado Nominal	(21.152,09)	(1.213,91)	-94,26	(10.000,00)	723,78	(1.886,79)	-81,13	(2.657,45)	40,85	(4.158,70)	56,49
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	(21.152,09)	(22.366,00)	5,74	(30.000,00)	55,92	(30.188,68)	0,00	(31.003,63)	2,70	(33.269,57)	7,31

Índices de Inflação

2010	2011	2012	2013	2014	2015
5,900	5,850	4,830	4,570	4,540	4,650

NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal de Fraiburgo
 Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013****ANEXO DE METAS FISCAIS**

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	7.974,31	-	18.914,50		-	
Resultado Acumulado	-		-		-	
TOTAL	7.974,31	-	18.914,50	-	-	-
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio	-		-		-	
Reservas	-		-		-	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-		-		-	
TOTAL	-		-		-	

Obs.: Este anexo está em parte prejudicado, não há possibilidade de apuração da Evolução do Patrimônio Líquido, pois o consórcio não estava em atividade em 2009

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
 LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2011 (a)	2010 (b)	2009 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Outras Receitas de Alienação	-	-	-
Saldo Inicial	-	-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2011 (d)	2010 (e)	2009 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
Outras Despesas	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-

SALDO FINANCEIRO	2011 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2010 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2009 (i) = (Ic - IIlf)
VALOR (III)	-	-	-

NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal de Fraiburgo
 Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
 LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS	2009	2010	2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)			
DESPESAS	2009	2010	2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2009	2010	2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

Nota: Os empregados públicos do Consórcio estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal de Fraiburgo
 Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013****ANEXO DE METAS FISCAIS**

Demonstrativo V Ia - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

Nota: Os empregados públicos do Consórcio estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013****ANEXO DE METAS FISCAIS**

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2011
Aumento Permanente da Receita	20.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	19.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	1.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	20.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	20.000,00
Novas DOCC	20.000,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-

NELMAR PINZPrefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Especificação		Previsão - R\$ 1,00 ANO		
		2013	2014	2015
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas	2.955.000,00	3.089.157,00	3.222.608,58
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	2.865.080,00	2.989.157,00	3.117.608,58
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0	Receita Tributária	12.000,00	13.300,00	14.500,00
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0	Impostos	11.000,00	12.200,00	13.300,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	11.000,00	12.200,00	13.300,00
4.1.1.1.2.04.0.0.0.0	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	11.000,00	12.200,00	13.300,00
4.1.1.1.2.04.31.0.0	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.1.1.2.04.34.0.0	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	1.000,00	1.200,00	1.300,00
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0	Taxas	1.000,00	1.100,00	1.200,00
4.1.1.2.2.0.0.0.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	1.000,00	1.100,00	1.200,00
4.1.1.2.2.99.0.0.0.0	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.000,00	1.100,00	1.200,00
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Receita Patrimonial	2.100,00	2.100,00	2.600,00
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0	Receitas de Valores Mobiliários	2.100,00	2.100,00	2.600,00
4.1.3.2.5.0.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	2.100,00	2.100,00	2.600,00
4.1.3.2.5.01.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Não Vinculados	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.02.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinculados	1.600,00	1.600,00	2.100,00
4.1.3.2.5.02.01.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Municípios Consorciados	1.500,00	1.500,00	2.000,00
4.1.3.2.5.02.99.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Alienações de Bens	100,00	100,00	100,00
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Serviços	264.140,00	275.600,00	286.800,00
4.1.6.0.0.13.0.0.0.0	Serviços Administrativos	51.000,00	52.000,00	53.000,00
4.1.6.0.0.13.02.0.0	Serviços de Venda de Editais	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.6.0.0.13.99.0.0	Outros Serviços Administrativos	50.000,00	51.000,00	52.000,00
4.1.6.0.0.19.0.0.0.0	Serviços Recreativos e Culturais	1.140,00	1.500,00	1.600,00
4.1.6.0.0.20.0.0.0.0	Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	2.000,00	2.100,00	2.200,00
4.1.6.0.0.99.0.0.0.0	Outros Serviços	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.6.0.0.99.01.0.0	Outros Serviços - Horas Máquinas	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0	Transferências Correntes	2.586.840,00	2.698.157,00	2.813.708,58
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0	Transferências Intergovernamentais	2.586.840,00	2.698.157,00	2.813.708,58
4.1.7.2.3.0.0.0.0.0	Transferências dos Municípios	2.586.840,00	2.698.157,00	2.813.708,58
4.1.7.2.3.37.0.0.0.0	Transferências a Consórcios Públicos	2.586.840,00	2.698.157,00	2.813.708,58
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas de Capital	89.920,00	100.000,00	105.000,00
4.2.1.0.0.0.0.0.0.0	Operações de Crédito	-	-	-
4.2.1.1.0.0.0.0.0.0	Operações de Crédito Internas	-	-	-
4.2.1.1.4.0.0.0.0.0	Operações de Crédito Internas - Contratuais	-	-	-
4.2.1.1.4.99.0.0.0.0	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	-	-	-
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0	Alienação de Bens	1.760,00	10.000,00	10.000,00
4.2.2.1.0.0.0.0.0.0	Alienação de Bens Móveis	1.760,00	10.000,00	10.000,00
4.2.2.1.9.0.0.0.0.0	Alienação de Outros Bens Móveis	1.760,00	10.000,00	10.000,00
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0	Transferências de Capital	88.160,00	90.000,00	95.000,00
4.2.4.2.0.0.0.0.0.0	Transferências Intergovernamentais	88.160,00	90.000,00	95.000,00
4.2.4.2.3.0.0.0.0.0	Transferências dos Municípios	88.160,00	90.000,00	95.000,00
4.2.4.2.3.37.0.0.0.0	Transferências a Consórcios Públicos	88.160,00	90.000,00	95.000,00
		2.955.000,00	3.089.157,00	3.222.608,58

NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal de Fraiburgo
 Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013****ANEXO DE METAS FISCAIS**

ANEXO Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

RECEITAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2010	2011	VARIAÇÃO %	2012	VARIAÇÃO %	2013	VARIAÇÃO %	2014	VARIAÇÃO %	2015	VARIAÇÃO %
Impostos	-	-	0,00	600,00		11.000,00	1.733,33	12.200,00	10,91	13.300,00	9,02
Taxas	-	579,87	0,00	500,00	-13,77	1.000,00	100,00	1.100,00	10,00	1.200,00	9,09
Receita Patrimonial	-	1.596,14	0,00	300,00	-81,20	2.100,00	600,00	2.100,00	0,00	2.600,00	23,81
Receita de Serviços	15.000,00	-	-100,00	280.800,00		264.140,00	-5,93	275.600,00	4,34	286.800,00	4,06
Transferências dos Municípios	16.500,00	1.581.044,69	9.482,09	657.900,00	-58,39	2.586.840,00	293,20	2.698.157,00	4,30	2.813.708,58	4,28
Receitas de Capital	-	-	0,00	314.900,00		89.920,00	0,00	100.000,00	11,21	105.000,00	5,00
TOTAL	31.500,00	1.583.220,70	4.926,10	1.255.000,00	-20,73	2.955.000,00	135,46	3.089.157,00	4,54	3.222.608,58	4,32

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memoria de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	ANO R\$1,00		
	2013	2014	2015
DESPESAS CORRENTES	2.864.840,00	2.994.903,74	3.124.283,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	303.280,00	317.048,91	330.745,42
Aplicações Diretas	303.280,00	317.048,91	330.745,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.561.560,00	2.677.854,82	2.793.538,15
Aplicações Diretas	2.561.560,00	2.677.854,82	2.793.538,15
DESPESAS DE CAPITAL	86.160,00	90.071,66	93.962,76
INVESTIMENTOS	86.160,00	90.071,66	93.962,76
Aplicações Diretas	86.160,00	90.071,66	93.962,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-
Aplicações Diretas	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	4.181,60	4.362,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	4.181,60	4.362,25
Reserva de Contingência	4.000,00	4.181,60	4.362,25
Total	2.955.000,00	3.089.157,00	3.222.608,58

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO IIa - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

DESPESAS	REALIZADO			PREVISÃO							
	2010	2011	VARIAÇÃO %	2012	VARIAÇÃO %	2013	VARIAÇÃO %	2014	VARIAÇÃO %	2015	VARIAÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.378,88	98.000,00		195.000,00	98,98	303.280,00	55,53	317.048,91	4,54	330.745,42	4,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-		-		-	0,00	-		-	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.216,62	464.000,00		1.873.000,00	303,66	2.561.560,00	36,76	2.677.854,82	4,54	2.793.538,15	4,32
INVESTIMENTOS	-	689.000,00		78.000,00		86.160,00	10,46	90.071,66	4,54	93.962,76	4,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	4.000,00		4.000,00		4.000,00	0,00	4.181,60	4,54	4.362,25	4,32
TOTAL	12.595,50	1.255.000,00		2.150.000,00	71,31	2.955.000,00	37,44	3.089.157,00	4,54	3.222.608,58	4,32

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Especificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES (I)	155.000,00	940.100,00	2.130.500,00	2.865.080,00	2.989.157,00	3.117.608,58
Receita Tributária	200,00	1.100,00	2.500,00	12.000,00	13.300,00	14.500,00
Receita de Contribuição	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	100,00	300,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.600,00
Aplicações Financeiras (II)	100,00	300,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.600,00
Outras Receita Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	100.950,00	657.900,00	1.909.900,00	2.586.840,00	2.698.157,00	2.813.708,58
Demais Receitas Correntes	53.750,00	280.800,00	216.000,00	264.140,00	275.600,00	286.800,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I-II)	154.900,00	939.800,00	2.128.400,00	2.862.980,00	2.987.057,00	3.115.008,58
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	-	304.900,00	20.000,00	89.920,00	100.000,00	105.000,00
Operações de Crédito (V)	-	300.000,00	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	-	4.900,00	10.000,00	1.760,00	10.000,00	10.000,00
Transferências de Capital	-	-	10.000,00	88.160,00	90.000,00	95.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	-	-	10.000,00	88.160,00	90.000,00	95.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	154.900,00	939.800,00	2.138.400,00	2.951.140,00	3.077.057,00	3.210.008,58
DESPESAS CORRENTES (X)	117.800,00	562.000,00	2.068.000,00	2.864.840,00	2.994.903,74	3.124.283,58
Pessoal e Encargos Sociais	26.500,00	98.000,00	195.000,00	303.280,00	317.048,91	330.745,42
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	91.300,00	464.000,00	1.873.000,00	2.561.560,00	2.677.854,82	2.793.538,15
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	117.800,00	562.000,00	2.068.000,00	2.864.840,00	2.994.903,74	3.124.283,58
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	35.200,00	689.000,00	78.000,00	86.160,00	90.071,66	93.962,76
Investimentos	35.200,00	649.000,00	78.000,00	86.160,00	90.071,66	93.962,76
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	-	40.000,00	-	-	-	-
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	35.200,00	649.000,00	78.000,00	86.160,00	90.071,66	93.962,76
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVII)	2.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.181,60	4.362,25
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	155.000,00	1.215.000,00	2.150.000,00	2.955.000,00	3.089.157,00	3.222.608,58
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(100,00)	(275.200,00)	(11.600,00)	(3.860,00)	(12.100,00)	(12.600,00)

NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal de Fraiburgo
 Presidente do CINCO

Planilha | **ESTADO DE SANTA CATARINA**
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		-	-	-	-	-
Outras Dívidas			-	-	-	-
Precatórios						
Operações de Crédito		-	-	-	-	
DEDUÇÕES (II)	18.914,50	29.259,15	740,85	2.000,00	3.000,00	5.000,00
Ativo Disponível	18.914,50	29.259,15	740,85	2.000,00	3.000,00	5.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	(18.914,50)	(29.259,15)	(30.000,00)	(32.000,00)	(35.000,00)	(40.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)						
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(18.914,50)	(29.259,15)	(30.000,00)	(32.000,00)	(35.000,00)	(40.000,00)
RESULTADO NOMINAL		(b-c)	(c-d)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
		(10.344,65)	(740,85)	(2.000,00)	(3.000,00)	(5.000,00)

NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal de Fraiburgo
 Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memoria de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		-	-	-	-	-
Outras dívidas		-	-	-	-	
Precatórios		-	-	-	-	
Operações de crédito		-	-	-	-	
DEDUÇÕES (II)	18.914,50	29.259,15	740,85	2.000,00	3.000,00	5.000,00
Ativo disponível	18.914,50	29.259,15	740,85	2.000,00	3.000,00	5.000,00
DCL (III) = (I - II)	(18.914,50)	(29.259,15)	(740,85)	(2.000,00)	(3.000,00)	(5.000,00)

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO****RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Especificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES (I)	31.500,00	1.583.220,70	2.130.000,00	2.865.080,00	2.989.157,00	3.117.608,58
Receita Tributária	-	-	2.500,00	12.000,00	13.300,00	14.500,00
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	1.596,14	1.600,00	2.100,00	2.100,00	2.600,00
Receita de Serviços	15.000,00	-	216.000,00	264.140,00	275.600,00	286.800,00
Transferencias Correntes	16.500,00	1.581.044,69	1.909.900,00	2.586.840,00	2.698.157,00	2.813.708,58
Outras Receitas Correntes	-	579,87	-	-	-	-
Deduções (II)	-	-	-	-	-	-
RCL - TOTAL =III (I-II)	31.500,00	1.583.220,70	2.130.000,00	2.865.080,00	2.989.157,00	3.117.608,58

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
LRF, art. 4º, § 3º

Riscos Fiscais		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
1 - Demandas Judiciais	1.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	1.000,00
2 - Outros Passivos Contingentes	2.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	2.000,00
3 - Assistências Diversas	1.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	1.000,00
Total	4.000,00	Total	4.000,00

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO RDO 2013**

Pág. 1

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	AGRICULTURA	20
Subfunção	EXTENSÃO RURAL	606
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	Máquina/Veículos/ Equipamentos (Un.)	2	20.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	20.000,00	20.000,00
Total			-	20.000,00	20.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO RDO 2013**

Pág. 2

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO	Manutenção (Ano)	1	425.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CINCO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	-	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	3.000,00	-	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	-	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	274.680,00	274.680,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	83.160,00	83.160,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	50.400,00	50.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0292 - Alienação de Bens	-	1.760,00	1.760,00
		Total	15.000,00	410.000,00	425.000,00

Pág. 3

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Manutenção (Ano)	1	15.000,00

DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	3.000,00	-	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	2.000,00	2.000,00
		Total	8.000,00	7.000,00	15.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO RDO 2013**

Pág. 4

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	CULTURA	13
Subfunção	DIFUSÃO CULTURAL	392
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	Manutenção (Ano)	1	15.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	10.000,00	10.000,00
Total			5.000,00	10.000,00	15.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO RDO 2013**

Pág. 5

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	URBANISMO	15
Subfunção	INFRAESTRUTURA URBANA	451
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	Manutenção (Ano)	1	34.100,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	9.100,00	9.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
		Total	10.000,00	24.100,00	34.100,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ANEXO RDO 2013

Pág. 6

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	URBANISMO	15
Subfunção	SERVIÇOS URBANOS	452
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	Manutenção (Ano)	1	1.877.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	1.870.000,00	1.870.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
		Total	2.000,00	1.875.000,00	1.877.000,00

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	SANEAMENTO	17
Subfunção	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	512
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção (Ano)	1	9.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	2.000,00	2.000,00
		Total	2.000,00	7.000,00	9.000,00

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	GESTÃO AMBIENTAL	18
Subfunção	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	541
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Manutenção (Ano)	1	263.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	260.000,00	260.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	1.000,00	1.000,00
		Total	2.000,00	261.000,00	263.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO RDO 2013**

Pág. 9

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	AGRICULTURA	20
Subfunção	EXTENSÃO RURAL	606
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	Manutenção (Ano)	1	229.500,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	3.500,00	-	3.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	210.000,00	-	210.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	1.000,00	1.000,00
		Total	218.500,00	11.000,00	229.500,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO RDO 2013**

Pág. 10

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	COMERCIO E SERVIÇOS	23
Subfunção	PROMOÇÃO COMERCIAL	691
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL	Manutenção (Ano)	1	16.400,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	-	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	14.400,00	14.400,00
Total			2.000,00	14.400,00	16.400,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO RDO 2013**

Pág. 11

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	COMERCIO E SERVIÇOS	23
Subfunção	TURISMO	695
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	Manutenção (Ano)	1	17.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	-	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	15.000,00	15.000,00
Total			2.000,00	15.000,00	17.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ANEXO RDO 2013

Pág. 12

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	COMERCIO E SERVIÇOS	23
Subfunção	TURISMO	695
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	Manutenção (Ano)	1	6.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
Total			1.000,00	5.000,00	6.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO RDO 2013**

Pág. 13

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	DESPORTO E LAZER	27
Subfunção	DESPORTO COMUNITÁRIO	812
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO	Manutenção (Ano)	1	6.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
Total			1.000,00	5.000,00	6.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ANEXO RDO 2013

Pág. 14

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	01-02
Função	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Encargos Especiais (ano)	1	1.000,00

II - Descrição das Ações

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	500,00	-	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	500,00	500,00
Total			500,00	500,00	1.000,00

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	01-02
Função	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Encargos Especiais (ano)	1	12.000,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	
-----------------------	--

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	7.000,00	-	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
		Total	7.000,00	5.000,00	12.000,00

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	01-02
Função	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Encargos Especiais (ano)	1	5.000,00

II - Descrição das Ações

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

III - Detalhamento das Ações

[illegible]

RESOLUÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - RDO 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99-00
Unidade	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99-99
Função	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99
Subfunção	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999
Programa	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Encargos Especiais (ano)	1	4.000,00

II - Descrição das Ações

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
-------------------------	--

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	-	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	2.000,00	2.000,00
Total			2.000,00	2.000,00	4.000,00

Anexo Resolução N. 034/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO****RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013****Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)**

Receitas		Valor	Despesas		Valor
Receitas Correntes		2.865.080,00	Despesas Correntes		2.864.840,00
Receita Tributária		12.000,00	Pessoal e Encargos Sociais		303.280,00
Receita Patrimonial		2.100,00	Outras Despesas Correntes		2.561.560,00
Receita de Serviços		264.140,00			
Transferências Correntes		2.586.840,00			
			Superavit		240,00
Total		2.865.080,00	Total		2.865.080,00
Superavit do orçamento corrente		240,00			
Receitas de Capital		89.920,00	Despesas de Capital		86.160,00
Operações de Crédito		-	Investimentos		86.160,00
Alienação de Bens		1.760,00	Amortização da Dívida		-
Transferências de Capital		88.160,00			
			Superavit		4.000,00
Total		90.160,00	Total		90.160,00
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	2.865.080,00	96,96%	DESPESAS CORRENTES	2.864.840,00	96,95%
RECEITAS DE CAPITAL	89.920,00	3,04%	DESPESAS DE CAPITAL	86.160,00	2,92%
			RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	0,14%
TOTAL	2.955.000,00	100,00%	TOTAL	2.955.000,00	100,00%

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013

Receitas por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.0	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.0	Receitas Correntes			2.865.080,00
4.1.1.0.0.00.00.00.0	Receita Tributária		12.000,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.0	Impostos		11.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	11.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.0	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	11.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.0	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	10.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.0	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	1.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.0	Taxas		1.000,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.0	Taxas pela Prestação de Serviços	1.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.0	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.0	Receita Patrimonial		2.100,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.0	Receitas de Valores Mobiliários		2.100,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.0	Remuneração de Depósitos Bancários	2.100,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Não Vinculados	500,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinculados	1.600,00		
4.1.3.2.5.02.01.00.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Municípios Consorciados	1.500,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Alienações de Bens	100,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.0	Receita de Serviços		264.140,00	
4.1.6.0.0.13.00.00.0	Serviços Administrativos	51.000,00		
4.1.6.0.0.13.02.00.0	Serviços de Venda de Editais	1.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.0	Outros Serviços Administrativos	50.000,00		
4.1.6.0.0.19.00.00.0	Serviços Recreativos e Culturais	1.140,00		
4.1.6.0.0.20.00.00.0	Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	2.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.0	Outros Serviços	210.000,00		
4.1.6.0.0.99.01.00.0	Outros Serviços - Horas Máquinas	210.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.0	Transferências Correntes		2.586.840,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.0	Transferências Intergovernamentais		2.586.840,00	
4.1.7.2.3.00.00.00.0	Transferências dos Municípios	2.586.840,00		
4.1.7.2.3.37.00.00.0	Transferências a Consórcios Públicos	2.586.840,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.0	Receitas de Capital			89.920,00
4.2.1.0.0.00.00.00.0	Operações de Crédito		-	
4.2.1.1.0.00.00.00.0	Operações de Crédito Internas		-	
4.2.1.1.4.00.00.00.0	Operações de Crédito Internas - Contratuais	-		
4.2.1.1.4.99.00.00.0	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	-		
4.2.2.0.0.00.00.00.0	Alienação de Bens		1.760,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.0	Alienação de Bens Móveis		1.760,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.0	Alienação de Outros Bens Móveis	1.760,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.0	Transferências de Capital		88.160,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.0	Transferências Intergovernamentais		88.160,00	
4.2.4.2.3.00.00.00.0	Transferências dos Municípios	88.160,00		
4.2.4.2.3.37.00.00.0	Transferências a Consórcios Públicos	88.160,00		
		Total das Receitas		2.955.000,00

NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal de Fraiburgo
 Presidente do CINCO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO****RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013****Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Código	Especificação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		2.864.840,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	303.280,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	303.280,00	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.561.560,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.561.560,00	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		86.160,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	86.160,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	86.160,00	
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	
4.6.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	-	
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		4.000,00
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00	
9.9.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência	4.000,00	
		Total das Despesas	2.955.000,00

NELMAR PINZPrefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
4 Administração	122 Administração Geral
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infraestrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
23 Comércio e Serviços	691 Promoção Comercial
	695 Turismo
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviços da Dívida
	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO****RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código		Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão:	01-00	CONSÓRCIO PÚBLICO	20.000,00	2.913.000,00	18.000,00	2.951.000,00
Unidade:	01-01	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	20.000,00	2.913.000,00	-	2.933.000,00
04		ADMINISTRAÇÃO		440.000,00		440.000,00
04.122		ADMINISTRAÇÃO GERAL		440.000,00		440.000,00
04.122.1		DESENVOLVIMENTO REGIONAL		440.000,00		440.000,00
04.122.1.	2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO		425.000,00		425.000,00
04.122.1.	2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		15.000,00		15.000,00
13		CULTURA		15.000,00		15.000,00
13.392		DIFUSÃO CULTURAL		15.000,00		15.000,00
13.392.1		DESENVOLVIMENTO REGIONAL		15.000,00		15.000,00
13.392.1.	2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA		15.000,00		15.000,00
15		URBANISMO		1.911.100,00		1.911.100,00
15.451		INFRAESTRUTURA URBANA		34.100,00		34.100,00
15.451.1		DESENVOLVIMENTO REGIONAL		34.100,00		34.100,00
15.451.1.	2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA		34.100,00		34.100,00
15.452		SERVIÇOS URBANOS		1.877.000,00		1.877.000,00
15.452.1		DESENVOLVIMENTO REGIONAL		1.877.000,00		1.877.000,00
15.452.1.	2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS		1.877.000,00		1.877.000,00
17		SANEAMENTO		9.000,00		9.000,00
17.511		SANEAMENTO BÁSICO URBANO		9.000,00		9.000,00
17.511.1		DESENVOLVIMENTO REGIONAL		9.000,00		9.000,00
17.511.1	2.006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO		9.000,00		9.000,00
18		GESTÃO AMBIENTAL		263.000,00		263.000,00
18.541		PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO		263.000,00		263.000,00
18.541.1		DESENVOLVIMENTO REGIONAL		263.000,00		263.000,00
18.541.1	2.007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		263.000,00		263.000,00
20		AGRICULTURA	20.000,00	229.500,00		249.500,00
20.606		EXTENSÃO RURAL	20.000,00	229.500,00		249.500,00
20.606.1		DESENVOLVIMENTO REGIONAL	20.000,00	229.500,00		249.500,00
20.606.1.	1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	20.000,00			20.000,00
20.606.1.	2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL		229.500,00		229.500,00

23		COMERCIO E SERVIÇOS		39.400,00		39.400,00
23.691		PROMOÇÃO COMERCIAL		16.400,00		16.400,00
23.691.1		DESENVOLVIMENTO REGIONAL		16.400,00		16.400,00
23.691.1.	2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL		16.400,00		16.400,00
23.695		TURISMO		23.000,00		23.000,00
23.695.1		DESENVOLVIMENTO REGIONAL		23.000,00		23.000,00
23.695.1.	2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		17.000,00		17.000,00
23.695.1.	2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES		6.000,00		6.000,00
27		DESPORTO E LAZER		6.000,00		6.000,00
27.812		DESPORTO COMUNITÁRIO		6.000,00		6.000,00
27.812.1		DESENVOLVIMENTO REGIONAL		6.000,00		6.000,00
27.812.1.	2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO		6.000,00		6.000,00
Unidade:	01-02	ENCARGOS GERAIS DO CINCO			18.000,00	18.000,00
28		ENCARGOS ESPECIAIS			18.000,00	18.000,00
28.843		SERVIÇOS DA DÍVIDA			1.000,00	1.000,00
28.843.0000		ENCARGOS ESPECIAIS			1.000,00	1.000,00
28.843.0000.0.200		PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS			1.000,00	
28.846		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			17.000,00	17.000,00
28.846.0000		ENCARGOS ESPECIAIS			17.000,00	17.000,00
28.846.0000.0.300		CONTRIBUIÇÃO AO PASEP			12.000,00	12.000,00
28.846.0000.0.400		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			5.000,00	5.000,00
Órgão:	99-00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				4.000,00
Unidade:	99-99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				4.000,00
99		RESERVA DE CONTINGÊNCIA				4.000,00
99.999		RESERVA DE CONTINGÊNCIA				4.000,00
99.999.9999		RESERVA DE CONTINGÊNCIA				4.000,00
99.999.9999.9.999		RESERVA DE CONTINGÊNCIA				4.000,00
			Total	20.000,00	2.913.000,00	18.000,00
						2.955.000,00

NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal de Fraiburgo
 Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO****RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão: 01-00	CONSORCIO PÚBLICO	20.000,00	2.913.000,00	18.000,00	2.951.000,00
Unidade: 01-01	CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	20.000,00	2.913.000,00	-	2.933.000,00
04	ADMINISTRAÇÃO		440.000,00		440.000,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		440.000,00		440.000,00
04.122.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		440.000,00		440.000,00
13	CULTURA		15.000,00		15.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL		15.000,00		15.000,00
13.392.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		15.000,00		15.000,00
15	URBANISMO		1.911.100,00		1.911.100,00
15.451	INFRAESTRUTURA URBANA		34.100,00		34.100,00
15.451.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		34.100,00		34.100,00
15.452	SERVIÇOS URBANOS		1.877.000,00		1.877.000,00
15.452.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		1.877.000,00		1.877.000,00
17	SANEAMENTO		9.000,00		9.000,00
17.511	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		9.000,00		9.000,00
17.511.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		9.000,00		9.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL		263.000,00		263.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO		263.000,00		263.000,00
18.541.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		263.000,00		263.000,00
20	AGRICULTURA	20.000,00	229.500,00		249.500,00
20.606	EXTENSÃO RURAL	20.000,00	229.500,00		249.500,00
20.606.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	20.000,00	229.500,00		249.500,00
23	COMERCIO E SERVIÇOS		39.400,00		39.400,00
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL		16.400,00		16.400,00
23.691.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		16.400,00		16.400,00
23.695	TURISMO		23.000,00		23.000,00
23.695.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		23.000,00		23.000,00
27	DESPORTO E LAZER		6.000,00		6.000,00
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO		6.000,00		6.000,00
27.812.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		6.000,00		6.000,00

Unidade:	01-02	ENCARGOS GERAIS DO CINCO				18.000,00	18.000,00
28		ENCARGOS ESPECIAIS				18.000,00	18.000,00
28.843		SERVIÇOS DA DÍVIDA				1.000,00	1.000,00
28.843.0000		ENCARGOS ESPECIAIS				1.000,00	1.000,00
28.846		OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS				17.000,00	17.000,00
28.846.0000		ENCARGOS ESPECIAIS				17.000,00	17.000,00
Órgão:	99-00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					4.000,00
Unidade:	99-99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					4.000,00
99		RESERVA DE CONTINGÊNCIA					4.000,00
99.999		RESERVA DE CONTINGÊNCIA					4.000,00
99.999.9999		RESERVA DE CONTINGÊNCIA					4.000,00
			Total	20.000,00	2.913.000,00	18.000,00	2.955.000,00

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
04	ADMINISTRAÇÃO		440.000,00		440.000,00
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		440.000,00		440.000,00
04.122.0001	MANUTENÇÃO DO CINCO		425.000,00		425.000,00
04.122.0002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		15.000,00		15.000,00
13	CULTURA		15.000,00		15.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL		15.000,00		15.000,00
13.392.0003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA		15.000,00		15.000,00
15	URBANISMO		1.911.100,00		1.911.100,00
15.451	INFRAESTRUTURA URBANA		34.100,00		34.100,00
15.451.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA		34.100,00		34.100,00
15.452	SERVIÇOS URBANOS		1.877.000,00		1.877.000,00
15.452.0005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS		1.877.000,00		1.877.000,00
17	SANEAMENTO		9.000,00		9.000,00
17.511	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		9.000,00		9.000,00
17.511.0006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO		9.000,00		9.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL		263.000,00		263.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO		263.000,00		263.000,00
18.541.0007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		263.000,00		263.000,00
20	AGRICULTURA	20.000,00	229.500,00		249.500,00
20.606	EXTENSÃO RURAL	20.000,00	229.500,00		249.500,00
20.606.0006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	20.000,00			20.000,00
20.606.0008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL		229.500,00		229.500,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS		39.400,00		39.400,00
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL		16.400,00		16.400,00
23.691.0009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL		16.400,00		16.400,00
23.695	TURISMO		23.000,00		23.000,00
23.695.0010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		17.000,00		17.000,00
23.695.0011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES		6.000,00		6.000,00
27	DESPORTO E LAZER		6.000,00		6.000,00

27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	6.000,00		6.000,00
27.812. 0012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO	6.000,00		6.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS		18.000,00	18.000,00
28.843	SERVIÇOS DA DÍVIDA		1.000,00	1.000,00
28.843. 0200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS		1.000,00	
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		17.000,00	17.000,00
28.846. 0300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		12.000,00	12.000,00
28.846. 0400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00	5.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			4.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			4.000,00
99.999. 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			4.000,00
Total		20.000,00	2.913.000,00	18.000,00
				2.955.000,00

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013

Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Órgão		Funções										Total
		Administração	Cultura	Urbanismo	Saneamento	Gestão Ambiental	Agricultura	Comércio e Serviços	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	
01-00	CONSÓRCIO PÚBLICO	440.000,00	15.000,00	1.911.100,00	9.000,00	263.000,00	249.500,00	39.400,00	6.000,00	18.000,00	-	2.951.000,00
99-00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000,00	4.000,00
Total		440.000,00	15.000,00	1.911.100,00	9.000,00	263.000,00	249.500,00	39.400,00	6.000,00	18.000,00	4.000,00	2.955.000,00

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal de Fraiburgo
Presidente do CINCO

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2013**

Pág. 1

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	AGRICULTURA	20
Subfunção	EXTENSÃO RURAL	606
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	Máquina/Veículos/ Equipamentos (Un.)	2	20.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	20.000,00	20.000,00
Total			-	20.000,00	20.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2013**

Pág. 2

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO	Manutenção (Ano)	1	425.000,00

II - Descrição das Ações

MANUTENÇÃO DO CINCO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	10.000,00	-	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	3.000,00	-	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	-	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	274.680,00	274.680,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	83.160,00	83.160,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	50.400,00	50.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0292 - Alienação de Bens	-	1.760,00	1.760,00
		Total	15.000,00	410.000,00	425.000,00

Pág. 3

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Manutenção (Ano)	1	15.000,00

DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	3.000,00	-	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	2.000,00	2.000,00
		Total	8.000,00	7.000,00	15.000,00

Pág. 4

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	CULTURA	13
Subfunção	DIFUSÃO CULTURAL	392
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	Manutenção (Ano)	1	15.000,00

DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	10.000,00	10.000,00
		Total	5.000,00	10.000,00	15.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2013**

Pág. 5

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	URBANISMO	15
Subfunção	INFRAESTRUTURA URBANA	451
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	Manutenção (Ano)	1	34.100,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	9.100,00	9.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
		Total	10.000,00	24.100,00	34.100,00

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	URBANISMO	15
Subfunção	SERVIÇOS URBANOS	452
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	Manutenção (Ano)	1	1.877.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	1.870.000,00	1.870.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
		Total	2.000,00	1.875.000,00	1.877.000,00

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	SANEAMENTO	17
Subfunção	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	512
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção (Ano)	1	9.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	2.000,00	2.000,00
		Total	2.000,00	7.000,00	9.000,00

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	GESTÃO AMBIENTAL	18
Subfunção	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	541
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Manutenção (Ano)	1	263.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	260.000,00	260.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	1.000,00	1.000,00
		Total	2.000,00	261.000,00	263.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2013**

Pág. 9

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	AGRICULTURA	20
Subfunção	EXTENSÃO RURAL	606
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	Manutenção (Ano)	1	229.500,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	3.500,00	-	3.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	210.000,00	-	210.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	5.000,00	-	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	1.000,00	1.000,00
		Total	218.500,00	11.000,00	229.500,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ANEXO ROA 2013

Pág. 10

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	COMERCIO E SERVIÇOS	23
Subfunção	PROMOÇÃO COMERCIAL	691
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL	Manutenção (Ano)	1	16.400,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	-	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	14.400,00	14.400,00
		Total	2.000,00	14.400,00	16.400,00

Pág. 11

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	COMERCIO E SERVIÇOS	23
Subfunção	TURISMO	695
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	Manutenção (Ano)	1	17.000,00

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	-	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	15.000,00	15.000,00
		Total	2.000,00	15.000,00	17.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ANEXO ROA 2013

Pág. 12

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	COMERCIO E SERVIÇOS	23
Subfunção	TURISMO	695
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES	Manutenção (Ano)	1	6.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
		Total	1.000,00	5.000,00	6.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**ANEXO ROA 2013**

Pág. 13

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais****I - Classificação**

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	01-01
Função	DESPORTO E LAZER	27
Subfunção	DESPORTO COMUNITÁRIO	812
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO	Manutenção (Ano)	1	6.000,00

II - Descrição das Ações

DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
Total			1.000,00	5.000,00	6.000,00

Pág. 14

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	01-02
Função	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	Encargos Especiais (ano)	1	1.000,00

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	500,00	-	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	500,00	500,00
Total			500,00	500,00	1.000,00

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ANEXO ROA 2013

Pág. 15

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2013

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	01-02
Função	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Encargos Especiais (ano)	1	12.000,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	
-----------------------	--

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	7.000,00	-	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	5.000,00	5.000,00
		Total	7.000,00	5.000,00	12.000,00

Pág. 16

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01-00
Unidade	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	01-02
Função	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0000

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Encargos Especiais (ano)	1	5.000,00

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	1.000,00	-	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	3.000,00	3.000,00
		Total	2.000,00	3.000,00	5.000,00

Pág. 17

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Órgão	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99-00
Unidade	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99-99
Função	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99
Subfunção	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999
Programa	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

A criação do CINCO pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Encargos Especiais (ano)	1	4.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0200 - Recursos Ordinários	2.000,00	-	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0300 - Transferências a Consórcios Públicos	-	2.000,00	2.000,00
		Total	2.000,00	2.000,00	4.000,00

Balancete Contabil Mês 11/2012**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 1/13

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	6.114.940,51D	932.522,92	756.702,33	6.290.761,10D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	52.785,15D	146.128,82	116.437,05	82.476,92D
1.1.1		DISPONÍVEL	52.785,15D	146.128,82	116.437,05	82.476,92D
1.1.1.1		DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	52.785,15D	146.128,82	116.437,05	82.476,92D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	52.785,15D	146.128,82	116.437,05	82.476,92D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	52.785,15D	146.128,82	116.437,05	82.476,92D
1.1.1.1.2.99.02		BANCO DO BRASIL	52.785,15D	146.128,82	116.437,05	82.476,92D
1.1.1.1.2.99.02.01		BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	52.785,15D	146.128,82	116.437,05	82.476,92D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317)	F	B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5	52.785,15D	146.128,82	116.437,05	82.476,92D
1.4		ATIVO PERMANENTE	33.765,91D	0,00	0,00	33.765,91D
1.4.2		IMOBILIZADO	33.765,91D	0,00	0,00	33.765,91D
1.4.2.1		BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	33.765,91D	0,00	0,00	33.765,91D
1.4.2.1.2		BENS MÓVEIS	33.765,91D	0,00	0,00	33.765,91D
1.4.2.1.2.12 (357)	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	95,00D	0,00	0,00	95,00D
1.4.2.1.2.30 (368)	P	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	67,49D	0,00	0,00	67,49D
1.4.2.1.2.34 (371)	P	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	8.278,00D	0,00	0,00	8.278,00D
1.4.2.1.2.35 (372)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5.012,51D	0,00	0,00	5.012,51D
1.4.2.1.2.40 (376)	P	MAQ.EQUIP.UTENSÍLIOS AGRÍ/AGROP.E RODOVIARIOS	15.070,00D	0,00	0,00	15.070,00D
1.4.2.1.2.42 (377)	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	5.242,91D	0,00	0,00	5.242,91D
1.9		ATIVO COMPENSADO	6.028.389,45D	786.394,10	640.265,28	6.174.518,27D
1.9.1		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.150.000,00D	292.257,64	292.257,64	2.150.000,00D
1.9.1.1		ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.150.000,00D	146.128,82	146.128,82	2.150.000,00D
1.9.1.1.1 (425)	O	RECEITA A REALIZAR	795.274,20D	0,00	146.128,82	649.145,38D
1.9.1.1.4 (426)	O	RECEITA REALIZADA	1.354.725,80D	146.128,82	0,00	1.500.854,62D
1.9.1.2		ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FONTE DE RECURSOS	0,00	146.128,82	146.128,82	0,00
1.9.1.2.1		CONTROLE POR FONTE DE RECURSOS	0,00	146.128,82	146.128,82	0,00
1.9.1.2.1.01 (429)	O	ARRECAÇÃO REALIZADA POR FONTE	1.354.725,80D	146.128,82	0,00	1.500.854,62D
1.9.1.2.1.99 (431)	O	(R) OUTRAS ARRECAÇÕES	1.354.725,80C	0,00	146.128,82	1.500.854,62C
1.9.2		FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	2.491.904,50D	0,00	0,00	2.491.904,50D
1.9.2.1		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.491.904,50D	0,00	0,00	2.491.904,50D
1.9.2.1.1		DOTAÇÃO INICIAL	4.168.754,98D	0,00	0,00	4.168.754,98D
1.9.2.1.1.01		CRÉDITO INICIAL	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (436)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
1.9.2.1.1.03		CRÉDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	2.018.754,98D	0,00	0,00	2.018.754,98D
1.9.2.1.1.03.01 (441)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	2.018.754,98D	0,00	0,00	2.018.754,98D
1.9.2.1.9		DOTAÇÃO CANCELADA/REMANEJADA	1.676.850,48C	0,00	0,00	1.676.850,48C
1.9.2.1.9.02		ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA	1.676.850,48C	0,00	0,00	1.676.850,48C
1.9.2.1.9.02.09 (479)	O	(R) REDUÇÃO	1.676.850,48C	0,00	0,00	1.676.850,48C
1.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	1.383.984,95D	494.136,46	348.007,64	1.530.113,77D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.383.984,95D	494.136,46	348.007,64	1.530.113,77D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.383.984,95D	494.136,46	348.007,64	1.530.113,77D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.383.984,95D	494.136,46	348.007,64	1.530.113,77D

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 2/13

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.3.2.9.02.01 (9338)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	708.371,54C	256.184,97	121.514,44	573.701,01C
1.9.3.2.9.02.02 (9339)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	761.156,69D	121.514,44	226.493,20	656.177,93D
1.9.3.2.9.02.03 (9340)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	1.331.199,80D	116.437,05	0,00	1.447.636,85D
1.9.9		COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	2.500,00D	0,00	0,00	2.500,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.500,00D	0,00	0,00	2.500,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.500,00D	0,00	0,00	2.500,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.500,00D	0,00	0,00	2.500,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.500,00D	0,00	0,00	2.500,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0001 (11297)	C	SIMONE APARECIDA SANTIAN RALDI	2.500,00D	0,00	0,00	2.500,00D

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 3/13

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	6.432.815,33C	620.179,41	800.996,04	6.613.631,96C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	377.537,07C	123.369,45	158.057,26	412.224,88C
2.1.1		DEPÓSITOS	6.713,24C	9.254,94	6.932,40	4.390,70C
2.1.1.1		CONSIGNAÇÕES	6.713,24C	9.254,94	6.932,40	4.390,70C
2.1.1.1.1		PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.248,50C	4.248,50	4.390,70	4.390,70C
2.1.1.1.1.02		INSS	4.248,50C	4.248,50	4.390,70	4.390,70C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0001 (9337)	F	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.033,79C	1.033,79	1.436,70	1.436,70C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0003 (11365)	F	INSS CONDUVALE	3.214,71C	3.214,71	2.954,00	2.954,00C
2.1.1.1.2		PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	233,25	233,25	0,00
2.1.1.1.2.00.00.00.00.0001 (11335)	F	PENSÃO ALIMENTICIA	0,00	233,25	233,25	0,00
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.464,74C	4.773,19	2.308,45	0,00
2.1.1.1.4.02		ISS	1.317,13C	2.477,97	1.160,84	0,00C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0001 (11311)	F	ISS A RECOLHER IOMERÊ	29,34C	58,01	28,67	0,00C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0002 (11312)	F	ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	33,40C	82,09	48,69	0,00D
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0003 (11313)	F	ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	66,21C	160,72	94,51	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0004 (11314)	F	ISS A RECOLHER FRAIBURGO	249,53C	574,03	324,50	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0005 (11315)	F	ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	120,04C	144,18	24,14	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0006 (11316)	F	ISS A RECOLHER VIDEIRA	310,95C	560,81	249,86	0,00C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0007 (11320)	F	ISS A RECOLHER CAÇADOR	213,17C	486,98	273,81	0,00D
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0008 (11321)	F	ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	123,74C	123,74	0,00	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0009 (11322)	F	ISS A RECOLHER MATOS COSTA	33,69C	48,07	14,38	0,00D
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0011 (11327)	F	ISS A RECOLHER IBIAM	13,47C	16,32	2,85	0,00C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0012 (11328)	F	ISS A RECOLHER MACIEIRA	47,02C	83,89	36,87	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0013 (11329)	F	ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	39,18C	67,84	28,66	0,00D
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0014 (11330)	F	ISS A RECOLHER TANGARA	34,25C	68,15	33,90	0,00D
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0015 (11364)	F	ISS A RECOLHER TIMBÓ GRANDE	3,14C	3,14	0,00	0,00
2.1.1.1.4.03		IRRF	1.147,61C	2.295,22	1.147,61	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0001 (16798)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.147,61C	2.295,22	1.147,61	0,00
2.1.2		OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	370.823,83C	114.114,51	151.124,86	407.834,18C
2.1.2.1		OBRIGAÇÕES A PAGAR	370.823,83C	114.114,51	151.124,86	407.834,18C
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	366.529,52C	86.749,53	123.218,94	402.998,93C
2.1.2.1.1.01		DO EXERCÍCIO	366.529,52C	86.749,53	123.218,94	402.998,93C
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCÍCIO	366.529,52C	86.749,53	123.218,94	402.998,93C
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	20.567,62	20.567,62	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	20.567,62	20.567,62	0,00
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.294,31C	6.797,36	7.338,30	4.835,25C
2.1.2.1.3.01		INSS	3.149,16C	3.149,16	3.946,55	3.946,55C
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCÍCIO	3.149,16C	3.149,16	3.946,55	3.946,55C
2.1.2.1.3.03		FGTS	1.145,15C	3.648,20	3.391,75	888,70C
2.1.2.1.3.03.00.01		FGTS DO EXERCÍCIO	1.145,15C	3.648,20	3.391,75	888,70C
2.4		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.888,81C	0,00	0,00	26.888,81C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	26.888,81C	0,00	0,00	26.888,81C

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 4/13

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.4.1.1 (1064)	P	PATRIMÔNIO	26.888,81C	0,00	0,00	26.888,81C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	6.028.389,45C	496.809,96	642.938,78	6.174.518,27C
2.9.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.1.1 (1080)	O	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.2.1.01 (1085)	O	PREVISÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.2.1.99 (1089)	O	(R)OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECURSOS	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
2.9.2		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	2.491.904,50C	496.809,96	496.809,96	2.491.904,50C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	1.204.721,65C	496.809,96	382.695,45	1.090.607,14C
2.9.2.1.1 (1092)	O	CRÉDITO DISPONÍVEL	401.298,35C	121.514,44	110.056,15	389.840,06C
2.9.2.1.2		CRÉDITO INDISPONÍVEL	620,00C	0,00	0,00	620,00C
2.9.2.1.2.05 (1097)	O	CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO LÍQUIDO	620,00C	0,00	0,00	620,00C
2.9.2.1.3		CRÉDITO UTILIZADO	802.803,30C	375.295,52	272.639,30	700.147,08C
2.9.2.1.3.01 (1100)	O	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	383.619,62C	261.181,01	121.514,44	243.953,05C
2.9.2.1.3.02		CRÉDITO LIQUIDADO	419.183,68C	114.114,51	151.124,86	456.194,03C
2.9.2.1.3.02.01 (1102)	O	CRÉDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	419.183,68C	114.114,51	151.124,86	456.194,03C
2.9.2.4		EXECUÇÃO DA DESPESA	1.287.182,85C	0,00	114.114,51	1.401.297,36C
2.9.2.4.1		EMISSION DE EMPENHO	1.287.182,85C	0,00	114.114,51	1.401.297,36C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	1.287.182,85C	0,00	114.114,51	1.401.297,36C
2.9.2.4.1.04.03 (1141)	O	VALORES PAGOS	1.287.182,85C	0,00	114.114,51	1.401.297,36C
2.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	1.383.984,95C	0,00	146.128,82	1.530.113,77C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.383.984,95C	0,00	146.128,82	1.530.113,77C
2.9.3.2.9 (9342)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.383.984,95C	0,00	146.128,82	1.530.113,77C
2.9.9		COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	2.500,00C	0,00	0,00	2.500,00C
2.9.9.1 (1217)	C	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	2.500,00C	0,00	0,00	2.500,00C

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 5/13

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	1.706.366,53D	151.124,86	0,00	1.857.491,39D
3.3		DESPESAS CORRENTES	1.672.600,62D	151.124,86	0,00	1.823.725,48D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	149.583,27D	27.905,92	0,00	177.489,19D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	149.583,27D	27.905,92	0,00	177.489,19D
3.3.1.9.0.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	112.576,46D	20.567,62	0,00	133.144,08D
3.3.1.9.0.11.01 (11444)	F	Vencimentos e Salários	111.365,78D	12.246,04	0,00	123.611,82D
3.3.1.9.0.11.42 (16787)	F	Férias Indenizadas - Recisões	1.098,53D	2.628,68	0,00	3.727,21D
3.3.1.9.0.11.43 (11445)	F	13º Salário	112,15D	2.505,25	0,00	2.617,40D
3.3.1.9.0.11.45 (16833)	F	Indenizações e Restituições Aviso Prévio	0,00	3.187,65	0,00	3.187,65D
3.3.1.9.0.12		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	2.256,72D	0,00	0,00	2.256,72D
3.3.1.9.0.12.46 (11452)	F	Férias - Pagamento Antecipado	2.256,72D	0,00	0,00	2.256,72D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	34.265,60D	7.338,30	0,00	41.603,90D
3.3.1.9.0.13.01 (11455)	F	FGTS	9.137,49D	3.391,75	0,00	12.529,24D
3.3.1.9.0.13.02 (11456)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	25.128,11D	3.946,55	0,00	29.074,66D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	484,49D	0,00	0,00	484,49D
3.3.1.9.0.16.44 (11467)	F	Serviços Extraordinários	484,49D	0,00	0,00	484,49D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.523.017,35D	123.218,94	0,00	1.646.236,29D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	1.523.017,35D	123.218,94	0,00	1.646.236,29D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	752.359,74D	61.791,56	0,00	814.151,30D
3.3.3.9.0.30.01 (12717)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	13.659,15D	0,00	0,00	13.659,15D
3.3.3.9.0.30.17 (12733)	F	Material de Processamento de Dados	0,00	130,00	0,00	130,00D
3.3.3.9.0.30.26 (12742)	F	Material Elétrico e Eletrônico	707.595,52D	61.573,23	0,00	769.168,75D
3.3.3.9.0.30.39 (12755)	F	Material para Manutenção de Veículos	25.049,15D	88,33	0,00	25.137,48D
3.3.3.9.0.30.96 (12768)	F	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	955,92D	0,00	0,00	955,92D
3.3.3.9.0.30.99 (12769)	F	Outros Materiais de Consumo	5.100,00D	0,00	0,00	5.100,00D
3.3.3.9.0.33		Passagens e Despesas com Locomocao	613,68D	0,00	0,00	613,68D
3.3.3.9.0.33.99 (12790)	F	Outras Despesas com Locomoção	613,68D	0,00	0,00	613,68D
3.3.3.9.0.36		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	6.710,00D	2.200,00	0,00	8.910,00D
3.3.3.9.0.36.15 (12809)	F	Locação de Imóveis	6.710,00D	2.200,00	0,00	8.910,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	763.333,93D	59.227,38	0,00	822.561,31D
3.3.3.9.0.39.08 (12865)	F	Manutenção de Software	1.350,00D	300,00	0,00	1.650,00D
3.3.3.9.0.39.11 (12868)	F	Locação de Softwares	8.937,06D	980,22	0,00	9.917,28D
3.3.3.9.0.39.15 (12871)	F	Limpeza de Veículos	480,00D	0,00	0,00	480,00D
3.3.3.9.0.39.19 (12874)	F	Manutenção e Conservação de Veículos	14.674,37D	451,58	0,00	15.125,95D
3.3.3.9.0.39.41 (12890)	F	Fornecimento de Alimentação	8.665,80D	434,50	0,00	9.100,30D
3.3.3.9.0.39.47 (12896)	F	Serviços de Comunicação em Geral	1.790,60D	287,50	0,00	2.078,10D
3.3.3.9.0.39.58 (12906)	F	Serviços de Telecomunicações	5.544,82D	756,19	0,00	6.301,01D
3.3.3.9.0.39.63 (12911)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	7.280,00D	0,00	0,00	7.280,00D
3.3.3.9.0.39.80 (12928)	F	Hospedagens	4.648,00D	325,00	0,00	4.973,00D
3.3.3.9.0.39.81 (12929)	F	Serviços Bancários	2.050,50D	183,35	0,00	2.233,85D
3.3.3.9.0.39.96 (12940)	F	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
3.3.3.9.0.39.97 (12941)	F	Despesas de Teleprocessamento	2.822,16D	630,54	0,00	3.452,70D

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 6/13

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.39.99 (12942)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	703.090,62D	54.878,50	0,00	757.969,12D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	33.765,91D	0,00	0,00	33.765,91D
3.4.4		INVESTIMENTOS	33.765,91D	0,00	0,00	33.765,91D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	33.765,91D	0,00	0,00	33.765,91D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	33.765,91D	0,00	0,00	33.765,91D
3.4.4.9.0.52.12 (13927)	F	Aparelhos e Utensílios Domésticos	95,00D	0,00	0,00	95,00D
3.4.4.9.0.52.30 (13936)	F	Máquinas e Equipamentos Energéticos	67,49D	0,00	0,00	67,49D
3.4.4.9.0.52.34 (13939)	F	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	7.150,00D	0,00	0,00	7.150,00D
3.4.4.9.0.52.35 (13940)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	5.012,51D	0,00	0,00	5.012,51D
3.4.4.9.0.52.40 (13944)	F	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	15.070,00D	0,00	0,00	15.070,00D
3.4.4.9.0.52.42 (13946)	F	Mobiliário em Geral	6.370,91D	0,00	0,00	6.370,91D

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 7/13

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	1.354.725,80C	0,00	146.128,82	1.500.854,62C
4.1		RECEITAS CORRENTES	1.354.725,80C	0,00	146.128,82	1.500.854,62C
4.1.3		RECEITA PATRIMONIAL	2.525,50C	0,00	165,22	2.690,72C
4.1.3.2		RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.525,50C	0,00	165,22	2.690,72C
4.1.3.2.5		Remuneração de Depósitos Bancários	2.525,50C	0,00	165,22	2.690,72C
4.1.3.2.5.01		Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	2.525,50C	0,00	165,22	2.690,72C
4.1.3.2.5.01.99		Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	2.525,50C	0,00	165,22	2.690,72C
4.1.3.2.5.01.99.01 (14904)	F	Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consorciad	2.525,50C	0,00	165,22	2.690,72C
4.1.6		RECEITA DE SERVIÇOS	61.794,00C	0,00	26.302,00	88.096,00C
4.1.6.0.0.99		Outros Serviços	61.794,00C	0,00	26.302,00	88.096,00C
4.1.6.0.0.99.01 (15289)	F	Outros Serviços - Horas Máquinas	61.794,00C	0,00	26.302,00	88.096,00C
4.1.7		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.278.027,41C	0,00	119.661,60	1.397.689,01C
4.1.7.2		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.278.027,41C	0,00	119.661,60	1.397.689,01C
4.1.7.2.3		TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	1.278.027,41C	0,00	119.661,60	1.397.689,01C
4.1.7.2.3.37		Transferências a Consórcios Públicos	1.278.027,41C	0,00	119.661,60	1.397.689,01C
4.1.7.2.3.37.05		ARROIO TRINTA	54.400,00C	0,00	3.292,03	57.692,03C
4.1.7.2.3.37.05.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	54.400,00C	0,00	3.292,03	57.692,03C
4.1.7.2.3.37.05.01.01		Manutenção do CINCO	7.150,00C	0,00	650,00	7.800,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3100 (15389)	F	Pessoal e Encargos Sociais	4.059,55C	0,00	369,02	4.428,57C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3300 (15390)	F	Outras Despesas Correntes	2.653,97C	0,00	241,27	2.895,24C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.4400 (15391)	F	Investimentos	436,48C	0,00	39,71	476,19C
4.1.7.2.3.37.05.01.02		Serviços de Máquinas	18.400,00C	0,00	0,00	18.400,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.02.3100 (15393)	F	Pessoal e Encargos Sociais	4.420,00C	0,00	0,00	4.420,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.02.3300 (15394)	F	Outras Despesas Correntes	13.580,00C	0,00	0,00	13.580,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.02.4400 (15395)	F	Investimentos	400,00C	0,00	0,00	400,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.03		Iluminação Pública	28.850,00C	0,00	2.642,03	31.492,03C
4.1.7.2.3.37.05.01.03.3100 (15397)	F	Pessoal e Encargos Sociais	873,07C	0,00	79,31	952,38C
4.1.7.2.3.37.05.01.03.3300 (15398)	F	Outras Despesas Correntes	27.976,93C	0,00	2.562,72	30.539,65C
4.1.7.2.3.37.09		CAÇADOR	174.000,00C	0,00	12.000,00	186.000,00C
4.1.7.2.3.37.09.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	174.000,00C	0,00	12.000,00	186.000,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.01		Manutenção do CINCO	15.600,00C	0,00	7.800,00	23.400,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.01.3100 (15403)	F	Pessoal e Encargos Sociais	8.857,20C	0,00	4.428,52	13.285,72C
4.1.7.2.3.37.09.01.01.3300 (15404)	F	Outras Despesas Correntes	5.790,40C	0,00	2.895,31	8.685,71C
4.1.7.2.3.37.09.01.01.4400 (15405)	F	Investimentos	952,40C	0,00	476,17	1.428,57C
4.1.7.2.3.37.09.01.03		Iluminação Pública	158.400,00C	0,00	4.200,00	162.600,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.03.3100 (15411)	F	Pessoal e Encargos Sociais	1.904,80C	0,00	952,35	2.857,15C
4.1.7.2.3.37.09.01.03.3300 (15412)	F	Outras Despesas Correntes	156.495,20C	0,00	3.247,65	159.742,85C
4.1.7.2.3.37.10		CALMON	12.000,00C	0,00	8.891,79	20.891,79C
4.1.7.2.3.37.10.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	12.000,00C	0,00	8.891,79	20.891,79C
4.1.7.2.3.37.10.01.01		Manutenção do CINCO	7.800,00C	0,00	0,00	7.800,00C
4.1.7.2.3.37.10.01.01.3100 (15417)	F	Pessoal e Encargos Sociais	4.428,57C	0,00	0,00	4.428,57C
4.1.7.2.3.37.10.01.01.3300 (15418)	F	Outras Despesas Correntes	2.895,24C	0,00	0,00	2.895,24C

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 8/13

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.10.01.01.4400 (15419)	F	Investimentos	476,19C	0,00	0,00	476,19C
4.1.7.2.3.37.10.01.03		Iluminação Pública	4.200,00C	0,00	8.891,79	13.091,79C
4.1.7.2.3.37.10.01.03.3100 (15425)	F	Pessoal e Encargos Sociais	952,44C	0,00	0,00	952,44C
4.1.7.2.3.37.10.01.03.3300 (15426)	F	Outras Despesas Correntes	3.247,56C	0,00	8.891,79	12.139,35C
4.1.7.2.3.37.19		FRAIBURGO	272.005,32C	0,00	37.906,99	309.912,31C
4.1.7.2.3.37.19.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	272.005,32C	0,00	37.906,99	309.912,31C
4.1.7.2.3.37.19.01.01		Manutenção do CINCO	19.500,00C	0,00	1.950,00	21.450,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3100 (15431)	F	Pessoal e Encargos Sociais	11.071,50C	0,00	1.107,15	12.178,65C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3300 (15432)	F	Outras Despesas Correntes	7.238,00C	0,00	723,80	7.961,80C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.4400 (15433)	F	Investimentos	1.190,50C	0,00	119,05	1.309,55C
4.1.7.2.3.37.19.01.03		Iluminação Pública	252.505,32C	0,00	35.956,99	288.462,31C
4.1.7.2.3.37.19.01.03.3100 (15439)	F	Pessoal e Encargos Sociais	2.381,00C	0,00	238,10	2.619,10C
4.1.7.2.3.37.19.01.03.3300 (15440)	F	Outras Despesas Correntes	250.124,32C	0,00	35.718,89	285.843,21C
4.1.7.2.3.37.22		IBIAM	39.811,23C	0,00	1.165,62	40.976,85C
4.1.7.2.3.37.22.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	39.811,23C	0,00	1.165,62	40.976,85C
4.1.7.2.3.37.22.01.01		Manutenção do CINCO	6.500,00C	0,00	650,00	7.150,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.3100 (15445)	F	Pessoal e Encargos Sociais	3.690,50C	0,00	369,05	4.059,55C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.3300 (15446)	F	Outras Despesas Correntes	2.412,70C	0,00	241,27	2.653,97C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.4400 (15447)	F	Investimentos	396,80C	0,00	39,68	436,48C
4.1.7.2.3.37.22.01.02		Serviços de Máquinas	20.094,00C	0,00	0,00	20.094,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.02.3300 (15450)	F	Outras Despesas Correntes	20.094,00C	0,00	0,00	20.094,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.03		Iluminação Pública	13.217,23C	0,00	515,62	13.732,85C
4.1.7.2.3.37.22.01.03.3100 (15453)	F	Pessoal e Encargos Sociais	793,70C	0,00	79,37	873,07C
4.1.7.2.3.37.22.01.03.3300 (15454)	F	Outras Despesas Correntes	12.423,53C	0,00	436,25	12.859,78C
4.1.7.2.3.37.24		IOMERÊ	47.164,59C	0,00	3.587,79	50.752,38C
4.1.7.2.3.37.24.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	47.164,59C	0,00	3.587,79	50.752,38C
4.1.7.2.3.37.24.01.01		Manutenção do CINCO	6.500,00C	0,00	650,00	7.150,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3100 (15459)	F	Pessoal e Encargos Sociais	3.690,50C	0,00	369,05	4.059,55C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3300 (15460)	F	Outras Despesas Correntes	2.412,70C	0,00	241,27	2.653,97C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.4400 (15461)	F	Investimentos	396,80C	0,00	39,68	436,48C
4.1.7.2.3.37.24.01.03		Iluminação Pública	40.664,59C	0,00	2.937,79	43.602,38C
4.1.7.2.3.37.24.01.03.3100 (15467)	F	Pessoal e Encargos Sociais	793,70C	0,00	79,37	873,07C
4.1.7.2.3.37.24.01.03.3300 (15468)	F	Outras Despesas Correntes	39.870,89C	0,00	2.858,42	42.729,31C
4.1.7.2.3.37.33		LEBON RÉGIS	70.515,53C	0,00	1.000,00	71.515,53C
4.1.7.2.3.37.33.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	70.515,53C	0,00	1.000,00	71.515,53C
4.1.7.2.3.37.33.01.01		Manutenção do CINCO	6.500,00C	0,00	650,00	7.150,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.3100 (15473)	F	Pessoal e Encargos Sociais	3.690,50C	0,00	369,05	4.059,55C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.3300 (15474)	F	Outras Despesas Correntes	2.412,70C	0,00	241,27	2.653,97C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.4400 (15475)	F	Investimentos	396,80C	0,00	39,68	436,48C
4.1.7.2.3.37.33.01.02		Serviços de Máquinas	13.600,00C	0,00	0,00	13.600,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.02.3100 (15477)	F	Pessoal e Encargos Sociais	4.420,00C	0,00	0,00	4.420,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.02.3300 (15478)	F	Outras Despesas Correntes	8.780,00C	0,00	0,00	8.780,00C

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 9/13

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.33.01.02.4400 (15479)	F	Investimentos	400,00C	0,00	0,00	400,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.03		Iluminação Pública	50.415,53C	0,00	350,00	50.765,53C
4.1.7.2.3.37.33.01.03.3100 (15481)	F	Pessoal e Encargos Sociais	793,70C	0,00	79,37	873,07C
4.1.7.2.3.37.33.01.03.3300 (15482)	F	Outras Despesas Correntes	49.621,83C	0,00	270,63	49.892,46C
4.1.7.2.3.37.36		MACIEIRA	13.811,36C	0,00	1.000,00	14.811,36C
4.1.7.2.3.37.36.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	13.811,36C	0,00	1.000,00	14.811,36C
4.1.7.2.3.37.36.01.01		Manutenção do CINCO	6.579,37C	0,00	650,00	7.229,37C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.3100 (15487)	F	Pessoal e Encargos Sociais	3.769,87C	0,00	369,05	4.138,92C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.3300 (15488)	F	Outras Despesas Correntes	2.412,70C	0,00	241,27	2.653,97C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.4400 (15489)	F	Investimentos	396,80C	0,00	39,68	436,48C
4.1.7.2.3.37.36.01.03		Iluminação Pública	7.231,99C	0,00	350,00	7.581,99C
4.1.7.2.3.37.36.01.03.3100 (15495)	F	Pessoal e Encargos Sociais	714,33C	0,00	79,37	793,70C
4.1.7.2.3.37.36.01.03.3300 (15496)	F	Outras Despesas Correntes	6.517,66C	0,00	270,63	6.788,29C
4.1.7.2.3.37.38		MATOS COSTA	8.772,24C	0,00	4.904,76	13.677,00C
4.1.7.2.3.37.38.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	8.772,24C	0,00	4.904,76	13.677,00C
4.1.7.2.3.37.38.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	4.904,76	4.904,76C
4.1.7.2.3.37.38.01.01.3100 (15501)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	4.428,57	4.428,57C
4.1.7.2.3.37.38.01.01.4400 (15503)	F	Investimentos	0,00	0,00	476,19	476,19C
4.1.7.2.3.37.38.01.03		Iluminação Pública	8.772,24C	0,00	0,00	8.772,24C
4.1.7.2.3.37.38.01.03.3300 (15510)	F	Outras Despesas Correntes	8.772,24C	0,00	0,00	8.772,24C
4.1.7.2.3.37.43		PINHEIRO PRETO	33.160,92C	0,00	4.642,73	37.803,65C
4.1.7.2.3.37.43.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	33.160,92C	0,00	4.642,73	37.803,65C
4.1.7.2.3.37.43.01.01		Manutenção do CINCO	6.500,00C	0,00	650,00	7.150,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.3100 (15515)	F	Pessoal e Encargos Sociais	3.690,50C	0,00	369,05	4.059,55C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.3300 (15516)	F	Outras Despesas Correntes	2.412,70C	0,00	241,27	2.653,97C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.4400 (15517)	F	Investimentos	396,80C	0,00	39,68	436,48C
4.1.7.2.3.37.43.01.03		Iluminação Pública	26.660,92C	0,00	3.992,73	30.653,65C
4.1.7.2.3.37.43.01.03.3100 (15523)	F	Pessoal e Encargos Sociais	793,70C	0,00	79,37	873,07C
4.1.7.2.3.37.43.01.03.3300 (15524)	F	Outras Despesas Correntes	25.867,22C	0,00	3.913,36	29.780,58C
4.1.7.2.3.37.49		RIO DAS ANTAS	60.100,18C	0,00	4.634,42	64.734,60C
4.1.7.2.3.37.49.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	60.100,18C	0,00	4.634,42	64.734,60C
4.1.7.2.3.37.49.01.01		Manutenção do CINCO	6.500,00C	0,00	650,00	7.150,00C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.3100 (15529)	F	Pessoal e Encargos Sociais	3.690,50C	0,00	369,05	4.059,55C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.3300 (15530)	F	Outras Despesas Correntes	2.412,70C	0,00	241,27	2.653,97C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.4400 (15531)	F	Investimentos	396,80C	0,00	39,68	436,48C
4.1.7.2.3.37.49.01.03		Iluminação Pública	53.600,18C	0,00	3.984,42	57.584,60C
4.1.7.2.3.37.49.01.03.3100 (15537)	F	Pessoal e Encargos Sociais	793,70C	0,00	79,37	873,07C
4.1.7.2.3.37.49.01.03.3300 (15538)	F	Outras Despesas Correntes	52.806,48C	0,00	3.905,05	56.711,53C
4.1.7.2.3.37.50		SALTO VELOSO	22.778,48C	0,00	0,00	22.778,48C
4.1.7.2.3.37.50.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	22.778,48C	0,00	0,00	22.778,48C
4.1.7.2.3.37.50.01.01		Manutenção do CINCO	5.200,00C	0,00	0,00	5.200,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.3100 (15543)	F	Pessoal e Encargos Sociais	2.952,40C	0,00	0,00	2.952,40C

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 10/13

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.50.01.01.3300 (15544)	F	Outras Despesas Correntes	1.930,16C	0,00	0,00	1.930,16C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.4400 (15545)	F	Investimentos	317,44C	0,00	0,00	317,44C
4.1.7.2.3.37.50.01.03		Iluminação Pública	17.578,48C	0,00	0,00	17.578,48C
4.1.7.2.3.37.50.01.03.3100 (15551)	F	Pessoal e Encargos Sociais	634,96C	0,00	0,00	634,96C
4.1.7.2.3.37.50.01.03.3300 (15552)	F	Outras Despesas Correntes	16.943,52C	0,00	0,00	16.943,52C
4.1.7.2.3.37.54		TANGARÁ	47.477,10C	0,00	3.983,03	51.460,13C
4.1.7.2.3.37.54.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	47.477,10C	0,00	3.983,03	51.460,13C
4.1.7.2.3.37.54.01.01		Manutenção do CINCO	6.500,00C	0,00	1.300,00	7.800,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.3100 (15557)	F	Pessoal e Encargos Sociais	3.690,50C	0,00	738,07	4.428,57C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.3300 (15558)	F	Outras Despesas Correntes	2.412,70C	0,00	482,54	2.895,24C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.4400 (15559)	F	Investimentos	396,80C	0,00	79,39	476,19C
4.1.7.2.3.37.54.01.03		Iluminação Pública	40.977,10C	0,00	2.683,03	43.660,13C
4.1.7.2.3.37.54.01.03.3100 (15565)	F	Pessoal e Encargos Sociais	793,70C	0,00	158,68	952,38C
4.1.7.2.3.37.54.01.03.3300 (15566)	F	Outras Despesas Correntes	40.183,40C	0,00	2.524,35	42.707,75C
4.1.7.2.3.37.55		TIMBÓ GRANDE	19.142,15C	0,00	0,00	19.142,15C
4.1.7.2.3.37.55.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	19.142,15C	0,00	0,00	19.142,15C
4.1.7.2.3.37.55.01.01		Manutenção do CINCO	1.688,89C	0,00	0,00	1.688,89C
4.1.7.2.3.37.55.01.01.3100 (15571)	F	Pessoal e Encargos Sociais	1.688,89C	0,00	0,00	1.688,89C
4.1.7.2.3.37.55.01.03		Iluminação Pública	17.453,26C	0,00	0,00	17.453,26C
4.1.7.2.3.37.55.01.03.3100 (15579)	F	Pessoal e Encargos Sociais	555,59C	0,00	0,00	555,59C
4.1.7.2.3.37.55.01.03.3300 (15580)	F	Outras Despesas Correntes	16.897,67C	0,00	0,00	16.897,67C
4.1.7.2.3.37.60		VIDEIRA	402.888,31C	0,00	32.652,44	435.540,75C
4.1.7.2.3.37.60.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	402.888,31C	0,00	32.652,44	435.540,75C
4.1.7.2.3.37.60.01.01		Manutenção do CINCO	19.500,00C	0,00	1.950,00	21.450,00C
4.1.7.2.3.37.60.01.01.3100 (15585)	F	Pessoal e Encargos Sociais	11.071,50C	0,00	1.107,15	12.178,65C
4.1.7.2.3.37.60.01.01.3300 (15586)	F	Outras Despesas Correntes	7.714,20C	0,00	842,85	8.557,05C
4.1.7.2.3.37.60.01.01.4400 (15587)	F	Investimentos	714,30C	0,00	0,00	714,30C
4.1.7.2.3.37.60.01.03		Iluminação Pública	383.388,31C	0,00	30.702,44	414.090,75C
4.1.7.2.3.37.60.01.03.3100 (15593)	F	Pessoal e Encargos Sociais	2.381,00C	0,00	238,10	2.619,10C
4.1.7.2.3.37.60.01.03.3300 (15594)	F	Outras Despesas Correntes	381.007,31C	0,00	30.464,34	411.471,65C
4.1.9		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.378,89C	0,00	0,00	12.378,89C
4.1.9.1		Multas e Juros de Mora	12.334,60C	0,00	0,00	12.334,60C
4.1.9.1.9		Multas de Outras Origens	12.334,60C	0,00	0,00	12.334,60C
4.1.9.1.9.27 (16172)	F	Multas e Juros Previstos em Contratos	12.334,60C	0,00	0,00	12.334,60C
4.1.9.2		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44,29C	0,00	0,00	44,29C
4.1.9.2.2		RESTITUIÇÕES	44,29C	0,00	0,00	44,29C
4.1.9.2.2.99 (16248)	F	Outras Restituições	44,29C	0,00	0,00	44,29C

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 11/13

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CRÉDITO	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3.3.07.03 (1286)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIRO	26.888,81D	0,00	0,00	26.888,81D
5.2.2.3.3.07.04 (1287)	F	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIRO	2.370,34D	0,00	0,00	2.370,34D

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 12/13

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	63.025,06C	0,00	0,00	63.025,06C
6.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	33.765,91C	0,00	0,00	33.765,91C
6.1.3		MUTAÇÕES ATIVAS	33.765,91C	0,00	0,00	33.765,91C
6.1.3.1		INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	33.765,91C	0,00	0,00	33.765,91C
6.1.3.1.1		AQUISIÇÕES DE BENS	33.765,91C	0,00	0,00	33.765,91C
6.1.3.1.1.02		BENS MÓVEIS	33.765,91C	0,00	0,00	33.765,91C
6.1.3.1.1.02.01 (1437)	P	BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	33.765,91C	0,00	0,00	33.765,91C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DÉBITO	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3.3.07.04 (1472)	F	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIROS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C



Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Página: 13/13

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
			TOTAL:	1.703.827,19	1.703.827,19	

Fraiburgo, 17/12/2012

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	60.518,30	15.248.066,79	932.522,92	16.180.589,71	6.290.761,10
	0,00	9.193.644,58	756.702,33	9.950.346,91	0,00
ATIVO CIRCULANTE	29.259,15	1.354.770,08	146.128,82	1.500.898,90	82.476,92
	0,00	1.331.244,08	116.437,05	1.447.681,13	0,00
ATIVO PERMANENTE	0,00	33.765,91	0,00	33.765,91	33.765,91
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVO COMPENSADO	31.259,15	13.859.530,80	786.394,10	14.645.924,90	6.174.518,27
	0,00	7.862.400,50	640.265,28	8.502.665,78	0,00
PASSIVO	0,00	10.345.241,26	620.179,41	10.965.420,67	0,00
	60.518,30	16.717.538,29	800.996,04	17.518.534,33	6.613.631,96
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	1.406.123,03	123.369,45	1.529.492,48	0,00
	2.370,34	1.781.289,76	158.057,26	1.939.347,02	412.224,88
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	26.888,81	0,00	0,00	0,00	26.888,81
PASSIVO COMPENSADO	0,00	8.939.118,23	496.809,96	9.435.928,19	0,00
	31.259,15	14.936.248,53	642.938,78	15.579.187,31	6.174.518,27
DESPESA	0,00	1.706.410,81	151.124,86	1.857.535,67	1.857.491,39
	0,00	44,28	0,00	44,28	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.672.644,90	151.124,86	1.823.769,76	1.823.725,48
	0,00	44,28	0,00	44,28	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	33.765,91	0,00	33.765,91	33.765,91
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	1.354.725,80	146.128,82	1.500.854,62	1.500.854,62
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	1.354.725,80	146.128,82	1.500.854,62	1.500.854,62
RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	29.259,15	33.765,91	0,00	33.765,91	63.025,06
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	33.765,91	0,00	33.765,91	33.765,91
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
Totais	89.777,45	27.299.718,86	1.703.827,19	29.003.546,05	8.177.511,64
	89.777,45	27.299.718,86	1.703.827,19	29.003.546,05	8.177.511,64

Fraiburgo, 17/12/2012

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	146.128,82	Despesa Orçamentária	151.124,86
RECEITA PATRIMONIAL	165,22	Despesas exceto Intra-orçamentárias	151.124,86
RECEITA DE SERVIÇOS	26.302,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.905,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	119.661,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	123.218,94
Receita Extra - Orçamentária	158.057,26	Despesa Extra - Orçamentária	123.369,45
DEPÓSITOS	6.932,40	DEPÓSITOS	9.254,94
CONSIGNAÇÕES	6.932,40	CONSIGNAÇÕES	9.254,94
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.390,70	PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.248,50
PENSÃO ALIMENTÍCIA	233,25	PENSÃO ALIMENTÍCIA	233,25
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.308,45	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.773,19
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	151.124,86	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	114.114,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	151.124,86	OBRIGAÇÕES A PAGAR	114.114,51
FORNECEDORES	123.218,94	FORNECEDORES	86.749,53
PESSOAL A PAGAR	20.567,62	PESSOAL A PAGAR	20.567,62
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	7.338,30	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.797,36
Saldos anteriores	52.785,15	Saldos atuais	82.476,92
BANCO C/ MOVIMENTO	52.785,15	BANCO C/ MOVIMENTO	82.476,92
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	356.971,23	Total	356.971,23

Fraiburgo, 17/12/2012

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

 Moisés Amadeu Patricio
 Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Novembro

Página 1 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.138.000,00	2.018.754,98	1.676.850,48	2.479.904,50	11.458,29	2.101.444,44	378.460,06
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.120.000,00	2.018.754,98	1.676.850,48	2.461.904,50	11.458,29	2.101.444,44	360.460,06
01.01.04	Administração		219.000,00	57.884,98	30.000,00	246.884,98	-554,91	171.783,42	75.101,56
01.01.04.122	Administração Geral		219.000,00	57.884,98	30.000,00	246.884,98	-554,91	171.783,42	75.101,56
01.01.04.122.0001	Desenvolvimento Regional		219.000,00	57.884,98	30.000,00	246.884,98	-554,91	171.783,42	75.101,56
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO		199.000,00	57.884,98	30.000,00	226.884,98	-554,91	171.783,42	55.101,56
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	154.000,00	0,00	30.000,00	124.000,00	0,00	101.242,51	22.757,49
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	15.000,00	30.000,00	0,00	45.000,00	-554,91	42.988,34	2.011,66
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	9.286,66	0,00	9.286,66	0,00	8.856,66	430,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	600,00	12.124,60	0,00	12.724,60	0,00	6.111,00	6.613,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1292	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	7.400,00	0,00	0,00	7.400,00	0,00	6.285,00	1.115,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	6.473,72	0,00	6.473,72	0,00	6.299,91	173,81
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.13	Cultura		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392	Difusão Cultural		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392.0001	Desenvolvimento Regional		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
13.392.0001.2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.15	Urbanismo		1.615.600,00	1.810.000,00	1.540.000,00	1.885.600,00	-574,44	1.740.968,77	144.631,23
01.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana		1.595.600,00	0,00	1.540.000,00	55.600,00	139,64	23.819,35	31.780,65
01.01.15.451.0001	Desenvolvimento Regional		1.595.600,00	0,00	1.540.000,00	55.600,00	139,64	23.819,35	31.780,65
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA		1.595.600,00	0,00	1.540.000,00	55.600,00	139,64	23.819,35	31.780,65
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	139,64	18.522,91	1.477,09
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.555.600,00	0,00	1.540.000,00	15.600,00	0,00	5.296,44	10.303,56
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.15.452	Serviços Urbanos		20.000,00	1.810.000,00	0,00	1.830.000,00	-714,08	1.717.149,42	112.850,58
01.01.15.452.0001	Desenvolvimento Regional		20.000,00	1.810.000,00	0,00	1.830.000,00	-714,08	1.717.149,42	112.850,58
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS		20.000,00	1.810.000,00	0,00	1.830.000,00	-714,08	1.717.149,42	112.850,58
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	15.000,00	1.810.000,00	0,00	1.825.000,00	-714,08	1.717.149,42	107.850,58
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Novembro

Página 2 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.138.000,00	2.018.754,98	1.676.850,48	2.479.904,50	11.458,29	2.101.444,44	378.460,06
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.120.000,00	2.018.754,98	1.676.850,48	2.461.904,50	11.458,29	2.101.444,44	360.460,06
01.01.17	Saneamento		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.17.512	Saneamento Básico Urbano		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.17.512.0001	Desenvolvimento Regional		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
17.512.0001.2.006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
01.01.18	Gestão Ambiental		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.18.541.0001	Desenvolvimento Regional		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
18.541.0001.2.007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
01.01.20	Agricultura		191.000,00	150.870,00	106.850,48	235.019,52	12.587,64	188.692,25	46.327,27
01.01.20.606	Extensão Rural		191.000,00	150.870,00	106.850,48	235.019,52	12.587,64	188.692,25	46.327,27
01.01.20.606.0001	Desenvolvimento Regional		191.000,00	150.870,00	106.850,48	235.019,52	12.587,64	188.692,25	46.327,27
20.606.0001.1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL		171.000,00	150.870,00	106.850,48	215.019,52	12.587,64	188.692,25	26.327,27
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	100.000,00	6.850,48	98.149,52	11.961,87	79.722,33	18.427,19
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	3.840,00	0,00	8.840,00	0,00	8.840,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	150.000,00	0,00	100.000,00	50.000,00	1.075,77	42.749,92	7.250,08
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	37.760,00	0,00	42.760,00	-450,00	42.310,00	450,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	6.850,48	0,00	11.850,48	0,00	11.850,48	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	800,00	200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	2.419,52	0,00	2.419,52	0,00	2.419,52	0,00
01.01.23	Comércio e Serviços		33.400,00	0,00	0,00	33.400,00	0,00	0,00	33.400,00
01.01.23.691	Promoção Comercial		11.400,00	0,00	0,00	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00
01.01.23.691.0001	Desenvolvimento Regional		11.400,00	0,00	0,00	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00
23.691.0001.2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL		11.400,00	0,00	0,00	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	10.400,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00	0,00	10.400,00
01.01.23.695	Turismo		22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
01.01.23.695.0001	Desenvolvimento Regional		22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
23.695.0001.2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
23.695.0001.2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Novembro

Página 3 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.138.000,00	2.018.754,98	1.676.850,48	2.479.904,50	11.458,29	2.101.444,44	378.460,06
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.120.000,00	2.018.754,98	1.676.850,48	2.461.904,50	11.458,29	2.101.444,44	360.460,06
01.01.27	Desporto e Lazer		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812	Desporto Comunitário		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812.0001	Desenvolvimento Regional		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
27.812.0001.2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.02.0	ENCARGOS GERAIS DO CINCO		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.02.28	Encargos Especiais		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.02.28.846	Outros Encargos Especiais		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.02.28.846.0000	Encargos Especiais		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99	Reserva de Contingência		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99.999	Reserva de Contingência		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99.999.0002	Reserva de Contingência		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1200	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1300	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Novembro

Página 4 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99	Reserva de Contingência		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99.999	Reserva de Contingência		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99.999.0002	Reserva de Contingência		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1300	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Total por Entidade :			2.150.000,00	2.018.754,98	1.676.850,48	2.491.904,50	11.458,29	2.101.444,44	390.460,06
Total Geral :			2.150.000,00	2.018.754,98	1.676.850,48	2.491.904,50	11.458,29	2.101.444,44	390.460,06

Fraiburgo, 17/12/2012

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		2.130.000,00	146.128,82	1.500.854,62	376.101,97	1.005.247,35
1.1.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTARIA		2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00.00 IMPOSTOS		1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00.00 Impostos s/ o Patrimônio e a Renda		1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualq		1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	1200	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.1.1.2.04.34.00.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00.00 TAXAS		1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00.00 Tx pela Prestacao de Servicos		1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		1.600,00	165,22	2.690,72	1.690,72	600,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		1.600,00	165,22	2.690,72	1.690,72	600,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		1.600,00	165,22	2.690,72	1.690,72	600,00
1.3.2.5.01.00.00.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinc		1.100,00	165,22	2.690,72	1.690,72	100,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Banc Rec		1.100,00	165,22	2.690,72	1.690,72	100,00
1.3.2.5.01.99.01.00.00.00 Remuneração Dep. Bancários - Municij	1200	1.000,00	165,22	2.690,72	1.690,72	0,00
1.3.2.5.01.99.02.00.00.00 Remuneração de Dep Bancários - Alier	1200	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00.00 Remuneração de Dep. Banc. de Rec. de Ni		500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Recursos	1200	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS		216.000,00	26.302,00	88.096,00	0,00	127.904,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00.00 Serv. Administrativos		2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00.00 Serv. de Venda de Editais	1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.13.99.00.00.00.00 Outros Serv. Administrativos	1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.19.00.00.00.00.00 Serv. Recreativos e Culturais	1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.20.00.00.00.00.00 Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Anal		1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.20.01.00.00.00.00 Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Ana	1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00.00 Outros Serviços		212.000,00	26.302,00	88.096,00	0,00	123.904,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00.00 Outros Serviços - Horas Máquinas	1200	212.000,00	26.302,00	88.096,00	0,00	123.904,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.909.900,00	119.661,60	1.397.689,01	362.032,36	874.243,35
1.7.2.0.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAM		1.909.900,00	119.661,60	1.397.689,01	362.032,36	874.243,35
1.7.2.3.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		1.909.900,00	119.661,60	1.397.689,01	362.032,36	874.243,35
1.7.2.3.37.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos		1.909.900,00	119.661,60	1.397.689,01	362.032,36	874.243,35
1.7.2.3.37.05.00.00.00.00 ARROIO TRINTA		90.927,14	3.292,03	57.692,03	13.699,82	46.934,93
1.7.2.3.37.05.01.00.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	3.292,03	57.692,03	13.699,82	46.934,93
1.7.2.3.37.05.01.01.00.00 Manutenção do CINCO		11.366,00	650,00	7.800,00	1.474,47	5.040,47
1.7.2.3.37.05.01.01.31.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	369,02	4.428,57	0,00	4.095,89
1.7.2.3.37.05.01.01.33.00.00 Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	241,27	2.895,24	1.474,47	0,00
1.7.2.3.37.05.01.01.44.00.00 Investimentos	1300	1.420,77	39,71	476,19	0,00	944,58
1.7.2.3.37.05.01.02.00.00 Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	18.400,00	12.159,23	5.125,23
1.7.2.3.37.05.01.02.31.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	4.420,00	0,00	4.104,46
1.7.2.3.37.05.01.02.33.00.00 Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	13.580,00	12.159,23	0,00
1.7.2.3.37.05.01.02.44.00.00 Investimentos	1300	1.420,77	0,00	400,00	0,00	1.020,77
1.7.2.3.37.05.01.03.00.00 Iluminação Pública		68.195,14	2.642,03	31.492,03	66,12	36.769,23
1.7.2.3.37.05.01.03.31.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	79,31	952,38	66,12	0,00
1.7.2.3.37.05.01.03.33.00.00 Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	2.562,72	30.539,65	0,00	35.950,84
1.7.2.3.37.05.01.03.44.00.00 Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.09.00.00.00.00 CAÇADOR		272.924,71	12.000,00	186.000,00	4.667,22	91.591,93
1.7.2.3.37.09.01.00.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		272.924,71	12.000,00	186.000,00	4.667,22	91.591,93
1.7.2.3.37.09.01.01.00.00.00 Manutenção do CINCO		34.187,21	7.800,00	23.400,00	4.483,93	15.271,14
1.7.2.3.37.09.01.01.31.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	1300	25.783,65	4.428,52	13.285,72	0,00	12.497,93
1.7.2.3.37.09.01.01.33.00.00 Outras Despesas Correntes	1300	4.201,78	2.895,31	8.685,71	4.483,93	0,00
1.7.2.3.37.09.01.01.44.00.00 Investimentos	1300	4.201,78	476,17	1.428,57	0,00	2.773,21
1.7.2.3.37.09.01.02.00.00.00 Serviços de Máquinas		34.187,21	0,00	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.09.01.02.31.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	1300	25.783,65	0,00	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.09.01.02.33.00.00 Outras Despesas Correntes	1300	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.09.01.02.44.00.00 Investimentos	1300	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.09.01.03.00.00.00 Iluminação Pública		204.550,29	4.200,00	162.600,00	183,29	42.133,58
1.7.2.3.37.09.01.03.31.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	1300	2.673,86	952,35	2.857,15	183,29	0,00
1.7.2.3.37.09.01.03.33.00.00 Outras Despesas Correntes	1300	199.393,56	3.247,65	159.742,85	0,00	39.650,71
1.7.2.3.37.09.01.03.44.00.00 Investimentos	1300	2.482,87	0,00	0,00	0,00	2.482,87
1.7.2.3.37.10.00.00.00.00 CALMON		90.927,14	8.891,79	20.891,79	1.540,65	71.576,00
1.7.2.3.37.10.01.00.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	8.891,79	20.891,79	1.540,65	71.576,00
1.7.2.3.37.10.01.01.00.00.00 Manutenção do CINCO		11.366,00	0,00	7.800,00	1.474,47	5.040,47
1.7.2.3.37.10.01.01.31.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	4.428,57	0,00	4.095,89
1.7.2.3.37.10.01.01.33.00.00 Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	2.895,24	1.474,47	0,00
1.7.2.3.37.10.01.01.44.00.00 Investimentos	1300	1.420,77	0,00	476,19	0,00	944,58
1.7.2.3.37.10.01.02.00.00.00 Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.10.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.10.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.10.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.10.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	8.891,79	13.091,79	55.169,53
1.7.2.3.37.10.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	0,00	952,44	0,00
1.7.2.3.37.10.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	8.891,79	12.139,35	54.351,14
1.7.2.3.37.10.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO		272.924,90	37.906,99	309.912,31	53.222,26
1.7.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		272.924,90	37.906,99	309.912,31	53.222,26
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do CINCO		34.187,40	1.950,00	21.450,00	16.497,42
1.7.2.3.37.19.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	25.783,84	1.107,15	12.178,65	13.605,19
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	4.201,78	723,80	7.961,80	0,00
1.7.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	1300	4.201,78	119,05	1.309,55	2.892,23
1.7.2.3.37.19.01.02.00	Serviços de Máquinas		34.187,21	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.19.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	25.783,65	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.19.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.19.01.02.44	Investimentos	1300	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública		204.550,29	35.956,99	288.462,31	2.537,63
1.7.2.3.37.19.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	2.673,86	238,10	2.619,10	54,76
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	199.393,56	35.718,89	285.843,21	0,00
1.7.2.3.37.19.01.03.44	Investimentos	1300	2.482,87	0,00	0,00	2.482,87
1.7.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM		90.927,14	1.165,62	40.976,85	69.856,72
1.7.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	1.165,62	40.976,85	69.856,72
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO		11.366,00	650,00	7.150,00	5.449,20
1.7.2.3.37.22.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	369,05	4.059,55	4.464,91
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	241,27	2.653,97	0,00
1.7.2.3.37.22.01.01.44	Investimentos	1300	1.420,77	39,68	436,48	984,29
1.7.2.3.37.22.01.02.00	Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	20.094,00	9.945,23
1.7.2.3.37.22.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.22.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	20.094,00	0,00
1.7.2.3.37.22.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.22.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	515,62	13.732,85	54.462,29
1.7.2.3.37.22.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	79,37	873,07	13,19
1.7.2.3.37.22.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	436,25	12.859,78	53.630,71
1.7.2.3.37.22.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ		90.927,14	3.587,79	50.752,38	41.407,96
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	3.587,79	50.752,38	41.407,96
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO		11.366,00	650,00	7.150,00	5.449,20
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	369,05	4.059,55	4.464,91
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	241,27	2.653,97	0,00
1.7.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	1300	1.420,77	39,68	436,48	984,29
1.7.2.3.37.24.01.02.00	Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.24.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.24.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.24.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	2.937,79	43.602,38	24.592,76
1.7.2.3.37.24.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	79,37	873,07	13,19
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	2.858,42	42.729,31	23.761,18
1.7.2.3.37.24.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS		90.927,14	1.000,00	71.515,53	28.004,04
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	1.000,00	71.515,53	28.004,04
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO		11.366,00	650,00	7.150,00	5.449,20
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	369,05	4.059,55	4.464,91
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	241,27	2.653,97	0,00
1.7.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	1300	1.420,77	39,68	436,48	984,29
1.7.2.3.37.33.01.02.00	Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	13.600,00	5.125,23
1.7.2.3.37.33.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	4.420,00	4.104,46
1.7.2.3.37.33.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	8.780,00	0,00
1.7.2.3.37.33.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	400,00	1.020,77
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	350,00	50.765,53	17.429,61
1.7.2.3.37.33.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	79,37	873,07	13,19
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	270,63	49.892,46	16.598,03
1.7.2.3.37.33.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA		90.927,14	1.000,00	14.811,36	77.348,98
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	1.000,00	14.811,36	77.348,98
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO		11.366,00	650,00	7.229,37	5.369,83
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	369,05	4.138,92	4.385,54

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
				No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	241,27	2.653,97	1.233,20	0,00
1.7.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	1300	1.420,77	39,68	436,48	0,00	984,29
1.7.2.3.37.36.01.02.00	Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.36.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.36.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.36.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	350,00	7.581,99	0,00	60.613,15
1.7.2.3.37.36.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	79,37	793,70	0,00	92,56
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	270,63	6.788,29	0,00	59.702,20
1.7.2.3.37.36.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA		90.927,14	4.904,76	13.677,00	0,00	77.250,14
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	4.904,76	13.677,00	0,00	77.250,14
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO		11.366,00	4.904,76	4.904,76	0,00	6.461,24
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	4.428,57	4.428,57	0,00	4.095,89
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	1300	1.420,77	476,19	476,19	0,00	944,58
1.7.2.3.37.38.01.02.00	Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.38.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.38.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	0,00	8.772,24	0,00	59.422,90
1.7.2.3.37.38.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	0,00	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	0,00	8.772,24	0,00	57.718,25
1.7.2.3.37.38.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO		90.927,14	4.642,73	37.803,65	1.233,20	54.356,69
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	4.642,73	37.803,65	1.233,20	54.356,69
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO		11.366,00	650,00	7.150,00	1.233,20	5.449,20
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	369,05	4.059,55	0,00	4.464,91
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	241,27	2.653,97	1.233,20	0,00
1.7.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	1300	1.420,77	39,68	436,48	0,00	984,29
1.7.2.3.37.43.01.02.00	Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.43.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.43.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.43.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	3.992,73	30.653,65	0,00	37.541,49
1.7.2.3.37.43.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	79,37	873,07	0,00	13,19
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	3.913,36	29.780,58	0,00	36.709,91
1.7.2.3.37.43.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS		90.927,14	4.634,42	64.734,60	1.233,20	27.425,74
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	4.634,42	64.734,60	1.233,20	27.425,74
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO		11.366,00	650,00	7.150,00	1.233,20	5.449,20
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	369,05	4.059,55	0,00	4.464,91
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	241,27	2.653,97	1.233,20	0,00
1.7.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	1300	1.420,77	39,68	436,48	0,00	984,29
1.7.2.3.37.49.01.02.00	Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.49.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.49.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.49.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	3.984,42	57.584,60	0,00	10.610,54
1.7.2.3.37.49.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	79,37	873,07	0,00	13,19
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	3.905,05	56.711,53	0,00	9.778,96
1.7.2.3.37.49.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO		90.927,14	0,00	22.778,48	509,39	68.658,05
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	0,00	22.778,48	509,39	68.658,05
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO		11.366,00	0,00	5.200,00	509,39	6.675,39
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	2.952,40	0,00	5.572,06
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	1.930,16	509,39	0,00
1.7.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	317,44	0,00	1.103,33
1.7.2.3.37.50.01.02.00	Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.50.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.50.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.50.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	0,00	17.578,48	0,00	50.616,66
1.7.2.3.37.50.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	0,00	634,96	0,00	251,30
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	0,00	16.943,52	0,00	49.546,97
1.7.2.3.37.50.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ		90.927,14	3.983,03	51.460,13	1.540,59	41.007,60



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
				No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	3.983,03	51.460,13	1.540,59	41.007,60
1.7.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do CINCO		11.366,00	1.300,00	7.800,00	1.474,47	5.040,47
1.7.2.3.37.54.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	738,07	4.428,57	0,00	4.095,89
1.7.2.3.37.54.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	482,54	2.895,24	1.474,47	0,00
1.7.2.3.37.54.01.01.44	Investimentos	1300	1.420,77	79,39	476,19	0,00	944,58
1.7.2.3.37.54.01.02.00	Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.54.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.54.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.54.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.54.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	2.683,03	43.660,13	66,12	24.601,13
1.7.2.3.37.54.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	158,68	952,38	66,12	0,00
1.7.2.3.37.54.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	2.524,35	42.707,75	0,00	23.782,74
1.7.2.3.37.54.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.55.00.00.00	TIMBÓ GRANDE		90.927,14	0,00	19.142,15	0,00	71.784,99
1.7.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		90.927,14	0,00	19.142,15	0,00	71.784,99
1.7.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do CINCO		11.366,00	0,00	1.688,89	0,00	9.677,11
1.7.2.3.37.55.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	1.688,89	0,00	6.835,57
1.7.2.3.37.55.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.01.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.02.00	Serviços de Máquinas		11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.55.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.55.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.02.44	Investimentos	1300	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.03.00	Iluminação Pública		68.195,14	0,00	17.453,26	0,00	50.741,88
1.7.2.3.37.55.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	886,26	0,00	555,59	0,00	330,67
1.7.2.3.37.55.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	66.490,49	0,00	16.897,67	0,00	49.592,82
1.7.2.3.37.55.01.03.44	Investimentos	1300	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA		272.924,71	32.652,44	435.540,75	216.433,36	53.817,32
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		272.924,71	32.652,44	435.540,75	216.433,36	53.817,32
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO		34.187,21	1.950,00	21.450,00	4.355,27	17.092,48
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	25.783,65	1.107,15	12.178,65	0,00	13.605,00
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	4.201,78	842,85	8.557,05	4.355,27	0,00
1.7.2.3.37.60.01.01.44	Investimentos	1300	4.201,78	0,00	714,30	0,00	3.487,48
1.7.2.3.37.60.01.02.00	Serviços de Máquinas		34.187,21	0,00	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.60.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	25.783,65	0,00	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.60.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.60.01.02.44	Investimentos	1300	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública		204.550,29	30.702,44	414.090,75	212.078,09	2.537,63
1.7.2.3.37.60.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	2.673,86	238,10	2.619,10	0,00	54,76
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	199.393,56	30.464,34	411.471,65	212.078,09	0,00
1.7.2.3.37.60.01.03.44	Investimentos	1300	2.482,87	0,00	0,00	0,00	2.482,87
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	12.378,89	12.378,89	0,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		0,00	0,00	12.334,60	12.334,60	0,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens		0,00	0,00	12.334,60	12.334,60	0,00
1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	1200	0,00	0,00	12.334,60	12.334,60	0,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	44,29	44,29	0,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	44,29	44,29	0,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	1200	0,00	0,00	44,29	44,29	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	1292	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAM		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.3.00.00.00.00.00	Transf. dos Municípios		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1300	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

Totais Gerais :	2.150.000,00	146.128,82	1.500.854,62	376.101,97	1.025.247,35
-----------------	--------------	------------	--------------	------------	--------------

Fraiburgo, 17/12/2012

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7



Betha Sistemas

Exercício de 2012

Mês de Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Conciliação Bancária

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317) - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 18.520-5

Saldo conforme extrato bancário em: 30/11/2012

R\$ 85.739,87

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
Menos (-)			
(-)Cheques e bordereaux não considerados pelo banco			
08/11/2012	850351	96,00	
28/11/2012	11320	273,81	
28/11/2012	850370	175,00	
28/11/2012	11327	2,85	
28/11/2012	11311	28,67	
28/11/2012	11313	94,51	
28/11/2012	11328	36,87	
28/11/2012	11322	14,38	
28/11/2012	11329	28,66	
28/11/2012	11312	48,69	
28/11/2012	11330	33,90	
28/11/2012	11316	249,86	
28/11/2012	850373	163,95	
28/11/2012	16798	983,66	
28/11/2012	11314	324,50	
28/11/2012	850369	238,50	
28/11/2012	850368	165,00	
28/11/2012	850371	130,00	
28/11/2012	850374	150,00	
28/11/2012	11315	24,14	
Total:		3.262,95	

Saldo conforme nosso registro em: 30/11/2012

R\$ 82.476,92

Fraiburgo, 17/12/2012

Elói Ronnau

Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio

Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	146.128,82	1.500.854,62
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	146.128,82	1.500.854,62
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	165,22	2.690,72
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	165,22	2.690,72
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	165,22	2.690,72
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	165,22	2.690,72
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos	165,22	2.690,72
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remuneração Dep. Bancários - Municípios	1200 165,22	2.690,72
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	26.302,00	88.096,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	26.302,00	88.096,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máquinas	1200 26.302,00	88.096,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	119.661,60	1.397.689,01
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	119.661,60	1.397.689,01
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	119.661,60	1.397.689,01
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	119.661,60	1.397.689,01
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	3.292,03	57.692,03
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	3.292,03	57.692,03
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	650,00	7.800,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 369,02	4.428,57
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 241,27	2.895,24
1.7.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	1300 39,71	476,19
1.7.2.3.37.05.01.02.00	Serviços de Máquinas	0,00	18.400,00
1.7.2.3.37.05.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 0,00	4.420,00
1.7.2.3.37.05.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300 0,00	13.580,00
1.7.2.3.37.05.01.02.44	Investimentos	1300 0,00	400,00
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	2.642,03	31.492,03
1.7.2.3.37.05.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 79,31	952,38
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 2.562,72	30.539,65
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	12.000,00	186.000,00
1.7.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	12.000,00	186.000,00
1.7.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do CINCO	7.800,00	23.400,00
1.7.2.3.37.09.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 4.428,52	13.285,72
1.7.2.3.37.09.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 2.895,31	8.685,71
1.7.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos	1300 476,17	1.428,57
1.7.2.3.37.09.01.03.00	Iluminação Pública	4.200,00	162.600,00
1.7.2.3.37.09.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 952,35	2.857,15
1.7.2.3.37.09.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 3.247,65	159.742,85
1.7.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	8.891,79	20.891,79
1.7.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	8.891,79	20.891,79
1.7.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do CINCO	0,00	7.800,00
1.7.2.3.37.10.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 0,00	4.428,57
1.7.2.3.37.10.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 0,00	2.895,24
1.7.2.3.37.10.01.01.44	Investimentos	1300 0,00	476,19
1.7.2.3.37.10.01.03.00	Iluminação Pública	8.891,79	13.091,79
1.7.2.3.37.10.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 0,00	952,44
1.7.2.3.37.10.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 8.891,79	12.139,35
1.7.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	37.906,99	309.912,31
1.7.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	37.906,99	309.912,31
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.950,00	21.450,00
1.7.2.3.37.19.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.107,15	12.178,65
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 723,80	7.961,80
1.7.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	1300 119,05	1.309,55
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública	35.956,99	288.462,31
1.7.2.3.37.19.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 238,10	2.619,10
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 35.718,89	285.843,21
1.7.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	1.165,62	40.976,85
1.7.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	1.165,62	40.976,85
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO	650,00	7.150,00
1.7.2.3.37.22.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 369,05	4.059,55
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 241,27	2.653,97
1.7.2.3.37.22.01.01.44	Investimentos	1300 39,68	436,48
1.7.2.3.37.22.01.02.00	Serviços de Máquinas	0,00	20.094,00
1.7.2.3.37.22.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300 0,00	20.094,00
1.7.2.3.37.22.01.03.00	Iluminação Pública	515,62	13.732,85
1.7.2.3.37.22.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 79,37	873,07

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	146.128,82	1.500.854,62
1.7.2.3.37.22.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	436,25
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ		3.587,79
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		3.587,79
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO		650,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	369,05
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	241,27
1.7.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	1300	39,68
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública		2.937,79
1.7.2.3.37.24.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	79,37
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	2.858,42
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS		1.000,00
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		1.000,00
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO		650,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	369,05
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	241,27
1.7.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	1300	39,68
1.7.2.3.37.33.01.02.00	Serviços de Máquinas		0,00
1.7.2.3.37.33.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	0,00
1.7.2.3.37.33.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	0,00
1.7.2.3.37.33.01.02.44	Investimentos	1300	0,00
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública		350,00
1.7.2.3.37.33.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	79,37
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	270,63
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA		1.000,00
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		1.000,00
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO		650,00
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	369,05
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	241,27
1.7.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	1300	39,68
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública		350,00
1.7.2.3.37.36.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	79,37
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	270,63
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA		4.904,76
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		4.904,76
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO		4.904,76
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	4.428,57
1.7.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	1300	476,19
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública		0,00
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	0,00
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO		4.642,73
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		4.642,73
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO		650,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	369,05
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	241,27
1.7.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	1300	39,68
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública		3.992,73
1.7.2.3.37.43.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	79,37
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.913,36
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS		4.634,42
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		4.634,42
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO		650,00
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	369,05
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	241,27
1.7.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	1300	39,68
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Pública		3.984,42
1.7.2.3.37.49.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	79,37
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.905,05
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO		0,00
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		0,00
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO		0,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	0,00
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	0,00
1.7.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	1300	0,00
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública		0,00

**DOM/SC**

Assinado Digitalmente

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie		Recebido		
		No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias		Recurso	146.128,82	1.500.854,62
1.7.2.3.37.50.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	0,00	634,96
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	0,00	16.943,52
1.7.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ		3.983,03	51.460,13
1.7.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		3.983,03	51.460,13
1.7.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do CINCO		1.300,00	7.800,00
1.7.2.3.37.54.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	738,07	4.428,57
1.7.2.3.37.54.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	482,54	2.895,24
1.7.2.3.37.54.01.01.44	Investimentos	1300	79,39	476,19
1.7.2.3.37.54.01.03.00	Iluminação Pública		2.683,03	43.660,13
1.7.2.3.37.54.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	158,68	952,38
1.7.2.3.37.54.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	2.524,35	42.707,75
1.7.2.3.37.55.00.00.00	TIMBÓ GRANDE		0,00	19.142,15
1.7.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		0,00	19.142,15
1.7.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do CINCO		0,00	1.688,89
1.7.2.3.37.55.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	0,00	1.688,89
1.7.2.3.37.55.01.03.00	Iluminação Pública		0,00	17.453,26
1.7.2.3.37.55.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	0,00	555,59
1.7.2.3.37.55.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	0,00	16.897,67
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA		32.652,44	435.540,75
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		32.652,44	435.540,75
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO		1.950,00	21.450,00
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	1.107,15	12.178,65
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	842,85	8.557,05
1.7.2.3.37.60.01.01.44	Investimentos	1300	0,00	714,30
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública		30.702,44	414.090,75
1.7.2.3.37.60.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	238,10	2.619,10
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	30.464,34	411.471,65
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	12.378,89
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		0,00	12.334,60
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens		0,00	12.334,60
1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	1200	0,00	12.334,60
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	44,29
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES		0,00	44,29
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1200	0,00	44,29
Receita Extra Orçamentária		Recurso	6.932,40	79.396,73
9337	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1200	1.436,70	10.000,87
11311	ISS A RECOLHER IOMERÊ		28,67	403,55
11312	ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS		48,69	781,31
11313	ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS		94,51	1.015,82
11314	ISS A RECOLHER FRAIBURGO		324,50	3.087,57
11315	ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA		24,14	439,98
11316	ISS A RECOLHER VIDEIRA		249,86	4.202,94
11320	ISS A RECOLHER CAÇADOR		273,81	4.216,63
11321	ISS A RECOLHER SALTO VELOSO		0,00	372,42
11322	ISS A RECOLHER MATOS COSTA		14,38	216,08
11323	ISS A RECOLHER CALMON		0,00	103,52
11327	ISS A RECOLHER IBIAM	1300	2,85	145,97
11328	ISS A RECOLHER MACIEIRA	1300	36,87	143,02
11329	ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	1300	28,66	292,45
11330	ISS A RECOLHER TANGARA	1300	33,90	663,49
11335	PENSÃO ALIMENTICIA	1300	233,25	2.565,75
11364	ISS A RECOLHER TIMBÓ GRANDE	1300	0,00	259,56
11365	INSS CONDUVALE	1300	2.954,00	41.228,39
16795	SINSER		0,00	133,63
16798	IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO		1.147,61	9.123,78
Total Geral :			153.061,22	1.580.251,35



Betha Sistemas

Exercício de 2012

Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO****Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês

Fraiburgo, 17/12/2012

Elói Ronnau

Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio

Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina**Betha Sistemas****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2012

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/11/2012 até 30/11/2012

Página: 1/2

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 9317 - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5			Conta banco: 18.520-5	
31/10/12		SALDO ANTERIOR		52.785,15 +
05/11/12	88	Pelo pagamento da O.P. 370, OB TED, NE 88	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	681,68 -
05/11/12	91	Pelo pagamento da O.P. 371, OB TED, NE 91	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	93,29 -
05/11/12	94	Pelo pagamento da O.P. 372, OB TED, NE 94	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	370,18 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 159	11365 INSS CONDUVALE	3.214,71 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 160	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	524,07 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 161	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	93,29 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 162	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	416,43 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 163	11315 ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	120,04 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 164, CH: 850357	11320 ISS A RECOLHER CAÇADOR	213,17 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 165	11314 ISS A RECOLHER FRAIBURGO	249,53 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 166	11327 ISS A RECOLHER IBIAM	13,47 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 167	11311 ISS A RECOLHER IOMERÊ	29,34 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 168	11313 ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	66,21 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 169	11328 ISS A RECOLHER MACIEIRA	47,02 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 170	11322 ISS A RECOLHER MATOS COSTA	33,69 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 171	11329 ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	39,18 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 172	11312 ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	33,40 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 173	11321 ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	123,74 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 174	11330 ISS A RECOLHER TANGARA	34,25 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 175	11364 ISS A RECOLHER TIMBÓ GRANDE	3,14 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 176	11316 ISS A RECOLHER VIDEIRA	310,95 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 177	16798 IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	983,66 -
08/11/12		Pelo pgto da despesa extra 177, CH: 850358	16798 IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	163,95 -
08/11/12	6	Pelo pagamento da O.P. 373, CH: 850348, empenho 6	11302 REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA	150,00 -
08/11/12	12	Pelo pagamento da O.P. 374, OB TED, NE 12	11301 HBINFORMPROVEDOR LTDA ME	315,27 -
08/11/12	13	Pelo pagamento da O.P. 375, OB TED, NE 13	11296 GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO L	441,37 -
08/11/12	44	Pelo pagamento da O.P. 376, CH: 850349, empenho 44	9332 ALFA LIA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTI	447,20 -
08/11/12	79	Pelo pagamento da O.P. 377, OB TED, NE 79	16802 IVETE REGINA ODORIZZI	1.100,00 -
08/11/12	80	Pelo pagamento da O.P. 378, CH: 850350, empenho 80	16803 MG FRANQUIA EMPRESARIAL LTDA ME	240,60 -
08/11/12	181	Pelo pagamento da O.P. 379, CH: 850351, empenho 181	16812 CLEVERSON SILVA DA ROCHA	96,00 -
08/11/12	186	Pelo pagamento da O.P. 380, OB TED, NE 186	11377 LUPEA IND. E COM. DE PEÇAS E SERVIÇO	88,33 -
08/11/12	187	Pelo pagamento da O.P. 381, OB TED, NE 187	11378 ROSANE DE FATIMA SOUZA - ME	451,58 -
08/11/12	89	Pelo pagamento da O.P. 382, OB TED, NE 89	9312 INSS	1.874,64 -
08/11/12	92	Pelo pagamento da O.P. 383, OB TED, NE 92	9312 INSS	256,56 -
08/11/12	95	Pelo pagamento da O.P. 384, OB TED, NE 95	9312 INSS	1.017,96 -
11/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 166		3.000,00 +
12/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 168		1.000,00 +
12/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 167		29.302,00 +
12/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 169		1.000,00 +
12/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 170		1.000,00 +
12/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 171		1.000,00 +
12/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 172		1.000,00 +
12/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 173		165,62 +
12/11/12	120	Pelo pagamento da O.P. 385, CH: 850355, empenho 120	11309 BRASIL TELECON S.A "OI"	431,67 -
12/11/12	29	Pelo pagamento da O.P. 386, CH: 850355, empenho 29	11309 BRASIL TELECON S.A "OI"	277,01 -
12/11/12	185	Pelo pagamento da O.P. 387, CH: 850352, empenho 185	16824 MARIA ZELINDA ALVES FRANÇA ME	31,00 -
12/11/12	182	Pelo pagamento da O.P. 388, CH: 850354, empenho 182	16822 POUSADA MOINHO VELHO LTDA ME	150,00 -
12/11/12	29	Pelo pagamento da O.P. 389, CH: 850356, empenho 29	11309 BRASIL TELECON S.A "OI"	47,51 -
13/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 176		2.292,03 +
13/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 174		1.000,00 +
13/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 175		8.891,79 +
14/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 177		34.906,99 +
14/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 179		3.634,42 +
14/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 178		3.642,73 +
19/11/12		Pelo pgto da despesa extra 178, CH: 850361	11335 PENSÃO ALIMENTICIA	233,25 -
19/11/12	191	Pelo pagamento da O.P. 392, CH: 850359, empenho 191	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	344,03 -
19/11/12	191	Pelo pagamento da O.P. 392, CH: 850360, empenho 191	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	84,24 -
19/11/12	192	Pelo pagamento da O.P. 393, CH: 850360, empenho 192	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	1.319,19 -
19/11/12	192	Pelo pagamento da O.P. 393, CH: 850359, empenho 192	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	1.309,49 -
19/11/12	193	Pelo pagamento da O.P. 394, CH: 850359, empenho 193	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	899,60 -
19/11/12	193	Pelo pagamento da O.P. 394, CH: 850360, empenho 193	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	1.389,97 -
19/11/12	194	Pelo pagamento da O.P. 395, CH: 850360, empenho 194	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	1.714,46 -
19/11/12	194	Pelo pagamento da O.P. 395, CH: 850359, empenho 194	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	1.473,19 -
19/11/12	195	Pelo pagamento da O.P. 396, CH: 850362, empenho 195	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.111,72 -
19/11/12	195	Pelo pagamento da O.P. 396, CH: 850363, empenho 195	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	391,33 -
19/11/12	37	Pelo pagamento da O.P. 397, OB TED, NE 37	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	53.278,47 -
21/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 180		12.000,00 +

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/11/2012 até 30/11/2012

Página: 2/2

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 9317 - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5			Conta banco: 18.520-5	
23/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 181		3.983,03 +
26/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 182		29.652,44 +
26/11/12	36	Pelo pagamento da O.P. 398, OB TED, NE 36	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	23.507,98 -
28/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 183		2.587,79 +
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 179	11315 ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	24,14 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 180, CH: 850372	11320 ISS A RECOLHER CAÇADOR	273,81 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 181	11314 ISS A RECOLHER FRAIBURGO	324,50 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 182	11327 ISS A RECOLHER IBIAM	2,85 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 183	11311 ISS A RECOLHER IOMERÊ	28,67 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 184	11313 ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	94,51 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 185	11328 ISS A RECOLHER MACIEIRA	36,87 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 186	11322 ISS A RECOLHER MATOS COSTA	14,38 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 187	11329 ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	28,66 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 188	11312 ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	48,69 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 189	11330 ISS A RECOLHER TANGARA	33,90 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 190	11316 ISS A RECOLHER VIDEIRA	249,86 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 191, CH: 850373	16798 IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	163,95 -
28/11/12		Pelo pgto da despesa extra 191	16798 IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	983,66 -
28/11/12	154	Pelo pagamento da O.P. 403, CH: 850370, empenho 154	11381 IDELBRAUNDO GOMES DA ROCHA	175,00 -
28/11/12	153	Pelo pagamento da O.P. 404, CH: 850369, empenho 153	11379 CATIA REGINA FUCK DA ROCHA ME	238,50 -
28/11/12	155	Pelo pagamento da O.P. 405, CH: 850368, empenho 155	11380 JULIANA MARA CAMPOS DA ROCHA KOJII	105,00 -
28/11/12	197	Pelo pagamento da O.P. 406, CH: 850368, empenho 197	11380 JULIANA MARA CAMPOS DA ROCHA KOJII	60,00 -
28/11/12	196	Pelo pagamento da O.P. 407, CH: 850371, empenho 196	16801 POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME	130,00 -
28/11/12	87	Pelo pagamento da O.P. 408, CH: 850367, empenho 87	16796 ELOI RONNAU	5.776,53 -
28/11/12	87	Pelo pagamento da O.P. 408, CH: 850365, empenho 87	16796 ELOI RONNAU	1.072,87 -
28/11/12	90	Pelo pagamento da O.P. 409, CH: 850364, empenho 90	11308 SIMONE APARECIDA SANTIAN RALDI	1.072,87 -
28/11/12	93	Pelo pagamento da O.P. 410, CH: 850366, empenho 93	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	1.293,62 -
29/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 184		1.000,00 +
30/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 185		4.904,76 +
30/11/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 186		165,22 +
30/11/12	6	Pelo pagamento da O.P. 411, CH: 850374, empenho 6	11302 REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA	150,00 -
30/11/12	180	Pelo pagamento da O.P. 412, OB TED, NE 180	11293 BETHA SISTEMAS LTDA	538,85 -
30/11/12	150	Pelo pagamento da O.P. 413, OB TARIFAS, NE 150	9336 BANCO DO BRASIL SA	183,35 -
Total de Débitos:				146.128,82
Total de Créditos:				116.437,05
Saldo Atual:				82.476,92

Fraiburgo, 17/12/2012

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/2

Período de 01/11/2012 até 30/11/2012

Empenho	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																
186		05/11	88,33	0,00	88,33	88,33	0,00	9317	20.606.000'	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	LUPEA IND. E COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	122
AQUISIÇÃO DE LIXA, DISCO DE LIXA, COLA PLASTICA, THINER,PRIMER UNIVERSAL PARA MANUTENÇÃO DE ENDIREITAR LATERAL E SOLDA PORTA DA MAQ 02 ESCAVADEIRA HIDRAULICA DO CINCO ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE FRAIBURGO.																
187		05/11	451,58	0,00	451,58	451,58	0,00	9317	20.606.000'	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	ROSANE DE FATIMA SOUZA - ME	122
DESPESA DE MAO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE ENDIREITAR LATERAL E SOLDAR PORTA DA MAQ 02 ESCAVADEIRA HIDRAULICA DO CINCO ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE FRAIBURGO.																
188		05/11	104.825,70	0,00	20.570,98	0,00	104.825,70		15.452.000'	1300		2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	122
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO NO EXERCÍCIO DE 2012.																
189		12/11	800,00	0,00	0,00	0,00	800,00		15.452.000'	1300		2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	OI SA	122
SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO PARA O EXERCÍCIO DE 2012.																
190		12/11	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00		04.122.000'	1300		2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	OI SA	122
SERVIÇOS TELEFONICOS E DE INTERNET ADSL, REFERENTE NUMERO 49 3246-1206 PARA USO DO CONSÓRCIO PARA O EXERCÍCIO DE 2012.																
191		12/11	1.137,24	0,00	1.137,24	1.137,24	0,00	9317	20.606.000'	1200		2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	124
FOLHA DE PAGAMENTO RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.																
192		12/11	2.628,68	0,00	2.628,68	2.628,68	0,00	9317	20.606.000'	1200		2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	124
FOLHA DE PAGAMENTO RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.																
193		12/11	2.505,25	0,00	2.505,25	2.505,25	0,00	9317	20.606.000'	1200		2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	124
FOLHA DE PAGAMENTO RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.																
194		12/11	3.187,65	0,00	3.187,65	3.187,65	0,00	9317	20.606.000'	1200		2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	124
FOLHA DE PAGAMENTO RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.																
195		12/11	2.503,05	0,00	2.503,05	2.503,05	0,00	9317	20.606.000'	1200		2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	122
FGTS SOBRE RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.																
196		20/11	130,00	0,00	130,00	130,00	0,00	9317	04.122.000'	1300		2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME	122
AQUISIÇÃO DE LEITOR SMART CARD USB PARA USO NA CONECTIVIDADE DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																
197		20/11	60,00	0,00	60,00	60,00	0,00	9317	20.606.000'	1300		2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	JULIANA MARA CAMPOS DA ROCHA KOJIKOSKI ME	122
COMPLEMENTO DO EMPENHO 155 REFERENTE DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO (JANTAR) EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PUBLICO:DIEGO ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE LEBON REGIS.																
198		20/11	186,60	0,00	0,00	0,00	186,60		15.451.000'	1300		2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	122
FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERIODO DE DEZEMBRO/2012.																
199		26/11	495,18	0,00	0,00	0,00	495,18		20.606.000'	1300		2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	122
AQUISIÇÃO DE 1 FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA A MAQ. 01 ESCAVADEIRA HIDRAULICA CHASSI: N8TA13200 DO CINCO EM SERVICO NA CIDADE DE LEBON REGIS.																

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 2/2

Período de 01/11/2012 até 30/11/2012

Empenho	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																
200			26/11	495,18	0,00	0,00	0,00	495,18		20.606.000	1300		2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA 122
AQUISIÇÃO DE 1 FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA A MAQ. 02 ESCAVADEIRA HIDRAULICA CHASSI: N8TA13202 DO CINCO EM SERVIÇO NA CIDADE DE TANGARA.																
201			26/11	300,98	0,00	0,00	0,00	300,98		20.606.000	1300		2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA 122
SERVIÇO DE MAO DE OBRA MECANICA PARA TROCA DE FILTROS DA MAQ. 02 ESCAVADEIRA HIDRAULICA CHASSI: N8TA13202 DO CINCO EM SERVIÇO NA CIDADE DE TANGARA.																
202			26/11	719,02	0,00	0,00	0,00	719,02		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA 122
COMPLEMENTO EMP: 201 -SERVIÇO DE MAO DE OBRA MECANICA PARA TROCA DE FILTROS DA MAQ. 02 ESCAVADEIRA HIDRAULICA CHASSI: N8TA13202 DO CINCO EM SERVIÇO NA CIDADE DE TANGARA.																
Total da Entidade:				121.514,44	0,00	33.262,76	12.691,78	108.822,66								
Total do Período:				121.514,44	0,00	33.262,76	12.691,78	108.822,66								

Fraiburgo, 17/12/2012

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2012 até 30/11/2012

Página: 1/4

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																		
370		05/11/12	681,68	0,00	681,68	05/11/12		0,00	681,68	1300 9317			88	04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE OUTUBRO/2012															
371		05/11/12	93,29	0,00	93,29	05/11/12		0,00	93,29	1300 9317			91	15.451.000	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE OUTUBRO/2012															
372		05/11/12	370,18	0,00	370,18	05/11/12		0,00	370,18	1200 9317			94	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE OUTUBRO/2012															
373		08/11/12	150,00	0,00	150,00	08/11/12		0,00	150,00	1300 9317	850348		6	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME
			MANUTENÇÃO DO SITE DO CONSORCIO CINCO RELATIVO AO MES 10/2012.															
374		08/11/12	315,27	0,00	315,27	08/11/12		0,00	315,27	1300 9317			12	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	HBINFOPROVEDOR LTDA ME
			DESPESAS COM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SERVIDOR DE DADOS PARA HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REF MES DE OUTUBRO/2012.															
375		08/11/12	441,37	0,00	441,37	08/11/12		0,00	441,37	1300 9317			13	15.451.000	2.004	18	3.3.90.00.00.00.00.00	GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME
			FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO COM ACESSOS SIMULTANEOS PARA DOIS ATENDENTES E USUARIOS ILIMITADOS, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE AQUILA HELP DESK, COM APLICAÇÕES EM HELP DESK, SERVICE DESK, CALL CENTER, 0800 E SAC, PARA O MES DE OUTUBRO.															
376		08/11/12	447,20	0,00	447,20	08/11/12		0,00	447,20	1200 9317	850349		44	20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	ALFA LIA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
			DESPESAS COM 104 KM DE TRANSPORTE DE MÁQUINASW PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS (FRAIBURGO À TANGARA)															
377		08/11/12	1.100,00	0,00	1.100,00	08/11/12		0,00	1.100,00	1300 9317			79	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	IVETE REGINA ODORIZZI
			LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM ÁREA DE 200M2, NO PAVIMENTO SUPERIOR (SEGUNDO PISO) LOCALIZADO NA RUA NEREU RAMOS, 761 CENTRO DE FRAIBURGO PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DO CINCO REF MES DE OUTUBRO															
378		08/11/12	240,60	0,00	240,60	08/11/12		0,00	240,60	1300 9317	850350		80	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	MG FRANQUIA EMPRESARIAL LTDA ME
			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E TELEMATICOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CORRESPONDENCIAS E OUTROS SERVIÇOS PARA O CINCO. RELATIVO MES 10/2012															
379		08/11/12	96,00	0,00	96,00	08/11/12		0,00	96,00	1300 9317	850351		181	20.606.000	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	CLEVERSON SILVA DA ROCHA
			INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA TANGARÁ COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA NA CIDADE DE TANGARÁ/SC. PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO. ITINERÁRIO PELA SC 453 FRAIBURGO A SC 455 TANGARA.SEMANA 30/10/2012 E 05/11/2012.															
380		08/11/12	88,33	0,00	88,33	08/11/12		0,00	88,33	1200 9317			186	20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	LUPEA IND. E COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
			AQUISIÇÃO DE LIXA, DISCO DE LIXA, COLA PLASTICA, THINER,PRIMER UNIVERSAL PARA MANUTENÇÃO DE ENDIREITAR LATERAL E SOLDAR PORTA DA MAQ 02 ESCAVADEIRA HIDRAULICA DO CINCO ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE FRAIBURGO.															
381		08/11/12	451,58	0,00	451,58	08/11/12		0,00	451,58	1200 9317			187	20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	ROSANE DE FATIMA SOUZA - ME
			DESPESA DE MAO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE ENDIREITAR LATERAL E SOLDAR PORTA DA MAQ 02 ESCAVADEIRA HIDRAULICA DO CINCO ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE FRAIBURGO.															
382		08/11/12	1.874,64	0,00	1.874,64	08/11/12		0,00	1.874,64	1300 9317			89	04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE OUTUBRO/2012															
383		08/11/12	256,56	0,00	256,56	08/11/12		0,00	256,56	1300 9317			92	15.451.000	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE OUTUBRO/2012															

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2012 até 30/11/2012

Página: 2/4

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																		
384			08/11/12	1.017,96	0,00	1.017,96	08/11/12	0,00	1.017,96	1200 9317			95	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE OUTUBRO/2012															
385			12/11/12	431,67	0,00	431,67	12/11/12	0,00	431,67	1300 9317 850355			120	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	BRASIL TELECON S.A "OI"
			SERVIÇOS TELEFONICOS E DE INTERNET ADSL, REFERENTE NUMERO 49 3246-1206 REFERENTE NOVEMBRO DE 2012 PERIODO 26/09/2012 A 25/10/2012.															
386			12/11/12	277,01	0,00	277,01	12/11/12	0,00	277,01	1300 9317 850355			29	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	BRASIL TELECON S.A "OI"
			SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO REFERENTE NOVEMBRO DE 2012 PERIODO 26/09/2012 A 25/10/2012.															
387			12/11/12	31,00	0,00	31,00	12/11/12	0,00	31,00	1300 9317 850352			185	20.606.000	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	MARIA ZELINDA ALVES FRANÇA ME
			DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO (JANTAR) EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PUBLICO:CLEVERSON ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE TANGARA.															
388			12/11/12	150,00	0,00	150,00	12/11/12	0,00	150,00	1300 9317 850354			182	20.606.000	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	POUSADA MOINHO VELHO LTDA ME
			DESPESAS DE HOSPEDAGEM COM CAFE DA MANHA EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PUBLICO:CLEVERSON ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE TANGARA.															
389			12/11/12	47,51	0,00	47,51	12/11/12	0,00	47,51	1300 9317 850356			29	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	BRASIL TELECON S.A "OI"
			SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO REFERENCIA NOVEMBRO DE 2012 PERIODO 26/09/2012 A 25/10/2012.															
390			12/11/12	708,97	0,00	708,97	12/11/12	708,97	0,00	1200			191	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS
			Retenções referentes a liquidação 337 do empenho 191: FOLHA DE PAGAMENTO RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.															
391			12/11/12	215,68	0,00	215,68	12/11/12	215,68	0,00	1200			193	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS
			Retenções referentes a liquidação 339 do empenho 193: FOLHA DE PAGAMENTO RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.															
392			19/11/12	428,27	0,00	428,27	19/11/12	0,00	344,03	1200 9317 850359			191	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS
			FOLHA DE PAGAMENTO RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.															
									84,24	1200 9317 850360				20.606.000	2.008			
393			19/11/12	2.628,68	0,00	2.628,68	19/11/12	0,00	1.319,19	1200 9317 850360			192	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS
			FOLHA DE PAGAMENTO RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.															
									1.309,49	1200 9317 850359				20.606.000	2.008			
394			19/11/12	2.289,57	0,00	2.289,57	19/11/12	0,00	1.389,97	1200 9317 850360			193	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS
			FOLHA DE PAGAMENTO RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.															
									899,60	1200 9317 850359				20.606.000	2.008			
395			19/11/12	3.187,65	0,00	3.187,65	19/11/12	0,00	1.714,46	1200 9317 850360			194	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS
			FOLHA DE PAGAMENTO RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.															
									1.473,19	1200 9317 850359				20.606.000	2.008			
396			19/11/12	2.503,05	0,00	2.503,05	19/11/12	0,00	2.111,72	1200 9317 850362			195	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
			FGTS SOBRE RECISÃO DE JOSÉ ADRIANO RIBEIRO E CLEVERSON SILVA DA ROCHA.															
									391,33	1200 9317 850363				20.606.000	2.008			
397			19/11/12	53.278,47	0,00	53.278,47	19/11/12	0,00	53.278,47	1300 9317			37	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
			DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO NO EXERCÍCIO DE 2012.															

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2012 até 30/11/2012

Página: 3/4

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																		
398		26/11/12	23.507,98	0,00	23.507,98	26/11/12	0,00	23.507,98	1300	9317			36	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
		AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO NO EXERCÍCIO DE 2012.																
399		26/11/12	127,94	0,00	127,94	26/11/12	127,94	0,00	1200				93	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS
		Retenções referentes a liquidação 350 do empenho 93: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2012.																
400		26/11/12	1.671,68	0,00	1.671,68	26/11/12	1.671,68	0,00	1300				87	04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	ELOI RONNAU
		Retenções referentes a liquidação 353 do empenho 87: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2012.																
401		26/11/12	93,29	0,00	93,29	26/11/12	93,29	0,00	1300				90	15.451.000	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA SANTIAN RALDI
		Retenções referentes a liquidação 356 do empenho 90: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2012.																
402		26/11/12	4.114,84	0,00	4.114,84	26/11/12	4.114,84	0,00	1300				37	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
		Retenções referentes a liquidação 361 do empenho 37: DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE OUTUBRO DE 2012.																
403		28/11/12	175,00	0,00	175,00	28/11/12	0,00	175,00	1300	9317	850370		154	20.606.000	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	IDELBRANDO GOMES DA ROCHA
		DESPESAS COM HOSPEDAGENS EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PÚBLICO:DIEGO ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE LEBON REGIS.																
404		28/11/12	238,50	0,00	238,50	28/11/12	0,00	238,50	1300	9317	850369		153	20.606.000	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	CATIA REGINA FUCK DA ROCHA ME
		DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO (CAFÉ E ALMOÇO)EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PÚBLICO:DIEGO ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE LEBON REGIS.																
405		28/11/12	105,00	0,00	105,00	28/11/12	0,00	105,00	1300	9317	850368		155	20.606.000	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	JULIANA MARA CAMPOS DA ROCHA KOJIKOSKI ME
		DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO (JANTAR) EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PÚBLICO:DIEGO ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE LEBON REGIS.																
406		28/11/12	60,00	0,00	60,00	28/11/12	0,00	60,00	1300	9317	850368		197	20.606.000	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	JULIANA MARA CAMPOS DA ROCHA KOJIKOSKI ME
		COMPLEMENTO DO EMPENHO 155 REFERENTE DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO (JANTAR) EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PÚBLICO:DIEGO ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE LEBON REGIS.																
407		28/11/12	130,00	0,00	130,00	28/11/12	0,00	130,00	1300	9317	850371		196	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME
		AQUISIÇÃO DE LEITOR SMART CARD USB PARA USO NA CONECTIVIDADE DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																
408		28/11/12	6.849,40	0,00	6.849,40	28/11/12	0,00	1.072,87	1300	9317	850365		87	04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	ELOI RONNAU
		FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2012.																
409		28/11/12	1.072,87	0,00	1.072,87	28/11/12	0,00	1.072,87	1300	9317	850364		90	15.451.000	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA SANTIAN RALDI
		FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2012.																
410		28/11/12	1.293,62	0,00	1.293,62	28/11/12	0,00	1.293,62	1200	9317	850366		93	20.606.000	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS
		FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2012.																
411		30/11/12	150,00	0,00	150,00	30/11/12	0,00	150,00	1300	9317	850374		6	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME
		MANUTENÇÃO DO SITE DO CONSORCIO CINCO REFERENTE NOVEMBRO DE 2012.																
412		30/11/12	538,85	0,00	538,85	30/11/12	0,00	538,85	1300	9317			180	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	BETHA SISTEMAS LTDA
		LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES EM AMBIENTE WINDOWS REFERENTE NOVEMBRO DE 2012.																

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2012 até 30/11/2012

Página: 4/4

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
-------	----------	-----------	------------	------------	---------	-------	------------	-----------	-----------	---------	-------	--------------	---------	-----------	---------	------	----------	------------------------

Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

413			30/11/12	183,35	0,00	183,35	30/11/12	0,00	183,35	1300 9317			150	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
-----	--	--	----------	--------	------	--------	----------	------	--------	-----------	--	--	-----	------------	-------	---	-----------------------	--------------------

TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCICIO DE 2012.

Total da Entidade:	114.114,51	0,00	114.114,51	6.932,40	107.182,11
---------------------------	-------------------	-------------	-------------------	-----------------	-------------------

Total do Período:	114.114,51	0,00	114.114,51	6.932,40	107.182,11
--------------------------	-------------------	-------------	-------------------	-----------------	-------------------

Fraiburgo, 17/12/2012

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

CIS/AMOSC**Edital N.º 04/2012**

EDITAL N.º 04/2012

MARINO DAGA, Prefeito de Águas Frias e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI do art. 17 do Estatuto Social:

CONVOCA

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados, para a Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, a realizar-se:

Data: 10 de janeiro de 2013 - quinta-feira

Local: Auditório da AMOSC, Chapecó - SC

Horário: 9 horas

Art. 2º A Assembléia Geral Ordinária, terá como assuntos principais:

- I. Eleição e posse da Diretoria Executiva;
- II. Eleição e posse do Conselho Fiscal;
- III. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 19 de dezembro de 2012.

MARINO DAGA

Prefeito de Águas Frias

Presidente do CIS-AMOSC

CIS/AMUREL**Extrato de Edital de Licitação**

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº.001/2012

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL - CIS-AMUREL, por seu Presidente Senhor VALDIR ANTUNES, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, nos termos da Lei nº. 10.520/2005, lei 11.107/95, lei n. 8.666/93, lei complementar 123/06 e demais regras vigentes, e das condições fixadas no respectivo Edital. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS para a Farmácia Básica dos Municípios Consorciados, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

ENTREGA DOS ENVELOPES (PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO): Até às 09h00min do dia 11 de janeiro de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 11 de janeiro de 2013, às 09h30min.

LOCAL: Os envelopes deverão ser entregues na sede do Consórcio, sito à Rua Rio Branco, n. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), até o horário referido. A sessão para julgamento das propostas e habilitação será realizada na sede do Consórcio.

A íntegra do edital está à disposição na sede do Consórcio, no endereço acima, ou no site www.amurel.org.br.

Outras informações pelo telefone (48) 3626-5711, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda à sexta-feira ou pelo endereço eletrônico cis@amurel.org.br.

Tubarão (SC), 21 de dezembro de 2012.

VALDIR ANTUNES

Presidente do CISAMUREL

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

**Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:**

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br